



INSTITUTO SUPERIOR  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
E POLÍTICAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

# Apoios Para Vítimas Secundárias em Portugal: Necessidades e Perceção de Proteção Por Parte dos Lesados

**Luís Alberto da Silva Maia**

*Orientador: Professora Doutora Maria José Silveira Núncio*

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Política Social

*Lisboa*  
*2024*





INSTITUTO SUPERIOR  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
E POLÍTICAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

# Apoios Para Vítimas Secundárias em Portugal

***Luís Alberto da Silva Maia***

*Orientador: Professora Doutora Maria José Silveira Núncio*

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Política Social

## **Júri das Provas Públicas**

### **Presidente:**

- Doutora Carla Cristina Graça Pinto, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

### **Vogais:**

- Doutora Maria José da Silveira Ferreira Núncio, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de orientadora;
- Doutora Dália Maria de Sousa Gonçalves Costa, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
- Doutora Maria da Conceição Cunha Louro, Professora Auxiliar da Universidade Lusófona

*Lisboa*  
*2024*

## Resumo

As vítimas secundárias constituem um segmento extremamente vulnerável da população. Trata-se de familiares próximos de vítimas diretas do crime de homicídio, que vêem as suas vidas alteradas para sempre, na sequência do assassinato de um ente querido. O trauma provocado por este acontecimento brutal, acaba por gerar uma série de necessidades de índole psicológica, jurídica, financeira, de proteção no trabalho, de segurança e ao nível da saúde. O ambiente familiar das vítimas secundárias degrada-se irremediavelmente, a sensação de segurança reduz-se e emerge uma necessidade de proteção no futuro. O sistema não providencia resposta a muitas destas necessidades, mas mesmo aquelas que encontram correspondência em serviços existentes, acabam, muitas vezes por não ser satisfeitas. Ao longo deste trabalho vamos tentar perceber porque é que isso acontece e apresentar propostas que conduzam à solução este gravíssimo problema social.

Palavras-chave: vitimação, vítimas secundárias, proteção, Portugal políticas sociais.

## Abstract

Secondary victims are an extremely vulnerable segment of the population. These are close family members of direct victims of homicide, who see their lives changed forever following the murder of a loved one. The trauma caused by this brutal event ends up generating a series of psychological, legal, financial, occupational, safety and health needs. The family environment of secondary victims is irreparably deteriorated, their sense of security is reduced and a need for protection in the future emerges. The system does not respond to many of these needs, but even those that are matched in existing services often end up not being satisfied. Throughout this work we will try to understand why this happens and present proposals that lead to a solution of this very serious social problem.

Key-words: victimization, secondary victims, protection, Portugal social policies.

## Índice

Introdução	6
<b>I - Enquadramento Teórico-Conceitual</b>	10
1. Conceitos fundamentais	11
2. Estado da Arte	14
3. Relação com as Políticas Sociais	19
<b>II - Investigação Empírica</b>	22
4. Opções Metodológicas	25
5. Apresentação, Análise e Discussão de Resultados	33
5.1. Caracterização sociodemográfica e contextualização da vitimação	34
5.2. Necessidades identificadas	36
5.3. Recurso a apoios	47
5.4. Apoios formais recebidos	50
5.5. Avaliação dos apoios	55
5.6. Perceção de justiça	60
5.7. Apoios disponíveis	64
6. Proposta de Medidas de Política Social Para Apoio às Vítimas Secundárias	67
Conclusão	69
<b>Bibliografia</b>	71
Anexos	

## Introdução

*“O pesar e ansiedade provocados pelo homicídio de um membro da família, não têm paralelo na experiência humana” (Horne, 2003).*

Aos olhos de um jornalista, uma reportagem acerca de um homicídio é muito mais do que o relato das circunstâncias em que se deu o crime, ou dos motivos que conduziram ao desfecho trágico. É também a história de vida daquela pessoa a quem se imputa um assassinato, mas sobretudo a história pessoal da vítima e dos seus entes queridos.

Aos olhos de um juiz, o julgamento de um caso de homicídio ultrapassa a decisão acerca da condenação ou absolvição de um arguido. É também o ato de garantir que a justiça reparará, na medida do possível, os danos causados à família de quem perdeu a vida de forma brutal e inesperada, às mãos de outra.

Posto isto, podemos concluir que o homicídio é um acontecimento com potencial para gerar efeitos duradouros. Não se esgota no momento em que o assassino dispara uma arma, difere facadas, ou espanca alguém até não lhe restar sopro de vida. Este efeito duradouro verifica-se na medida em que se traduz em consequências, não só para a pessoa que é assassinada, como também para os seus familiares e amigos. E é sobre a condição dos sobreviventes que nos pretendemos deter ao longo do presente trabalho.

Causa-nos alguma perplexidade constatar que no âmbito das ciências sociais, predomine a escassez de trabalhos e de estudos acerca destas pessoas que têm de aprender a viver com a morte de alguém que amam, na sequência de um crime violento. E se quisermos encontrar na literatura especializada propostas de soluções para os problemas que afetam este grupo de indivíduos, acabaremos por encontrar uma espécie de deserto académico, apenas pontuado por raros oásis. Portugal não escapa a este diagnóstico. Aliás, será seguro afirmar que *“a literatura florescente acerca do impacto psicológico do crime, negligenciou um grupo de vítimas profundamente traumatizadas: membros das famílias das vítimas do crime de homicídio”* (Amick-McMullan *et al.*, 1989).

Os “*membros da família e outros entes queridos tornam-se vítimas secundárias, muitas vezes chamadas de sobreviventes de homicídio*” (Karmen, 2010, citado por Englebrecht *et al.*, 2016), ou seja, o homicídio não afeta apenas o defunto. Provoca também um sofrimento psicológico acentuado e transversal a todas as pessoas que o rodeiam. Por vezes, estas vítimas, que a literatura especializada denomina como “secundárias”, acabam por somatizar a tristeza, passando a sofrer de problemas de saúde física e mental que as podem acompanhar para o resto dos seus dias.

Além do previamente exposto, é preciso referir que o inevitável contacto com o aparelho judicial, costuma também ser doloroso e desgastante. O nº4 da *Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder*, que resultou da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1985, é algo não muito distante a uma ode à compaixão e ao respeito pela dignidade das vítimas, explicando que estas “*têm direito de acesso aos mecanismos da justiça e a uma pronta reparação do dano que tenham sofrido, nos termos previstos pela legislação nacional*” (Resolução 40/34, 1985), porém a realidade mostra-nos algo completamente diferente. Mostra-nos a morosidade inerente a investigações, processos de acusação e julgamentos. E deixa, igualmente, a descoberto que para as vítimas, nunca, ou raramente, é feita justiça, por mais que os homicidas sejam condenados.

Parece, então, tratar-se de uma espécie de destino inelutável, que condena ao desamparo estas pessoas, que, recorde-se, são, também elas, vítimas. Um destino a que não nos referimos na sua aceção mística, mas como sendo um caminho ao qual é difícil escapar e que parece guiado pela premissa subjacente à Lei de Murphy: “*se algo puder correr mal, então irá, com certeza correr mal*” (Chatterjee, 2015).

Isto porque, quem se transforma em vítima secundária, não só não escolhe pertencer a esta infeliz categoria, como é, também, de alguma forma expropriada das suas vidas, das suas referências, das suas rotinas e, por isso, passam a ter cada vez menos capacidade de escolher de forma lúcida os caminhos que trilham após a tragédia.

Em consequência disto, é frequente estas pessoas perderem, ou verem significativamente diminuída, a sua capacidade para o trabalho, sofrerem quebras de rendimentos e assistirem, impotentes, à degradação significativa da vida familiar.

O que se pode fazer para ajudar estas pessoas sob a perspetiva das ciências sociais, e, mais concretamente, da Política Social? Tentaremos responder a esta interrogação ao longo do trabalho que agora apresentamos.

Seja como for, antes de encontrar resposta para qualquer outra questão, convém perceber se a problemática condição dos referidos sobreviventes cabe no âmbito de estudo da Política Social. Parece-nos claramente que sim e acreditamos que Gould & Kolk (1964) poderiam ter a mesma opinião, se tivermos em conta que no *A Dictionary of the Social Sciences*, por eles coordenado, problema social é definido como *“uma situação que afeta um número significativo de pessoas e é julgada, por estas ou por um número significativo doutras pessoas, como uma fonte de dificuldade ou infelicidade, e considerada suscetível de melhora”*. Afunilando um pouco o critério, convém ainda dizer que a Política Social poderá ser definida como a *“política dos Estados no sentido de produzir um impacto directo no bem-estar dos cidadãos, no sentido de lhes proporcionar determinados serviços”* (Marshal, 2005, citado por Caeiro, 2015, p. 20), daí que a problemática das necessidades das vítimas secundárias e correspondentes apoios, que lhes possam ser concedidos, caiba no âmbito de estudo desta ciência.

Admitindo então, legitimamente, que a abordagem que pretendemos dar ao tema poderá ser digno de uma reflexão sob a perspetiva da Política Social, foi nosso propósito desenvolver uma investigação durante a qual concentrámos toda a atenção nas necessidades deste grupo e, ao mesmo tempo, buscámos algumas soluções que se impõe encontrar.

Desta forma, fomos ao encontro do preenchimento das lacunas detetadas na revisão de literatura efetuada, que raramente dá às vítimas secundárias a importância que estas merecem.

Não deixaremos, por isso, de elencar algumas propostas, que no domínio das políticas sociais, possam contribuir para a resolução ou melhoramento da condição precária em que, invariavelmente, se encontram, até porque *“um dos fatores que modera o impacto de um crime é o modo como a vítima é tratada pelo sistema de apoio disponível”* (Monteiro & Soeiro, 2012, citados por Costa, 2019, p. 60).

Assim, ao longo desta dissertação tentaremos explorar trilhos ainda escassamente desbravados pelas ciências sociais.

Como frequentemente sucede, as circunstâncias pessoais do investigador são também decisivas para a escolha do tema, abordagem e posterior desenvolvimento do processo. Aliás, Duverger (1981), citado por Carmo (2011, p.51) refere que a idade e a geração do investigador, bem como a sua experiência académica, a sua origem social e a sua cultura política, são as principais variáveis constringedoras da investigação em Política Social. A estas, gostaríamos de acrescentar as profissionais. Neste caso, a experiência de 23 anos como jornalista, sobretudo a dos últimos 18, dedicados à vertente criminal, quase determinou este caminho. Ao longo do aludido percurso profissional, tem sido frequente o encontro com pais, filhos, ou cônjuges de vítimas de homicídio que ficam com as respetivas vidas destruídas e esperam incontáveis anos por indemnizações e por justiça. Por vezes, esperam uma vida inteira pela mais elementar demonstração de respeito. Ou seja, ainda antes da revisão de literatura já existia a perceção, de base empírica, ainda que não sistematizada, do problema que nos propusemos analisar.

O **objetivo geral** desta investigação é **conhecer as necessidades sentidas pelas vítimas secundárias do crime de homicídio e qual a sua perceção relativamente aos apoios disponibilizados em Portugal.**

Os **objetivos específicos** centram-se em cinco aspetos:

- Identificar e caracterizar os apoios psicossociais e financeiros existentes em Portugal, para vítimas secundárias de crimes de homicídio.
- Conhecer as necessidades de apoio mais frequentemente sentidas pelas vítimas secundárias do crime de homicídio.
- Compreender que fatores favorecem ou inibem o acesso a esses apoios.
- Conhecer a perceção das vítimas relativamente aos apoios disponibilizados.
- Elaborar propostas e sugestões em matéria de apoios às vítimas de crimes violentos, enquanto medidas de Política Social.

Com base nestes objetivos formulamos a seguinte **pergunta de partida**: Quais são as necessidades das vítimas secundárias em Portugal e de que forma é que estas percecionam os apoios disponíveis?

## I - Enquadramento Teórico-Conceptual

*“A partir dos anos 40 do século XX, surgiram vários trabalhos científicos que elegeram a vítima como objeto de estudo científico” (Costa, 2019, p.45).*

Com a realização desta investigação pretendemos chegar a conclusões que nos permitam uma visão mais compreensiva acerca das necessidades das vítimas secundárias do crime de homicídio, bem como dos apoios de que elas necessitam, daqueles que estão à disposição e de outros que apesar de disponíveis se tornam, por um motivo ou por outro, inacessíveis. Queremos, ainda, elencar soluções que permitam melhorar a qualidade geral dos apoios existentes e levar à criação de outros, até agora omitidos pela lei portuguesa.

No entanto, iremos utilizar como ponto de partida trabalhos de outros autores, provenientes de diversas áreas do conhecimento, tais como a Sociologia, Psicologia, Criminologia, Vitimologia, Ciência Política e, claro está, Política Social, que oferecem contributos importantes para a compreensão e validação do nosso objeto de estudo.

É também importante deixar clara a relação intrínseca entre o fito deste projeto com o âmbito de estudo das ciências sociais, de uma maneira geral, mas mais especificamente com o da Política Social. É isso que faremos a seguir à revisão de literatura que nos indica o estado da arte relativo ao conhecimento existente acerca de vítimas secundárias, bem como à clarificação da base conceitual desta dissertação. É, pois, com a explicitação de alguns conceitos fundamentais que prosseguimos.

## 1. Conceitos Fundamentais

*“As vítimas de criminalidade violenta incluem as denominadas vítimas secundárias, ou seja, os familiares das vítimas desses crimes”* (Fernandes, 2019, pp.:116-117).

O impacto de um homicídio vai muito para além do momento do crime. É mais devastador do que a já de si trágica perda de uma vida. Afeta também aqueles que sobrevivem, mas que não conseguem voltar a viver como antes. Estas ilações, que correspondem ao mais elementar bom-senso, encontram suporte científico e remetem para o novo normal do quotidiano de uma vítima secundária, ou sobrevivente, ou co-vítima, consoante os diferentes autores a queiram denominar.

Por isso, convém detalhar desde já este conceito em toda a sua amplitude, lançando mão a referências encontradas ao longo de uma aturada pesquisa bibliográfica, que incidu sobretudo em autores internacionais, muitos deles dedicados à análise do crime violento e respetivas consequências, mas recorrendo também à consulta da lei que enquadra as questões da vitimação em Portugal.

Começemos por definir o conceito de “vítima secundária”, com recurso a diplomas legais. O nº1 da *Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas de Criminalidade e de Abuso de Poder*, da Organização das Nações Unidas, define vítimas como *“as pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido um dano”*, seja este físico, mental, emocional, económico, ou na forma de *“um atentado importante aos seus direitos fundamentais”* (Resolução 40/34, 1985). Para já estamos no plano das vítimas primárias ou diretas de um crime. Não é esse o nosso objeto de estudo. Esse, vamos encontrá-lo no nº2 da referida declaração que explica que *“o termo ‘vítima’ inclui também, sendo caso disso, os familiares próximos ou dependentes da vítima direta”* (Resolução 40/34, 1985). São estas vítimas, as secundárias, que irão merecer a nossa atenção ao longo da dissertação, designadamente aquelas cujo processo de vitimação se deve a um homicídio.

No que toca à lei portuguesa, o *Estatuto da Vítima* apenas foi aprovado no nosso país a 4 de setembro de 2015, transpondo nessa altura uma diretiva comunitária aprovada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu, pouco menos de três anos antes, a 25 de outubro de 2012.

Como se percebe, foi tardio o despertar para as questões da vitimação, no velho continente e, mais especificamente, em Portugal. No entanto, a legislação que passou a vigorar dedica algumas linhas às vítimas secundárias. No artigo 67º-A, alínea a), subalínea ii) delibera-se que vítimas são também “os familiares de uma pessoa cuja morte tenha sido causada diretamente por um crime e que tenham sofrido um dano em consequência dessa morte” (Lei nº 130/2015, 2015).

Muito antes da aprovação de qualquer estatuto que apoie as vítimas, já o “homicídio” era o ilícito criminal para o qual a generalidade dos sistemas penais reserva castigos mais severos. Estamos, pois, na presença de outro dos conceitos fundamentais para este trabalho, até porque remete para *“uma rara, mas séria forma de violência interpessoal, que gera choque e incompreensão na sociedade em geral”* (Liem et al., 2019). No dicionário, “homicídio” é definido como *“crime de quem mata outrém (ex.: homicídio involuntário, homicídio simples, homicídio qualificado, homicídio voluntário)”* (Dicionário Priberam, s.d.) e na vida real, no mundo cá fora, o alcance deste ilícito é gerador de uma quantidade significativa de vítimas para além daquelas que perdem a vida. Isto mesmo é referido por Connolly e Gordon (2014), que citam Gross (2007) e Kilpatrick & Acierno (2003) para indicar um intervalo entre seis e dez co-vítimas originadas por cada homicídio consumado. No entanto, como as *“co-vítimas não são incluídas em estatísticas criminais os números exatos são difíceis de verificar”* (Armour, 2002 e Sprang et al., 1989, citados por Brown & Crego, 2019).

Por muito negligenciadas que sejam pelas estatísticas, as vítimas secundárias, *“experimentam o trauma do crime”* (Simmons et al. 2014), e, muitas vezes, vivem um constante e sucessivo processo de revitimação, uma vez que a morte do seu ente querido significa mais do que o fim abrupto de uma vida. Significa também o início de um processo para o qual não estão preparadas, entre outros fatores, pelas *“tremendas dificuldades em navegar no sistema criminal de justiça”* (Reed, 2022). Uma vez que *“o tribunal pode ser uma experiência extremamente decepcionante, com uma percepção de tratamento injusto”* (Brown & Crego, 2019), o conceito de “justiça” reveste-se de uma indiscutível importância para a análise que nos propomos fazer.

Mas se é verdade que *“o sentimento de justiça é um fator importante que pode reduzir o impacto do dano. O apoio também é um fator crucial”* (Ronel, 2015). Daí termos também de nos deter nas consequências que o homicídio transporta para a vida quotidiana,

consequências estas que desencadeiam problemas vários, que para serem resolvidos, requerem apoios, não somente jurídicos, mas de índole diversa. Aliás, o governo “é responsável por compensar os cidadãos quando eles se tornam vítimas” (Davis *et al.*, 2021), daí que a questão dos apoios não deva (nem possa) ser ignorada.

Estando justificada a relevância do conceito de “apoio”, torna-se evidente que teremos igualmente de trabalhar o conceito de “necessidade”, até porque é por causa das necessidades, entretanto espoletadas, que os apoios passam a ser imprescindíveis. Ora, a vida dos familiares das vítimas de homicídios “é alterada para sempre após a perda de um ente querido assassinado” (Aldrich & Kalivavalil, 2013). Nada volta a ser como antes. Na sequência do trágico evento da morte de um familiar próximo, as vítimas secundárias têm de reaprender a viver. Têm de começar do zero, ou mesmo da cave ou da subcave, tantas são lacunas entretanto vindas à tona. Nunca antes estiveram tão frágeis e expostas, com tantas necessidades por preencher. Mais à frente detalharemos a forma pela qual se processam estas transformações imensas e quais as suas consequências.

Para concluir a clarificação conceitual desta dissertação, convém perceber a importância do conceito de “trauma”, definido no dicionário como “agressão ou experiência psicológica muito violenta” (Dicionário Priberam, s.d.). Pelo exposto previamente é fácil prever o consenso existente entre os autores que estudam o fenómeno da vitimação, acerca das consequências nefastas de um homicídio, para os sobreviventes. A primeira das quais, reveste-se de carácter duradouro e está na origem de quase todas as outras: referimo-nos aos danos psicológicos. “A perda abrupta, imprevista e devastadora empurra os sobreviventes para um terreno que é completamente estranho e caracterizado por uma angústia que aumenta e consome continuamente à medida que o choque inicial diminui gradualmente.” (Aldrich & Kalivavalil, 2013).

Posto isto, temos que o homicídio gera, quase sempre, vítimas secundárias. Estas sofrem um trauma e confrontam-se com novas e inesperadas necessidades, de grande monta, por sinal. Precisam, por isso, de apoio e, como seria de esperar tendo em conta a natureza humana, clamam por justiça. Este encadeamento remete para a análise do trabalho de outros autores, os que chegaram antes de nós e que serviram para encontrarmos um rumo neste caminho de conhecimento, que nos levará a conhecer melhor o processo de vitimação, sobretudo o que diz respeito às vítimas secundárias, em Portugal.

## 2. Estado da Arte

“A irmã de uma vítima de homicídio não resolvido, desenvolveu medo de ter pessoas a andar atrás dela e passou a proibir o namorado de andar atrás dela” (Burgess, 1975).

*“As co-vítimas de homicídio são especialmente vulneráveis e sofrem uma série de danos à sua saúde mental”* (Magee *et al.*, 2023) - Esta é uma das conclusões mais óbvias e consensuais a que chegam a maioria dos investigadores cujas obras consultámos.

Um trabalho desenvolvido nos Países Baixos, reporta as consequências de um homicídio como duradouras, graves e, por vezes, até incapacitantes, para algumas vítimas secundárias, pelo que é desejável que haja *“cuidados de longo prazo e apoio para este grupo”* (van Wijk *et al.*, 2017).

*“Um estudo recente, realizado com 47 participantes que perderam um ente querido por homicídio numa cidade dos Estados Unidos, mostrou uma estreita relação entre esse evento e o desencadeamento de problemas psicológicos”* (da Costa *et al.*, 2017). Esta informação recolhida do lado de lá do Atlântico por uma equipa de investigadores brasileiros, corrobora o que já aqui foi exposto, reforçando o tema da vitimação secundária e a importância da aquisição de conhecimento acerca do novo normal que a determinada altura este grupo de pessoas tem de enfrentar.

Mais longe vão Hertz *et al.* (2005) ao citar os resultados da investigação de Amick-McMullan *et al.* (1989), realizada nos Estados Unidos, e ao longo da qual se concluiu que 50% das co-vítimas de homicídio desenvolveram pelo menos um sintoma de Perturbação de Stress Pós-Traumático e que 23% destas evoluíram para uma sintomatologia total da referida desordem de carácter psicológico.

Quase 20 anos depois, também nos Estados Unidos, Magee *et al.* (2023) constata que os indivíduos que perdem um membro da família na sequência de um homicídio, têm maior probabilidade de vir a ter um diagnóstico de saúde mental nos 12 meses seguintes.

Em Portugal, Fernandes (2019, p.117) defende que para além do sofrimento emocional imediato, não há dúvidas que muitas vítimas de crimes violentos, senão mesmo todas, acabam por sofrer danos psicológicos muito significativos durante muitos anos.

O impacto da vitimação secundária é como uma caçadeira de canos cerrados, que apenas é disparada uma vez, mas que pode, no entanto, atingir alvos múltiplos por via da dispersão dos chumbos. E se é verdade que para disparar uma caçadeira de canos cerrados, ainda assim, é precisa alguma pontaria, os processos de vitimação causam, inevitavelmente, danos. Segundo Filizzola & Lopez (1995) citados por Costa (2019, p.60), o referido impacto pode ser aferido em diversos quadrantes da vida das vítimas secundárias, sejam eles profissionais, financeiros, sociais, familiares e subjetivos (estes passíveis de alterar, por exemplo, a qualidade das relações sociais, aumentando, conseqüentemente, o sentimento de insegurança generalizada).

As conseqüências que um homicídio transporta para a vida dos sobreviventes vão para além dos problemas de foro psicológico. *“Os membros da família também são forçados a lidar com uma miríade de pessoas e organizações desconhecidas, questões urgentes e repetitivas, procedimentos desumanizantes e outras intrusões indesejáveis no que deveria ser um luto privado.”* (Aldrich & Kalivavalil, 2013)

Huang (2018), investigadora de Taiwan, refere-se às necessidades práticas que este grupo de pessoas enfrenta, tais como as de natureza médica, financeira, ocupacional, educacional, securitária e jurídica. Na verdade, todas estas dimensões acabam por estar interligadas, conforme se poderá constatar daqui em diante, mas detenhamo-nos nesta última categoria de necessidades, as jurídicas, uma vez que a interação com o sistema judicial pode ser penosa para quem se encontra fragilizado na sequência de um acontecimento devastador. Aliás, constata-se que os sobreviventes tendem a afirmar que o encontro com a justiça “não significa bem-estar. Na verdade, esse conceito era praticamente incongruente” (Armour & Umbreit, 2012) com as circunstâncias em que as co-vítimas se encontravam. Van Wijk *et al.* (2017) afirmam mesmo que os “problemas emocionais e psicológicos podem piorar durante a investigação criminal e até à leitura da sentença”.

Lançando um olhar sobre a realidade portuguesa, verificamos que aos problemas emocionais, provocados pelo contato com o sistema criminal e de justiça, podem juntar-se os financeiros, porque obter apoio judiciário no nosso país, tendo em conta os critérios legais, é praticamente impossível, mesmo para alguém pertencente à chamada classe média-baixa. Guia (2016) refere, a propósito disto, que *“quase tem de se viver de forma indigente*

*para beneficiar da isenção”* do pagamento das Unidades de Conta, procedimento indispensável para se interpor qualquer ação em tribunal.

*“A procura ativa por justiça pode ser uma forma de desenvolver uma estratégia positiva para lidar com os acontecimentos, caso as vítimas tenham serviços de apoio sólidos a dar-lhes suporte. Neste sentido, ajudar as vítimas a enfrentar o sistema judicial, deve estar entre os objetivos do apoio à vítima”.* (Huang, 2018). Não queremos com isto dizer que as vítimas secundárias devam evitar a demanda por justiça. Aliás, fazer justiça é uma das condições essenciais para que as feridas possam sarar. O problema não está no final da história, mas sim no caminho para lá chegar, que é, geralmente, tortuoso.

Mas as estruturas de apoio nem sempre funcionam, tal como veremos mais à frente. E para tornar toda esta problemática ainda mais complexa, os vícios do sistema não se esgotam nas esferas jurídica e psicológica.

Lanying Huang realizou uma pesquisa empírica com 312 vítimas de crime violento, das quais 192 eram familiares de vítimas de homicídio. As conclusões alcançadas pela investigadora da Ilha Formosa permitem-nos ter uma visão ampla e detalhada acerca das consequências mais óbvias que um homicídio tem na vida dos sobreviventes.

*“O impacto na vida familiar foi seleccionado pela maioria das vítimas (88,1%), seguido pelo impacto ocupacional (51,6%) e redução dos rendimentos familiares (32,7%). Cerca de um quarto dos inquiridos mudou de casa mais do que uma vez após o incidente violento. Quando questionados, no entanto, acerca do impacto mais devastador, mais de um terço escolheu a redução do orçamento familiar (37,8%) seguida da deterioração da atmosfera familiar (19,9%)”.* (Huang, 2018)

Os resultados anteriormente referidos estão em conformidade com as conclusões que uma equipa de investigadores norte-americanos obteve no final dos anos 90 do século passado e que referem as necessidades dos sobreviventes como sendo de ordem diversa, o que exige uma capacidade e uma eficácia às estruturas de apoio à vítima que, na realidade, dificilmente se irão verificar. Estas têm de estar preparadas para fornecer “assistência material, como alimentos de emergência, abrigo, roupas ou dinheiro; substituição de documentos; assistência ao realojamento; e outros serviços destinados a ajudar as vítimas a recuperar o controle sobre as suas vidas” (Davis *et al.*, 1999).

Na realidade, existem lacunas evidentes entre os serviços disponíveis e os serviços expectáveis. Perante isto, é possível estabelecer o perfil dos indivíduos mais insatisfeitos com o sistema que, para Huang (2018), são os que *“sofrem de dificuldades financeiras pós-crime”* e que ainda aguardam por justiça. Ou seja, estamos a falar de pessoas que têm a vida completamente em suspenso.

O que nos propomos fazer ao longo da dissertação que encerrará esta etapa de mestrado é, sobretudo, conhecer as necessidades sentidas pelas vítimas secundárias do crime de homicídio e qual a sua perceção relativamente aos apoios psicossociais, financeiros e jurídicos disponibilizados, daí que a pesquisa empírica de Lanying Huang se assuma como uma referência sob o ponto de vista teórico, para este trabalho. A investigadora revela que 83% dos participantes do seu estudo beneficiaram de algum tipo de serviço, mas nem isso impediu que 66,3% destes beneficiários tenham reportado insatisfação relativamente à ajuda obtida (Huang, 2018), o que é sintoma de que talvez algo (ou muito) tenha de ser afinado no que diz respeito à estratégia de apoio à vítima.

É preciso analisar estes dados com atenção, porque se por um lado há quem aceda aos apoios disponíveis e fique insatisfeito, por outro, há quem nem sequer chegue perto de qualquer tipo de ajuda. Esta segunda premissa parece bizarra ou improvável, tendo em conta que nos referimos a uma população que precisa, e muito, de ajuda. Mas o que é certo é que *“algumas vítimas não receberam serviços não porque não precisassem de serviços, mas porque as suas circunstâncias individuais dificultaram o seu acesso aos serviços necessários”* (Huang, 2018).

Esta situação ambígua acaba por reforçar a escolha de algumas questões colocadas por outros tantos objetivos específicos da futura dissertação, que visam, por um lado, compreender os fatores que favorecem ou inibem o acesso a esses apoios e, por outro, conhecer a perceção das vítimas relativamente aos apoios disponibilizados.

Não há forma de saber durante quanto tempo perduram os efeitos de um crime de homicídio nas vidas dos sobreviventes. Assume-se que possam permanecer para sempre, mas, no entanto, é preciso encontrar mecanismos para que estas vítimas secundárias consigam continuar a viver e, já agora, com qualidade. Van Wijk *et al.* (2017) dizem-nos que 28 indivíduos monitorizados durante cinco anos demonstraram, genericamente, que as dificuldades vão diminuindo ao longo do tempo. Huang (2018) refere que algumas das

peças com quem trabalhou estavam num processo de vitimação há 17 anos e ainda se encontravam nesse patamar.

Por todos os motivos anteriormente aludidos, é importante saber mais acerca dos apoios destinados a vítimas de crimes violentos, uma vez que remetem para uma parcela significativa da população. Ora, se tivermos em atenção que os efeitos dos processos de vitimação poderão durar pelo menos 17 anos (ou talvez uma vida inteira) e que cada homicídio gera entre seis a dez vítimas secundárias, podemos cruzar estes dados com aqueles que nos são apresentados pelo Relatório Anual de Segurança Interna (IASI). Este indica-nos que nos últimos 17 anos, ou seja, entre 2006 e 2022, foram assassinadas 1974 pessoas em Portugal (Sistemas de Segurança Interna 2007-2023). Esta cifra referente a homicídios poderá ter gerado 11 844 e 19 740 vítimas secundárias.

Confrontando estes dados com a definição de problema social, anteriormente, apresentada, torna-se evidente que a temática desta investigação se insere nessa categorização, pelo que constitui nosso dever, enquanto investigador, tentar dar contributos para encontrar soluções.

### 3. Relação com as Políticas Sociais

*“A criminalidade violenta desafia o tecido da nossa sociedade e o nosso modo de vida”*

(Fernandes, 2019, p.117).

“Pode definir-se Política Social como um sistema de políticas públicas que procura concretizar funções económicas e sociais do estado, com o objectivo de promover a coesão social e a condução colectiva para melhores patamares de qualidade de vida” (Carmo, 2011, p.40). Esta definição deixa claro o objeto de estudo da política social. Cabe-nos a nós encontrar nas suas entrelinhas, pontos de contato com o caminho que pretendemos trilhar ao longo desta dissertação.

Na verdade, parece-nos evidente que a identificação das necessidades das vítimas secundárias do crime de homicídio e subsequente apresentação de propostas que possam mitigar o seu sofrimento, encaixam perfeitamente numa perspetiva de *“condução coletiva para melhores patamares de vida”*.

Na nossa opinião, as repercussões das questões relacionadas com a vitimação vão muito para além do individual e este aspeto é também decisivo para colar os problemas das vítimas secundárias à Política Social. Englebrecht (2016) debruçou-se sobre estas perspetivas e concluiu que várias vítimas secundárias descreveram a *“forma como o homicídio mudou a sua personalidade”* e *“influenciou os seus relacionamentos com os outros”*. Portanto, as consequências do mais terrível dos crimes extravasam as quatro paredes que abrigam o agregado familiar afetado, refletindo-se também no tecido social, na saúde e, já agora, na economia, pois afetam a produção de riqueza. Sem prejuízo destas considerações, é importante saber mais acerca do assunto em apreço, porque este atinge um número considerável de pessoas, algo que já comprovámos anteriormente através de números.

Mas podem estas constatações, por si só, ser suficientes para que os problemas da vitimação passem também a estar na mira da Política Social e não sejam apenas terreno fértil para a Vitimologia? Ora, a Vitimologia é o *“estudo dos efeitos de um crime ou de uma situação sobre a vítima, nomeadamente a nível psicológico”* (Dicionário Priberam, s.d.). No entanto, essa mesma ciência *“desenvolveu modelos teóricos de interpretação do processo de vitimação e aprofundou o conhecimento acerca do impacto da vitimação valorizando uma*

*dimensão aplicada, útil para a intervenção social*” (Costa, 2019, p.43). É a partir deste pressuposto que a Política Social passa a ser parte interessada no assunto.

Aliás, *“no estudo científico da vítima e do processo de vitimação, a Vitimologia combina saberes da Criminologia, do Serviço Social, da Psicologia, da Ciência Política, das Ciências Jurídicas, da Economia, entre outras*” (Costa, 2019, p.46). Parece-nos então chegados à evidência de que as tão desejadas multidisciplinaridade e complementaridade de saberes entre as ciências sociais, podem encontrar terreno fértil no estudo dos processos de vitimação, designadamente no estudo das necessidades das vítimas secundárias de homicídio, bem como dos apoios necessários para mitigar os problemas que as afetam.

Há custos intangíveis que derivam da criminalidade que *“incluem a dor e o sofrimento de vítimas de crimes e uma diminuição da sua qualidade de vida*” (Fernandes, 2019, p.118). Como tal, parece-nos evidente que a cada crime violento, a cada homicídio, gera-se também (pelo menos) um problema social, que pode ser definido como uma *“alegada situação incompatível com os valores de um significativo número de pessoas, que concordam ser necessário agir para alterar”*. (Rubington & Weinberg, 1995, citados por Carmo, 2019, p.100). E é à Política Social que cabe fornecer instrumentos que possam depois concretizar-se sob a forma de políticas públicas que conduzam *“à resolução dos problemas mais prementes das pessoas”* (Caeiro, 2015, p.22), até porque *“existe uma relação directa entre Estado Providência e política social, no sentido de que não é possível falar de um sem aceitar que nele existe o segundo”* (Caeiro 2015, p. 19).

As premissas do Estado Social estão aqui expostas, uma vez que este é *“o Estado cuja intervenção se dirige de forma específica para a melhoria do bem-estar da população”* (Caeiro, 2015, p.200). Nas sociedades atuais, as instituições servem para apoiar os cidadãos em situações específicas e para tentar resolver algumas das suas fragilidades em prol do bem comum.

Historicamente, nem sempre o Estado assumiu esta responsabilidade como sua, nem sob o ponto de vista constitucional, nem sob o ponto de vista prático, mas *“a progressiva centralização do poder nas mãos do soberano que se registou concomitantemente com a degradação da sociedade do Ocidente medieval, deu origem a um modelo de Estado a quem alguns autores chamaram Estado Protector”* (Rosanvallon, 1984, citado por Carmo, 2019, p.125). Foi preciso, porém, esperar vários séculos para que as sociedades ocidentais

começassem a fundar a matriz marcadamente social que hoje apresentam. Isso acontece com o advento da revolução industrial, época durante a qual, após muitas greves, manifestações, reivindicações e vidas perdidas num cenário a que os marxistas chamaram de luta de classes, *“o Estado passou a assumir como sua finalidade o bem-estar social, sendo a política social consequência desta mudança”* (Carmo, 2019, p.144).

Mais de um século passou desde a emergência da sociedade industrial e hoje temos que *“as políticas sociais podem ser desenhadas numa perspetiva macro de intervenção na sociedade global ou para apoiar diretamente o indivíduo, a família e os grupos”* (Amaro, 2019, p.15). E eis-nos então de regresso ao ponto de partida desta dissertação, ao longo da qual tentaremos ***conhecer as necessidades sentidas pelas vítimas secundárias do crime de homicídio e qual a sua perceção relativamente aos apoios disponibilizados em Portugal***. É este o nosso objetivo geral. E sob esta perspetiva, acreditamos ser no escopo da Política Social que poderemos encontrar as respostas e as soluções que tanto procuramos, uma vez que *“as políticas sociais, sendo políticas públicas, dirigem-se à resolução de problemas identificados na estrutura e no funcionamento da sociedade e das comunidades que a compõem”* (Cardim, 2009, citado por Carmo, 2019, p. 159).

## II - Investigação Empírica

*“A produção de investigação vitimológica é fundamental para o desenvolvimento de políticas e respostas sociais que possam promover a segurança e o equilíbrio emocional das vítimas”*

(Caridade, 2017)

Antes de nós, outros investigadores já estudaram as vítimas secundárias do crime de homicídio. Antes de nós, outros investigadores já analisaram a necessidade de lhes atribuir apoios psicossociais e financeiros, bem como a forma de transformar estes apoios em benefícios reais. Antes de nós, outros investigadores já tentaram identificar lacunas nos serviços de apoio às vítimas. Como tal, o suporte teórico desta dissertação não poderia ser outra coisa que não uma aturada revisão de literatura, centrada, sobretudo, em autores estrangeiros que possuem obra publicada neste campo.

Mas depois de conhecer o estado da arte na investigação sobre o tema, urge fazer a aproximação à realidade quotidiana da população estudada, conhecer verdadeiramente as necessidades mais prementes das vítimas secundárias do crime de homicídio, e dar-lhes a voz, que, até pelas circunstâncias de fragilidade e vulnerabilidade em que se encontram, nem sempre conseguem fazer ouvir. Só desta forma, poderemos, em fase posterior deste trabalho, chegar à elaboração de propostas que se possam constituir como válidas para resolução e/ou minimização dos seus problemas.

Já referimos anteriormente que nos últimos 17 anos, 1974 pessoas foram assassinadas em Portugal (Relatórios Anuais de Segurança Interna 2007-2023), o que reforça a ideia, anteriormente avançada, de que estamos na presença de um problema social.

Nesta linha, convém, igualmente, ter em conta um outro indicador que, tantas vezes, passa despercebido ao grande público, até porque é comum que, no discurso político dos sucessivos governos, tem sido recorrente a exaltação à segurança do país, habitualmente apontado, aliás, como um dos mais seguros<sup>1</sup> do mundo: Segundo informação do Pordata, Portugal tem uma média de homicídios por 100 mil habitantes (0,8), superior à média europeia (0,7). A referida estatística de assassinatos no nosso país, é duas vezes superior à da

---

<sup>1</sup> Convém, neste ponto referir que parece existir neste discurso político alguma má-interpretação conceptual entre aquilo que são países pacíficos (em que realmente Portugal pontua entre os primeiros lugares) e países seguros (em que os índices nacionais já não são tão favoráveis, como demonstramos acima).

Alemanha (0,4) e à da Itália (0,4), é o quádruplo da da Irlanda (0,2) e é também superior à da Espanha (0,6) e à da Grécia (0,7), país com o qual tantas vezes somos comparados por causa dos índices económicos<sup>2</sup>.

Estes valores dizem respeito a 2020 e reforçam-nos a certeza de que o país tem, de facto, um problema social para resolver, nesta matéria.

Assim, a referência política a Portugal como o terceiro ou quarto país mais seguro do mundo, referem-se à classificação do Global Peace Index, que assenta o seu critério em 23 indicadores e em três grandes categorias: “conflitos internacionais e domésticos em curso”, “segurança e proteção da sociedade” e “militarização”. Com base neste critério, Portugal ocupa neste momento o sétimo lugar no ranking mundial. Para que se tenha uma ideia, a Ucrânia e a Rússia, dois países em guerra, ocupam o 157º e 158º lugares do ranking, respetivamente, em 163 possíveis. O último classificado é o Afeganistão, o primeiro é a Islândia<sup>3</sup>.

Considerando que era essencial analisar, numa perspetiva comparativa internacional, a situação portuguesa, em matéria de homicídios, retomaremos a temática central da nossa investigação, isto é, as necessidades das vítimas secundárias, que, como apurámos, não são poucas, nem pouca coisa.

E a verdade é que só recentemente os decisores começaram a tomar em consideração estas vítimas e respetivas necessidades e circunstâncias específicas, mas, ainda assim, não o têm feito com tanta premência quanta se justificaria.

Aliás, só nos anos 70 do século XX é *“que o Conselho da Europa começou a evidenciar algumas preocupações com as questões da vitimação, envolvendo-se numa procura ativa de diferentes respostas que permitissem salvaguardar os direitos e os interesses das vítimas”* (Saavedra, 2016, citado por Caridade, 2017).

Na tentativa de contrariar o comumente referido desfasamento entre as medidas de política e as circunstâncias e problemas reais das populações-alvo, foi nosso propósito, nesta investigação, procurar respostas baseadas na realidade, tal como ela é, efetivamente, vivenciada pelos indivíduos, nos seus quotidianos.

---

<sup>2</sup> <https://www.pordata.pt/Europa/Taxa+padronizada+de+mortalidade+por+homicidio-3589>, consultado a 26 de Agosto de 2023.

<sup>3</sup> <https://www.visionofhumanity.org/maps/#/>, consultado a 10 de Setembro de 2023.

Fomos, então, ao encontro de pessoas que nos contaram as suas histórias pessoais. Histórias que o investigador tem de olhar e analisar de forma objetiva e desapaixonada, mas que, e aqui a subjetividade do investigador acaba por emergir, são histórias que doem e incomodam o ser humano comum, mesmo aquele que, como nós, está investido do papel de investigador.

Tratou-se, então, de, ouvindo as vítimas, e também profissionais que se constituíram como informadores qualificados, perceber se o Estado Social e as políticas sociais têm conseguido valer a estas vítimas secundárias, que vivem com as consequências de uma perda brutal, que chegou sem aviso prévio.

*“Os princípios básicos da justiça são o acesso à justiça e ao tratamento justo; à restituição e à compensação e assistência (incluindo assistência material, médica, psicológica e social, através de uma utilização compreensiva recursos governamentais, não governamentais ou de base voluntária)” (Costa, 2019, p.53).*

## 4. Opções Metodológicas

*“A pesquisa qualitativa é aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais” (Bardin, 1977, citado por Cavalcante, 2018)*

Longe vão os tempos em que os investigadores não tinham outra escolha senão passar incontáveis horas, dias, semanas ou meses, encerrados em bibliotecas para consultar fontes de qualidade que servissem de suporte aos seus trabalhos académicos. Nos dias que correm, *“não pode deixar de sublinhar-se a enorme vantagem do recurso a bases de dados remotas”* (Carmo, 2011, p.62) para a prossecução de uma boa revisão de literatura. No nosso caso, a *Web of Science* foi a base de dados que serviu como garante de uma pesquisa capaz. As *keywords* mais usadas nessa busca foram *“secondary victim”, “homicide”, “justice”, “needs”, “support”* e *“trauma”*. Várias vezes foram feitas combinações entre as várias *keywords*, por forma a obter resultados mais afunilados. Eis alguns exemplos: *“secondary victim AND needs AND justice”,* ou *“homicide AND secondary victim\* AND support”*. De uma maneira geral, consideramos que os resultados da pesquisa acabaram por ir ao encontro das necessidades deste trabalho.

Com um suporte teórico consolidado pela revisão de literatura, foi-nos possível dar início à investigação empírica de natureza exploratória e qualitativa, na qual fizemos uso da técnica de entrevista semiestruturada, em profundidade, centrada, sobretudo, na qualidade da informação e não na sua quantidade. São estes os nossos princípios e sabemos que este *“tipo de abordagem, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos, referentes a grupos particulares, propicia a criação de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação”* (Cavalcante et al., 2018).

Identificámos à partida um objeto de estudo observável, coerente, com os recursos disponíveis (tempo, informação disponível, recursos materiais, humanos, financeiros, etc.) (Carmo, 2011, p.61) e foi com esta premissa que partimos para o terreno, onde queremos proceder à identificação dos danos materiais, físicos, psicológicos e emocionais sofridos pelos sobreviventes, bem como as suas necessidades.

Centrou-se, nestas questões, o primeiro foco das entrevistas, ao qual se seguiu a identificação dos apoios existentes de índole psicossocial, jurídica, material e financeira, bem como da forma como as referidas vítimas interagem com esses apoios e como os classificam sob o ponto de vista da suficiência e do acesso. Daí acreditamos na adequação total da abordagem qualitativa a este trabalho, uma vez que este é *“caracterizado pela empiria e pela sistematização progressiva do conhecimento até à compreensão lógica interna do grupo ou do processo estudado”* (Turato, 2005, citado por Cavalcante et al., 2018).

O guião das entrevistas foi elaborado de forma a dar margem aos entrevistados para contarem, com alguma liberdade<sup>4</sup>, as suas experiências pessoais no âmbito dos processos de vitimação pelos quais estão a passar. Por outro lado, os referidos guiões estão estruturados também de forma a extrair respostas que preencham as necessidades de informação acerca das necessidades das vítimas secundárias, apoios disponíveis, suficiência dos mesmos e respetivo processo de acesso. Balizadas desta forma, acreditamos que as entrevistas e as respostas obtidas, estariam à altura da necessidade de criar categorias de análise que nos permitissem sistematizar a informação.

As categorias de análise mediante as quais iremos trabalhar a informação obtida nas entrevistas são as seguintes:

- Necessidades sentidas
- Recurso a apoios
- Apoios Formais recebidos
- Avaliação dos apoios
- Perceção de justiça
- Apoios existentes

Do ponto de vista do número de entrevistas realizados, guiámo-nos pelo critério de saturação da informação, opção perfeitamente aceitável, num estudo que, como referimos se assume como sendo de natureza exploratória.

A saturação da informação pode definir-se como *“a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador,*

---

<sup>4</sup> Esta liberdade, se desejável e, até, recomendável, neste tipo de entrevista, é-o, por maioria de razão, quando, como no nosso caso, os conteúdos se revestem de uma fortíssima carga emocional para os entrevistados.

*uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados” (Turato et al., citado por Cavalcante et al., 2018). Sabemos que este critério implica que o investigador se preocupe “menos com a generalização e as generalidades e mais com o aprofundamento, a abrangência e a diversidade no processo de compreensão” (Minayo, 2017).*

Por fim, pretendemos que, com esta investigação, possamos aportar um contributo para esta área de estudo em Portugal, identificando as lacunas do sistema, de modo a que prover indicações ou, pelo menos, sugestões de estratégias que, no plano das políticas sociais, ajudem a melhorar a qualidade dos serviços e, conseqüentemente, ajudem também a perseguir o objetivo de proteger este segmento vulnerável.

Este objetivo é tanto mais importante quanto percebemos que alguns dos problemas relativos aos processos de vitimação identificados há décadas, persistem nos dias de hoje: “o estudo de Knudten et al. (1976) sugere que muitas vítimas simplesmente não sabem que há ajuda disponível” (Davis, 1999).

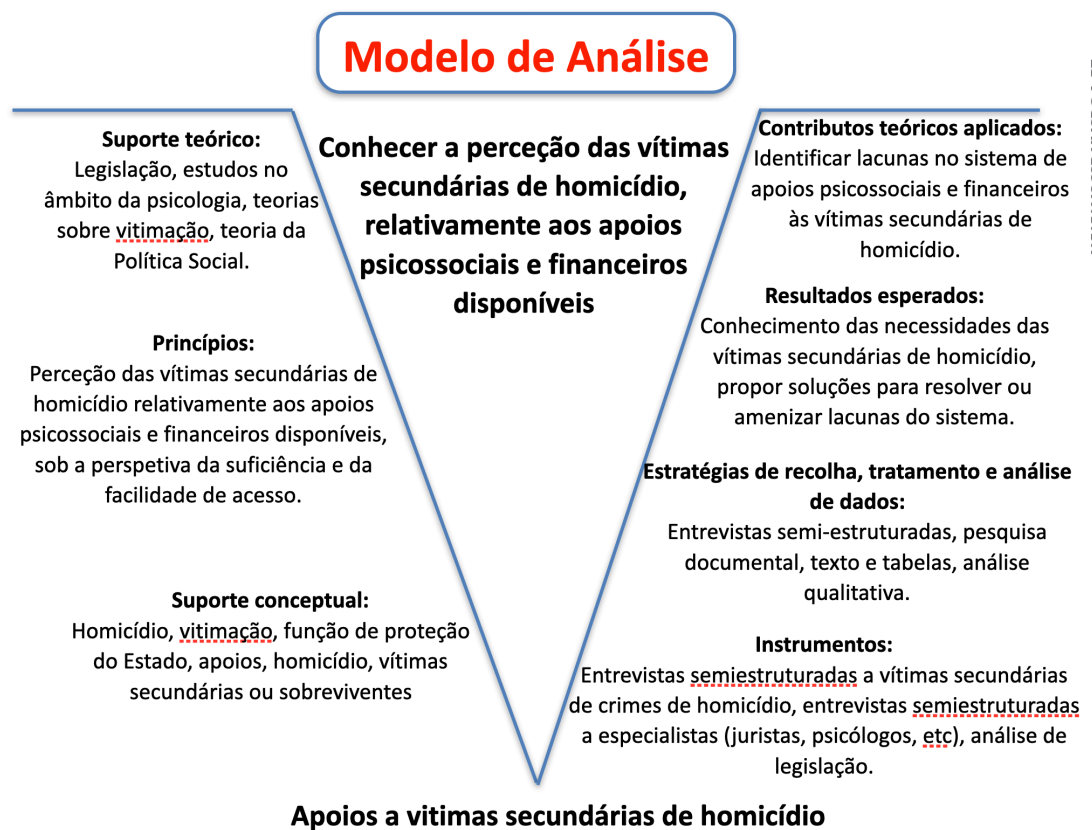
Complementarmente, e como já mencionámos, pareceu-nos fundamental ouvir informadores qualificados, nomeadamente um jurista e uma técnica da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) que, pela sua experiência e conhecimentos, forneceram informação relevante, designadamente, para a concretização do último dos nossos objetivos específicos. Desta forma pudemos compreender de uma forma mais ampla o trabalho que tem sido realizado no terreno, em Portugal, na área da vitimologia.

Procedemos, depois, à análise de conteúdo das entrevistas realizadas. Relativamente a esta técnica, “*aceita-se que o seu foco seja qualificar as vivências sujeito, bem como as suas percepções sobre determinado fenómeno*” (Bardin, 1977, citado por Cavalcante et al., 2018). Em simultâneo, realizámos análise documental adicional, particularmente de carácter legislativo, tanto da legislação portuguesa, quanto de algumas diretivas internacionais sobre processos de vitimação e sobre o crime de homicídio.

No final da investigação, que agora apresentamos esperamos, contribuir, com sugestões de medidas, que possam assegurar e incrementar a proteção deste segmento de pessoas, vulnerabilizadas pela sua condição de vitimação.

Fazemo-lo, seguindo o princípio de que a Política Social enquanto ação pública só ganha verdadeiro sentido quando faz a diferença nas vidas das populações e quando promove “coesão social e a condução coletiva para melhores patamares de qualidade de vida” (Carmo, 2011).

Fonte: Autoria própria



Não resta qualquer dúvida que o grupo de pessoas que constitui o nosso universo de estudo, corresponde a uma parcela da população extremamente fragilizada e até de difícil acesso para um investigador. Porém, e para a prossecução dos objetivos metodológicos propostos, a experiência profissional de 23 anos na área do jornalismo facilita o acesso a fontes que, de outra forma estariam vedadas, ou que seriam, pelo menos, de alcance muito complicado.

“Torna-se fundamental que a condução de uma qualquer investigação neste domínio observe um maior cuidado no que às questões éticas diz respeito” (Caridade, 2017). Como tal, a salvaguarda do bem-estar dos indivíduos que aceitaram colaborar no estudo por nós

desenvolvido será sempre uma prioridade, uma vez que os princípios éticos não devem, nem podem, sob nenhum pretexto ser negligenciados numa pesquisa empírica com estas características.

Entenda-se que a preocupação aqui partilhada *“não implica necessariamente que tenha que se proceder a uma exclusão destas populações da investigação vitimológica (...) interferindo assim com a oportunidade de poderem partilhar a sua experiência e assim contribuir para prevenção dos fenómenos de vitimação”* (Caridade, 2017). Aliás, sobre este assunto, convém recordar as palavras de Aldrich e Kalivavalil (2013):

*“A angústia de uma perda por homicídio não tem uma duração limitada no tempo; é duradoura, transformadora e uma experiência indelével de sofrimento. E quando testemunhamos isso, temos que escolher uma e outra vez chegar suficientemente perto para acompanhar, estar onde é preciso — ou escolher qualquer uma das inúmeras maneiras de simplesmente não fazer nada”.*

Wellman e Meitl (2020) que efetuaram um estudo com pais que perderam filhos, a maioria deles em circunstâncias violentas, citam Creswell (2007), para justificar a opção por entrevistas semidiretivas, que limitam a intrusão do investigador. Estas entrevistas decorreram num local escolhido pelo sobrevivente e que fosse confortável para ele. Esta linha de orientação encaixa nas nossas opções metodológicas.

Outros autores denotam profundo cuidado com o bem-estar e integridade dos participantes neste tipo de investigações, tentando diminuir riscos e maximizar benefícios. Durante a revisão de literatura deparámo-nos com uma estratégia interessante para triagem de casos e abordagem de vítimas, que irá de alguma forma nortear a nossa conduta no terreno. Tendo em conta *“os riscos inerentes a uma pesquisa com sobreviventes de crimes violentos (incluindo o potencial de revitimização), decidimos estudar (...) narrativas de casos que são públicos”* (Kosenko & Laboy, 2014), ou seja, casos que foram notícia em órgãos de comunicação social nacional.

Na realidade, é preciso levar as preocupações éticas para um patamar de excelência e refletir acerca delas sob um ponto de vista global e sistematizado, que permita cultivar *“o desenvolvimento de investigadores eticamente capazes, que tenham uma abordagem mais sofisticada e moral do processo total de um estudo de investigação, desde a conceptualização da pergunta até à apresentação de resultados”* (Clark & Walker, 2012).

Acabámos por selecionar nove entrevistados para fazerem parte da nossa amostra. Naturalmente, e não obstante, acreditarmos ter conseguido, na maioria das categorias de análise, cumprir o critério de saturação da informação, a verdade é que gostaríamos de ter realizado mais entrevistas que, eventualmente, pudessem ter trazido à luz alguns elementos adicionais. Todavia, a conciliação entre a vida extremamente exigente sob o ponto de vista profissional (e, já agora, familiar) do investigador e o compromisso de qualidade que se exige para um trabalho académico deste nível, acabou por não permitir um alargamento do leque de entrevistados. Chegaram a ser feitos mais contatos com potenciais entrevistados, mas não houve tempo útil para a concretização das respetivas conversas, que implicariam depois subseqüentes transcrições e trabalho de análise. Sem prejuízo do previamente exposto, reforçamos a nossa convicção de ter atingido o critério de saturação da informação.

Gostaríamos de realçar o fato de apenas duas das pessoas abordadas ao longo de todo este processo, terem recusado conceder entrevista. Uma delas chegou a aceitar a entrevista, ou seja, nunca a recusou taxativamente, mas acabou por cancelar os três encontros agendados. Depois reconheceu não estar em condições para falar acerca do assunto, pelo que não insistimos. A outra, também pelos impactos emocionais sofridos e pela especial vulnerabilidade em que se encontra, manifestou, imediatamente, a sua indisponibilidade para acrescentar o seu testemunho a esta tese de mestrado. Todos os restantes entrevistados aceitaram o convite sem hesitações, apesar de todos eles terem tido a oportunidade de voltar atrás com essa aceitação, uma vez que entre a primeira abordagem efetuada e a realização da entrevista mediou sempre pelo menos uma semana e até, em alguns casos, mais de um mês.

Fazer coincidir a agenda do investigador com a dos entrevistados foi um desafio. Inicialmente estava planeado fazer todas as entrevistas presencialmente, ou pelo menos usar esse critério para os entrevistados residentes na área da Grande Lisboa. As duas primeiras entrevistas acabaram por decorrer nesses moldes e transformaram-se, na realidade, em três. Ou seja, à entrevistada *E9*, a filha de um homem agredido até à morte, aleatoriamente, em Lisboa, por um agressor com perturbações mentais, acabou por se juntar, espontaneamente a sua mãe, a entrevistada *E8*, viúva da vítima, que durante a conversa decidiu sentar-se à mesa connosco e fez questão de deixar também o seu testemunho relativamente a algumas questões que estavam a ser abordadas. A outra entrevista presencial foi a *E1*.

Todas as restantes entrevistas, à exceção de uma, foram realizadas por videochamada, através de *WhatsApp*, *FaceTime*, ou *Zoom*, por impossibilidade de encontro de agendas que se traduzisse numa conversa presencial, fator que se agravou pela distância geográfica do local de residência de alguns dos entrevistados. O áudio foi sempre gravado à parte no computador, para posterior processamento da transcrição. A *E3* foi efetuada apenas com recurso a chamada telefónica em alta voz, por dificuldades técnicas na realização da videochamada.

A *E3* foi também a entrevista mais curta, com uma duração de cerca de 45 minutos. A mais longa foi a *E7*, com quase duas horas. No entanto, a maior parte das entrevistas duraram entre uma hora e uma hora e 20 minutos.

Em todas as entrevistas foi pedido a assinatura do consentimento informado, acerca dos conteúdos e finalidades das mesmas, bem como a autorização para a respetiva gravação em registo áudio.

De realçar que o critério de escolha dos entrevistados foi o de terem perdido um ente querido na sequência de um crime violento. Todos os casos tinham sido mediatizados pela comunicação social. Parece-nos importante referir que nenhum dos entrevistados manifestou qualquer preocupação relativamente à confidencialidade da sua identidade. Todos autorizaram que sejam divulgados os seus nomes, sem prejuízo de termos optado pela respetiva omissão, em respeito às normas prescritas para este tipo de investigação académica. Apenas a *E8* e a *E9* disseram que não aceitariam gravar a entrevista caso tivessem de mostrar os respetivos rostos para uma câmara. Seja como for, não era esse o âmbito do nosso trabalho. Todos os outros manifestaram-se no sentido de ter vontade de dar a conhecer, o mais amplamente possível a experiência pela qual passaram após a morte do seu ente querido, algo que nos parece ser bastante elucidativo do grau de revolta e da perceção de abandono que domina estas pessoas.

Em jeito de balanço da realização deste trabalho, parece-nos ser importante realçar a consciência de estarmos perante um desafio e uma oportunidade. Um desafio, pela necessidade de encontrar uma abordagem inovadora, um olhar diferente sobre a realidade, assente numa base teórico-conceitual sólida e tendo como referência uma linguagem diferente daquela que um jornalista usa, habitualmente, nas suas rotinas. Uma oportunidade, porque a multidisciplinaridade e a diversidade de abordagens constituem a



INSTITUTO SUPERIOR  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
E POLÍTICAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

rota em direção ao futuro das Ciências Sociais e são particularmente importantes para a Política Social, cuja matriz epistemológica é, sem dúvida, multidimensional e agregadora de saberes.

## 5. Apresentação, Análise e Discussão de Resultados

*“Perde-se um filho e perde-se um bocado de nós, porque a vida nunca mais é a mesma” (E4).*

O **objetivo geral** desta investigação é **conhecer as necessidades sentidas pelas vítimas secundárias do crime de homicídio e qual a sua perceção relativamente aos apoios disponibilizados em Portugal.**

Os **objetivos específicos** do trabalho são cinco:

- Identificar e caracterizar os apoios psicossociais e financeiros existentes em Portugal, para vítimas secundárias de crimes de homicídio.
- Conhecer as necessidades de apoio mais frequentemente sentidas pelas vítimas secundárias do crime de homicídio.
- Compreender que fatores favorecem ou inibem o acesso a esses apoios.
- Conhecer a perceção das vítimas relativamente aos apoios disponibilizados.
- Elaborar propostas e sugestões em matéria de apoios às vítimas de crimes violentos, enquanto medidas de Política Social.

São seis as categorias de análise mediante as quais iremos trabalhar a informação obtida nas entrevistas:

- Necessidades sentidas
- Recurso a apoios
- Apoios Formais recebidos
- Avaliação dos apoios
- Perceção de justiça
- Apoios existentes

Posto isto, apresentaremos, agora, a informação que nos permite responder à nossa pergunta de partida: Quais são as necessidades das vítimas secundárias em Portugal e de que forma é que estas percecionam os apoios disponíveis?

## 5.1. Caracterização sociodemográfica e contextualização da vitimação

*“Não consigo desfazer-me da roupa do meu filho... já passaram 10 anos e eu continuo a lavar a roupa dele e passo-a.... e arrumo-a no mesmo sitio” (E5).*

Como referido em momento anterior, entrevistámos nove pessoas, que passamos a apresentar, salvaguardando, obviamente, a sua identidade:

(E1) é um homem de 50 anos, vive no distrito de Setúbal, tem o 6º ano de escolaridade, é empregado por conta de outrem e o seu nível de rendimentos é médio-baixo<sup>5</sup>. O seu filho tinha 18 anos quando, em 2017, foi espancado até à morte por outro jovem (ou por outros jovens), por motivos não totalmente apurados.

(E2) tem 73 anos, é reformada, licenciada, vive no distrito de Lisboa e o seu nível de rendimentos é médio-alto. É mãe de uma mulher assassinada em 2013 pelo ex-companheiro, em contexto de violência doméstica.

(E3) tem 59 anos, reside no distrito de Faro, tem o 6º ano de escolaridade, está desempregada e o seu nível de rendimentos é muito baixo. Perdeu a filha em 2018, às mãos de um homem que também terá violado a vítima.

(E4) tem 61 anos, vive no distrito de Setúbal, tem o 6º ano de escolaridade, está oficialmente desempregada, mas faz biscates como empregada de limpeza. O seu nível de rendimentos é baixo. Perdeu o filho, então com 31 anos, militar da GNR, abatido a tiro no cumprimento do dever.

(E5), de 64 anos, vive no distrito de Lisboa, tem o 9º ano de escolaridade, é desempregada e possui um nível de rendimentos baixo. O filho tinha 23 anos quando foi morto à facada, em 2012, na sequência de uma rixa à porta de um bar.

(E6) mora no distrito de Viseu, completou o 4º ano de escolaridade, trabalha por conta de outrem e possui um nível de rendimentos médio-baixo. A filha dela foi assassinada em 2006, tinha então 17 anos, por ter resistido a um homem que queria ter com ela relações sexuais.

---

<sup>5</sup> Para classificação do nível de rendimentos, tomámos por referência o valor dos rendimentos auferidos (quando indicados pelos entrevistados) e sua situação profissional.

(E7), de 49 anos, vive no distrito de faro, tem o 7º ano de escolaridade e um nível de rendimentos médio. Trabalha por conta de outrem. A filha dela foi assassinada pelo padrasto que tentou violá-la, em 2014, tinha então 18 anos.

(E8) tem 75 anos, vive no distrito de Lisboa, tem o 4º ano de escolaridade, é reformada e vive com um nível de rendimentos médio, também porque os filhos a ajudam nesse campo. Em 2021 perdeu o marido, de 78 anos, espancado até à morte por um indivíduo com perturbações mentais que, aparentemente, o atacou de forma aleatória.

(E9) é filha da (E8). Também vive no distrito de Lisboa, tem 50 anos e o 12º ano de escolaridade. É empregada por conta de outrem. Era filha do homem de 78 anos cujo homicídio descrevemos no parágrafo anterior.

## 5.2. Necessidades identificadas

“Tornei-me um mendigo. Sem trabalho, sem dinheiro, sem filha, sem ninguém. Vi-me sozinha no mundo”. (E3)

Em matéria de apoio psicológico, o trauma que as vítimas secundárias sofrem ao perder um ente querido muda-as para sempre. E deixa-as numa situação de necessidade de apoio psicológico, mesmo que não percebam, de imediato, essa necessidade. Todos os testemunhos recolhidos fazem jus a estas considerações.

(E1) explica que nunca mais conseguiu recuperar a alegria de outros tempos:

*Eu era uma pessoa sempre alegre, sempre a brincar, chegava às sete da manhã ao trabalho e punha logo toda a gente a rir. Hoje sou uma pessoa mais séria, mais fechada, enervo-me com muito mais facilidade. Tornei-me uma pessoa completamente diferente. Os meus colegas dizem que estou mais frio, não aceito as brincadeiras deles com facilidade.*

A perda de um filho nunca se aceita totalmente e as reações chegam a configurar momentos de verdadeiro desespero, como nos conta (E5):

*Eu sofri muitos anos. Enquanto a campa do meu filho não esteve tapada com pedra, eu fazia buracos na areia, porque queria tocar no meu filho e queria trazer o meu filho de volta... não aceitava a morte dele, como ainda hoje não aceito...*

(E6) continua a passar noites em claro a pensar na volta de 180 graus que a vida da sua família sofreu:

*Nós estamos preparados para ir à frente dos filhos. Não há momento nenhum que a gente não se lembre de um filho que morreu. Não é os filhos que têm de ir à nossa frente, ainda mais da maneira que foi. Não se aceita esta situação.*

(E5) corrobora a afirmação de (E6), ou seja, a morte de um filho é mais difícil de aceitar por constituir como que uma deturpação daquela que deveria ser a ordem natural dos acontecimentos, ou seja, os pais perecerem antes dos filhos.

O sofrimento psicológico dos entrevistados é, por vezes, latente, noutras ocasiões, mais evidente. Mas reveste-se de uma característica de imprevisibilidade que, a qualquer

momento pode ser incapacitante: *“Há dias em que há um nó que se põe aqui na garganta, que eu nem consigo falar, às vezes quero e não consigo... não me consigo expressar”* (E3).

Após perder a filha mais velha às mãos do padrasto, que era seu companheiro, (E7) conseguiu refazer a sua vida conjugal e assume que o pior já passou, mas está longe de ter paz:

*Não lhe vou dizer que não há dias em que não me vou abaixo, em que só me apetece chorar, não lhe vou dizer que não há dias em que sinto um aperto no peito e que até pergunto o que é que ando cá a fazer.*

A ideiação suicida chegou, em tempos, a assolar o pensamento de (E7). Mas não foi a única:

*É o pior que há no mundo, porque a partir do momento em que uma pessoa perde um filho, perde tudo. O meu marido foi muito abaixo e queria matar-se (...) O meu marido deixou de saber trabalhar, deixou de saber conduzir. Ele sabia conduzir, mas não sabia o que é que andava a fazer... é uma coisa que não tem explicação* (E4).

(E8) explica que não está a conseguir superar a perda do marido, com quem começou a namorar desde muito tenra idade:

*Para mim mudou dramaticamente... enquanto eu for viva não consigo (...) A companhia dele.... sabe que até tenho saudades daquelas coisas que às vezes não damos valor, de começarmos a desconversar quando não estamos de acordo um com o outro. Eu comecei a namorar o meu marido com 16 anos e casámos com 19... e ele saiu da minha companhia aos 72 anos.*

Por vezes, o apoio psicológico chega tardiamente, como nos conta (E2): *“Eu fiquei para aí um ano sem apoio nenhum”*. E é muito frequente as vítimas secundárias acabarem por procurar esse apoio por conta própria e às suas expensas: *“Hoje faço tratamento psicológico semanalmente também, na ANCP. Faço questão de o dizer porque trabalham bem”*. (E2)

O momento em que recebem a notícia do óbito também é mencionado como sendo traumatizante e até incapacitante: *“O meu irmão desalvorado a correr e eu não conseguia andar, parecia que estava uma pessoa a puxar para trás. Olhe, foi horrível aquele caminho...”*

(E9). A mesma entrevistada refere-se ao caminho que ela e a família fizeram até ao local onde o pai jazia, já sem vida, no dia seguinte ao homicídio. Souberam a notícia através da comunicação social (CMTV). Até então, estavam em ansiedade, porque a vítima estava

desaparecida há quase 24 horas. Choque pior, aconteceu mais tarde, em tribunal: *“Quando eu vi a pessoa que o agrediu, meu Deus! Eu não fazia ideia de como é que ele era e quando o vi fez-me muito mal”* (E9). Esta mulher conta que depois do referido momento começou a ter pesadelos, nos quais vê a cara do homicida.

(E7) soube da trágica notícia da morte da filha, dois dias após o seu desaparecimento. Foram inspetores da PJ que lhe comunicaram a tragédia, mas nem por isso a reação à perda se tornou mais fácil de aceitar:

*Eu sei que desfaleci para o chão, eu queria respirar e não tinha ar para respirar... ao mesmo tempo o choque é tão grande, que parece que fiquei ali num estado de amnésia. É que uma pessoa está a viver a situação, mas é como se não estivesse... isto não é verdade!*

*“Eu fiquei num estado que parece que o chão se abriu naquele momento e eu... pronto... não estava preparada para isso”* (E5). Na verdade, quando agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP) tocaram à campainha no fim da madrugada ou início da manhã, (E5) julgava que era o filho quem estaria do lado de lá da porta. Confidenciou-nos, sem surpresa, que aquele foi o pior momento da sua vida.

Para ultrapassar os traumas espoletados pela perda de um ente querido, todos os entrevistados reconhecem que o apoio psicológico é importante. Por vezes, não estão preparados para o receber logo após a perda, mas em alguma altura acabam por ter necessidade de procurar ajuda profissional, mesmo que seja durante pouco tempo. (E1) considera que essa ajuda profissional poderá ser a base para a recuperação de uma vítima secundária, encarando-a como mais prioritária do que a concessão de uma indemnização: *“Acho que era preferível dizerem: tem aqui um psicólogo, vá para casa, vá ter consultas todas as semanas para ver se está em condições de trabalhar ou não”*.

Depois, há as sequelas a médio e longo prazo para a saúde, aquelas que começam no choque, no trauma, mas que depois são somatizadas pelas vítimas:

*Nós ficamos completamente desorientados. Eu tive tantos problemas depois disso (...) no ano seguinte deixei de ouvir... quando cheguei ao hospital o otorrino perguntou-me o que aconteceu e eu disse que deixei de ouvir e que comecei a perder líquido dos ouvidos. Ele disse: houve aqui algo muito grave, algum trauma na sua vida que lhe*

*matou aqui este sistema todo (...) Tudo isto me matou! Depois fiquei com sequelas, fiquei com o síndrome vertiginoso... já caí de um escadote e tive de por uma prótese no ombro. Eu não tinha nada disto (E6).*

Por fim, (E7) também alega sofrer de problemas que tiveram origem na morte violenta da filha: “*Eu ainda hoje perdi a capacidade para ler e concentrar-me, por causa daquele embate emocional que sofri com a morte da (filha)*”.

Identificam-se, também, necessidades que se ligam com as mudanças que o crime introduz na vida e dinâmicas familiares.

As consequências de um homicídio geram uma espécie de efeito dominó no seio da família e das pessoas mais próximas da vítima direta. Até as rotinas mais simples acabam por ser alteradas de forma significativa e, previsivelmente, irreversível.

*Nós antigamente, posso-lhe dizer que ao chegar ao fim-de-semana juntavam-nos os quatro e vamos passear... vamos às praias fluviais, vamos passear a jardins e tudo. Atualmente nós chegamos à folga, o meu filho mais novo está fechado no quarto a jogar computador nós estamos aqui em casa. Não saímos (...) Tentamos distrair-nos, ver um filme, às vezes chamamos o miúdo, ponho aí um filme na televisão, mas lá está, há sempre coisas que a gente faz que nos vai trazer a memória do miúdo. Porque nós tínhamos uma vida com ele que fazíamos tudo, tudo, tudo... e agora muitas vezes estamos a fazer qualquer coisa e lembra-nos logo: olha, falta cá o outro. (E1).*

(E9) explica que a mãe, (E8), e o pai, dividiam o tempo entre Lisboa e o distrito de Viseu, onde têm uma casa. (E8) nunca mais lá voltou após o homicídio:

*Eu acho que eles estavam a ter a vida que as pessoas esperam ter com a reforma, que é aproveitarem aquilo que tanto lutaram para ter. Eles cozinhavam, mas lá ao lado há um restaurante onde se come muito barato, por cinco ou seis euros, um menu completo (E9).*

Para além das simples rotinas, alguns dos entrevistados argumentam com alterações significativas das condições de vida, para ilustrar a forma como tiveram de se adaptar a um novo normal, pós-homicídio.

(E3) vivia com a filha, com o neto e com o genro. De um dia para o outro, viu-se sem teto.

*O pai do meu neto pôs-me na rua. A minha filha partiu num dia e no dia seguinte ele pôs-me na rua (...) Hoje não tenho ninguém. Não tenho a minha filha, tenho o meu neto aos bocadinhos, o mais velho... porque o mais novo, nunca mais vi. Perdi a minha filha e perdi o meu neto.*

(E5) nunca chegou a viver na rua, mas nunca mais teve estabilidade no domínio da habitação após a morte do filho: *“Vivi lá uns cinco anos, estive dois sem pagar renda. Não consegui, tanto que a senhoria depois o marido dela morreu (...) meteu-me uma ordem de despejo...”* (E5) tem andado de casa em casa, desde então.

Das entrevistas realizadas resulta evidente um outro conjunto de necessidades, relacionadas com a justiça e que se, por um lado, se consubstanciam numa objetiva carência de apoio jurídico, por outro lado, têm a ver com uma vontade subjetiva de vingança relativamente ao sucedido.

Em relação a esta última, o trauma e a perda provocam, muitas vezes, acessos incontrolláveis de raiva nas vítimas secundárias. Umas explodem de forma incontida em circunstâncias específicas, outras, acumulam esses sentimentos que acabam por se manifestar, em algum momento, num desejo de vingança.

*Senti muita pena da minha filha e de não poder ajudá-la. E senti um ódio, uma revolta muito grande contra aquele homem. Deu-me vontade de o esbofetear... chegar junto dele e esbofeteá-lo, até matá-lo se fosse possível, porque lhe fiquei com um ódio, com uma revolta muito grande dentro de mim (E6).*

E, por vezes, a desejada revanche, que na verdade poderá nunca passar de uma espécie de fantasia de concretização quase impossível, não se dirige apenas ao homicida, sendo extensível a outros membros da família dele.

*Nem os quero ver! Eu aqui há uns três anos ia perdendo a cabeça... ela (mulher do homicida) vinha ali na Avenida Sá Carneiro... ela vinha para casa a pé e eu ia para o cemitério. Eu quando a vi, acelerei o meu carro e pensei: vou matá-la (E6).*

(E6) não chegou, no entanto, a atropelar a mulher do homicida. (E7) afirma que já não deseja a morte ao ex-companheiro que assassinou a filha. No entanto, esse cenário passou-lhe pela cabeça dias depois de saber o que ele fizera à sua menina:

*Tive um ataque de raiva e de ódio tão grande, que eu liguei para a Polícia Judiciária de Portimão e exigi falar com o inspetor que ficou com o caso da Bruna e disse - apanhe esse monstro e mate-o! - eu desejei a morte daquele ser.*

Estas informações corroboram a literatura, por exemplo, Miller (2009), explica que este é “um mecanismo de enfrentamento comum para lidar com sentimentos e impulsos de raiva” que “consiste em ruminar sobre fantasias de vingança, embora estas quase nunca sejam realizadas”.

No que se refere à necessidade de apoio jurídico, a verdade é que lidar com o sistema judicial não costuma ser fácil para quem acabou de perder um familiar, porque “a justiça é muito cara” (E2), porque é morosa, ou porque os tribunais não falam a mesma linguagem das vítimas.

*“Tivemos de vender uma loja, senão não conseguíamos. Tínhamos um bem pago. Tivemos de o vender”* (E2). Para além dos custos, o processo burocrático causa insatisfação: *“Tivemos de fazer uma habilitação de herdeiros, tivemos de tratar de montanhas de coisas, destas burocracias todas e nós pagámos todos os papelinhos”* (E4).

Mas voltando a falar de finanças familiares, a verdade é que a maioria das pessoas não tem noção do custo da justiça. (E6) explicou que alturas houve, após a morte da filha, em que não teve dinheiro para comer, mas na opinião dela, o advogado foi “bastante atencioso”, por apenas lhe ter cobrado “uma média de cinco mil euros, seis mil”.

A falta de apoio jurídico é colocada por (E6) no topo das necessidades não satisfeitas pelo sistema, em pé de igualdade com outra: “sofri muito com a morte da minha filha e não consegui dar a volta à situação de outra maneira... para mim o pior foi a falta de apoio psicológico e de apoio jurídico”. Pode dizer-se que (E1) concorda, de alguma forma, com esta comparação: “estão interligados porque se não tivermos um apoio jurídico eficaz, nunca vamos estar bem psicologicamente”.

(E9) admite que nem percebeu bem a leitura do acórdão, no dia em que o homicida do pai foi condenado:

*Vou-lhe ser franca, no dia da leitura da sentença, se me perguntar o que o juiz disse, eu bloqueei logo, porque ouvimos que ele foi ilibado (...) Ouvimos vários valores, uns de quarenta e tal mil, um de cinquenta e tal... ouvi de 15 mil...*

Os casos que envolvem regulação de exercício de responsabilidades parentais causam também dificuldades aos intervenientes. (E7) tem uma criança com o homem que assassinou a sua filha mais velha. Mas mesmo após o homicídio e subsequente fuga para o estrangeiro do suspeito, teve de se confrontar com o sistema judicial para conseguir a guarda da mais nova. E foi um confronto doloroso:

*Entretanto fui a tribunal para pedir a guarda total da (filha 2). Eu naquele tribunal senti-me muito mal dentro daquela sala... quando a senhora doutora juíza me perguntou, porque ela não consultou o processo... ela perguntou-me: há quanto tempo está separada do pai? Há quanto tempo não contacta com o pai?" - claro, eu estava a chorar - a procuradora do Ministério Público chama à atenção: ó doutora! (...) Aí ela começa a ver a papelada e diz: "ai o pai da criança matou a sua outra filha?!" - foi o descalabro!*

(E2) também teve de lutar pela atribuição das responsabilidades parentais do neto, que ficou órfão de mãe e viu o pai ir para a cadeia. Todavia, o pai, entretanto condenado pelo homicídio da mãe do menino manteve poderes legais sobre a criança durante anos. Apenas em 2022 é que (E2) ganhou a guarda da criança: *"Foram oito anos nisto. Em Espanha, um homem ou uma mulher que cometam este tipo de crime ficam logo inibidos. De imediato! Aqui nem sequer há processo"*.

Outro conjunto de necessidades identificadas tem a ver com as questões laborais, nomeadamente com a proteção legal no trabalho. Trata-se de um aspeto que não pode ser negligenciado, porque estes processos de vitimação geram verdadeiro impacto na *"capacidade para trabalhar"* (Englebrecht, 2016). As vítimas secundárias têm, geralmente, muita dificuldade em regressar à vida ativa, nos momentos subsequentes ao homicídio. Os trabalhadores por conta de outrem acabam, por vezes, por ter de voltar ao labor (mesmo sem condições psicológicas para tal), porque os rendimentos que auferem de uma baixa médica são substancialmente mais baixos do que aqueles a que estão acostumados. Aos trabalhadores por conta própria, sem direito a subsídio de desemprego, também não resta outro caminho senão regressar ao trabalho o mais cedo possível.

De uma forma geral, queixam-se de não ter qualquer tipo de proteção legal no trabalho, quando a tragédia lhes bateu à porta.

(E1) elogia a entidade patronal que o colocou à vontade para faltar enquanto precisasse. Mas o que lhe aconteceu a ele foi um ato de boa vontade e não algo previsto na lei:

*Sei que agora a lei mudou e que na morte de um filho dão 20 dias, mas antigamente eram cinco... e após cinco dias, vai trabalhar! Eu acho que após cinco dias ninguém está em condições para ir trabalhar. Nem pensar! E uma pessoa quando perde um filho por uma situação normal, é uma coisa, mas quando é vítima de homicídio é outra”.*

(E9) também elogia o patrão que lhe permitiu ficar em teletrabalho, não perdendo, assim, rendimentos: *“Eu estava em teletrabalho na altura. É claro que não consegui fazer nada (...) mas quando voltei foi muito complicado.”*

(E4) e o marido, sem qualquer subsídio ou outra forma de subsistência, voltaram a trabalhar quando as economias, que juntaram ao longo de uma vida de trabalho, já estavam delapidadas:

*Trabalhava a dias, ainda hoje continuo (...) Depois estive muito tempo sem ir trabalhar. Nem pensar. Deixei de saber fazer comer... não sabia nada (...) estive assim uns meses (...) O meu marido também trabalhava (...) Inicialmente ele ainda ficou pior do que eu. O meu marido esteve, sei lá... muito tempo sem trabalhar, se calhar, mais de um ano.*

(E5) conta-nos que *“nunca mais”* teve *“cabeça para trabalhar”* e (E6) explica que ficou *“de baixa psicológica uns meses”*. (E7) ficou *“dois meses de baixa”*, mas depois chegou a acordo com a empresa para se despedir, porque não tinha condições para regressar. (E3) trabalhava num restaurante, sem contrato e tem queixas do patrão: *“Dentro daqueles dias não fui trabalhar... e quando fui para ir trabalhar ele disse: deixe estar que já não é preciso”*.

Em matéria de apoio financeiro, na sequência das circunstâncias vividas, as entrevistas demonstram que a situação financeira das famílias acaba quase sempre por ser afetada, seja pelo custo dos processos judiciais, seja pela incapacidade de trabalhar após o crime, seja pela perda do ente querido que era também o suporte financeiro e principal fonte de rendimentos do agregado, ou seja por outra necessidade qualquer que, entretanto, esta morte desperta.

*“Naqueles dois meses que estive de baixa, recebia duzentos e poucos euros e ninguém vive com duzentos e poucos euros”,* queixa-se (E7), que não conseguiu regressar ao trabalho nos meses seguintes à morte da filha - *“Foi quando os meus pais me ajudaram. Eu tinha uma casa a pagar ao banco, não é”*.

O testemunho de (E4) alerta para as dificuldades que pode passar quem *“trabalha por conta própria”*, mesmo estando *“coletado”*. À data do crime, o marido de (E4) *“até estava no desemprego, mas não recebia nada porque está por conta própria”*. Não restou então, a esta família, outra solução que não fosse sustentar-se *“das economias”* acumuladas.

(E3) viu a sua estabilidade financeira desmoronar-se após a morte da filha que, para além de viver com ela, a ajudava a compor o orçamento familiar:

*A parte pior foi a financeira porque eu precisava de ter ajuda, mas não a conseguia. E eu tentava! Mas eu chegava lá e as portas fechavam-se todas. A porta podia estar aberta, mas quando eu chegava lá ela fechava-se.*

(E5) explica que antes da morte do filho sempre teve uma vida modesta, mas que nunca lhe faltou o essencial: *“água, luz, gás... pagávamos completamente tudo... tínhamos a arca e o frigorífico felizmente sempre cheios”*. Mas tudo mudou com a morte do rapaz, que contribuía para o sustento do lar. (E5) passou a viver sem ter dinheiro para se sustentar a ela e ao filho mais novo, doente, com quem vive atualmente: *“Devia nas pessoas onde ia comprar as coisas e não pagava. Deixavam-me trazer as compras e conforme recebia, ia pagando”*.

(E6) também não conseguiu regressar ao trabalho. Nem ela, nem o marido: *“Quem me ajudou foi o meu filho, que na altura ainda cá estava em casa, era solteiro e ele é que nos ajudava monetariamente”*.

*“Para a minha mãe (o pior) foi o aspeto financeiro. Ficou sem o vencimento do meu pai. Recebe aquela parte da pensão, mas não é igual”* - (E9) explica que a alteração da vida material da mãe, foi a pior das necessidades pela qual a sua família passou.

(E1) teve de pedir dinheiro a familiares para fazer face a algumas despesas após a morte do filho e defende que que não consegue regressar ao trabalho após a morte de um ente querido, devia ter direito a *“um subsídio para conseguir viver, acho que era isso que fazia mais falta às pessoas”*.

(E2) queixa-se das despesas acrescidas que passou a ter após a morte da filha, para poder auxiliar o neto na vida escolar e deixa uma crítica ao Estado:

*Só de centro de estudos gasto 220 euros por mês com o meu neto, para ter apoio.... É metade da minha reforma. Nós trabalhamos uma vida inteira, uma vida inteira.... se eu não lutasse pelo meu neto, ele ia para uma instituição. Uma instituição recebe logo 1200 euros, só do Estado.*

Outra das necessidades sublinhada no decurso destas entrevistas é a de proteção no futuro, isto é, como perspetivam as suas vidas após a libertação do homicida. E esta é uma preocupação que assalta a mente de quase todos os nossos entrevistados, verificando-se que, na maioria dos casos, se sentem desprotegidos.

*Eu perdi o meu filho, sou vítima, ele é condenado, tudo bem que quando cumprir a pena dele pode vir cá para fora, mas não devia poder estar a um raio de X quilómetros do local onde cometeu o crime. É que se lhe acontece alguma coisa vão todos olhar para nós. Ele comete um crime, mata o meu filho da maneira que matou e eu estou sujeito amanhã a ir às compras e encontrá-lo. Isto não cabe na cabeça de ninguém (E1).*

(E1) vive perto da família do homicida. Aliás, as famílias conhecem-se. (E2) e o assassino da filha também vivem na mesma área de residência.

*O (homicida 2) vai continuar a matar. Eu temo pela nossa segurança, pelos meus netos, pela minha nora e pelo próprio filho, porque o próprio menino diz: Ele vai matar-nos todos, avó! (...) Vai ser o medo e a insegurança... logicamente a gente não vai ter proteção.*

(E6) passava todos os dias diante da casa do homicida, à saída do trabalho. Nunca mais fez esse caminho. Não consegue sequer equacionar o regresso dele, no fim da pena, à pequena localidade onde ambos residem: *“Não consigo aceitar isso... nem que quero lembrar que isso pode acontecer. Não sei como é que vou fazer. Não sei, não sei como é que vai ser a minha reação”.*

O homicida do pai de (E9) foi considerado inimputável, sofre de esquizofrenia. Diz que não vai voltar a sentir-se segura outra vez quando (e se) ele regressar à liberdade:

*Se eu puder, eu vou outra vez para a justiça com isto, nem que tenha de meter outra vez um advogado, nem que meta os canais de televisão nisto. Neste país, às vezes, só quando se vai para a televisão é que se resolvem os problemas.*

O segundo objetivo específico definido para este trabalho é ***conhecer as necessidades de apoio mais frequentemente sentidas pelas vítimas secundárias do crime de homicídio.***

Posto isto, sabemos agora que a primeira necessidade esboçada é a de apoio psicológico. O trauma é demasiado grande para que alguém lide com ele de ânimo leve e sem ajuda profissional. Muitas vezes este trauma gera incapacidade para o trabalho, o que acarreta dificuldades financeiras. Estas, por sua vez, agravam-se para quem não consegue apoio judiciário, algo bastante frequente. Nos casos em que, para além de tudo o resto, está em causa a regulação do exercício de responsabilidades parentais, as dificuldades são acrescidas. Da frustração muitas vezes gerada pelo confronto com o sistema judicial, agrava-se, geralmente, o sofrimento psicológico e conseqüente necessidade de apoio. Estamos na presença de um ciclo vicioso.

Os danos psicológicos são, muitas vezes somatizados pelas vítimas secundárias e podem originar problemas de saúde, alguns deles, crónicos. Por arrastamento, estes problemas originam novas necessidades financeiras e/ou incapacidade para o trabalho.

A dinâmica familiar dos sujeitos pertencentes a este grupo vulnerável fica alterada para sempre, ora por via de uma alteração dramática das rotinas, ora porque as condições materiais de vida se degradaram.

Por fim, há ainda quem tema pelo futuro, há quem tema pelo dia em que o homicida condenado será libertado após cumprimento da pena, podendo, por vezes, sem nenhuma lei que o impeça, voltar a ser vizinho das vítimas que provocou.

### 5.3. Recurso a Apoios

“Nunca me foi dito se havia alguma instituição onde podia recorrer, ou um elemento do estado, ou isto ou aquilo”. (E1)

No que se refere ao recurso a apoios, este parece, desde logo, ser obstaculizado pela ausência de informação acerca dos mesmos e das suas formas de acesso. (E3) não sabia a que portas bater, na sequência do homicídio:

*Eu até ao padre fui pedir ajuda para os medicamentos, daí eu ter tentado o suicídio três vezes... porque eu vi-me perdida... e foi o senhor padre que me comprou a medicação... Eu tenho vergonha disso tudo, mas é a realidade.*

Percebemos, nestas entrevistas, que as vítimas secundárias em Portugal, têm muita dificuldade em recorrer a apoios, precisamente nos momentos em que mais vulneráveis se encontram.

*Por exemplo, eu sei que agora o pedido de indemnização está entregue a uma comissão de proteção de vítimas de crimes violentos, mas quem me informou isso foi o advogado. Perguntei passados seis anos como estava a situação da indemnização. Isso está entregue a uma comissão e tal... e ele deu-me o nome da comissão porque eu não sabia nada disso. Nem sabia quem é que pagava, nem sabia nada (E1).*

(E6) “Não tinha ideia de nada” e manifesta a sua revolta: “é como se estivéssemos perdidos. Nós tínhamos de nos defender sozinhos: ficaste com um problema nas mãos, agora resolve-o! Não tens ninguém que te ajude!”.

O mesmo sentimento é-nos transmitido por (E1): “A quem é que vou pedir ajuda? Precisei de dinheiro, por acaso tive familiares que me ajudaram... mas o tribunal encerrou o processo, qual é a instituição a que me posso dirigir?”.

(E3) nem sequer sabia o que significava constituir-se assistente do processo: “os prazos passaram e eu já não pude fazer nada”.

Frequentemente, são os amigos e a família que tentam desbloquear aquilo que o sistema não oferece às vítimas, até mesmo um simples contato com um advogado:

*Arranjámos nós com um moço que é muito amigo do meu filho, que mora em Setúbal, que é polícia. Ele é que me ligou aqui para casa e perguntou: então, mas ainda ninguém vos informou dos vossos direitos”? Eu disse que não (E4).*

Para além da falta de informação, estas entrevistas colocaram, ainda, em evidência, a existência de condições de elegibilidade excessivamente restritas, o que vai ao encontro das considerações de Sims, *et al.* (2005) que referem uma baixa taxa de utilização dos serviços por parte das vítimas de crimes.

Assim, a generalidade dos entrevistados queixa-se de um crivo muito apertado, por parte do sistema, no que diz respeito ao acesso a alguns apoios, sobretudo o apoio judiciário.

*“Não tivemos direito a apoio judiciário (...) porque eu tenho casa, porque eu tenho carros, porque eu tenho um terreno, porque eu trabalhava... o meu marido ficou desempregado, mas nem isso deu direito ao apoio” (E6).* Esta mulher que perdeu a filha em 2006, não é a única a queixar-se deste problema. (E1) refere-se nos seguintes termos à justiça: *“é gratuita se a gente não tivermos emprego ou qualquer coisa. Basta termos emprego e pela lei que está, já não temos nada gratuito”.* (E2) passou pelas mesmas dificuldades: *“nunca consegui apoio judiciário para o meu neto (...) porque temos a casa paga. Se pagássemos alguma prestação talvez tivéssemos apoio judiciário. Isto tem muito que se lhe diga e ninguém fala disto”.* Ainda relativamente ao apoio judiciário, (E7) considera que o sistema é pouco proativo: *“Eu é que tive de tratar da guarda da minha filha, mesmo depois do pai dela ter matado a irmã dela. É este o respeito que têm por nós”.*

(E1) que teve de pedir dinheiro emprestado para contratar um advogado, defende, indignado, justiça gratuita para todas as vítimas especialmente vulneráveis: *“Nestes crimes vai ser uma queixa do Ministério Público contra os arguidos e nós pais, famílias e tudo, estamos ali só a assistir, não nos podemos pronunciar, não podemos nada. Porquê? Porque não temos dinheiro para pagar um advogado?” (E1).*

(E6) sente que tudo falhou naquela que foi a hora mais negra da sua vida:

*Posso dizer-lhe que o primeiro natal que passei sem a minha filha, eu não tinha um cêntimo para comer praticamente (...) e foi-me pedido dinheiro para um solicitador, para penhorar os bens que correspondiam à parte que a minha filha devia receber de indemnização. Foram quatrocentos e tal euros.*

(E9) diz-se desencantada com as compensações financeiras a que a mãe teve direito após a morte do pai: *“O advogado diz que se a minha mãe vier a receber alguma coisa vai ser por parte da Segurança Social (...) Mas eu já não estou à espera de nada, para ser sincera”* (E9).

(E8) partilha do desencanto da filha e acrescenta a indignação que sente relativamente à burocracia que se seguiu à morte do marido: *“Eu tive de fazer coisas que nem lhe passa pela cabeça. Depois de passar por isto, ainda tive de ir ao Banco de Portugal, para ter o comprovativo que não devia nada ao país.”* (E8).

Estamos agora na posse de alguma informação que poderá ajudar a **compreender os fatores que favorecem ou inibem o acesso a esses apoios**. Ou seja, informação correspondente ao nosso terceiro objetivo específico. Neste campo, encontramos três eixos fundamentais que inibem as vítimas secundárias de aceder a apoios.

Em primeiro lugar, está a falta de informação. As vítimas não sabem a quem recorrer, onde pedir ajuda, nem de que forma o deverão fazer. Desconhecem a existência de prazos e a própria existência dos apoios.

Depois, é preciso ter em conta os critérios de elegibilidade excessivamente restritos. Ou seja, a lei existe para dar direitos às vítimas, mas a sua concretização reveste-se de algumas perversidades, por exemplo, qualquer pessoa que ganhe um ordenado mínimo já não tem direito a apoio judiciário. Qualquer pessoa que não dependa financeiramente do seu familiar, entretanto assassinado, dificilmente receberá indemnização por conta da sua morte.

Por fim, se a burocracia se constitui como um obstáculo para a generalidade das pessoas, ela é-o muito mais para quem está em situações de extrema vulnerabilidade, como é o caso destas vítimas, que facilmente desistem de tentar aceder a algum apoio, caso o processo burocrático para o obter seja difícil, o que acontece com frequência.

#### 5.4. Apoios Formais Recebidos

*“Ninguém veio perguntar se eu estava bem de saúde, o que é que me faltava, dar uma palavra de apoio” (E6).*

Se cruzarmos as necessidades identificadas com os apoios formais, efetivamente, recebidos, verificamos que os apoios psicossociais são indispensáveis para quem acabou de perder uma pessoa que ama. Todavia, os testemunhos demonstram que estas vítimas não se sentiram apoiadas neste domínio.

*Não vi da parte das entidades competentes um apoio. Isto tudo aconteceu, nós fomos assistentes do processo, somos considerados vítimas de crime violento, mas eu não vi, por exemplo, o Estado, nem ninguém, chegar ao pé de nós a perguntar se precisamos de apoio, se estamos bem psicologicamente (E1).*

*Nós andámos na APAV um ano e tal, até à APAV deixar de ter psicólogos decentes.... Arranjou-nos as consultas, encaminhados pela Polícia Judiciária (PJ)... Uma por semana, para mim e para o meu marido. Mas, depois, dispensaram os psicólogos... e eu fiquei para aí um ano sem apoio nenhum. Arranjei depois consultas numa associação, onde hoje faço tratamento psicológico semanalmente também (E2).*

*Um psiquiatra. Tivemos de ser nós a procurar... o meu marido primeiro ficou pior do que eu, mas ao fim de pouco tempo fiquei eu pior do que ele. Eu tinha noção que não estava bem, mas ele não. Ele dizia que não estava maluco e que não queria ir. Foi uma batalha! (E4).*

Apoio mesmo de alguém, nem da APAV, não tive nada. Até a própria polícia podia ter mandado um psiquiatra ir lá casa porque no estado em que eu estava... não tive apoio, completamente nada de ninguém. Só da minha família (E5).

Todos os testemunhos, até agora citados, referem uma total ausência de apoios psicossociais. Os seguintes referem que a ajuda referida foi escassa ou inadequada:

*Logo no dia em que se soube que a (filha 1) tinha falecido, veio logo uma equipa de psicólogos pelo município de Aljezur que intercederam, mas eu não queria falar com ninguém. (...) Nunca (mais) quiseram saber de mim nem da minha filha (E7).*

*A Judiciária deu-nos logo um papelinho para ligar para a APAV, para termos consultas (...) Não gostei (...) porque estavam sempre a falar no assunto e a explicar como é que tinha acontecido e eu não queria falar no assunto (...) Eu ainda fui a duas ou três consultas. A minha mãe também só foi uma vez (E9).*

Outra das áreas de impacto desta vitimação secundária é a financeira, e as dificuldades financeiras pós-homicídio são relatadas por diversas vítimas secundárias. Neste sentido, importou-nos compreender de que forma é que estas se sentem protegidas neste campo.

*Quando recebi o apoio do apoio às vítimas, que a minha advogada disse que eu tinha direito a esse apoio, que era 30 mil euros, mas eles só quiseram dar esses 15 mil... foi para pagar despesas, foi para pagar dívidas que eu tinha e pronto, pouco restou (E5).*

(E5) recebeu adiantamento de indemnização antes mesmo do homicida do filho dela ter sido preso. (E6) apenas recebeu da Comissão de Proteção às Vítimas de Crime, “18 mil euros”, dos “155 mil” que o tribunal estipulou como valor de indemnização. E teve de esperar sete anos, em que ficou sem qualquer apoio: “nem as assistentes sociais aqui da Câmara Municipal me bateram à porta a perguntar se eu tinha necessidades, se precisava de pão, se precisava de comida, se precisava de água. Nada, nada, nada...” (E6)

Para (E4) o processo indemnizatório foi mais rápido. A isso não será alheio o fato de o falecido filho ser militar: “Foi a GNR que tratou disso tudo. Foram os serviços deles que trataram tudo porque era de lei. Eram não sei quantos ordenados mínimos... deu 121 mil euros”.

Para os restantes entrevistados, o dinheiro foi um problema, tal como explica (E1): “precisei de dinheiro, por acaso tive familiares que me ajudaram..., mas o tribunal encerrou o processo”. (E3) também nada recebeu e responde ironizando acerca do recipiente no qual foram depositados os restos mortais da filha: “Nada... nada... nem o pote das cinzas. Fiquei praticamente com a roupa que tinha no corpo... quer que lhe diga mais?... cheguei a ir ao contentor do lixo à procura de comida, como os sem-abrigo”. (E3)

(E8) refere uma perda de rendimentos após a perda do marido: “Eu tenho a minha reforma e fiquei com 60% da reforma dele, mas não é a mesma coisa”.

Ao fim de anos de luta, (E2) conseguiu uma pequena verba para o neto: “recorri a tudo, tudo, tudo (...) zero! O meu neto começou a receber 75 euros, há coisa de um ano, porque antes não recebia nada. Como não tinha as responsabilidades parentais, não recebia nada”.

*“Eu ainda cheguei a ir à Segurança Social.... nunca tive apoio de nadinha... nada de nada. Ainda agora a gente passa um bocado mal e não temos apoio de nada” (E5). Atualmente, esta mulher vive com o filho mais novo, que tem várias doenças crónicas.*

(E7) diz que o apoio recebido foi sol de pouca dura:

*A (filha 2) tinha direito a 150€ de apoio do Estado (...) vou trabalhar para a clínica do (patrão). Então, o (patrão) dá-me um ordenado e a (filha 2) perde o apoio dos 150€ do estado porque o meu ordenado superava em 15€ o limite que o estado prevê para pagar o apoio (...) não lhe quero mentir eu acho que ganhava uns seiscentos e poucos euros”.*

Os apoios jurídicos são muito procurados pelas vítimas secundárias, mas o sistema raramente se revela capaz de retribuir: *“Eu pedi foi apoio à Segurança Social, mas foi negado, derivado aos rendimentos” (E1). Quase o mesmo cenário é descrito por (E6): “O meu advogado pediu. E recebi mesmo a carta a dizer que não tinha direito ao apoio jurídico. Olhe, ficámos para aqui... cada um que se defendesse”. (E3) diz nem ter sido avisada acerca do início do julgamento do presumível homicida da filha: “Nem eu, nem o pai, nem a família dela”. (E7) tentou o referido apoio, mas também não conseguiu: “Nem querem saber. Eu nem existo! Até lhe digo mais... nem eu, nem a minha pequenita! Para além de ter perdido a irmã, também perdeu o pai!” (E7)*

(E4) afirma já ter recorrido a vários advogados, todos pagos por ela e pelo marido, com o fito de conseguir receber uma pensão pela morte do filho, que a própria GNR diz ser-lhe devida. Mesmo assim, a questão não se resolve:

*Nós começámos em 2014 a tratar disto, foi um GNR ter connosco para nos ajudar, que nós não tínhamos cabeça, fomos entregar os papeis a Setúbal... tenho ido montanhas de vezes à segurança social, já fui a Setúbal montes de vezes, já fomos a Lisboa, disseram que estava tudo tratado, que íamos receber uma carta... e até hoje não se recebeu carta nenhuma. Eu já não sei mais o que fazer!*

(E2) recorda o tempo em que estava a tratar da regulação do exercício de responsabilidades parentais, para comentar o acesso aos apoios de índole jurídica:

*Abri um processo de inibição do poder paternal com a ajuda a instituição na qual faço tratamento psicológico, eles meteram-se ao barulho... porque a APAV sabia dessa*

*situação toda e podiam ter feito alguma coisa, mas não fizeram nada, então a AMCV abriu um processo de inibição de poder paternal e o processo foi avante.*

(E5) estava de baixa médica e teve direito a apoio judiciário após a morte do filho, que era provedor de parte do sustento da casa. Mesmo assim, não se entendeu com a representante legal que lhe foi nomeada.

*“A primeira advogada que pedi (...) desisti de ser minha advogada, tive de arranjar outra. Aquela era muito novinha e eu estava sempre a mandar vir com ela, porque ela não resolvia situação nenhuma... então arranjei esta que é minha advogada há quase dez anos”.*

Como demonstra a investigação sobre o tema, um dos aspetos mais valorizados pelas vítimas secundárias é a informação acerca do evoluir de investigações e de processos judiciais. “As co-vítimas apontaram para a importância de atualizações frequentes e feedback regular” (Brown & Crego, 2019). É, aliás, por isso, que, sempre que podem, se constituem assistentes dos processos, mesmo sabendo que o Ministério Público deduzirá acusação contra o arguido.

(E3) queixa-se de ter sido mantida na ignorância: *“Soubemos pelas notícias, pronto. Quando ele foi preso toda a gente ficou sabendo. Nós fomos aqui o tribunal no dia em que foi responder, quando foi detido. A partir daí nunca mais soubemos de nada”.*

*Foi o comandante do posto que ligou logo de manhã. (...) Perguntou só onde é que estávamos e para ficarmos lá, que ele ia lá ter... eu percebi logo... depois ligámos para a minha irmã que mora no Lavradio, ligámos para aqui e para ali e quando chegou o psicólogo com o comandante, nós já sabíamos o que tinha acontecido (E4).*

(E4) não passou pela fase de julgamento, uma vez que o homicida foi também abatido no decorrer da operação que vitimou o filho. Até hoje não sabe todos os detalhes acerca daquilo que aconteceu. Já (E6) ficou em choque ao saber detalhes sórdidos do processo durante o julgamento:

*Fiquei a saber que ele tentou a violação pós-morte. Depois de a matar, tentou violá-la. Tirou-lhe a roupa, vestiu-lhe as cuecas... pôs as duas pernas no espaço só de uma... já nem lhe conseguiu vestir as calças todas. Deixou-lhe a roupa a meio do corpo, tirou-lhe o cinto das calças e apertou-lhe a cabeça e o queixo com o cinto das calças.*

(E1) teve acesso a toda a informação que quis, mas apenas porque constituiu advogado, às suas expensas: *“Conseguí ter acesso ao processo, consegui saber tudo o que se estava a passar. (...) Pude pôr provas no processo. Se uma pessoa não tiver advogado, não for assistente, é um mero espectador, anda ali só a ver a bola”*.

(E7) afirma que a Polícia Judiciária a informou, sempre, de forma pertinente de todos os desenvolvimentos da investigação:

*“Sou interrogada por eles durante quatro horas e meia. Ao fim dessas quatro horas e meia (...) o inspetor disse: está na hora de saber a verdade. E eu disse “que verdade inspetor? E ele disse: encontrámos o corpo da (filha 1).*

(E9) também refere os inspetores da PJ como aqueles que mais informações lhe prestaram: *“No dia que me ligaram para dizer que havia um suspeito, disseram logo que se fosse ele, era uma pessoa com problemas mentais e que já estava detido por ter atacado outro homem”*.

Acreditamos estar na posse de informação que permite ir ao encontro do terceiro objetivo específico deste estudo: **compreender os fatores que favorecem ou inibem o acesso a esses apoios**. As conclusões retiradas a partir desta categoria de análise (apoios formais recebidos), reforçam aquelas que foram obtidas na categoria de análise anterior (recurso a apoios).

Ou seja, verifica-se que as vítimas secundárias raramente recebem apoio psicológico e apoio jurídico, a menos que o custeiem. Rara e/ou tardiamente recebem indemnizações ou subsídios (mesmo quando estão envolvidos menores órfãos). Na génese deste problema estão, maioritariamente, a falta de informação, critérios de acessibilidade restrita e pesada burocracia.

A todos estes problemas, adiciona-se outro, pois um dos fatores de estabilidade emocional para as vítimas secundárias é o acesso a informação acerca do processo, algo que é difícil, excetuando aquelas que estabelecem bom relacionamento com a PJ, ou outras em que suportam os custos de se constituírem assistentes.

## 5.5. Avaliação dos Apoios

*“As vítimas são tratadas como lixo” (E2).*

*“ Eu recorri à psicóloga dos bombeiros porque cheguei a um ponto em que disse que tinha de desabafar com alguém e tinha de deitar isto cá para fora. Mas foi por minha conta, foram conhecimentos meus” - (E1)* não é o único entrevistado a queixar-se dos apoios psicossociais a que teve acesso. E fá-lo por um motivo muito simples: não teve acesso a nenhum. A psicóloga que o ouviu foi a da corporação de bombeiros na qual trabalha. O filho mais novo de (E1), irmão da vítima, foi ouvido pela psicóloga da escola que, gentilmente, se colocou à disposição. (E6) avalia a situação da mesma forma:

*Se tive um psicólogo fui eu que paguei. Fui eu que disponibilizei o meu dinheiro e fui eu que paguei para ter uma certa ajuda. E tive de levantar a cabeça e andar para a frente e encarar a situação e agarrar a vida pelos cornos (E6).*

Por vezes ter direito ou acesso ao apoio não significa, poder usufruir dele, tal como nos explica (E4): *“O psicólogo veio aqui a casa meia dúzia de vezes e depois pronto, disse que se quiséssemos continuar, que tenhamos de ir a Lisboa. Mas então o meu marido não sabia conduzir aqui, quanto mais em Lisboa?”.*

(E9) dispara em direção à qualidade do serviço: *“Não gostei por motivo de estar a carregar sempre na mesma tecla... não sei se é por estar muito recente ainda, mas eu não queria falar (...) Elas estavam a fazer o papel delas, eu é que não estava preparada”.*

(E5) desabafa e lança um repto: *“Que ajudassem as pessoas psicologicamente e financeiramente... as pessoas que têm pouco com que sobreviver e que não têm quem lhes dê a mão” (E5).*

(E7) também coloca o apoio psicológico e o financeiro no mesmo patamar de importância e confessa-se desiludida: *O apoio psicológico é fundamental, mas o apoio financeiro é crucial. São dois fatores muito importantes. Isso é muito bonito porque a lei diz isto e aquilo, mas depois o governo não cumpre... que país somos nós? (E7).*

As finanças são um fator importante na vida de qualquer família e assumem especial emergência numa situação de grande turbulência e fragilidade:

*Eu fui a todo o lado. Fui à Segurança Social, fui à Câmara, fui à aos serviços sociais da Câmara para ver se conseguia uma casa... nada! Nada! Daí a minha angústia, a ver a minha vida andar para trás, sem a minha filha, sem ninguém, sem comer, sem onde dormir, sem onde ficar... no inverno... porque apanhei parte do inverno. Foi quando eu dormi na rua, à porta da igreja. Vá lá que ainda tinha um edredonzito... agora rio-me, mas aquilo não dá vontade de rir (E3).*

(E4) nem consegue perceber bem o que está a falhar:

*Não usufruímos de nada. Aqui há uns anos esteve aqui um Tenente-Coronel para fazer um inquérito, o homem esteve aqui uma tarde inteira... e a primeira coisa que perguntou foi de quê que a gente sobrevivia. Eu disse que tínhamos de trabalhar e de algumas economias que tínhamos - Então e a pensão? - Não temos! - Então e os cartões de saúde? - Não temos!... E depois ele ligou para um qualquer aqui na nossa frente e passados uns 15 dias veio uma assistente social da GNR para fazer o nosso processo e ela também disse: nem sei porque é que vocês não recebem porque isto está tudo tratado! - Não saímos disto.*

(E8) perdeu parte do seu rendimento mensal com a morte do marido, ficando a receber apenas uma parte daquilo que ele recebia em vida:

*Está mencionado no acórdão e isso ficou-me sempre na cabeça que recebo aquela parte da reforma dele, porque ele já cá não está para se sustentar com esse dinheiro. E há outra coisa que me revolta cá dentro é estar mencionado no acórdão que o dito cujo tem de comer, que pagar medicamentos... e tudo isso é uma revolta.*

(E6) conta como recebeu pouco mais de 10% do valor da indemnização que o tribunal decidiu que o homicida deveria pagar. Quem a pagou foi a Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes: “Eu tinha uma indemnização de 155 mil euros para receber(...) Recebi 18 mil euros” (E6).

Menos sorte teve (E7) que não chegou a receber qualquer montante a título de indemnização:

*A indemnização que pedi em tribunal foi em nome da (filha 1) e em nome da (filha 2) (...) Foi uma indemnização de 110 mil euros. Claro que ele não tem nada (...) já passaram oito anos e.... nada. Não recebi nada.*

A avaliação dos apoios jurídicos depende quase sempre da circunstância de se ter, ou não, um advogado à disposição por parte do Estado. Critérios também importantes são a celeridade do processo e a perceção de dignidade que a vítima secundária atribui ao tratamento que lhe deram na justiça.

O desabafo de (E2) é elucidativo: *Senti-me perdida, lesada, ofendida, humilhada, porque a justiça humilha as vítimas... menospreza. Para mim, a seguir à perda da minha filha, o pior é a justiça. A justiça é torturante, assustadora... e é cara.*

(E1) também deixa críticas à forma como funcionam os apoios jurídicos: *Para poder ajudar a resolver a morte do meu filho tive de pagar para isso. Mas devia ser o estado a dizer: olha, está aqui um advogado e podes trabalhar com ele.*

(E7) beneficiou da solidariedade de terceiros. Mesmo desempregada e com rendimentos inferiores ao salário mínimo, não teve direito a a poio judiciário por ter uma casa em nome dela: *Ofereceu-se um advogado que era amigo dos meus pais. Veio ter comigo e disse que seu eu quisesse, que me representava.*

E também foi por via da solidariedade que (E9) conseguiu representante legal para a família: *A minha mãe trabalhou com uma doutora e ela ofereceu-se para tratar de tudo... ela queria este caso (...) e a minha cunhada é secretária lá do escritório de advogados. Ela ia-nos informando de tudo. Foi tudo facilitado.*

Quem não consegue apoio judiciário e não conhece advogados que se ofereçam para tratar dos seus problemas, tem de contratar representante legal por sua conta. E, por vezes, vê-se enredado num sistema de defensores que não passam faturas, não justificam os valores cobrados e não mostram quaisquer resultados. (E4) diz ter já sido enganada por dois causídicos. Conta-nos que o segundo era a simpatia em pessoa:

*Ao início, era cinco estrelas, atendia sempre, ou retribuía as chamadas... agora já não. Nem responde às chamadas, nem às mensagens, nem nada (...) Disse que eram 5000 (euros), mas pediu logo 1500..., mas eu agora já não lhe dou mais dinheiro nenhum.*

Por fim, (E6) alerta quem possa julgar que a justiça é grátis, para mudar já de ideias:

*Na altura paguei dois mil e tal euros de custas de tribunal, eu não tinha dinheiro e andei a pagar ao tribunal todos os meses 160 euros até perfazer aquela quantia... todos os meses ia à Caixa Geral de Depósitos e depositava. É inacreditável!*

Vamos agora perceber como é que as vítimas secundárias avaliam a informação que lhes foi prestada ao longo do processo. Muitas vezes, nestes casos, informação é sinónimo de paz de espírito.

*Isto aconteceu no dia 16 de novembro de 2016 e ele foi detido a 16 de dezembro de 2016, portanto, após um mês (...) Esse mês custou muito a passar. Eu hoje entendo que a investigação demora ao seu tempo (...) Depois as informações também da Judiciária não são muitas, não é (...) Lá está, a informação está em segredo de justiça e a gente vive aquele mês assim um bocado complicado (E1).*

(E7) esperou pela detenção do homicida, dois anos após o crime para saber toda a verdade:

*Só depois de ele ser apanhado é que eu soube (...) Eu sempre tive uma grande curiosidade em saber se a (filha 1) tinha sido violada (...) e o inspetor disse que não. (...) Mas como eu sou teimosa, fui na mesma consultar o processo. Só não vi as reportagens fotográficas que a PJ fez ao corpo da minha filha". Isso era estar a ser masoquista.*

(E9) não esquece o choque que foi saber da morte do pai pela comunicação social:

*O meu irmão liga-me aos gritos, em pânico: Mete no Correio da Manhã! Mete no Correio da Manhã! (...) Eu só ouço o meu irmão aos gritos: É o meu pai! É o meu pai! De certeza que é o meu pai! O meu pai está morto! Mataram o meu pai!*

A falta de informação por parte das autoridades origina, geralmente, especulação e mais sofrimento, conforme relata (E5): *"Nem sei porque mataram o meu filho. Todos os dias vinha um amigo dele e inventava uma história diferente... sei que foi uma facada fatal"* (E5).

(E4), apesar de ter sido indemnizada pela morte do filho, resume desta forma, aquele que é o sentimento geral das pessoas entrevistadas no âmbito desta dissertação: *"Do Estado, nada! Rigorosamente nada! É o que o meu marido diz: só tivemos direito a perdê-lo, mais nada!"*.

Relativamente, ao quarto objetivo específico deste estudo, a saber, **conhecer as perceções das vítimas relativamente aos apoios disponibilizados**, constata-se que a opinião que as vítimas secundárias têm do sistema é muito má. Mesmo as (raras) que foram indemnizadas,



receberam apoio judiciário, ou apoio psicológico, queixam-se da “máquina” que as devia ajudar. Sentem-se abandonadas e até vilipendiadas pelas instituições. Queixam-se da morosidade da justiça. E sentem, sobretudo, a ausência de uma entidade que se disponibilize a ajudá-las, numas circunstâncias em que a dor é paralisante. E mesmo quando o trauma inicial se atenua, consideram que os apoios continuam a não chegar, o que justifica a revolta sempre presente no discurso.

## 5.6. Perceção de justiça

*“Tenho uma mágoa muito grande com a justiça portuguesa, porque tudo falhou” (E2).*

A justiça funciona? É branda ou severa? Responder a estas questões sob o ponto de vista técnico e científico daria conteúdo suficiente para várias dissertações. Não é esse, portanto, o nosso objetivo. No entanto convém perceber qual é o entendimento dos nossos entrevistados relativamente à eficácia do sistema judicial.

(E1) não se conforma com o acórdão que condenou o homicida do filho, por acreditar que havia mais alguém no cenário do crime:

*Sabendo que há pelo menos mais um ou dois metidos ao barulho, não houve investigação suficiente para os apanharem. Porque há provas de que há mais alguém metido no assunto, há testemunhas que viram pessoas lá, mas a Judiciária ou não se mexeu ou não conseguiram achar provas, mas sinto que a justiça não foi feita enquanto não for apanhado pelo menos mais um.*

Para (E1) é como se o julgamento da morte do filho ainda não estivesse encerrado. O testemunho deste homem vai ao encontro daquilo que nos diz Thiel (2005) quando fala das absolvições de arguidos que *“agravaram particularmente o trauma”* das vítimas.

(E2) está incrédula com a circunstância do homicida não ter pago ao seu neto, a indemnização de 120 mil euros estipulada pelo tribunal.

*120 mil euros! Pagou zero! Não paga porque o coitadinho não tem nada (...) Eu entreguei no Ministério Público... eu tenho aqui as certidões em como ele doou... doou... ele foi preso em março. Em abril doou os imóveis à irmã. A procuradora ainda gozou comigo... se isto não se tivesse passado comigo eu não acreditava.*

(E2) considera ainda que a justiça foi branda para com o arguido condenado: *“Não apanhou os 25 anos que é o que era justo. Se ele apanhou os 20 anos, eu posso agradecer à comunicação social que esteve em cima do caso”.* (E2)

(E4) recebeu 121 mil euros de indemnização, mas mesmo assim disse-nos várias vezes sentir-se abandonada. E está convicta de não lhe ter sido feita justiça:

*Isto é uma coisa muito fácil de explicar. Se fôssemos de um país desses de leste, tínhamos recebido os valores que a mulher daquele que teve problemas com o do SEF*

*recebeu. Ela recebeu 800 000 euros. Mas como somos portugueses, com 120 000 chegou.*

Ainda relativamente ao pagamento da indemnização, (E6) critica as manobras do assassino da filha, para não pagar o que quer que seja, manobras essas permitidas pelo sistema judicial:

*Divorciou-se da mulher para passar as coisas para o nome dela (...) Fez tudo a mando da advogada dele, à frente de toda a gente e ninguém fez nada. Tudo nas barbas da justiça (...) Porque é que não lhe penhoraram os bens? Porque é que não lhe penhoraram o ordenado dele? Porque é que não o privaram de fazer essa divisão dos bens? Porquê?!*

(E3) sente-se revoltada porque o arguido que foi julgado pela morte da filha, acabou por ser ilibado. Mais tarde acabaria por ser detido por suspeitas de ter assassinado mais duas mulheres:

*Eu não percebo que juiz é este... ele deixou muitas provas (...) Se o tivessem prendido logo, estas desgraças não tinham acontecido. Ele na minha filha deixou ADN em todo o lado... nos atacadores da minha filha, nos cintos do carro... como é que o juiz não tem provas?! Como?!*

A generalidade dos entrevistados reclama penas mais altas para os homicidas: “Nós estávamos sempre a contar com a pena máxima (...) os 20 anos, sabendo o que se passa nas prisões e tudo, para mim não encerra o ciclo” (E1). O jovem que assassinou o filho de (E1) foi condenado a 20 anos de pena, tal como o ex-companheiro da filha de (E2), que não se conforma: “Nem os 25 seriam justos. Na nossa vizinha Espanha, por um crime destes, pelo menos 35 anos ele apanhava”. (E3) vai um pouco mais longe na sua apreciação: “Para estes casos devia haver é pena de morte. Há pessoas que não deviam poder andar na sociedade”.

(E9) não vê forma de a mãe receber a indemnização que o homicida foi condenado a pagar e mostra revolta em relação à pena decidida pelo tribunal: “20 anos? Para mim é pouco. Para a barbaridade do crime? Para mim é pouco. Isto não é culpa do juiz (...) é a justiça! Matam-no e a minha mãe não tem direito a nada?! É assim, se lhe foi diagnosticada a esquizofrenia aos 14 anos, ele andava assim à solta?! O estado não tomou conta?! Alguém tem de ser culpado!”

Algumas semanas após a gravação da entrevista (E9) contactou-nos para saber como se poderia dirigir à Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes, para tentar obter uma indemnização por essa via. Explicou que nunca antes tinha ouvido falar de tal organismo, que nunca, foi informada acerca da sua existência (nem o seu próprio advogado) e que não sabia que a mesma poderia, eventualmente, responsabilizar-se pelo pagamento de uma indemnização não liquidada pelo arguido.

Aquando da entrevista, (E5) ainda aguardava o julgamento do homicida do filho. Focou-se, no entanto em denunciar a alegada má conduta do primeiro inspetor da Polícia Judiciária que investigou o caso: *“O primeiro inspetor (...) não fazia trabalho completamente nenhum (...) Chegou a ameaçar-me, porque eu mandei vir com ele (...) Ameaçou-me que me punha num calabouço, ameaçou-me que me tirava o meu filho”* (o mais novo).

Entretanto, (E5) já sabe que o jovem que matou o filho dela há 12 anos, foi condenado a oito de prisão. Já nos confidenciou que se sente frustrada.

(E7) é a única entrevistada que não tem reparos a fazer à sentença (25 anos) a que foi condenado o homicida: *“A justiça do homem está feita... aquilo que tiver de ser, será”*. (E7) elogia também a atuação da Polícia Judiciária:

*Foi dito por advogados na comunicação social, na televisão, que seria muito difícil apanhar este fulano, que se tivesse ido para o país dele, facilmente obteria uma identidade falsa (...), mas a Polícia Judiciária (...) deu-me sempre a esperança que o iam apanhar. E ao fim de dois anos foi apanhado! Foi um trabalho excelente!*

(E9) também tem considerações elogiosas a fazer à Polícia Judiciária: *“Aqueles dois agentes sempre tiveram muita atenção connosco, telefonavam-nos a saber se a gente estava bem, deixaram-nos à vontade... e eu chateei muito, porque todos os dias tinha uma pergunta para fazer”*.

O trabalho da Polícia Judiciária parece mais consensual do que o da Guarda Nacional Republicana. O primeiro merece mais elogios do que reparos, ao invés do segundo:

*A PJ era uma equipa bastante acessível. A GNR aqui é que não dava grande saída à situação, porque como eram raparigas novas, uma das vezes lembro-me de ter ouvido uma boca: “ela foi dar uma queca com o namorado e depois volta (E6).*

As vítimas secundárias necessitam ver detenções ou condenações, para se sentirem seguras.

Caso contrário, vivem a espreitar por cima do ombro:

*Quando ele vem extraditado para cá, ele vai ser presente ao tribunal de Lagos, mas depois ele vai aqui para uma prisão que fica em Silves, a seis ou oito quilómetros... eu nunca ia na rua descansada. Tinha sempre a sensação que alguém me seguia, por causa da (filha 2). Eu tinha medo que ele raptasse a minha filha (E7).*

*Eu desconfiava de toda a gente. Eu tinha medo de sair à rua porque desconfiava de toda a gente. O meu pai não faz mal a ninguém (...), mas ele foi morto, alguém lhe fez mal. Olhe, não desejo a ninguém (E9).*

A categoria de análise que remete para a perceção de justiça, permite-nos adicionar informação relativa à **perceção das vítimas relativamente aos apoios disponibilizados**.

Raramente as vítimas secundárias sentem que se fez justiça. O sentimento é de que a moldura penal em Portugal deveria ser mais pesada e de que os tribunais são brandos e permissivos com os homicidas, uma vez que nem sempre os condenam à pena máxima, para além de os deixarem, frequentemente, escapar ao pagamento de indemnizações. É caso para dizer que “quanto maior a impunidade, menor a confiança nas instituições encarregadas de aplicar a lei” (Adorno & Pasinato, 2007).

As vítimas secundárias sentem, também, que o Estado não é sério com elas, porque quando a indemnização fica à responsabilidade da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes, raramente é paga. E quando é paga, chega tarde e em montantes considerados reduzidos.

Quanto aos órgãos de polícia criminal, a Polícia Judiciária é alvo de maior aprovação do que as outras forças policiais. Finalmente, verifica-se que o sentimento de segurança individual fica bastante afetado depois de um homicídio e, tendencialmente, apenas apazigua depois de serem efetuadas detenções e/ou condenações.

## 5.7. Apoios disponíveis

*“O advogado diz que como o homicida não tem bens, nós não temos direito a nada” (E9).*

Este capítulo remete para o primeiro objetivo específico desta dissertação: **identificar e caracterizar os apoios psicossociais e financeiros existentes em Portugal, para as vítimas secundárias do crime de homicídio.**

A Lei nº 130/2015 (2015) estipula no artigo nº26, alínea 1) que *“as vítimas especialmente vulneráveis podem ser assistidas pelos serviços de saúde integrados do Serviço Nacional de Saúde”*. Mas será esta assistência suficiente para quem necessita de apoio psicológico? A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) tem equipas especializadas nesse domínio, que atuam em qualquer zona do país e que vão ao encontro de quem necessita. *Aquilo que se perspetiva da nossa parte é um apoio pelo período que for necessário. Não há deadline, não acaba com o processo crime*, explica Carla Ferreira, da APAV.

No entanto, esse encontro nem sempre é possível. Porquê? Porque, muitas vezes, as vítimas não estão em condições de assimilar essa informação, logo após o choque de terem perdido um ente querido:

*Nós traçamos aqui um protocolo de colaboração com a Polícia Judiciária. Ou seja, os inspetores que vão para o terreno e estão a investigar as situações de homicídio, sabem desta equipa especializada, propõem à família ou com quem se cruzem beneficiarem de apoio junto de nós e as pessoas consentem ou não consentem a transmissão de dados (...) Também temos protocolo com o INEM, precisamente porque o INEM vai muitas vezes com as equipas de apoio psicológico para o local dos homicídios (Carla Ferreira).*

O problema é que este encontro dos inspetores da Polícia Judiciária e dos socorristas do INEM, com as vítimas secundárias, acontece num momento de grande fragilidade, durante o qual estas não têm capacidade para ouvir e/ou reter informação. Isto para não falar na possibilidade de polícias ou socorristas, absorvidos na emergência do trabalho, que os levou ao local do crime, poderem esquecer-se de fazer essa comunicação.

Esta metodologia de ação parece, portanto, condicionar o acesso às ajudas disponíveis.

*O tribunal, por exemplo, as certidões (...) caso isso não seja feito, nós lembramos a pessoa que se esqueceu desse pormenor, senão vão ter de pagar a um advogado (...) informação da libertação do arguido, para as vítimas não virem a descobrir depois pelo carteiro, que a pessoa já está em casa, como também já aconteceu... acompanhar as vítimas em tudo o que é diligência processual, para que as vítimas tenham aqui uma pessoa de referência que lhes possa prestar algum apoio emocional, que possa estar com elas, que possa explicar o que está acontecer (...) Depois é accionar os pedidos de indemnização ao estado, quando há esses critérios, informar as pessoas que têm esse direito e que pode ser accionado gratuitamente (...) A desorientação das pessoas é tal que às vezes estamos a correr com as pessoas para o centro de saúde para ir buscar as baixas médicas, ou articular com o centro de saúde para pedir uma avaliação clínica mais de urgência (...) eu até contactos com funerárias já fiz (Carla Ferreira).*

Sublinha-se que nenhum dos entrevistados conseguiu usufruir da plenitude destes serviços. A Lei nº 34/2004 (2004), no artigo nº1, alínea 1) explica que “o sistema de acesso ao direito e aos tribunais destina-se a assegurar que a ninguém seja dificultado ou impedido, em razão da sua condição social ou cultural, ou por insuficiência de meios económicos, o conhecimento, o exercício ou a defesa dos seus direitos”. Mas, na realidade, apenas uma franja extremamente desfavorecida da população poderá estar elegível para este apoio:

*Uma pessoa tem de ser miserável neste momento para ter apoio jurídico... é quase preciso viver debaixo da ponte. (...) A portaria já foi publicada e fixa um valor de 480,43 euros mensais, para 2023. Quem ganhar acima disso não tem direito a apoio judiciário, basicamente (Miguel Santos Pereira, advogado).*

Os direitos das vítimas estão consagrados no *Estatuto da Vítima*. Os termos deste estatuto são entregues às vítimas secundárias, no seu primeiro contato com um órgão de policia criminal. Mas, muitas vezes, as vítimas nem conseguem perceber o que diz a letra da lei, o que inviabiliza o acesso.

A Lei nº 130/2015 (2015), explica no artigo 67A, nº4 que “assistem à vítima os direitos de informação, de assistência, de proteção e de participação ativa no processo penal”. Mas o que nos diz a realidade é que esses direitos apenas estão ao alcance de uma vítima secundária de homicídio, caso esta se constitua assistente do processo. E sabemos que a

constituição de assistente, bem como a consequente nomeação de defensor legal, custam dinheiro que muitas pessoas em situação de grande fragilidade não têm.

*O que nós temos em Portugal é o quê? O importante é consagrar na lei. Depois vamos dificultar, criar burocracia, portanto não é tão importante que as pessoas beneficiem dos apoios que existem... o que é importante é propagar que existem aqueles apoios e poder justificar sempre que os apoios não são atribuídos porque ninguém os pediu.*  
(Miguel Santos Pereira).

Por fim, a Lei nº 104/2009 (2009), no capítulo II, artigo nº 2, alínea a), prevê que tenha direito a indemnização quem tenha sofrido *“uma perturbação considerável no nível de qualidade de vida da vítima ou, no caso de morte, do requerente”*. Mas o que nos diz a realidade é que as vítimas secundárias raramente recebem indemnizações. Quando os arguidos não têm bens para as pagar, esse pagamento deverá estar a cargo da Comissão de Proteção das Vítimas de Crimes (CPVC), nos termos constantes do artigo 4, nº 1, da Lei 104/2009 (2009), com um teto máximo do *“valor equivalente a 340 unidades de conta processual”*, o que totaliza 34 680 euros.

Porém, à Comissão de Proteção às Vítimas de Crime, é concedido o direito de livre apreciação de cada caso. Ou seja, não é pelo fato de um tribunal decidir que uma pessoa deverá receber uma indemnização, que a referida comissão deva proceder no mesmo sentido. Aliás, pouco tempo depois da gravação da entrevista connosco, (E1) mostrou-nos o ofício que recebeu da CPVC, a explicar que não teria direito a qualquer indemnização. Porquê? Porque não dependia financeiramente do filho que foi assassinado, o que significa que não sofreu uma quebra de rendimentos.

## 6. Proposta de Medidas de Política Social Para Apoio às Vítimas Secundárias

*“Não acredito no sistema, não acredito na justiça, não acredito em nada disto” (E6).*

As vítimas secundárias de crimes de homicídio em Portugal enfrentam obstáculos relevantes no acesso a apoios que possam mitigar as necessidades espoletadas pelo crime. Por isso, propomos um conjunto de medidas, que vão ao encontro do quinto objetivo específico desta dissertação: ***elaborar propostas e sugestões em matéria de apoios às vítimas de crimes violentos, enquanto medidas de Política Social.***

Segue-se um conjunto de seis medidas:

1. Garantir, no mínimo, uma igualdade de tratamento entre a vítima secundária e o arguido, aos olhos do sistema judicial. Qualquer pessoa que mate alguém e que seja detida para julgamento, usufrui da nomeação gratuita de defensor legal, mesmo que não o deseje. Mas a família da vítima, se não cumprir os critérios para concessão de apoio judiciário, tem de pagar um advogado, caso queira constituir-se assistentes do processo. *“Quem está de luto por causa de um homicídio, poderá descobrir que a sua presença no sistema de justiça criminal é menor do que a do acusado, o que causa insatisfação” (Huang, 2018).*

*“A vítima de um crime, para poder ter plenos direitos processuais em Portugal, tem de se constituir assistente, o que implica o pagamento de uma UC, atualmente 102€, valor que nem todos poderão pagar” (Guia, 2016).* Convém recordar que o salário mínimo nacional, em Portugal, em 2023, é de 760 euros, além de que ao valor da UC (unidade de conta processual) terão de ser adicionados os honorários de um advogado, cuja nomeação é obrigatória e que, a título de exemplo, geralmente, cobra valores equivalentes a vários salários mínimos nacionais, apenas para aceitar representar o assistente.

2. Criação de um *Agente de Vítima Secundária do Crime de Homicídio*. À semelhança do agente de liberdade condicional, que coordena o regresso de um recluso à liberdade, terá de se criar um gabinete, com profissionais qualificados, que orientem a ação de vítimas que têm a sua capacidade de discernimento temporariamente diminuída. Miguel Santos Pereira, acompanha a ideia: *“Então custava muito atribuir um técnico social que marcasse consultas, que arranjasse um advogado, que não deixasse passar prazos?”.*

Adicionalmente, este *agente* usaria uma espécie de *via verde* que desse prioridade ao seu utente na marcação de atendimentos em serviços públicos (médicos, tribunais, notários, repartições de finanças, etc.).

3. Uniformização de critérios e obrigatoriedade de pagamento célere de indemnizações a vítimas secundárias. De uma forma simples, acabar com o carácter, aparentemente discricionário e moroso da ação da CPVC. Se o tribunal delibera que a vítima deve receber uma indemnização, a CVPV tem de pagá-la, com carácter de urgência, dentro de um prazo legal estipulado, até um teto máximo que poderá ser o das 340 UC, ou outro qualquer que o legislador entenda adequar-se. Talvez, de uma forma mais simples, se deva estabelecer o pagamento de uma percentagem fixa da indemnização que o tribunal decidiu.

4. Criação de um fundo de acionamento imediato, para cobrir as necessidades decorrentes do crime, tal como explica Carla Ferreira:

*Pagar despesas básicas de casa, luz, água, gás, etc (...). Estes apoios não se pode conceber que sejam apenas naquele momento porque as necessidades que estas pessoas têm não vão ser colmatadas numa semana ou num mês. Se calhar vamos ter de pensar aqui em coisas mais longas.*

5. Criação de regulamentação, com vista à atribuição de carácter de urgência aos casos de regulação do exercício de responsabilidades parentais, que envolvam crianças órfãs na sequência de crimes de homicídio. O *Agente de Vítima Secundária do Crime de Homicídio*, poderá desempenhar um papel importante na agilização do processo.

6. Criação de medida acessória à condenação, que proíba o homicida de se aproximar dos locais de residência das vítimas secundárias, após o seu regresso à liberdade. A medida, com duração a definir pelo legislador, aplica-se a um determinado perímetro, a um concelho, ou a um distrito e poderá funcionar de forma semelhante às que se aplicam aos agressores de violência doméstica.

## Conclusão

*“Temos de nos juntar e medir forças com esta gente! Isto não pode ficar assim” (E7).*

Para além da vida que destrói, o crime de homicídio arrasa outras vidas, as das vítimas secundárias, familiares próximos da pessoa assassinada, que são forçadas a aceitar um novo normal, que não escolheram, que não desejaram e para o qual não estavam preparadas.

As novas circunstâncias da vida das vítimas secundárias, dão origem ao aparecimento de diversas necessidades, para as quais este grupo de pessoas nem sempre encontra respostas. O trauma gerado pela tragédia, requer apoio psicológico, ao qual raramente têm acesso, a menos que o façam às suas próprias expensas. A falta de capacidade para regressar ao trabalho gera, muitas vezes, necessidades financeiras e pode levar a situações de desemprego, problemas aos quais o sistema não está concebido para responder.

O confronto com o sistema judicial requer apoio jurídico, cujos critérios de acessibilidade são excessivamente restritos, o que acaba por gerar mais necessidades financeiras e um sofrimento psicológico suplementar. A estes, normalmente somam-se posteriormente, problemas de saúde, alguns deles crónicos, fontes de despesa suplementar. As rotinas familiares alteram-se para sempre, o sentimento de segurança degrada-se, o futuro passa a ser algo sombrio e incerto.

A morte do ente querido é apenas o primeiro capítulo de uma dolorosa via sacra para as vítimas secundárias. Este estudo mostra-nos que o acesso a apoios que possam minimizar os estragos que o homicídio provoca nas suas vidas é, geralmente, muito complicado. Ou porque, simplesmente, não existem, ou porque não há informação acerca da existência dos mesmos, ou, ainda, porque o processo burocrático que precede a sua concessão, afasta os possíveis candidatos, vulnerabilizados e debilitados pela situação vivida.

A lei prevê que as vítimas secundárias possam usufruir de apoio médico (que inclui o psicológico), de acesso aos tribunais e de indemnizações compensatórias pela perda brutal que sofreram. Porém, na realidade, os sujeitos a quem estas medidas se destinam raramente usufruem daquilo que está consagrado pelo legislador, ou não têm acesso a esse ressarcimento de forma atempada, o que pressupõe, desde logo, uma ineficácia do sistema.

As vítimas secundárias sentem-se rejeitadas, humilhadas e desprezadas por um Estado que dizem não as proteger e ser demasiado brando para os criminosos. Mesmo as vítimas indemnizadas, ou que tiveram apoio judiciário ou psicológico, sentem-se revoltadas. Queriam uma palavra amiga, queriam sentir que contam para alguma coisa. Queriam que as ajudassem de alguma forma, por vezes, nem elas sabem como, mas que as ajudassem. Que não as deixassem à sua própria sorte quando perdem um filho, um pai, ou um marido e, na sequência disso, o emprego, a casa, a dignidade, ou a vontade de viver.

Não faz sentido que a vítima pague por um defensor legal, quando o homicida tem direito a advogado gratuito, mesmo que não o queira. Não faz sentido que uma indemnização decidida em tribunal, não seja paga pela APVC. Não faz sentido que o assassino, após ser libertado, possa viver nas imediações da casa dos familiares da vítima. Por isso é urgente mudar leis. E é urgente criar medidas de Política Social, que ofereçam respostas às necessidades destas vítimas secundárias, tal como julgamos ter ficado explicitado ao longo do estudo que apresentámos.

## Bibliografia

Adorno, S. & Pasinato, W. (2007); A justiça no tempo, o tempo da justiça; *Dossiê Sociologia do Judiciário*. Volume 19, nº2, pp.: 131-155.

<https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000200005>

Aldrich, H., & Kallivayalil, D., 2013. The impact of homicide on survivors and clinicians. *Journal of Loss and Trauma*. Volume 18, issue 4, pp.: 362-377.

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15325024.2012.701125>

Amaro, F., 2019. Criminologia e reinserção social. In Amaro, F. & Costa, D., *Criminologia e Reinserção Social*, pp. 1-19. PACTOR - Edições de Ciências Sociais, Forenses e de Educação

Amick-McMullan, A., Kilpatrick, D.G., Veronen, L.J. & Smith, S. (1989). Family survivors of homicide victims: Theoretical perspectives and an exploratory study. *Journal of Traumatic Stress*, Vol. 2, nº1, pp.: 21-35.

<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/BF00975764.pdf>

Armour, M & Umbreit, M.S. (2012). Survivors of homicide victims: Factors that influence their well-being. *Journal of Forensic Social Work*, 2, pp.:74-93.

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1936928X.2012.750253?journalCode=wfor20>

Brown, E. & Crego, J. (2019). Homicide co-victims: confidence in the criminal justice. *Journal of Criminological Research Policy and Practice*, Volume 3, nº3, pp.: 240-252.

<https://doi.org/10.1108/JCRPP-03-2019-0020>

Burgess, A.W. (1975). Family reaction to homicide. *American Journal of Orthopsychiatry*, 45(3), pp.: 391-398.

<https://eds.p.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=0&sid=2f9a9b90-dbb0-4e82-8455-7e8ebc19bb62%40redis>

Caeiro, J.C. (2015). Estado social, políticas públicas e política social. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Caridade, S. (2017). Considerações éticas na investigação com vítimas de violência e de crime. *Revista PSICOLOGIA*, Vol.31(1), pp.: 37-48.

<https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/1234/V31N1P37-48>

Carmo, H. (2011). *Teoria da política social (um olhar da ciência política)*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Cavalcante, R.B., Calixto, P. & Pinheiro, M. M. K. (2018). Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação e Sociedade: Estudos, Volume 24, nº1*, pp.:13-18.

[https://www.researchgate.net/publication/329399124\\_Analise\\_de\\_Conteudo\\_consideracoes\\_gerais\\_relacoes\\_com\\_a\\_pergunta\\_de\\_pesquisa\\_as\\_possibilidades\\_e\\_limitacoes\\_do\\_metodo](https://www.researchgate.net/publication/329399124_Analise_de_Conteudo_consideracoes_gerais_relacoes_com_a_pergunta_de_pesquisa_as_possibilidades_e_limitacoes_do_metodo)

Chatterjee, A. (2015). Is the statement of Murphy's law valid?. *Complexity, Volume 21, Issue 6*, pp.: 374-380.

<https://doi.org/10.1002/cplx.21697>

Clark, J. & Walker, R. (2012). Research ethics in victimization studies: Widening the Lens. *Violence Against Women, 17(12)*, pp.: 1489-1508.

<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1077801211436167>

Connolly, J. & Gordon, R. (2014). Co-victims of homicide: A systematic review of the literature. *Trauma, Violence & Abuse, Vol 16 (4)*, pp.: 494-505.

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1524838014557285>

Costa, D., 2019. Vitimologia. In Amaro, F. & Costa, D., *Criminologia e Reinserção Social*, pp. 43-72. PACTOR - Edições de Ciências Sociais, Forenses e de Educação

da Costa, D. H., Kathie, N. & Schenker, M. (2017). Repercussões do homicídio em famílias das vítimas: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva, 22 (9)*, pp.: 3087-3097.

<https://www.scielo.br/j/csc/a/RKt3cYpScHCCV6yDhTXHRBS/?lang=pt>

Davis, R.C, Lurigio, A.J. & Skogan, W.G. (1999). Services for victims: A market research study. *International Review of Victimology, Vol. 6*, pp.:101-115.

<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/026975809900600202>

Davis, R.C., Johnson, K., Howley, S. & Lebron, M.J. (2021). US law enforcement's role in victim compensation dissemination. *International Review of Victimology, Volume 27, Issue 1*, pp.: 43-62.

<https://doi.org/10.1177/0269758020945126>

Englebrecht, C.M., Mason, D.T. & Adams, P.J. (2016). Responding to homicide: An exploration of the ways in which family members react to and cope with the death of a loved one. *OMEGA - Journal of Death and Dying*. Volume 73, Issue 4, pp.: 355-373.

<https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/0030222815590708>

Fernandes, J.J.A., 2019. Introdução à criminalidade violenta. In Amaro, F. & Costa, D., *Criminologia e Reinserção Social*, pp. 111-123. PACTOR - Edições de Ciências Sociais, Forenses e de Educação.

Global Peace Índex (2023). *Vision of Humanity*,

<https://www.visionofhumanity.org/maps/#/>

Gould, J. & Kolk, W. L. (dirs.). (1964). *A dictionary of the social sciences*. New York: The Free Press of Glencoe.

Guia, M.J. (2016). O novo estatuto da vítima em Portugal: sujeito ou enfeite do processo penal português. *Conpedi Law Review*, Vol 7 (2).

<https://www.indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3600/3105>

Hertz, M.F., Prothrow-Stith, D. & Chery, C. (2005). Homicide survivor: Research and practice implications. *Merina Journal of Preventive Medicine*, Volume 29, Issue 5, Supplememnt 2, pp.: 288-295.

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0749379705003235?via%3Dihub>

Horne, C. (2003). Families of homicide victims: Service utilization patterns of extra and intrafamilial homicide survivors. *Journal of Traumatic Stress*, Vol. 18, n<sup>o</sup>2, pp.: 75-82.

<https://link.springer.com/content/pdf/10.1023/A:1022831530134.pdf>

Huang L. (2018). Unmet needs and service satisfaction of victim support for the direct and indirect victims of serious violence: Results from a cross-sectional survey in Taiwan. *PLOS ONE*, 13(2): e0192905.

<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0192905>

Kosenko, K. & Laboy, J. (2014). "I survived": The content and forms of survival narratives. *Journal of Loss and Trauma*, Vol. 19 (6), pp. 497-513.

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15325024.2013.808948>

Lei n<sup>o</sup>34/2004 (2004). Acesso ao direito e aos tribunais. Código de Processo Penal, 29 de Julho de 2004.

[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=80&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=80&tabela=leis)

Lei nº104/2009 (2009). Regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica. Código de Processo Penal, 14 de Setembro de 2009.

[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1135&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so\\_miolo=](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1135&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo=)

Lei nº 130/2015 (2015). Estatuto da Vítima. Código de Processo Penal, 4 de Setembro de 2015.

[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=199&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=199&tabela=leis)

Liem, M. Suonpää., K., Lehti, M., Kivivuori, J., Granath, S., Walker, S. & Killias, M. (2019). Homicide clearance in Western Europe. *European Journal of Criminology, Volume 16, Issue 1*, pp.: 81-101.

<https://doi.org/10.1177/1477370818764840>

Magee, L.A., Semenza, D., Gharbi, S. & Wiehe, S.E. (2023). Addressing mental health needs of secondary homicide survivors through a social determinante of health framework. *Sage Publications, Homicide Studies, 0*.

<https://doi.org/10.1177/10887679231163099>

Miller, L., 2009. Family survivors of homicide: I. Symptoms, syndromes and reaction patterns. *The American Journal of Family Therapy*. Volume 37, pp.:67-69.

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01926180801960625?scroll=top&needAccess=true&role=tab>

Minayo, M.C.S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo. Volume 5, nº7*, pp.: 01-12.

Pereirinha, J. (2008a). *Política Social: Fundamentos da actuação das políticas públicas*. Lisboa: Univ. Aberta.

Pordata. Estatísticas sobre Portugal e Europa.

<https://www.pordata.pt/>

Priberam (s.d.) Dicionário Priberam da língua portuguesa.

<https://dicionario.priberam.org/>

Reed, M.D. (2022). The administration of death notifications in murder cases: retelling secondary victimization experiences of homicide co-victims. *Criminal Justice Studies*, Volume 35, Issue 4, pp.: 364-384.

<https://doi.org/10.1080/1478601X.2022.2138985>

Reed, M & Caraballo, K., (2021). Voice of victims of secondary victimization with the court system among homicide co-victims. *Journal of Interpersonal Violence*. Volume 37, Issue 13-14, pp.: 10832-10861.

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0886260521989732#bibr38-0886260521989732>

Resolução 40/34 (1985). Assembleia Geral das Nações Unidas, 29 de Novembro de 1985.

<https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-princjusticavitimas.pdf>

Ronel, N., 2015. Vitimology should stay positive - The ongoing need for positive victimology. TEMIDA. Volume 18, Issue 3-4, pp.: 5-16.

<https://doiserbia.nb.rs/img/doi/1450-6637/2015/1450-66371504005R.pdf>

Simmons, C.A., Duckworth, M & Tyler, E. (2014). Getting by after a loved one's death by homicide: the relationship between case status, trauma symptoms, life satisfaction, and coping. *Violence Victims*, Volume 29, Issue 3, pp.: 506-522.

<https://doi.org/10.1891/0886-6708.vv-d-12-00114>

Sims, B., Yost, B. & Abbott, C. (2005). Use and nonuse of victim services programs: Implications from a statewide survey of crime victims. *Criminology and Public Policy*, Volume 4, n<sup>o</sup>2, pp.: 361-384)

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1745-9133.2005.00026.x>

Sistema de Segurança Interna (2006-2022). Relatório Anual de Segurança Interna (2005-2021).

Stretesky, P.B., Shelley, T.O'C, Hogan, M.J. & Unnithan, N.P.. (2010). Sense-making and secondary victimization among unsolved homicide co-victims. *Journal of Criminal Justice*, 38, pp. 880-888.

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0047235210001273?via%3Dihub>

Thiel, D., 2015. Moral truth and compounded trauma: The effects of acquittal of homicide defendants and the families of the victims. *Homicide Studies*. Volume 20, issue 3.

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1088767915600200>



INSTITUTO SUPERIOR  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
E POLÍTICAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

van Wijk, A., van Leiden, I. & Fewerda, H. (2017). Murder and the long-term impact on co-victims: A qualitative, longitudinal study. *International Review of Victimology*, 23(2), pp.:145-157.

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0269758016684421>

Wellman, A.P. & Meitl, M.B. (2021). Exploring cold case homicide survivors' Perceptions of and relationships with law enforcement. *Journal of Interpersonal Violence*, Vol. 36, pp.: 23-24.

<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0886260519897327>

## Anexos

### GUIÃO DE ENTREVISTA

- . Quem do seu círculo próximo foi vítima de homicídio? Em que circunstâncias?
- . O homicídio do seu ente querido mudou substancialmente a sua vida? Em caso de resposta afirmativa, explique de que forma isso sucedeu?
- Que tipo de necessidades surgiram na sua vida em consequência do homicídio?
- . Quais as maiores dificuldades que teve de enfrentar após o homicídio? Foram elas económicas? Emocionais? Psicológicas? Laborais? Financeiras? Jurídicas?
- . Sentiu necessidade de apoio externo em alguns dos quadrantes da sua vida referidos na questão anterior?
- . Passou a ter algum tipo de necessidade de índole económica em consequência do homicídio? Solicitou-o? A quem? Sabe onde ou a quem pedir ajuda? Obteve-a?
- . Passou a ter algum tipo de necessidade de apoio psicológico? Solicitou-a? A quem? Sabe onde ou a quem pedir ajuda? Obteve-a?
- . Conservou o seu posto de trabalho após o homicídio? Teve de pôr baixa? Sentiu-se travado na sua progressão profissional?
- . A sua vida financeira degradou-se após o homicídio? Sentiu que necessitava de ajuda neste campo? Conhece algum mecanismo que lhe permita obter ajuda neste campo?
- . Necessitou de apoio jurídico na sequência do homicídio? Obteve-o? Foi difícil obtê-lo? Teve dificuldades no acesso à justiça?
- . Sente que recorreu a todos os apoios disponíveis para vítimas de crimes violentos?
- . É fácil recorrer aos apoios disponíveis para vítimas de crimes violentos?
- . O que o fez abdicar de alguns ou de todos os apoios disponíveis para vítimas de crimes violentos?
- . Os apoios existentes para vítimas secundárias são suficientes para suprimir as necessidades existentes?

## TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA (E1)

**Luís Maia (LM):** Em que circunstância é que o seu filho morre? Quem é que mata o seu filho e como é que o matam?

**(E1):** Ele morre vítima de agressões, principalmente na parte da cabeça. O autor que se saiba foi o (Homicida 1)... (Homicida 1). É pá... e o motivo não se sabe. Continuamos sem saber qual o motivo.

**LM:** Foi condenado esse rapaz, aliás foram julgados dois arguidos sendo que apenas um deles foi condenado, mas há algumas conclusões da investigação que nos levam a acreditar que com muita probabilidade mais alguém estaria envolvido no homicídio.

**(E1):** Da maneira como ele foi morto, diz o relatório policial que há um que o segura com um atacante pelo pescoço. Ora, se há um que o está a segurar, há um que está a agredi-lo, mas na autópsia confirmam que muito dificilmente só duas pessoas conseguiriam fazer o que fizeram. Mesmo só duas pessoas era muito difícil fazerem o que fizeram.

**LM:** Mas o que é certo é que pelo menos seriam dois...

**(E1):** Pelo menos seriam dois...

**LM:** Mas só um é que está preso...

**(E1):** Mas só um é que está preso.

**LM:** Isto causa-lhe alguma sensação de não ter sido feita justiça. Ou seja, dentro de si ainda existe essa necessidade de que se faça justiça?

**(E1):** Existe tanto ao que está condenado, ao (Homicida 1), porque na 1ª Instância levou 17 anos. O Ministério Público recorreu e levou 20, mas dado ao crime que foi e tudo, mesmo a lei máxima que é 25 era pouco. E depois, sabendo que há pelo menos mais um ou dois metidos ao barulho, não houve investigação suficiente para os apanharem. Porque há provas de que há mais alguém metido no assunto, há testemunhas que viram pessoas lá, mas a Judiciária ou não se mexeu ou não conseguiram achar provas, mas sinto que a justiça não foi feita enquanto não for apanhado pelo menos mais um.

**LM:** Geralmente quando se chega a uma condenação, encerra-se de alguma maneira um ciclo. Mas no seu caso a condenação do (Homicida 1), como único arguido cuja culpa foi provada, encerrou o ciclo, ou não?

**(E1):** Não, porque lá está, nós estávamos sempre a contar com a pena máxima, porque além do crime que foi cometido com extrema violência houve profanação de cadáver... depois de morto ainda continuaram a fazer coisas ao corpo, inclusive porem paus na garganta e tudo. Portanto, menos do que 25 anos, para mim, não dava. E depois, lá está, os 20 anos, sabendo o que se passa nas prisões e tudo, para mim não encerra o ciclo, porque actualmente uma pessoa quando comete num crime destes vai para a prisão mas não... não está preso, tem uma vida tão boa actualmente que é difícil o ciclo ser encerrado.

**LM:** A prisão não chega?

**(E1):** Não. Não chega. E muitas vezes vão para lá e saem de lá piores. 90% das vezes ou 99% das vezes vão para lá e saem ainda pior do que estão.

**LM:** No caso do (Homicida 1), que era um rapaz com 18 anos, ainda tem muito para aprender no mundo do crime... mas permita-me uma curiosidade... o ciclo não está fechado, não sente que tenha sido feita justiça pelo menos totalmente... o que é que o incomoda mais, o arguido condenado não ter sido condenado a uma pena máxima ou saber que há um pelo menos que anda aí à solta?

**(E1):** É saber que anda aí um pelo menos que anda aí à solta. Saber que houve um que esteve lá, que assistiu a tudo, que participou e que anda aí a fazer a vida normal dele sem ninguém saber quem ele é. E conforme fez ao meu, pode fazer a outro. E é assim, tudo bem, o (Homicida 1) não apanhou 25 mas apanhou 20. Foi condenado. Está lá dentro. Está privado da liberdade. Mas há um que está a fazer a vida normal. E isso é o que me custa mais, é a investigação não ter ido ao fundo mesmo e apanhar os verdadeiros culpados.

**LM:** O rapaz que matou o seu filho ainda esteve um mês à solta depois do crime...

**(E1):** Sim, foi um mês certo. Isto aconteceu no dia 16 de Novembro de 2016 e ele foi detido a 16 de Dezembro de 2016, portanto após um mês.

**LM:** Como é que um pai vive um mês na angustia desabar que o filho foi assassinado e que não se sabe quem o matou ou que não foi apanhado quem o matou?

**(E1):** É complicado. Esse mês custou muito a passar. Eu hoje entendo que a investigação demora ao seu tempo, que eles têm de seguir certos tramites. Naquele caso, como eles eram menores de 21, não podiam ser detidos sem presença de advogados e coisas assim, mas é um mês muito complicados porque a gente não sabe para onde se há-de virar, nem o que se passa. Depois as informações também da Judiciária não são muitas, não é... também não podem dizer muito porque, lá está, a informação está em segredo de justiça e a gente vive aquele mês assim um bocado complicado.

**LM:** Quando um pai passa por isto, por muito que acredite nas instituições, enfim... o (E1) é bombeiro, o (E1) entende bem o significado da vida e ajuda a salvar vidas, não é um outsider do sistema... o (E1) percebe como funciona o sistema... mas numa altura destas a um pai passa-lhe pela cabeça fazer justiça pelas próprias mãos, se tiver oportunidade?

**(E1):** Passou-me várias vezes... passou-me várias vezes. Lá está, durante esse mês que ele não foi detido, eu dormia aqui no sofá, não conseguia ir para a cama... eu passava ali 10 ou 15 minutos pelo sono e pronto... e muitas vezes durante a noite apeteceu-me pegar no carro e ir a casa dele, porque eu sabia quem era o assassino, um deles pelo menos, sabia onde morava e por muitas vezes deu-me vontade de ir lá a casa dele. Não fui porque lá está, tenho uma mulher, tenho um filho e foi por causa disso que eu não fui. Mas eu digo isto com 100% de certeza, porque se eu não tivesse outro filho e se não fosse casado, eu tinha lá ido.

**LM:** A família puxa-o para a terra, não é?...

**(E1):** Muito apoio... eu não tive nenhum apoio do estado em termos de psicólogos nem nada, não nos foi oferecido nada, mas felizmente a minha mulher deu-me bastante apoio. Eu a ela e ela a mim. Como o pilar um do outro nessa altura.

**LM:** O homicídio do seu filho mudou substancialmente a sua vida? Passaram seis anos... a sua vida hoje é substancialmente diferente do que era nessa altura?

**(E1):** É bastante...

**LM:** De que maneira é que a sua vida mudou?

**(E1):** Em tudo. A nossa maneira de estar, as coisas que a gente faz... nós antigamente posso-lhe dizer que ao chegar ao fim-de-semana juntavam-nos os quatro e vamos passear... vamos às praias fluviais, vamos passear a jardins e tudo. Actualmente nós chegamos à folga, o meu filho mais novo está fechado no quarto a jogar computador nós estamos aqui em casa. Não

saímos. Essa foi logo uma das coisas que mudou completamente. Nós no Verão... lá está a nossa profissão, nós conseguimos ter várias folgas seguidas, dois ou três dias... nós saíamos por exemplo do trabalho a uma segunda-feira, na terça-feira íamos à praia, os quatro. Actualmente não queremos ir à praia, não temos vontade de ir à praia nem nada. É ficar em casa, mais nada.

**LM:** A própria dinâmica da família mudou...

**(E1):** Mudou completamente.

**LM:** E quando ficam em casa, acabam por ficar a remoer naquele assunto, ou tentam arranjar outra coisa qualquer para se entreter?

**(E1):** Tentamos distrair-nos, ver um filme, às vezes chamamos o miúdo, ponho aí um filme na televisão, mas lá está, há sempre coisas que a gente faz que nos vai trazer a memória do miúdo. Porque nós tínhamos uma vida com ele que fazíamos tudo, tudo, tudo... e agora muitas vezes estamos a fazer qualquer coisa e lembra-nos logo: olha, falta cá o outro.

**LM:** Disse que não tem vontade de fazer os passeios que faziam... mas lá no fundo, no seu subconsciente também evita os passeios porque essa rotina o vai lembrar do (Vítima 1)?

**(E1):** A gente evita principalmente porque o meu filho, o mais novo não quer. O mais novo não quer mesmo, a gente já tentou... por exemplo, nós na época de natal temos a árvore de natal e tudo... mas o meu filho mais novo diz que não quer que se monte a árvore de natal. Nós montamos porque é esta altura, mas o meu filho mais novo não quer a árvore de natal, o meu filho mais novo não quer ir a festas nenhuma. Portanto, a gente evita também por causa dele.

**LM:** Faz-lhe lembrar o irmão...

**(E1):** É. A gente quer ir passear, ver uma praia fluvial, não sei quê... (Filho 2), amanhã vamos a tal sitio... "não me apetece".

**LM:** Que tipo de necessidades emergiram na sua vida como consequência deste homicídio?

**(E1):** Aquilo que nós sentimos mais falta naquele momento foi um apoio...

**LM:** Psicológico?

**(E1):** Psicológico. Nós por acaso somos bombeiros e conhecemos muita gente, mas eu não vi da parte das entidades competentes um apoio. Isto tudo aconteceu, nós fomos assistentes do processo, somos considerados vítimas de crime violento, mas eu não vi por exemplo o

estado nem ninguém chegar ao pé de nós a perguntar se precisamos de apoio, se estamos bem psicologicamente. Portanto, não houve nada, nunca houve um acompanhamento sequer.

**LM:** Nunca ninguém verbalizou, nunca ninguém lhe perguntou isso?

**(E1):** Não. Quem chegou ao pé de mim foram pessoas conhecidas. Por exemplo, nos bombeiros nós temos um psicólogo por causa dos nossos serviços, porque às vezes precisamos de desabafar... e foi pessoal do INEM meu conhecido que perguntou se precisava de um psicólogo para falar, porque do estado nunca houve essa abertura.

**LM:** O senhor sabe que tem direito a isso...

**(E1):** Eu tenho direito... mas onde é que eu procuro?

**LM:** Nunca ninguém lhe explicou também onde é que podia ir à procura, ou que mecanismo poderia acionar?

**(E1):** Não. Nada. Nem em tribunal, nem das investigações. Nada. Ou seja, eu ia recebendo as notícias da investigação, a Judiciária ia-me pondo a par do que podia, eu ia sabendo as coisas que iam acontecendo, mas nunca tive ninguém que me pudesse acompanhar. Ou seja, levava com aquele choque e tinha de me aguentar.

**LM:** Nem o (E1) nem a sua família?

**(E1):** Nem a minha família... nem a mãe do (Vítima 1). O miúdo teve na escola. A escola perguntou o que pensávamos de um psicólogo. A gente disse que sim, tendo em conta a situação. A escola disponibilizou os psicólogos próprios deles. Mas foi a escola, ou seja, o estado em si nunca teve uma conversa connosco. Foi a escola. Mas ele também nunca se abriu com os psicólogos.

**LM:** Foi a própria directora da escola quem tomou a iniciativa, por conta própria?

**(E1):** Sim. Perguntou se estávamos interessados e a gente disse que sim. Aliás se não fosse a psicóloga da escola, estávamos metidos num sarilho, porque o (Filho 2) rejeitou completamente a psicóloga dos bombeiros. Veja lá que ela era a melhor amiga do (Filho 2) desde criança, ele entrava no gabinete dela quando não estava lá ninguém para falarem, porque gostava dela. Mas rejeitou-a completamente, não dizia nada. Associou-a a este momento da morte do irmão. Esta é a prova de que os nossos conhecidos nem sempre são a

melhor solução para os nossos problemas, porque se calhar não lhe conseguimos contar as coisas como o faríamos com um estranho. O (Filho 2) não fala com ela ainda hoje.

**LM:** No meio desse turbilhão todo, em alguma altura o senhor se lembrou de pedir ou conseguiu pedir ajuda a alguém?

**(E1):** Eu vi que precisava de ajuda... uma pessoa chega a um ponto que não sabe o que há-de fazer, não consegue trabalhar, não consegue nada. Apoiei-me muito na minha esposa... e a única ajuda que consegui foi a da psicóloga dos bombeiros, porque pedi, porque não sabia onde havia de recorrer. Nunca me foi dito se havia alguma instituição onde podia recorrer, ou um elemento do estado, ou isto ou aquilo. Não. Eu recorri à psicóloga dos bombeiros porque cheguei a um ponto em que disse que tinha de desabafar com alguém e tinha de deitar isto cá para fora. Mas foi por minha conta, foram conhecimentos meus, porque nunca ninguém me disse como é que eu havia de fazer.

**LM -** Nem se lembrou de perguntar?...

**(E1) -** Não. Não tinha cabeça para isso.

**LM -** Nem sabe o que teria de fazer se quisesse pedir esse apoio...

**(E1) -** Não.

**LM -** Se é que é possível estabelecer uma hierarquia quais foram as necessidades que emergiram de uma forma mais premente após o homicídio do seu filho? Psicológicas, emocionais, laborais, financeiras, jurídicas?

**(E1) -** A primeira foi a psicológica. A segunda que senti e que hoje ainda sinto, é a jurídica, dado o que aconteceu ao longo do processo. Um foi condenado a 20 anos, outro não foi apanhado, não sei quê...

**LM -** Deram-lhe algum advogado?

**(E1) -** Não. Eu tive de contratar um advogado.

**LM -** Porque não tinha direito, tendo em conta os seus rendimentos?

**(E1) -** Eu quando fui apresentar queixa, eu assinei, disseram que se quisesse fazer um pedido de indemnização cível, tinha de contratar um advogado, a não ser que não tivesse posses económicas... mas eu acho que eles consideram posses económicos tudo o que seja abaixo do ordenado mínimo, porque tudo o que seja acima do ordenado mínimo já não temos acesso a nada...

**LM** - E foi o que lhe aconteceu a si? Pediram-lhe a declaração de rendimentos...

**(E1)** - Ora aí está! Eu tive de contratar um advogado. Portanto não tenho apoio do estado para ter um advogado, porque tenho um ordenado superior ao ordenado mínimo, a minha esposa também, para eles já temos um vencimento bastante grande...

**LM** - Dizem que a justiça é gratuita...

**(E1)** - É gratuita se a gente não tivermos emprego ou qualquer coisa. Basta termos emprego e pela lei que está, já não temos nada gratuito. Como foi feito o julgamento também não concordo... não concordo que este tipo de crime tenha atenuantes. Nestes casos não. Economicamente também, porque tive necessidade de contratar um advogado...

**LM** - A necessidade económica advém da necessidade jurídica. Quando tem de contratar um advogado, isso corresponde a quantos ordenados?

**(E1)** - Eu combinei com o advogado pagar 25% do valor da indemnização se a recebesse. Se eu recebesse 100 mil, era 25 mil para ele. Vinte e cinco mil, demoro eu dois anos a ganhar.

**LM** - E antes de ter a indemnização, teve de lhe pagar honorários?

**(E1)** - Tive de lhe pagar certidões, tive de lhe pagar adiantamentos... só à minha conta tive de lhe dar cerca de 2 mil euros. E não lhe dei mais porque o acordo que fizemos foi não lhe dar mais dinheiro nenhum até encerrar o processo. Mas foi o que ele disse, ele tinha de pedir certidões, precisava de ser mexer, ele tinha de ir a tribunal de cada vez que fosse necessário. Portanto ele pediu-me esse valor para adiantamento das despesas dele e eu tive de lhe disponibilizar esse dinheiro.

**LM** - Alguém veio ter consigo alguma vez a dizer que se não tivesse dinheiro poderia apresentar uma fatura dos honorários que alguém pagaria?

**(E1)** - Não. Eu pedi foi apoio à Segurança Social, mas foi negado, derivado aos rendimentos.

**LM** - E se não tiver dinheiro para pagar os honorários que o advogado lhe pede?

**(E1)** - É um problema, porque ou deixamos a situação correr em tribunal e não nos podemos defender porque não temos advogado, porque para sermos assistentes do processo precisamos de ter advogado, se não conseguirmos pagar não vamos ter. Então, o que é que vai acontecer? Nestes crimes vai ser uma queixa do Ministério Público contra os arguidos e nós pais, famílias e tudo, estamos ali só a assistir, não nos podemos pronunciar, não podemos nada. Porquê? Porque não temos dinheiro para pagar um advogado?

**LM** - E não podem pedir uma indemnização cível?

**(E1)** - Não. Tem de ser o Ministério Público a pedir. Se o Ministério Público não quiser pedir nada, nós ficamos só ali sem poder fazer nada.

**LM** - Se o (E1) tivesse ficado nessa posição, acha que isso ainda poderia ter piorado o seu sentimento de impotência?

**(E1)** - Se calhar sim. Porque eu consegui o advogado e consegui ter acesso ao processo, consegui saber tudo o que se estava a passar. E consegui ver o trabalho todo que foi feito, apesar de achar que poderia ter sido feito muito mais, isso ajudou-me um bocadinho. Pude pôr provas no processo. Se uma pessoa não tiver advogado, não for assistente, é um mero espectador, anda ali só a ver a bola. No meu caso foi o meu filho... para poder ajudar a resolver a morte do meu filho tive de pagar para isso. Mas devia ser o estado a dizer; “olha, está aqui um advogado e podes trabalhar com ele”.

**LM** - E sob o ponto de vista laboral, isto prejudicou-o no seu trabalho?

**(E1)** - Prejudicou. Eu era uma pessoa sempre alegre, sempre a brincar, chegava às sete da manhã ao trabalho e punha logo toda a gente a rir. Hoje sou uma pessoa mais séria, mais fechada, enervo-me com muito mais facilidade. Tornei-me uma pessoa completamente diferente. Os meus colegas dizem que estou mais frio, não aceito as brincadeiras deles com facilidade. Mudou-me bastante.

**LM** - Esteve quanto tempo sem trabalhar?

**(E1)** - Felizmente tenho uns patrões cinco estrelas. O meu filho foi morto a 16 de Novembro, o enterro foi a 23 e eu fiquei até dia 26 ou 27 sem trabalhar, mas tudo pela entidade patronal., Eles disseram-me para ficar em casa. Se não tivesse condições para trabalhar, psicologicamente, ofereceram a advogada dos bombeiros, se quisesse pôr férias do ano a seguir, podia pôr férias do ano a seguir, portanto nisso tive um grande apoio da minha entidade patronal. Deles e dos meus colegas.

**LM** - E quando o homicida foi detido, conseguiu ir trabalhar?

**(E1)** - Sim. Na altura tive muito apoio dos meus colegas. Eu inclusivamente estava a tirar um curso de INEM, de ambulância e tive muito apoio dos meus colegas. Eu saía do tribunal e ia para o curso. Tinha lá os meus formadores e os meus colegas que deram muito apoio. Até as minhas idas ao tribunal, a associação não me descontou um cêntimo, nem das refeições.

**LM** - E se não fosse a compreensão das suas chefias, tinha de pôr baixa?

**(E1)** - Folgas e baixas. Sei que agora a lei mudou e que na morte de um filho dão 20 dias, mas antigamente eram cinco... e após cinco dias, vai trabalhar! Eu acho que após cinco dias ninguém está em condições para ir trabalhar. Nem pensar! E uma pessoa quando perde um filho por uma situação normal, é uma coisa, mas quando é vítima de homicídio é outra.

**LM** - Aos olhos da lei, o (E1) é uma vítima secundária...

**(E1)** - Pois. Eu sou uma vítima. Só não tenho o apoio.

**LM** - Em alguma altura alguém lhe veio dizer que caso tivesse dificuldades económicas, poderia ir ter com alguém para pedir ajuda?

**(E1)** - Nada. Da parte de ninguém. Mesmo o pedido de indemnização, temos de pagar uma parte por causa disso.

**LM** - Vamos a isso. O pedido de indemnização... como é que funciona?

**(E1)** - Eu não sabia quanto é que tinha sido pedido. Quando estas coisas acontecem, ninguém está preparado... e eu entreguei tudo ao advogado. Vim a saber que o advogado tinha feito um pedido de indemnização de 800 mil euros...

**LM** - Ele decidiu?

**(E1)** - Ele decidiu. Não me perguntou nada. Eu soube pelas notícias que os pais do (Vítima 1) estavam a pedir 800 mil euros de indemnização.

**LM** - Soube pelas notícias? O advogado nem sequer o informou?

**(E1)** - Não. Não me informou de nada. Soube pelas notícias que estavam a ser pedidos 800 mil euros. O processo decorreu, ficou dito no tribunal que eu ia receber 100 mil, que o arguido tinha de pagar... entretanto há pouco tempo recebo uma carta para pagar 1% do pedido de indemnização que foi feito e não da indemnização que é pedida em tribunal. Ou seja, a lei que há, que eu não entendo esta lei é que temos de pagar cerca de 1%... agora outra coisa que a gente não sabia é que o advogado pediu 800 mil para cada um, 800 mil para o pai e 800 mil para a mãe. Ou seja, eu tive de pagar oito mil mais juros e a mãe teve de pagar oito mil mais juros, sem receber nada. Ou seja, somos vítimas secundárias, mas ainda temos de pagar.

**LM** - Acha que é uma maneira de inibir as pessoas?

**(E1)** - É. Eu agora penso assim. O meu advogado pediu 800 mil, mas se acham que 800 mil é o preço de uma vida, eu preferia ter o meu filho. Com os 800 mil, compro uma casa, compro um carro, mas continuo sem filho.

**LM** - Arranjar advogado foi um problema, pedir indemnização também foi um problema...

**(E1)** - Ainda foi pior. Arranjei outra despesa.

**LM** - Perguntou-se a si mesmo quem é que poderia realmente ajudá-lo?

**(E1)** - A quem é que vou pedir ajuda?

**LM** - Não sabe?

**(E1)** - Não sei. A quem é que vou pedir ajuda? Precisei de dinheiro, por acaso tive familiares que me ajudaram... mas o tribunal encerrou o processo, qual é a instituição a que me posso dirigir? Acho que devia haver um acompanhamento nos anos seguintes a pessoas como eu e durante o decorrer do processo sermos informados de tudo a que temos direito e o que podemos fazer.

**LM** - O (E1) é que teve de andar atrás daquilo que ia acontecendo?

**(E1)** - Sim. Por exemplo, eu sei que agora o pedido de indemnização está entregue a uma comissão de proteção de vítimas de crimes violentos, mas quem me informou isso foi o advogado. Perguntei passados seis anos como estava a situação da indemnização. Isso está entregue a uma comissão e tal... e ele deu-me o nome da comissão porque eu não sabia nada disso. Nem sabia quem é que pagava, nem sabia nada.

**LM** - O (Homicida 1) não deve ter 100 mil euros para lhe dar... portanto é a tal comissão que vai pagar. A comissão vai pagar os 100 mil euros?

**(E1)** - Não. Se pagar... se pagar...

**LM** - Se pagar? Porque não haveria de pagar?

**(E1)** - Porque vão ver quanto é que eu recebo, quanto é que recebe a minha esposa, se tem carro, se tem casa, vão ver tudo da minha vida. Se eu tiver um ordenado superior ao meu ordenado mínimo, se tiver carro, se tiver uma casa própria, se calhar já não recebo nada.

**LM** - Então e se o (E1) até tiver um bom trabalho e se ganhar um bom ordenado, não recebe nada? Mas mataram o seu filho na mesma...

**(E1)** - Avaliaram a minha vida financeira para ver se eu tinha direito a advogado ou não e agora vão avaliar para ver se tenho direito a indemnização ou se já tenho muito dinheiro e não preciso da indemnização para nada.

**LM** - Mas independentemente das suas condições, mataram o seu filho na mesma...

**(E1)** - Mas isso para eles não interessa.

**LM** - Mas o tribunal decidiu que o (E1) tinha de receber mais de 100 mil euros porque houve um tipo que tirou a vida ao seu filho...

**(E1)** - Houve uma ordem de tribunal, mas depois o estado não cumpre. Só sei que estou há seis anos nisto e a única resposta que tenho é que o caso está em averiguação. Isto não é contra ninguém, porque não me interessa a nacionalidade... mas infelizmente tenho de dizer que isto só me acontece porque sou português. Se fosse estrangeiro, só para os políticos ficarem bem perante outro país, eu já tinha recebido uma indemnização. E depois há mais gastos... isto está nas pessoas... o dinheiro que é gasto em flores, velas... eu por exemplo ergui um memorial ao meu filho...

**LM** - No local do crime?

**(E1)** - No local do crime. Durante cinco anos. Depois destruíram-no.

**LM** - Não foi o mau tempo? Foi mesmo maldade?

**(E1)** - Não foi o mau tempo. A Nossa Senhora estava toda partida ali perto, os santos estavam todos partidos. Só deixaram a cruz. Foi no dia de anos do (Vítima 1).

**LM** - No dia de anos do (Vítima 1)?!

**(E1)** - A 12 de Fevereiro de 2022. Quem nos ligou foi aquela rapariga que é ex-namorada do (Homicida 1) e que gostava do (Vítima 1). Mas o (Vítima 1) só gostava dela como irmã. Talvez não seja coincidência. Decidimos não pôr lá mais porque não vale a pena. Ficou lá a cruz... e o memorial está aqui em casa. Fiz aqui em casa.

**LM** - Não saber exactamente porque é que mataram o seu filho contribui para piorar um bocado isto?

**(E1)** - Sim. Preferia saber o motivo, fosse o motivo que fosse. Não interessa. Nós após seis anos continuamos a falar sobre o caso. Nós éramos uma família que fazíamos tudo juntos... em conversa com amigos, com outras pessoas, com colegas... lá está, somos bombeiros e

falamos com muita gente... às vezes perguntam-me se sou o pai daquele moço que foi assassinado... e depois perguntam: “E já se sabe porquê?” - e eu digo que não sabemos.

**LM** - O homicida nunca confessou...

**(E1)** - Não. disse que foi pro causa da droga, mas afinal não havia droga nenhuma.

**LM** - Seja como for, ele disse sempre que a culpa era o doutro arguido?

**(E1)** - Ele empurrou tudo para o outro arguido. Até quando andava solto disse aos amigos que não fez nada, que a culpa era toda do outro. Agora já assumiu, mas também não teve outro remédio.

**LM** - O homicídio do seu filho travou a sua progressão profissional?

**(E1)** - Eu estava a tirar o curso de tripulante e quis desistir, não tinha cabeça para aquilo, mas os meus colegas agarraram-me. Eles diziam-me que se o meu filho fosse vivo o que ele ia mais querer mais era que eu acabasse o curso. E puseram-me aquilo na cabeça e eu fui fazer o curso para mostrar que era capaz e tipo foi uma homenagem a ele. E consegui concluir o curso.

**LM** - Mas nenhuma instituição ou organismo lhe veio perguntar se precisava de alguma coisa relativa ao seu trabalho, ou se ia conseguir continuar a trabalhar?

**(E1)** - Não. Foram os meus colegas que me ajudaram, senão não sei o que tinha acontecido. E tive muita sorte que a minha entidade patronal pôs-me à vontade para eu faltar, estar em casa depois daqueles cinco dias, a descansar. Se calhar tive sorte porque sou dos bombeiros, porque se fosse uma empresa normal não podia aguentar isto.

**LM** - Não existe um mecanismo...

**(E1)** - Talvez se me dissessem alguém do tribunal ou do estado que podia estar em casa e que continuava a receber o ordenado e que ia ser seguido por um psicólogo e quando o psicólogo achasse que eu estava bom, então podia regressar ao trabalho, se calhar isso ajudava muita gente.

**LM** - (E1) sente que recorreu a todos os apoios disponíveis para vítimas de crimes violentos?

**(E1)** - Não tenho conhecimento de que apoios é que há!

**LM** - A próxima pergunta fica praticamente respondida. É fácil recorrer a esses apoios?

**(E1)** - Não sei. É que mesmo que a gente vá procurar à net... e hoje em dia está tudo na net, lá não diz que uma pessoa vítima de um crime pode recorrer aqui ou ali. Apenas está lá o

básico, que temos de ter um advogado, que temos de ir a tribunal e depois disso não diz nada.

**LM** - Posto isto, os apoios existentes são suficientes, na sua opinião?

**(E1)** - Não. O único apoio que poderá vir é uma indemnização cível, que não chega para pagar as despesas que já tive. Se me derem a indemnização que o estado diz que é no máximo 30 ou 32 mil euros, são a dividir pelo pai ou pela mãe. Se for pagar os 25% de comissão ao advogado, mais o que já paguei ao estado pelo pedido de indemnização, mais o dinheiro que gastei nas deslocações a tribunal, não chega para cobrir as despesas. Mesmo que ficasse a ganhar algum dinheiro, não é isso que importa.

**LM** - O que é que importa?

**(E1)** - Estes apoios em termos de indemnização são completamente secundários. Acho que era preferir dizerem: “tem aqui um advogado, tem aqui um psicólogo, vá para casa, vá ter consultas todas as semanas para ver se está em condições de trabalhar ou não... enquanto não conseguir tem aqui um subsídio para conseguir viver, acho que era isso que fazia mais falta às pessoas”.

**LM** - Na sua opinião era mais importante ter um apoio jurídico eficaz e um apoio psicológico eficaz?

**(E1)** - Os dois estão interligados porque se não tivermos um apoio jurídico eficaz, nunca vamos estar bem psicologicamente.

**LM** - E só depois disso, eventualmente, um subsidio?

**(E1)** - O subsidio a que me refiro é naquele primeiro mês, segundo mês em que aconteceu a situação e a pessoa não está em condições de trabalhar... é assim, não podemos depois estar a aproveitar para ficar em casa sem fazer nada. Mas enquanto o psicólogo disser que uma pessoa não está bem psicologicamente para fazer o seu trabalho, a pessoa ser acompanhada pelo psicólogo e ter um subsidio a substituir o ordenado. Só isso.

**LM** - E depois a vida continua... até porque o miúdo também tem de voltar à escola...

**(E1)** - Muitas vezes, já aconteceu, eu e a minha esposa vamos para uma situação em que o pai perdeu um filho. Não foi por homicídio, foi por morte natural, mas as pessoas estão a chorar, a chorar, a chorar e depois olham para nós e pensam: “olha, este é o casal que

perdeu o filho"... nós no trabalho estamos sempre a viver a situação porque as pessoas conhecem-nos.

**LM** - O seu trabalho é uma revitimização constante...

**(E1)** - É. Nós temos uma ambulância que é a viatura que foi socorrer o meu filho. Nós muitas vezes trabalhamos com ela. Nós temos o INEM e temos a chamada reserva do INEM, que é um carro dos bombeiros. A viatura que faz de reserva de INEM é a viatura que estava naquele dia ao serviço. Ainda hoje a minha esposa não consegue olhar para o carro. E quando temos de sair naquele carro ela diz logo: "eu odeio este carro!"

**LM** - E o (E1) como tem de trabalhar, também tem de passar por isto...

**(E1)** - Um dia destes aconteceu... repare, a chamada que caiu lá no quartel quando mataram o meu filho foi "inconsciente atrás da ADQC (Associação Desportiva da Quinta do Conde)"... um dia destes cai lá uma chamada para "vítima inconsciente na ADQC", ou seja tudo o que nos aconteceu naquela altura veio logo à nossa cabeça: Pensámos logo: "não me digas que aconteceu a outro miúdo"... revivemos logo tudo.

**LM** - Mas depois não tinha nada a haver?

**(E1)** - Depois era uma mulher que tinha desmaiado. E fomos lá no mesmo carro que socorreu o meu filho.

**LM** - O (E1) consegue olhar para a frente e imaginar um dia em que isto esteja acabado?

**(E1)** - Não. Isto acompanha as pessoas sempre para o resto da vida, mas pelo menos se fossem apanhados... uma coisa é não levarem a pena suficiente, porque é sempre pouco, mas pelo menos as pessoas foram apanhadas. No meu caso, o processo ainda não acabou porque não foram todos apanhados, não sabemos o porquê. São logo duas questões que não consigo engolir. Saber o porquê e se eles eram pelo menos dois, onde é que está o outro... Nós tivemos uma situação no velório em que apareceu lá um rapaz que era de Azeitão e que disse que sabia tudo o que se tinha passado... e quando eu saio cá para fora, ele tinha sido ameaçado por vários rapazes e disse logo que já não sabia nada. Passados uns dias houve um acidente grave, um apontamento aqui na Quinta do Conde, era o rapaz... chegam lá os bombeiros de Sesimbra, o rapaz viu a ambulância a dizer "Sesimbra" e o rapaz desatou a chorar, que não queria ser socorrido e começou a correr...

**LM** - E a PJ foi falar com ele?

**(E1)** - Não.

**LM** - Como não?

**E1** - Só sei que não foi lá ninguém falar com ele. Como é que eu hei-de dar isto como encerrado?

**LM** - Um dia o homicida vai sair da prisão...

**(E1)** - Pois... e pode vir viver a quatro quilómetros de mim, que é a casa dos pais.

**LM** - Se isso acontecer, como é que vai lidar coma situação?

**(E1)** - Não sei. Lá está, devia haver uma lei: “eu perdi o meu filho, sou vítima, ele é condenado, tudo bem que quando cumprir a pena dele pode vir cá para fora, mas não devia poder estar a um raio de X quilómetros do local onde cometeu o crime”. É que se lhe acontece alguma coisa vão todos olhar para nós. Ele comete um crime, mata o meu filho da maneira que matou e eu estou sujeito amanhã a ir às compras e encontrá-lo. Isto não cabe na cabeça de ninguém.

**LM** - Na verdade ele pode ir viver para onde lhe apetecer. Até pode comprar a casa ao lado da sua.

**(E1)** - Pode. Coisa que a lei não devia permitir. Ele cumpriu a pena dele, tudo bem. Mas cumpriu a pena dele ao estado. A mim nunca vai cumprir porque ele tirou-me um filho.

## TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA (E2)

**Luís Maia (LM):** A (E2) perdeu os seus dois filhos e apesar de se presumir que tenham ambos sido assassinados, apenas o corpo da (Filha 2) foi encontrado. O (Filho 2) continua desaparecido. O suspeito de ambos os crimes é o mesmo. Mas só cumpre pena por um deles...

**E2:** O (Filho 2) desapareceu em Dezembro de 2013, a (Filha 2) foi assassinada a 3 de Março de 2014...

**LM:** Quem é este homem, este homicida 2?

**E2:** Este homem é um psicopata provado, inclusivamente em relatórios psiquiátricos. O relacionamento da minha filha durou cinco anos, três deles sem terem filhos. Ele era um homem muito obsessivo, muito obcecado, cheio de manias... tinha umas atitudes estranhas...

**LM:** Estranhas em que sentido?

**E2:** Por exemplo, ele vivia perto da minha casa... eles iam a minha casa e eu não o podia deixar lá sozinho, porque ele mexia nas minhas coisas, coisas privadas nossas e se lhe agradasse alguma coisa, levava. Abria gavetas... eu comecei a estar atenta a isso. Na casa do meu filho ele fazia a mesma coisa. Houve casas que a minha filha deixou de ir com ele por causa disso. A minha filha tinha vergonha porque ele era inconveniente e mal educado. Essas atitudes não eram normais na minha família...

**LM:** Talvez não sejam normais em família nenhuma...

**E2:** A ele fazia-lhe confusão que a minha família se juntasse sempre aos fim-de-semana. Nunca fomos sequer à casa em que ele vivia com a minha filha. Nem ele se dava com a família dele. Chegou a agredir a própria mãe, inclusivamente diante do meu neto. Fazia-lhe muita confusão... ele ficava muito agitado porque o nosso ambiente familiar era saudável e ele não estava habituado a isso...

**LM:** Há pouco disse que ele era obcecado. Porquê, ou por quem?

**E2:** Ele estava sempre a controlar a (Filha 2), que era muito extrovertida e, de repente, começou a fechar-se. Muitas vezes ela estava em reunião e ele aparecia na agência (de comunicação) dela... Ele tinha ciúmes até da sombra dela. Até do pai dela o homicida 2 tinha

ciúmes, porque a (Filha 2) tinha um relacionamento muito próximo com o pai. E com o irmão também.

**LM:** Isso incomodava-o?

**E2:** Muito! O meu filho era muito dado, muito amigo, com um coração do tamanho do mundo e nunca se meteu na vida deles. Mas depois a minha filha começou a descobrir que ele fez um software e que andou a mexer nas contas delas... volta e meia o telemóvel dela também estava controlado... ele chegou instalar um software no telemóvel dela, que ele sabia todos os passos dela, porque ele era um grande pirata informático.

**LM:** O seu filho também era engenheiro informático...

**E2:** Sim. E a (Filha 2) pedia-lhe ajuda para limpar o computador e o telemóvel, tinha de mudar as senhas, os códigos, tudo, tudo, tudo... porque ele tinha acesso a tudo.

**LM:** Ele chegou a usar essa informação em proveito próprio? Ou seja, chegou a tirar-lhe dinheiro, ou a aceder a conversas privadas para acusá-la de andar com este ou com aquele?

**E2:** Sim. E tinha no computador. Ele tinha no computador e mostrava à minha filha. Sabia se a minha filha estava no Porto, se estava aqui ou ali... se estava em reuniões... dizia que os colegas da minha filha eram todos amantes dela. E depois com o nascimento do filho, ficou tudo pior...

**LM:** Era uma perseguição constante...

**E2:** Os relatórios psicológicos dele comprovam isso tudo. O último relatório que saiu acerca dele é assustador. O irmão dele, que trabalhava com o meu filho, que também era engenheiro informático, ele próprio alertava para termos cuidado com o homicida 2. “Vocês não sabem o que ali está”, dizia ele... mas nunca pensámos que chegasse a este ponto.

**LM:** Porque é que as coisas pioraram com o nascimento do filho? Ele tinha ciúmes do filho também?

**E2:** Tinha ciúmes do filho, sim. Porque o filho era a paixão da (Filha 2). Nós chegámos a questioná-la acerca disso. Achámos que não era normal ter um filho com uma pessoa daquelas, que ele não era a pessoa ideal... tivemos uma conversa com ela, eu e o pai... mas ela disse que o Homicida 2 assim “ia desgrudar de mim”, era uma expressão que ela usava muito. Eu disse: “não (Filha 2), filho não melhora o relacionamento de casal nenhum”. Pronto... o menino veio, a criança muito saudável, a gravidez correu bem, porque ela já tinha

36 anos... e aí a vida dela virou um inferno e a nossa também. Ela dedicava a vida dela ao filho, mas para ele o filho era um estorvo...

**LM:** Em que sentido é que a vossa vida virou um inferno? De que forma é que o comportamento dele mudou?

**E2:** Tudo de bom que ela comprava para o filho, ele não dava dinheiro. O menino tinha a pele atópica e então tinha de ser cremes receitados pela dermatologista... ela chegou dizer: “ó mãe , por amor de Deus compra, que depois eu pago, porque ele não me deixa comprar”. Ele nem sequer podia usar fralda, porque apanhava infeção, mas o pai dizia “deixa!”... e comprava as piores fraldas.

**LM:** Porquê?

**E2:** Era dele, ele não se dava com ninguém, não gostava de ninguém, é um sóciopata.

**LM:** Como é que a sua filha o conheceu?

**E2:** Através do irmão dele, que trabalhava com o meu filho. A (Filha 2) também trabalhava para uma editora e estava a fazer a revisão de um livro. Quem fazia as traduções quando ela precisava era a minha nora, mas naquela altura tinha muito trabalho e o irmão do homicida 2 disse que ele também fazia traduções... ele trabalhava em casa, sempre em casa dentro de quatro paredes, no escritório dele tinha livros até ao tecto. Se tivesse de dar mil euros ou dois mil euros por um livro, ele dava porque ganhava muito dinheiro...

**LM:** E para as fraldas do filho?

**E2:** Isso não...

**LM:** Depois do nascimento do filho, o Moisés passou a ser mais agressivo com a sua filha?

**E2:** Sim. Ele começou a agredi-la.

**LM:** Antes disso nunca lhe tinha batido?

**E2:** Que a gente tenha conhecimento, não. Mas a gente sabia que havia ali um medo, porque ela deixou de ser... ela deixou um diário, tenho aí um diário dela, imenso. Porque depois do confinamentos, comecei a mexer nas coisas dela...

**LM:** Podemos saber o que constava do diário?

**E2:** Ele tinha três cadelas e ele costumava dizer que tinha mais amor às cadelas... como é que é?... De fêmeas, só gostava das cadelas. Pronto... psicologicamente ela já sofria, deixou de se vestir da maneira que gostava... mudou de escritório porque ele queria que ela ficasse com o

escritório em casa. O pai disse-lhe: “tu não faças isso, porque tu andaste a estudar e tu não lhe faças a vontade”... o próprio irmão dele disse: “tu não faças isso, porque senão ele vai-te manipular”.

**LM:** O ambiente era péssimo...

**E2:** Por exemplo, eu estava com o menino e ele ao fim da tarde vinha buscar o menino. E Massamá é uma zona muito ventosa, mas ele pegava no menino com a roupinha que tinha em casa e levava-o para a rua a apanhar frio. O menino vivia constipado. “Se morrer, morreu, o problema era dele”, dizia!

**LM:** E ele entretanto começou a bater na (Filha 2)... ela contou-vos?

**E2:** Contou... contou. Ela um dia aparece lá a chorar e disse: “mãe não aguento mais, encontrei uma faca debaixo do meu travesseiro”. Nós ficámos arrepiados. E percebemos... nós ao fim-de-semana, eu e o meu marido gostávamos muito de ir para o interior, para a província e nunca mais fomos, sempre com medo. Nós tínhamos de estar sempre por perto para socorrer a minha filha. E o meu filho dizia: “mãe, não saiam daqui”! Deixámos de ter vida nós próprios.

**LM:** Ela apresentou queixa?

**E2:** Não. Ela queria separar-se dele, mas ele ameaçou que ia acabar com a minha família toda. Ele disse-me a mim várias vezes: “se ela me largar... ou ela é minha ou não é de mais ninguém... eu vou-vos matar a todos”. Então em Julho de 2010 ele invadiu a minha casa, estava com os meus três netos, com os do meu filho... ele entrou por ali adentro que parecia um leão porque a minha filha tinha dito que eles tinham conversado e que ela ia dar um ponto final porque não conseguia mais estar com aquele homem. Ele sabia tudo o que ela fazia, sabia sempre onde é que ela estava, onde é que ela bebia café...

**LM:** Ela apresentou quantas queixas contra ele?

**E2:** Várias... Ele deixava o menino sozinho em casa para ir atrás da minha filha. Os vizinhos chegaram a dizer que o menino às vezes estava pendurado na varanda, sozinho em casa. Nunca nenhuma CPCJ lhe foi bater à porta. Houve uma vez em que deixou o menino a dormir dentro do carro, com um calor de 30 e não sei quantos graus, com três cadelas dentro do carro... um senhor vizinho dali é que viu as cadelas a arranharem o vidro e foi chamar a policia... a policia veio, ele manipulou ali a policia e a policia foi-se embora. Zero.

Ligaram para a minha filha e quando ela lá chegou o menino estava todo molhado. Podia ter morrido ali, se o senhor não aparecesse. Ninguém, nunca, nenhuma CPCJ foi à casa dele.

**LM:** Eles tinham uma guarda partilhada da criança?

**E2:** Sim, porque o juiz 2, esse juiz que anda aí nas bocas do mundo, obrigou a uma guarda partilhada. Eu ainda me meti ao barulho e disse que este homem não tem condições para ficar com a criança porque ele é agressor. Ele para se vingar da mãe vai atingir a criança. O juiz abraçou-se a ele e disse: “pai é pai”! Então a única coisa que ele estipulou foi que as pessoas mais ajuizadas da família teriam de ficar perto dele para vigiar o menino: ou a mãe ou o irmão. Mas como o irmão trabalhava, veio a mãe da Batalha... onde ele batia na mãe à frente do menino, porque varias vezes o irmão ligava para mim ou para o meu marido a dizer: “vão buscar o menino porque o homicida 2 passou-se, está a partir tudo lá em casa!”. Existe um relatório no Centro de Saúde, onde nós éramos todos utentes da minha médica de família, que é nossa médica até hoje, para a minha médica o internar compulsivamente, um relatório assinado pelo irmão... e na altura, ele nem à psiquiatria foi. Então ele invadiu a minha casa em Julho...

**LM:** Mas eles já estavam separados?

**E2:** Foi na altura em que se estavam a separar, quando ela tomou a decisão. Entretanto ele entrou, parecia um leão e eu com medo tranquei os meus dois netos no quarto. Um tinha três, quatro, cinco anos e o outro devia ter oito. A minha filha ligou-me a dizer: “Mãe não deixes sair o menino com este homem porque ele vai matá-lo”. Porque ele disse-lhe: “se tu me largares vou matá-lo, vou cortá-lo aos bocadinhos”. As ameaças dele eram sempre essas... Ele ainda entrou na cozinha, pegou numa faca, mas eu consegui empurrá-lo e ele caiu. Entretanto gritei, o meu marido trabalhava ali perto e vieram logo os vizinhos todos e chamaram a policia. Quando a policia veio subiu no elevador, porque eu morava no segundo andar e ele desceu pela escada... Nem a policia pôde fazer nada.

**LM:** Entretanto a sua filha separou-se dele...

**E2:** Não. A minha filha ainda lhe deu uma chance. É até Outubro. Outubro então foi quando ele a sequestrou, a ela e ao menino...

**LM:** Sequestrou como?

**E2:** Ela vinha de comboio de Lisboa, na estação de Massamá, ele foi buscar o menino à escola... o menino tinha 22 meses. Quando ela saiu do comboio, ela vinha na estação antiga de Massamá, ele arrastou-a pelos cabelos, ela gritou e ninguém a socorreu... meteu-a dentro do carro, carro que era dela...

**LM:** Isto era de noite?

**E2:** Isto eram sete e tal da noite, sete e meia da noite, mais ou menos. Ele arrancou, com as pessoas ali a gritar: “Larga! Larga!”. Mas ele arrancou com o carro e foi para a margem sul. A (Filha 2) costumava ligar sempre que chegava a casa. Às vezes até passava em minha casa e levava o jantar já pronto, mas daquela vez não disse nada. Eram para aí 11 e tal e ela não atendia o telefone, o meu coração começava logo a palpitar. Eu dizia ao meu marido... mas ele dizia: “está tudo bem”... e eu dizia: “não está, não está, há qualquer coisa de muito estranho”. Era para aí 11 e meia da noite, liga uma amiga da minha filha para o telefone do meu marido a dizer: “Carlos, chamem a policia, a vossa filha está em risco e o menino”. O meu marido já estava deitado, levantou-se, fomos a correr para a casa dele. Chegámos lá e não estava lá ninguém. Nem carro, nada. Ela não atendia. A primeira coisa que ele partiu foi o telefone. Entretanto consegui falar com ele. Ele dizia: “você vai ver, você vai chorar o resto da sua vida, eu vou matar a sua filha”. Eu entrei em pânico e fui para a esquadra de Massamá e o meu marido disse que se há alguém que o vai conseguir controlar é o irmão. Ligámos para o irmão que morava em Monte Abraão, porque esse irmão tinha um domínio muito grande sobre ele... não sei o que é que havia ali, mas o irmão dava um grito e ele obedecia.

**LM:** Ele acalmava-se...

**E2:** Se tivesse de lhe dar uma chapada, eu vi muitas vezes, ele dava e acabou, ele ficava quieto no canto. O irmão veio e o agente da policia ligava para ele e ele atendia. O homicida 2 dizia: “ó senhor, estou passear com a minha mulher”. Eu disse: “deixa falar com a (Filha 2)”” E ele dizia: “a sua filha está aqui dopada, já dopei”... porque ele dava-lhe um spray, que o menino depois dizia. Então ela desmaiava. Ele tirou-a para fora do carro, violou-a... a minha filha estava toda machucada, toda arranhada, ele partiu o painel do carro todo da minha filha. É por isso que tenho uma mágoa muito grande com a justiça portuguesa, porque tudo falhou. Mais tarde o irmão começou a manipulá-lo e a minha filha percebeu isso e começou a alinhar no jogo dele, a dizer: “vamos para casa, eu vou viver contigo”. Ele começou a ceder e veio. Quando chegou na casa dele, já estava lá a policia. Eu estava no carro para socorrer o

meu neto e se não estava lá a polícia, ele ia jogar o menino contra a parede. O menino estava geladinho, todo mijado, em estado de choque. Quando ele viu a policia deu uns murros à minha filha, chutou-a...

**LM:** À frente da policia?

**E2:** Na frente da policia! Agrediu um policia ainda deu uns pontapés e machucou um policia na perna. Eram quatro ou cinco policias. Então amarraram-no de pés e mãos e levaram no para a esquadra de Rio de Mouro, porque a de Massamá tem muito vidro e não é segura para um animal daqueles. Já eram para aí quatro e tal da manhã. Às 11 horas foram para tribunal. A minha filha foi tratada como lixo, nem foi mandada para fazer exame de corpo delito. Nada! A minha filha foi tratada como lixo. Foi então presente a tribunal e a procuradora disse: “olhe, ele fez por amor, ele gosta muito de si, coitadinho, ele passou-se”. Pronto! Chegou na porta do meu prédio, ele tocou no interfone e a gente não abriu, ele deu uns pontapés, chutou, partiu os vidros da porta, tive de pôr uns vidros novos. Chamamos a policia...

**LM:** Isto acabado de sair do tribunal?

**E2:** Acabado de sair do tribunal. Depois foi para casa dele e ligava para os nossos telefones em simultâneo. Tivemos de desligar os telefones porque ele não parava. A minha filha em estado de choque, depois ainda fomos à policia de novo e disseram: “mas quem tinha de mandar fazer era a procuradora”.

**LM:** Isto foi em 2010. E até 2013, o que aconteceu?

**E2:** Eu quando tive acesso ao episódio de 2013 percebi que a policia fez uma avaliação de alto risco, mas a procuradora desvalorizou e disse que não era alto risco. Aquele homem era para estar preso!

**LM:** Mas houve mais episódios de violência, mais agressões até 2013? Perseguições?

**E2:** Perseguições, tortura psicológica, furava-lhe os pneus do carro porque sabia sempre onde ela estava. Ele tinha um programa no computador e depois mostrava para o menino: “olha a tua mãe está aqui, a tua mãe está ali, a tua mãe foi dormir com este, a tua mãe foi dormir com aquele, as mulheres são todas putas”! Era o palavreado dele.

**LM:** O miúdo contava isso?

**E2:** Tudo!

**LM:** Ele tinha cinco anos...

**E2:** Eu tenho aqui umas palavrinhas dele anotadas. ((E2)começa a ler) “A minha vida inteira andei a tomar conta do pai para não fazer disparates... e mesmo assim foi fazer mal à minha mãe e ao meu tio”. Agora as palavras que o pai dizia (continua a ler): “estou farto de ti, qualquer dia acabo contigo e com a tua mãe”. Agora ele, o menino: “O pai estava sempre a ligar para a mãe... se ela não atendia, passava-se logo”.

**LM:** Amélia, mas pelo meio disto tudo, desapareceu o seu filho...

**E2:** Antes disso ele sequestrou o menino duas vezes!

**LM:** Sequestrou o menino?

**E2:** Uma vez ele ligou para a minha filha a dar um prazo, que era até ao fim de Dezembro de 2013, para ir viver com ele outra vez...

**LM:** Ou então?...

**E2:** Ele dizia que ia acabar com a família. Dizia para mim: “você vai ser a última, mas vou começar pela empresa”. A empresa era o meu filho. Mas o meu filho nunca se meteu na vida deles. Só dizia: “(Filha 2), tem cuidado com este homem, que este homem é capaz de tudo”.

**LM:** E entretanto o seu filho desaparece...

**E2:** Entretanto ele tinha partido o maxilar ao menino e tinha-lhe partido a cartilagem de uma orelha. Deu-lhe um chuto e o menino foi bater com a cara no bidé. O meu filho chega aí num sábado e olhou para o menino que tinha a cara toda roxa e perguntou o que é que aconteceu. O menino disse que caiu baixo da bicicleta... porque ele obrigava o menino a mentir... “senão levas nas ventas”, era o que ele lhe dizia. Fomos para o hospital Amadora-Sintra e o médico perguntou o que é que foi e a minha filha disse que ele estava com o pai e que caiu da bicicleta abaixo, mas o menino disse: “não, não! Ele obrigou-me a mentir! Foi o pai que me deu um pontapé, eu bati com a cara no bidé e depois arrastou-me pela orelha”. A orelha dele ficou com a cartilagem toda partida. Eu disse: “será que isso é verdade”. E ele: “é verdade sim, eu nem sequer tenho bicicleta na casa do pai”. Então a minha filha disse para o (Filho 2) ir falar com ele. O meu filho ficou muito revoltado com aquilo. Eu pedi ao meu filho para não ir a casa dele porque ele era capaz de tudo.

**LM:** Mas o seu filho foi...

**E2:** Sim. Mas foi depois. Este homem tinha sempre tudo planeado, por isso encomendou um computador para o (Filho 2) ir lá entregar o computador a casa quando quando ele homicida 2 quisesse. O meu filho foi jantar com uma amiga e com a mãe, lá do Brasil, que estava aqui de férias em Portugal. Depois combinou ir entregar o computador ao homicida lá a casa dele.

**LM:** A ( Filha 2) sabia disso?

**E2:** Não. Viemos a saber depois porque ele tinha falado com um amigo que ia lá. Eu tenho a certeza absoluta que o homicida 2 matou o meu filho na casa dele naquela noite. Isto foi no dia 13 à noite. De 14 para 15, os inspectores da PJ ligaram a dizer que tinham encontrado o carro dele nas traseiras da nossa empresa e da casa do homicida 2, que eram perto uma da outra. Os inspectores pediram para ficarmos calados, mas a minha filha disse para metermos a boca no trombone... eu quando vi o carro, disse logo que não foi o meu filho a estacionar o carro ali, porque ele era muito imprudente a estacionar. Se houvesse três lugares ele era capaz de os ocupar todos, porque punha o carro sempre enviesado. Aquele carro estava muito certinho. E o meu filho andava sempre com o carro todo sujo e com coisas na mala do carro, coisas de informática e o carro estava lavadinho. Os inspectores começaram a gozar comigo e com o meu marido.

**LM:** Ele confessou informalmente à PJ que tinha matado o seu filho, mas não assinou a confissão...

**E2:** Sim e disse que foi ele que levou o carro até ali, mas eles não acreditaram em mim. Depois, mais tarde, encontraram em casa dele algemas, correntes, material macabro... e a juíza perguntou-lhe no julgamento da minha filha para o que era aquilo. E ele disse que era para o que fosse preciso. “Para matar mais pessoas”, perguntou ela. E ele disse que sim. Um inspector chegou a dizer para o meu marido ir procurar o meu filho sozinho. Fomos muito, muito, muito maltratados. Se eles tivessem investigado bem quando o meu filho desapareceu, a minha filha tinha sido salva.

**LM:** Como é que ele confessou que tinha matado o (Filho 2)?

**E2:** Um ano depois da minha filha. Diz que o matou porque o meu filho foi discutir com ele e que o agrediu com uma navalha... mentira, porque o meu filho jamais faria isso... e que depois esfaqueou o meu filho no pescoço. Disse que o corpo está num pinhal ali em Leiria e que nem daqui a 100 anos iam encontrá-lo. Mas isso é falso porque o meu filho está ali num

descampado no Monte Abraão. O menino um dia, naquelas idas e vindas ao psicólogo, passámos perto desse descampado, onde abriu um supermercado. E o menino falou de uma cratera que havia lá e que era lá que o tio estava. Tinha lá uma escavadora e tudo. Ele disse que o “maluco”, porque foi assim que começou a chamá-lo pôs lá o tio. Mas no dia em que o homicida 2 foi preso, aquilo ardeu tudo. O menino identificou o sitio, porque o “maluco” já o tinha levado lá disse que o pai lhe tinha dito: “aqui cabem todos, até tu se for preciso”. O menino tinha coisas horríveis na cabeça, não sei se algum dia vai esquecer, são coisas muito marcantes.

**LM:** Porque é que ele mata o seu filho?

**E2:** Ela queria matar-nos todos. Fazia parte da vingança. A minha filha deixou uma coisa escrita com notário e tudo, a pedir para o (Filho 2) e a minha nora olharem pelo filho. E quando ela falava isso, era assustador.

**LM:** Ela já sabia que ou voltava para ele, ou morria, pronto! Ela dizia: “eu só temo pelo meu filho e pelos meus sobrinhos”. Depois do desaparecimento do meu filho ele começou a comprar prendas e a levar para os meninos. Eu ligava para a minha nora a dizer para ela não ir. Ele antes nunca tinha comprado prendas para ninguém. O que é que ele queria? E aparecia sempre lá à porta dela às tantas da noite. Nós fomos à PJ e eles gozavam com a minha filha... diziam que o meu filho devia estar com uma brasileira qualquer...

**LM:** No dia 3 de Março de 2013 ele apanha a sua filha...

**E2:** Ele fez uma cópia da chave de casa e do carro. A minha filha não sabia das chaves suplentes e achava que as tinha perdido. Ela entretanto já estava a viver numa casa só para ela, porque queria a sua privacidade. E ele fazia-lhe a vida negra, a dizer que ia fazer queixa dela porque o menino tinha de ter um espaço só dele e não viver em casa dos avós. Então ela alugou uma casa.

**LM:** Como é que foi aquela noite?

**E2:** Ela jantou aqui e depois foi para casa dormir. Ele foi lá buscar o menino a casa pelas 21h30 e ao outro dia nós vamos buscar a (Filha 2), para o pai a levar ao comboio a Santa Apolónia, porque ela ia para o Porto. No outro dia, a senhora da limpeza liga de manhã, deviam ser 8h30 ou 9h, a gritar que tinha acontecido uma desgraça muito grande. Eu quando cheguei lá, eu entrei mas não a vi... o meu marido ainda a viu, porque ele deu-lhe uma

facada, atingiu o pâncreas, mas ela ainda estava viva, mas depois pô-la na banheira a ferver para causar sofrimento, ele próprio disse isso no julgamento. Ela morreu e na autópsia está lá que ela morreu afogada com água a ferver.

**LM:** E ele não apanhou os 25 anos...

**E2:** Não apanhou os 25 anos que é o que era justo. Se ele apanhou os 20 anos, eu posso agradecer à comunicação social que esteve em cima do caso. Porque ele fez uma defesa... ele é licenciado em direito... ele escrevia o tempo todo... a advogada dele só se baseava naquilo que ele escrevia... ali ele parecia um doutor... corrigia a juíza, pôs o relatório da medicina legal em causa... ele escreveu com a mão esquerda nas paredes, mas isso não era suficiente... ele escreveu com batom da minha filha, “o filho é meu”, “ai o bicho te pega”, assim num português-brasileiro... louco, louco, louco. Escreveu as paredes todas. Entretanto partiu o vidro de fora para dentro, levou luvas...

**LM:** Terá sido para simular um assalto...

**E2:** A única coisa que o incriminava era que a minha filha estava a ensaiar uma peça de teatro na Malaposta, em Odivelas... e ele ensanguentou-se, tirou as roupas dele e vestiu as do teatro e passou à frente de um multibanco, perto da Junta de Freguesia do Monte Abraão... não, acho que levantou dinheiro com a dita roupa...

**LM:** E a câmara do multibanco gravou a imagem dele...

**E2:** Ficou lá a imagem dele... foi a única prova, porque não havia impressões digitais... e depois a questão... ele tinha feito a mala... a irmã dele tinha vindo da Suíça e tinha a mala feita do meu neto para ir com ele para Suíça e o homicida ia para Marrocos. Ia ter com um amigo marroquino, que era um pirata informático.

**LM:** Apanharam-no onde?

**E2:** Em casa. Foram lá arrombar a porta. O menino estava em estado de choque... e depois foi usado pela policia. A PJ levou-o para as instalações... porque ele dizia que não tinha sido ele a matar a (Filha 2), que tinha ficado em casa a tomar conta do menino. Eu digo-lhe, eu tenho uma mágoa muito grande. O menino só dizia: “ó avó não saias daqui... ó avô não saias daqui...”. Ele disse à policia que ficou em casa a ver um filme no computador e que nunca mais viu o pai.

**LM:** Ele deixou o menino a dormir para ir matar a sua filha?

**E2:** Sim, o menino ficou acordado.

**LM:** Ele depois acaba por confessar o crime?

**E2:** Sim. Mas como ele não assinava a confissão, a PJ levou o neto à presença dele. Ele disse que só assinava a confissão se tivesse o meu neto à frente dele... então eram duas horas da manhã e levámos o meu neto no McDonalds de Massamá Norte, à frente de toda a gente. O menino assustado, enrolado num cobertor. A PJ levou-o a ele lá ao McDonalds e nós levámos o menino. Ele estava sentado numa mesa cá fora... ó Luís, isto parecia um filme. O meu cunhado disse que se tivesse uma arma, matava-os todos ali. O inspector 2 disse que ele tinha de ir preso, senão ia matar-nos a todos. Ele ali a dizer ao menino: “ai eu vou assinar meu filho... o pai sabes... vai trabalhar para estes burros todos que estão aí, porque sabes que o pai é muito inteligente”... e o menino a tentar fugir e um inspector a segurar o menino... humilhante!

**LM:** Mas o que é que ele queria dizer ou queria provar?

**E2:** Que em breve vinha cá para fora... o menino estava ali sem saber nada... depois o INEM disse que eu tinha de dar a noticia ao meu neto. Eu disse: “não vou ter coragem”. Eu disse-lhe que mãe morreu do coração e ele disse: “não acredito avó... o pai é que matou a mãe!”

**LM:** Que violência... ele faz aquilo ao filho por maldade...

**E2:** Por vingança! Ele a dar o sermão ao filho, para os outros todos ouvirem. Chamou-os burros, chamou-os palhaços, gozou com os inspectores da PJ. Tenho uma revolta muito grande com a PJ porque o inspector que investigou o desaparecimento do meu filho era um corrupto. Tinha uma amante perto da casa do homicida 2 e o homicida 2 ele sabia de tudo...

**LM:** Amélia, após o homicídio começou um mundo completamente novo para a sua família... alguma vez alguém lhe veio perguntar se necessitava de apoio psicológico? Para si ou para o miúdo?

**E2:** Não. A única pessoa que agiu foi a minha médica de família, que arranjou logo uma psicóloga de intervenção, que interveio logo...

**LM:** Para si ou para a criança?

**E2:** Para o menino. Nós não. Nós andámos na APAV um ano e tal, até à APAV deixar de ter psicólogos decentes...

**LM:** A APAV arranjou-vos consultas?

**E2:** Arranjou-nos as consultas, encaminhados pela Policia Judiciária.

**LM:** E qual era a periodicidade das consultas?

**E2:** Uma por semana, para mim e para o meu marido. Mas depois dispensaram as psicólogos... e eu fiquei para aí um ano sem apoio nenhum.

**LM:** Mas depois arranjou consultas por conta própria?

**E2:** Sim. Numa associação, onde hoje faço tratamento psicológico semanalmente também, na ANCP. Faço questão de dizer porque trabalham bem.

**LM:** E o menino tinha consultas todas as semanas?

**E2:** Todas as semanas, psicóloga e pedopsiquiatra, uma vez por mês.

**LM:** A (E2)trabalhava quando mataram a sua filha?

**LM:** Trabalhava, mas deixei de trabalhar. Trabalhava lá na empresa... e deixei de trabalhar em consequência do homicídio da minha filha. Tive de deixar para tomar conta do meu neto. Fiquei uns dois anos no desemprego, mas depois estava quase na idade da reforma e reformei-me. Outra coisa que fique bem clara... nunca consegui apoio judiciário para o meu neto...

**LM:** (E2)esclareça-me apenas o seguinte: se não tivesse de tomar conta do seu neto, acredita que conseguiria ter condições psicológicas para continuar a trabalhar?

**E2:** Acho que não. Acho que não ia aguentar. Eu ia morrer...

**LM:** E se não estivesse perto da idade da reforma teria sido um problema...

**E2:** Mesmo assim, nós tivemos muitas dificuldades porque na parte judicial, a justiça é muito cara....

**LM:** Vamos a isso então. Nunca ninguém lhe veio oferecer um advogado pelo que percebo. Nem a si, nem ao menino?

**E2:** Zero. É bom que se diga que ele (homicida) tinha três imóveis na Batalha e já depois de preso, passou os três para o nome da irmã, para não dar pensão...

**LM:** Nas barbas do Estado... e a decisão não foi revertida?

**E2:** Não. Aliás, o meu neto recebe 75 euros de pensão de alimentos, que é o fundo de garantia que paga. Do pai não recebe nada.

**LM:** Consegue perceber porque é que o menino não teve apoio judiciário?

**E2:** Porque temos a casa paga. Se pagássemos alguma prestação talvez tivéssemos apoio judiciário. Isto tem muito que se lhe diga e ninguém fala disto.

**LM:** Por via de toda esta situação, para além de ter ficado sem os seus filhos, para além de terem destruído a vida do seu neto, ainda ficaram com problemas financeiros? Tiveram de se endividar para pagar a advogados?

**E2:** Tivemos de vender uma loja, senão não conseguíamos. Tínhamos um bem pago. Tivemos de o vender.

**LM:** O homicida foi condenado a pagar uma indemnização...

**E2:** 120 mil euros! Pagou zero! Não paga porque o coitadinho não tem nada. Ó Luís faça um trabalho sobre isto, porque isto merece atenção! Eu entreguei no Ministério Público... eu tenho aqui as certidões em como ele doou... doou... ele foi preso em Março. Em Abril doou os imóveis à irmã. A procuradora ainda gozou comigo... se isto não se tivesse passado comigo eu não acreditava.

**LM:** Qual foi a principal necessidade que despertou com o homicídio da sua filha?

**E2:** De apoio jurídico. Senti-me perdida, lesada, ofendida, humilhada, porque a justiça humilha as vítimas... menospreza. Para mim, a seguir à perda da minha filha, o pior é a justiça. A justiça é torturante, assustadora... e é cara. As vítimas são tratadas como lixo. Isso eu posso afirmar!

**LM:** Ia perguntar-lhe se ainda acredita no sistema...

**E2:** Não, não não... não importa se é homem, se é mulher, se é criança... se é vítima, devia ter prioridade...

**LM:** Sente que recorreu a todos os apoios, a todas as instâncias a que podia recorrer?

**E2:** Recorri a tudo, tudo, tudo!

**LM:** E o que é que recebeu?

**E2:** Nada. Zero. O meu neto começou a receber 75 euros, à coisa de um ano, porque antes não recebia nada. Como não tinha as responsabilidades parentais, não recebia nada.

**LM:** Quem é que não tinha responsabilidades parentais?

**E2:** Eu não tinha. Só tive no ano passado. Foram oito anos nisto. Em Espanha, um homem ou uma mulher que cometam este tipo de crime ficam logo inibidos. De imediato! Aqui nem sequer há processo! Olhe que eu quis passar o Natal com os meus sobrinhos em França, em

2019, antes da pandemia... o menino estava doido para ir, porque íamos à EuroDisney... fui ao tribunal porque achei que eu podia, mas disseram: “Não, não! Tem de ter autorização e o pai tem de tomar conhecimento”! Eu passei-me!

**LM:** E chegaram a obter essa autorização?

**E2:** Não. Eu desisti. Depois foi aí que abri um processo de inibição do poder paternal com a ajuda a instituição na qual faço tratamento psicológico, eles meteram-se ao barulho... porque a APAV sabia dessa situação toda e podiam ter feito alguma coisa, mas não fizeram nada, então a AMCV abriu um processo de inibição de poder paternal e o processo foi avante, mas tive de fazer queixa da juíza... e então ele perdeu, deixou de ser pai, agora é só progenitor, mas só no ano passado.

**LM:** Sente-se ao abandono?

**E2:** Sim. Só de centro de estudos gasto 220 euros por mês com o meu neto, para ter apoio... É metade da minha reforma. Nós trabalhámos uma vida inteira, uma vida inteira... eu tinha um apartamento no Brasil porque morei lá muitos anos, vendi-o e foi-se o dinheiro todo e ainda tive de vender a loja... se eu não lutasse pelo meu neto, ele ia para uma instituição. Uma instituição recebe logo 1200 euros, só do estado...

**LM:** Por mês...

**E2:** Por mês, sim... é por isso que eles andam aí doidos para retirar as crianças...

**LM:** Em rigor é entre 900 a 1600 euros...

**E2:** Sim. É revoltante. A nós não nos dão nada.

**LM:** Como é que encara o futuro? Um dia o Moisés vai sair da prisão...

**E2:** Está previsto a primeira saída em 2024, a primeira precária... que é metade da pena...

**LM:** Como é que vai ser com o homicida 2 cá fora?

**E2:** Como é que vai ser? Vai ser o medo e a insegurança... logicamente a gente não vai ter proteção porque... porque os serviços prisionais nem sequer avisam. Houve um caso no norte aqui há uns tempos de um homem que estava a cumprir por homicídio, porque matou a mulher em 2008... ele saiu na metade da pena. Estava em Paços de Ferreira, ele portava-se lá muito bem, até trabalhava lá dentro e tudo e agora já anda atrás das filhas, que são duas. A família só foi abordada por uma técnica da reinserção que foi ter com os avós das meninas, que se sentiam ameaçados... e a resposta que tiveram é que se sentissem ameaçados tinham

de se mudar dali! Quer dizer, uma casa que eles passaram a vida inteira a construir e eles é que tinham de ir embora?!

**LM:** A vítima é que tem de fugir...

**E2:** O homicida 2 vai continuar a matar. Eu temo pela nossa segurança, pelos meus netos, pela minha nora e pelo próprio filho, porque o próprio menino diz: “Ele vai matar-nos todos avó!”

**LM:** Ele foi condenado a 20 anos. Acha justa esta pena?

**E2:** Não. Nem os 25 seriam justos. Na nossa vizinha Espanha, por um crime destes, pelo menos 35 anos ele apanhava

**LM:** Acha justo que houvesse uma medida que o impedisse de se aproximar da sua família quando ele saísse da prisão?

**E2:** Sim. O certo seria isso, porque vivemos em sobressalto. Ele está aqui na Carregueira, ele sabe onde nós moramos, sabe tudo de nós, então a gente corre é um risco de vida, porque ele vai... a própria confissão dele diz tudo.. para ele passar 20, 30 ou 50 anos preso é indiferente. Até mandar fora a chave da cela. Ele disse isto a uma procuradora e a procuradora disse-me a mim.

**LM:** Tendo em conta estas circunstâncias, há forma de fazer justiça a quem passa por isto que vocês passaram?

**E2:** Não. As vítimas são postas na boca do lobo. Isto é uma coisa em que estado português tinha de por mão nisto. O Moisés não cumpriu os objectivos dele. O trabalho ficou a meio e nós sabemos disso. O menino anda sempre com medo em todo o lado. Tem sempre medo que o maluco apareça num sitio qualquer. E sabe que um dia o pai vai regressar à liberdade

**TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA (E3)**

**Luís Maia (LM): (E3)** , o que fizeram à sua filha? De de forma é que ela foi morta e como é que soube que ele foi morta?

**(E3)** : O companheiro da minha filha é que trouxe a notícia. Ele disse quando chegou a casa que a ( filha 3) já tinha sido encontrada, mas já sem vida.

**LM:** Ou seja, vocês estiveram à procura dela durante a noite, ela esteve desaparecida durante a noite e vocês procuraram-na...

**E3:** Sim, sim, sim...

**LM:** E ele não disse mais nada?

**E3:** Mais nada.

**LM:** Como é que ele disse que soube da notícia?

**E3:** Eu achei-o muito frio... ele a dar a noticia ficou muito frio. Depois de dizer que ela foi encontrada morta, baixou a cabeça para baixo e mais nada...

**LM:** Não deu pormenores?

**E3:** Não.

**LM:** Diz-se que foram umas pessoas que estavam ali a passar ao pé, que encontrar o corpo da sua filha dentro do carro... essas pessoas chegaram a aparecer? Chegaram a testemunhar em tribunal?

**E3:** Não.

**LM:** Nunca chegou a saber quem eram essas pessoas?

**E3:** Essas pessoas, pelos vistos foram ele, o companheiro dela e a amiga que supostamente era para ter ido beber café com ela na noite em que ela desapareceu, mas que já não foi.

**LM:** Da última vez que viu a sua filha, onde é que ela lhe disse que ia? Ia fazer o quê?

**E3:** Disse que ia tomar só café com a (amiga 1). Ela disse: "Só vou beber café com a (amiga 1) porque já lhe tinha dito que ia, porque senão já não ia, que eu estou cansada... vou, mas volto logo". Foi as últimas palavras que a minha filha me disse.

**LM:** Ela ia sair com uma amiga, mas não ia sair com o companheiro? O companheiro ia ficar em casa?

**E3:** Antes disso, supostamente eles estavam combinados para sair à noite os dois e eu ia ficar em casa com os meninos. Mas depois, lá quando a gente foi jantar... fomos jantar e na volta ele já decidiu que ia ficar em casa, que estava cansado e que já não ia. Disse para ela ir beber café com a amiga e que ele ficava em casa... mas supostamente ele saiu a seguir.

**LM:** Supostamente, ou saiu mesmo?

**E3:** Eu não o ouvi a sair. Mas ele tinha uma maneira tão gentil de abrir a porta, que muitas das vezes a gente nem sentia que ele entrava em casa. Eu como estava a tomar a medicação porque me tinha dado um ataque de ansiedade, dormi o primeiro sono. Mas houve um senhor que era meu amigo e que teve um bar em Quarteira, que eu não queria dizer o nome, mas que esse senhor é muito meu amigo, disse-me que ele esteve lá entre as 1h00 e as 1h30, já com só copos e muito feliz da vida... supostamente, hora a que ela já tinha falecido. Eu penso que a hora a que ela foi agarrada foi à meia noite, porque ele disse que ligou para a minha filha à meia noite e ela já tinha o telefone desligado.

**LM:** Era normal a sua filha sair à noite sem o companheiro?

**E3:** Às vezes ia. Muitas vezes... porque ele nunca queria ir com ela. Ela saía e ele dizia para ela ir com as amigas e beber café, mas muitas das vezes ele saía atrás dela. Mas antes dela regressar, ele chegava um pouquinho antes... quando ela chegava, já ele estava deitado fazendo de conta que não tinha saído de casa... e ela ficava convencida que ele nunca tinha saído de casa.

**LM:** Mas ele saía atrás dela para a vigiar?

**E3:** Não. Era para ir ter lá à vida dele, com as amigas dele, porque ele nunca foi marido de uma mulher só.

**LM:** Essa amiga com quem ela ia beber um café, chegou mesmo a ir com ela?

**E3:** Não. Ela teve duas versões. Quando foi chamada a depor pela Judiciária, disse que a ( filha 3) tinha ligado para ela, portanto que a minha filha tinha ligado para ela e disse que estava a caminho... e ela que atendeu, mas que já estava deitada e que já não ia sair. Então a ( filha 3) disse-lhe que também ia voltar para casa porque também já estava cansada e a amiga não ia sair. No outro dia a seguir ela já tem outra versão... disse que não atendeu o telefone, que só viu a chamada de manhã quando se levantou, porque diz que já estava a

dormir quando a ( filha 3) ligou, portanto não falou com a ( filha 3), portanto não sei qual é a verdade.

**LM:** Então, na verdade, não sabe com quem é que a sua filha saiu, se é que saiu com alguém...

**E3:** Ela de casa saiu sozinha, supostamente ia ter com essa amiga, mas depois não sei...

**LM:** Entretanto a sua filha foi encontrada morta dentro de um carro. Em que estado é que ela estava?

**E3:** Estava amordaçada, com um pano em volta da cabeça, com um cabo do audio do telefone à volta do pescoço, tinha as mãos atadas atrás das costas, os pés amarrados...

**LM:** As mãos e os pés aforam amarrados com quê?

**E3:** Com os cordões das sapatilhas. A minha filha foi violada... não tinha sinais de agressão física, mas havia esperma de um homem dentro dela... é o que está no resultado da autópsia.

**LM:** Ela estava vestida ou despida quando foi encontrada?

**E3:** Estava vestida. Pelo menos da cintura para cima estava vestida. Ela tinha uns calçanitos... a roupa dela, eu não vi, o meu sobrinho é que viu... mas a roupa dela pingava sangue. Ainda me lembro que ela levava uma blusa de alças e uns calçõezinhos brancos, assim curtinhos, que ela gostava muito de andar de calção...

**LM:** A roupa dela pingava sangue?

**E3:** O senhor da funerária perguntou ao meu sobrinho quando ele trouxe o corpo lá do hospital... porque ele pensava que podia vesti-la e maquilhá-la, mas ele não sabia qual era o estado dela. E quando ele a foi buscar para realizar o funeral, o médico já não deixou abrir a urna, porque a minha filha já estava em bastante estado de decomposição... mas ele deixou-me vê-la, porque eu pedi-lhe muito. Ele não tinha ordem para fazer isso, mas eu pedi-lhe muito e ele deixou-me ver a minha filha...

**LM:** Mas (E3), permita-me insistir... a roupa pingava sangue... por causa de algum ferimento?

**E3:** Supostamente foi por causa da violação... eu na saída do armazém, o senhor perguntou se eu queria a roupa dela... e eu nem sequer sabia bem... porque como deve imaginar, depois de ver a minha filha ali dentro de um saco branco, veja como é que eu estava. Eu só ouvi ele dizer se queria a roupa da minha filha e eu disse que sim. Ele perguntou novamente

e eu nem olhei, mas lembro-me de ouvir o meu sobrinho dizer: “mostre lá”! Mas eu não olhei... o meu sobrinho disse que ele levantou a roupa do saco, diz que a roupa pingava sangue para dentro do saco. E ouvi também o meu sobrinho dizer: “não, não não, jogue isso fora”!

**LM:** Houve e uma tentativa de pegar fogo ao carro onde a sua filha foi encontrada...

**E3:** Sim, sim, ele pegou fogo supostamente ao tejadilho do carro e foi o que lhe queimou as pernas, mas a parte do tronco para cima estava todo intacto. Já estava em estado de decomposição, mas nada de fogo.

**LM:** Na altura em que a sua filha foi encontrada, desconfiou de alguém?

**E3:** Sim.

**LM:** De quem?

**E3:** Nós desconfiámos... não sei se ela está metida ou não... de uma amiga dela que a ameaçou, que é a filha de uma senhora a quem saiu o euromilhões.

**LM:** E ameaçou-a porquê?

**E3:** Porque elas eram muito amigas, sabiam muito uma da outra... a outra tentou e conseguiu meter-se com o companheiro da minha filha e a minha filha veio a descobrir que foi ela que financiou o crédito para o BMW que ele comprou de um dia para o outro. De um dia para o outro aparece com um BM em casa...

**LM:** Portanto poderia haver aqui uma questão passional...

**E3:** E a minha filha veio a descobrir que foi ela que financiou o carro e confrontou-a... aí veio a zanga e veio as ameaças e tudo mais...

**LM:** Mas depois acabou por ser preso um homem que não tinha nada a haver com essa mulher, tanto quanto sabemos...

**E3:** Eu penso que eles tiveram ligação pelo tráfico, porque a outra rapariga consumia e ainda hoje consome... e a policia ligou-os pelo tráfico.

**LM:** A (E3) sabe se este homem conhecia a sua filha? Se eram amigos, inimigos, conhecidos?

**E3:** Não. Nem sei se era amigo da minha filha, nem o conhecia. Só o conhecia de passagem, porque ele vivia aqui na zona, Quarteira, Almancil, portanto só aqui zonas perto, porque nós estávamos em Loulé... só o conhecia aqui da zona e de passagem.

**LM:** Mas não sabe se ele era amigo da sua filha?

**E3:** Não. Não sabia se eles tinham amizade, nem nunca ouvi ela falar em tal nome.

**LM:** Ele foi preso passado quanto tempo?

**E3:** Cinco ou seis meses depois... mentira... três meses depois.

**LM:** Ele foi preso e começou depois a ser julgado. Foi condenado a 12 anos e um mês. A senhora assistiu às sessões de julgamento? Constituiu-se assistente do processo? Sabia que o julgamento estava a decorrer?

**E3:** Nada. Nem eu, nem o pai, nem a família dela.

**LM:** Mas soube pelo menos que um homem tinha sido preso pelo homicídio da sua filha?

**E3:** Soubemos pelas notícias, pronto. Quando ele foi preso toda a gente ficou sabendo. Nós fomos aqui o tribunal no dia em que foi responder quando foi detido. A partir daí nunca mais soubemos de nada. Só soubemos depois quando o pai do meu neto telefonou para o pai da minha filha... não telefonou para mim porque nunca mais falou comigo... a dizer que tal dia era a sentença do julgamento da ( filha 3). E o pai disse: “com assim, se a gente nem soube do julgamento tampouco”?! “Ali é porque a gente pensou que o julgamento era à porta fechada e então não dissemos nada”, disse ele. É mentira! É mentira porque em cinco sessões de julgamento ele percebeu que não era à porta fechada.

**LM:** A (E3) não fazia ideia que para ter acesso a documentos do processo e para poder ter uma palavra a dizer no julgamento, precisava de se constituir assistente do processo?

**E3.** Não. Como eu e o pai fomos prestar declarações no dia seguinte à judiciária, não sabíamos disso. Julgava que ficávamos logo assistentes do processo. Entretanto, a minha filha mais velha pede o apoio judiciário... eu também fui para pedir apoio judiciário e ela disse-me que isso já estava pedido e eu, pronto, achei que já não era preciso. Mas a advogada que foi nomeada para a defender sabia que a minha filha não podia fazer e não me informou... e depois já tinha passado as datas e já não podia fazer nada.

**LM:** A (E3) vivia com a ( filha 3). Quando a sua filha morreu devem ter despertado na sua vida uma série de necessidades, ou melhor, a sua vida deve ter mudado de uma forma muito brusca. Quais foram as maiores necessidades que despertaram após o homicídio? Foram financeiras, psicológicas, jurídicas, laborais?

**E3:** Todas! A minha vida mudou de um dia para o outro, a 180 graus. Mudou tudo completamente.

**LM:** Então vamos por partes. Como ficou a sua vida sob o ponto de vista financeiro?

**E3:** Nunca mais consegui dizer que estou estável. Neste momento estou há dois meses sem trabalho... não tenho mais rendimentos nenhuns... tou fazendo umas horinhas aqui, outras horinhas além... já estou angustiada pelo final do mês, a pensar como é que vou conseguir arranjar mais uma vez o dinheiro para a renda da casa, para não voltar aos sem abrigo, onde já estive depois da partida da minha filha... ainda estive duas noites a dormir na rua... ao fim de cinco ou seis meses ainda estive a dormir na rua, à porta da igreja.

**LM:** E foi para a rua porquê? O que aconteceu?

**E3:** Porque o pai do meu neto pôs-me na rua. A minha filha partiu num dia e no dia seguinte ele pôs-me na rua...

**LM:** E para onde foi logo de seguida?

**E3:** Primeiro fui para a casa da minha sobrinha, mas depois as coisas começam a complicar-se... é muitas emoções... as pessoas também não têm de nos aturar. E eu comecei a sentir-me mal. Comecei a sentir-me mal, sem trabalho, sem dinheiro e então uma amiga minha disse que se eu quisesse ir para Setúbal, ela ia-me ajudar. Foi o que eu fiz. Emprestaram-me o dinheiro para eu ir daqui para Setúbal e foi ali que eu consegui equilibrar-me mais um pouquinho.

**LM:** Quando saiu de casa da sua sobrinha, foi ela que a pôs na rua?

**E3:** Não. Eu depois fui para a casa de uma amiga, mas já se sabe como é... estás bem um dia ou dois, ou três ou quatro e depois começa a coisa a complicar... e comecei a andar assim, de casa em casa, hoje aqui, amanhã ali, no outro dia, noutro lado... estava dois ou três dias em casa de uma, mais dois ou três em casa de outra e pronto... era assim a minha vida.

**LM:** A (E3) tinha uma vida estável ao pé da sua filha e de um momento para o outro, passou a ser literalmente... não interprete isto de forma pejorativa... uma vagabunda...

**E3:** Pode crer!

**LM:** Como é que fazia com as suas coisas? Andava com a casa às costas?

**E3:** Muitas iam ficando para trás. Não conseguia levar... ficava para trás.

**LM:** Estamos a falar das suas roupas, dos seus objectos pessoais... Isso deve ser assustador, (E3)...

**E3:** Angustiante, muito angustiante. Eu este mês estou aqui porque a minha irmã me emprestou dinheiro para renda da casa... no outro mês foi a minha mãe... este mês, deixa lá ver... Deus nosso Senhor há-de estar ao meu lado...

**LM:** Chegou a receber alguma indemnização pela morte da sua filha?

**E3:** Nada... nada... nem o pote das cinzas. Nem pude ir visitar a minha filha ao mar... porque eu queria deitar metade ao mar e guardar metade para pôr lá numa despensa...

**LM:** Quem ficou com as cinzas, o companheiro?

**E3:** Sim.

**LM:** Então, o tribunal quando condenou o arguido a 12 anos e um mês, condenou-o ao pagamento de alguma indemnização?

**E3:** Não. Ele é que ainda pediu uma indemnização pelo tempo em que esteve preso injustamente.

**LM:** Mas ele não foi sequer condenado a pagar nada à filha da sua filha, ao seu neto?

**E3:** Dois netos... dois meninos.

**LM:** Sim, dois meninos, peço desculpa... ele não foi condenado a pagar-lhes?

**E3:** Nada. Senhor Luís, eu não quero dinheiro nenhum para mim, mas sim para os meus netos.

**LM:** Pois... mas não veio... nem para si, nem para eles... Bem, diga-me uma coisa: não teve direito a apoio judiciário, certo?

**E3:** Sim. E ninguém me disse que a minha filha mais velha não poderia pedir isso em nome dela, os prazos passaram e eu já não pude fazer nada. Agora que o homem foi apanhado por causa de mais dois crimes é que estou tentando fazer agora o que devia ter feito na altura.

**LM:** A questão é que a (E3) não sabia o que tinha de fazer e ninguém lhe explicou o que tinha de fazer...

**E3:** Nada... nada.

**LM:** Ou seja, não sabia que havia prazos a cumprir?

**E3:** Não fazia ideia...

**LM:** A senhora vivia com a sua filha, portanto fazia parte do agregado familiar dela. Mesmo assim, ninguém veio falar consigo?

**E3:** Só o companheiro dela é que me dizia que estava tudo tratado... tanto mim como ao pai.

**LM:** Alguém veio ter consigo para lhe tentar oferecer apoio psicológico?

**E3:** Nada. Ninguém... nem eu, nem os meus netos, nem o pai, ninguém... a minha sorte foi na altura, a doutora Natacha Seixas soube da história e fez-me um pedido de amizade e tem sido ela, desde aí até aqui, que tem sido a minha psicóloga. Mas foi porque foi um pedido dela para mim e mais nada...

**LM:** Foi ela que se ofereceu...

**E3:** Sim.

**LM:** Porque soube da história pela televisão?

**E3:** Sim.

**LM:** Tem tido esse apoio psicológico regularmente?

**E3:** Sim. Quando me vejo mais aflita... todos os dias eu falo com ela, praticamente. Quando preciso ela está sempre lá para mim. Quando me pode acompanhar, seja onde for, vai comigo...

**LM:** E não se conheciam de lado nenhum?

**E3:** Não... conheci a Psicóloga a seguir à morte da minha filha.

**LM:** Tem sido um verdadeiro anjo da guarda para si?

**E3:** Sim. Mesmo! Muito, mesmo...

**LM:** Ó (E3), à bocado disse que quando se sente mais aflita, procura a psicóloga. Como é que se sente quando se sente mais aflita? Sente o quê exactamente?

**E3:** Não sei se lhe consigo explicar, Luís... é uma agonia, porque ainda hoje tive de ir tirar uma certidão de nascimento da minha filha... eu nem sei como é que eu sai do tribunal... pronto, do registo... o meu coração saiu de lá partido em bocadinhos e eu não consegui conter as minhas lágrimas. Eu parecia que tinha perdido a minha filha naquele momento.

**LM:** É uma sensação que não dá para controlar... de vez em quando, vem.

**E3:** Mesmo às vezes estou a olhar para a televisão e se vejo lá qualquer coisa que me vem à ideia a ( filha 3), pronto, é o suficiente... ali tenho as fotografias dela penduradas na parede, aqui à minha frente também... e pronto, basta pegar numa coisinha... até pensar numa simples posta de salmão, eu já disse isto muitas vezes à( filha3) ... até podem pensar que eu estou maluca... até numa simples posta de salmão eu me lembro da minha filha.

**LM:** Isso não é estar maluca, (E3). Isso é a dor de perder uma pessoa que era muito importante para si.

**E3:** Há dias em que há um nó que se põe aqui na garganta, que eu nem consigo falar, às vezes quero e não consigo... não me consigo expressar...

**LM:** A (E3) lembra-se do salmão porque lembra-se dos momentos em que ela era feliz...

**E3:** Eu nunca mais comi salmão. Nunca mais consegui comer salmão...

**LM:** É nestas alturas em que parece que ela está ali ao seu lado?

**E3:** Eu já senti o odor dela... às vezes quando me vou deitar, parece que ela está ali ao meu lado, parece que sinto o odor dela, o cheiro do perfume dela.

**LM:** A (E3) tem mais filhos, não tem?

**E3:** Sim. Tenho mais dois, um rapaz e uma rapariga mais velhos. Infelizmente, o meu filho está preso... e a outra mais velha, também não quer saber da mãe. A (filha 3) era a única que éramos muito ligadas. Muito mesmo!

**LM:** Viveram sempre juntas, mesmo depois de ela ter sido mãe duas vezes...

**E3:** Eu é que fui praticamente a parteira do primeiro filho dela. Eu é que o vi nascer. Ela nem me deixava sair do pé dela. Nem à casa de banho ela queria que eu fosse. Eu vi o meu neto nascer, o mais velhinho. E o mais novo, quase... comecei a cuidar dele com um aninho, até à idade de seis anos. Hoje não tenho ninguém. Não tenho a minha filha, tenho o meu neto aos bocadinhos, o mais velho... porque o mais novo, nunca mais vi. Perdi a minha filha e perdi o meu neto.

**LM:** Porque o pai não deixa...

**E3:** Ele nem sequer quer falar comigo tampouco... se eu ligar para ele, ele nem me atende o telefone. Eu já desisti...

**LM:** O mais velho vivia consigo e com a sua filha?

**E3:** Vivia. E ia passar os fins-de-semana com o pai. Eu era avó, era ama, era mãe... eu era tudo. Era tudo naquela família para a minha filha e para os meus netos.

**LM:** A (E3) trabalhava, na altura em que a sua filha morreu?

**E3:** Trabalhávamos juntas.

**LM:** Tinha emprego fixo ou eram uns biscates?

**E3:** Não, era emprego fixo num restaurante. Os biscates eram nas horas vagas do restaurante.

**LM:** E depois da morte da sua filha, continuou a trabalhar no restaurante?

**E3:** Até isso eu perdi... perdi tudo. Tornei-me um mendigo. Sem trabalho, sem dinheiro, sem filha, sem ninguém. Vi-me sozinha no mundo. O meu suporte foi a (filha 3)

**LM:** Perdeu o seu trabalho porque não conseguiu voltar a trabalhar, ou aconteceu outra coisa qualquer?

**E3:** Não... porque o patrão simplesmente não quis... não sei se foi por medo... não sei. Até hoje não consegui falar com ele.

**LM:** Mas como é que ele lhe comunicou a decisão?

**E3:** Ele simplesmente só disse... dentro daqueles dias não fui trabalhar... e quando fui para ir trabalhar ele disse: “deixe estar que já não é preciso”.

**LM:** Quanto tempo é que esteve sem ir para o trabalho?

**E3:** Foi para aí um mês... mas depois tentei, mesmo a sentir-me ainda muito mal...

**LM:** E ele não quis?

**E3:** Não.

**LM:** Tinha contrato de trabalho? Passava recibos?

**E3:** Não. Recebia o dinheiro na mãe. Sem contrato.

**LM:** Não tinha qualquer proteção social...

**E3:** Pois... aquilo foi virar as costas e ir embora...

**LM:** Sem ter o que comer... alguma vez a segurança social, o estado, ou alguém veio ter consigo a perguntar se precisava de pão para pôr na mesa?

**E3:** Eu é que mandei um mail ao sr. Presidente da República, a pedir ajuda... até hoje estou à espera de resposta.

**LM:** Chegou a ir à Segurança Social?

**E3:** Eu fui a todo o lado, Luís. Fui à Segurança Social, fui à Câmara, fui aos serviços sociais da Câmara para ver se conseguia uma casa... nada! Nada! Daí a minha angústia, a ver a minha vida andar para trás, sem a minha filha, sem ninguém, sem comer, sem onde dormir, sem onde ficar... no inverno... porque apanhei parte do inverno. Foi quando eu dormi na rua,

à porta da igreja. Vá lá que ainda tinha um edredonzito... agora rio-me, mas aquilo não dá vontade de rir.

**LM:** Pois não. Teve apoio psicológico porque houve uma alma caridosa que a quis ajudar...

**E3:** E que até hoje não me leva nada...

**LM:** De resto ficou sem trabalho, ficou sem dinheiro, ficou sem a sua filha, ficou sem casa... não teve advogado... portanto, não teve nada!

**E3:** Nada...

**LM:** Sabia onde é que tinha de ir, ou quem é que teria de chatear para lhe darem a mão?

**E3:** Eu tentei por todo o lado, mas directamente que me dissessem que me iam dar uma ajuda, não. A senhora da segurança social só me disse que ia ver o que podia fazer. Até hoje, estou à espera... a acção social da Câmara, a mesma coisa... tentei falar com o presidente, foi na altura do Covid... porque eles têm muitas casas fechadas, mas nem isso consegui. Falava com a secretária e a secretária dizia-me: “pronto, eu vou passar o recado ao senhor presidente”... e pronto, ficava assim... como ficou assim até hoje.

**LM:** Nunca ninguém lhe disse a que porta é que haveria de bater para a ajudarem efectivamente?

**E3:** Eu até ao padre fui pedir ajuda para os medicamentos, daí eu ter tentado o suicídio três vezes... porque eu vi-me perdida... e foi o senhor padre que me comprou a medicação... Eu tenho vergonha disso tudo, mas é a realidade.

**LM:** Não tenha, (E3). Tiraram-lhe o tapete de um momento para o outro. Se a (E3) fosse rica e ficasse sem a sua filha daquela forma, já lhe ia custar muito... o problema é que ficou sem a sua filha, ficou na rua, ficou sem trabalho, ficou sem comida, ficou sem dinheiro.. ficou sem nada!

**E3:** Fiquei praticamente com a roupa que tinha no corpo... quer que lhe diga mais?... cheguei a ao contentor do lixo à procura de comida, como os sem-abrigo. Acredite que é verdade. Só a minha filhinha, que está lá em cima, e Deus nosso Senhor é que sabem. Nunca contei isto a ninguém Luís, ninguém sabe, nem a minha irmã.

**LM:** Dessas necessidades todas que já referimos qual foi a pior para si, se é que há alguma que é pior do que as outras?

**E3:** A parte pior foi a financeira porque eu precisava de ter ajuda, mas não a conseguia. E eu tentava! Mas eu chegava lá e as portas fechavam-se todas. A porta podia estar aberta, mas quando eu chegava lá ela fechava-se.

**LM:** Os apoios existentes, não são suficientes, então?

**E3:** Para mim não houve nada.

**LM:** E depois para piorar, o arguido é condenado... havia ADN dele por todo o lado no local do crime, havia esperma dele dentro do corpo da sua filha... mas mais tarde acaba por ser absolvido após recurso. Como é que se sentiu quando ele foi absolvido?

**E3:** Foi uma revolta muito grande. Ainda hoje é. Eu não percebo que juiz é este... ele deixou muitas provas... e é suspeito de ter matado a (motorista3), a motorista da TVDE e a outra miúda brasileira, onde até deixou o cartão de cidadão dele. Se o tivessem prendido logo, estas desgraças não tinham acontecido. Ele na minha filha deixou ADN em todo o lado... nos atacadores da minha filha, nos cintos do carro... como é que o juiz não tem provas?! Como ?!

**LM:** O Supremo Tribunal de Justiça considera que o ADN do homem encontrado no local apenas prova que ele esteve no local e não que a tenha matado. Consegue compreender isso?

**E3:** Não... não... então se ela aparece morta e se ele esteve com ela, quem é que a matou? Foi ela que se matou sozinha? Amarrou-se sozinha? Violou-se a ela própria? Será que a minha filha furou os olhinhos dela sozinha?

**LM:** Ela tinha os olhos furados?

**E3:** Sim. Até os olhos ele furou... a minha filha tinha um amor tão grande à vida. A minha filha gostava de viver. E ela vivia feliz. Ela tendo os filhos, tendo o marido e tendo a mãe ao lado dela, tinha a felicidade toda.

**LM:** Posso perguntar-lhe se acha que o sistema funciona?

**E3:** Não.

**LM:** Acha que a justiça funciona?

**E3:** Não. Cada vez funciona menos

**LM:** Se mandasse no país, qual seria a primeira medida que tomaria para ajudar pessoas numa situação semelhante à sua?

**E3:** A primeira coisa que eu cuidava era a pena. É muito baixa para certos casos.

**LM:** Se pudesse escolher entre aumentar as penas de prisão, dar apoio financeiro a pessoas que passaram por aquilo que a (E3) passou, ou dar-lhes apoio psicológico, ou um advogado, qual escolheria?

**E3:** Dar apoio psicológico às vítimas, acho eu. E ajuda financeira. E a seguir era as penas mais altas! Para estes casos devia haver é pena de morte. Há pessoas que não deviam poder na sociedade.. um homem destes não deve andar na sociedade, porque ele sai de lá e vai fazer igual. Aquilo está-lhe no ADN. Ele sente prazer em fazer sofrer os outros.

## TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA (E4)

**Luís Maia (LM):** Os donos do restaurante “O Refúgio” chamaram a GNR porque estavam a ser ameaçados por um cliente. O seu filho respondeu à ocorrência. O que aconteceu a seguir, dona (E4)?

**(E4) (AC):** A porta do restaurante estava fechada, ele bateu à porta, vieram a mãe e a filha... ele viu pela cara delas que se passava qualquer coisa... perguntou-lhes se estava tudo bem... elas disseram que não... ele puxou-as para a rua e entrou. Disse ao colega para as por atrás do carro, porque o homem que estava lá dentro dizia que tinha uma arma. Ele entrou para ver o que se passava... assim que abriu a porta basculante, pronto, nem passou daí.

**LM:** O seu filho nem teve tempo de perceber o que estava a acontecer...

**E4:** Nada, nada, nada... o meu filho nem o viu! Ele estava dentro do restaurante... de um lado tinha a luz acesa, do outro tinha a luz apagada e ele estava no lado em que estava luz apagada... e é claro que o meu filho olhou para a parte em que tinha a luz acesa.

**LM:** O restaurante já estava fechado, certo?

**E4:** Então já era ao final da noite... sim, sim, sim...

**LM:** Nunca se percebeu muito bem porque é que o homem fez aquilo?

**E4:** Nós nunca ficamos a saber isso muito bem. Quem sabia bem o que se passou eram os donos do restaurante, mas eles nunca contaram. Nunca vimos essas pessoas, não as conheço de lado nenhum e eles também não nos vieram procurar... nunca vimos essas pessoas e agora nem quero ver. Com uma tragédia destas, o mínimo era virem ao funeral. Eles não apareceram, eles não tiveram um telefonema... e hoje já nem quero ouvir. Nem pensar. Se eles nunca tiveram uma palavra, não são pessoas de bem. Foram eles os causadores disto tudo... se quando eles fizeram o telefonema tivessem dito que havia ali um homem armado, a postura tinha sido outra... mas ela disse que estava lá um homem a fazer desacatos, o que é completamente diferente.

**LM:** Um homem a partir copos num bar, é diferente de um homem armado num bar...

**E4:** Às vezes estamos a jantar e somos chamados para desacatos e quando chegamos lá estão dois bêbedos a discutir ou um que não quer pagar... pomos na rua e acaba logo a conversa. Era isso que eles iam a pensar. Afinal não era desacatos... estava ali um homem

armado até aos dentes. No final disto tudo, os culpados todos se safaram e o inocente é que partiu, pronto!

**LM:** O colega do seu filho não chegou a entrar no café...

**E4:** Não. Ele foi à porta, mas depois é claro que não entrou. Mas depois ainda foi atingido com umas granadas, esse rapaz. Ele ainda ficou também bastante mal.

**LM:** Mas ele foi logo atingido, ou isso aconteceu depois?

**E4:** Logo, logo não foi... acho que foi depois, quando aquele assassino se apercebeu o que estava a acontecer e mandou as granadas.

**LM:** Rebentaram duas, creio eu...

**E4:** Eu só soube o que aconteceu muitos anos depois, quando li o certificado de óbito... aquilo é um calhamaço de folhas... e um dia enchi-me de coragem e fui ler aquilo. As pessoas, algumas, aquelas que realmente sabem o que aconteceu, não me querem contar em pormenor... eu suponho que seja isso.

**LM:** O seu filho tinha 31 anos e era militar há quanto tempo?

**E4:** Ele é do curso de 2010-2011... era militar há dois anos... três. Ainda não tinha feito três anos.

**LM:** Era o sonho da vida dele?

**E4:** Não. O grande sonho dele eram os fuzileiros. Ele esteve nos fuzileiros, cinco, seis anos, nem me lembro bem. Depois saiu e houve muitos colegas dele dos fuzileiros que foram para a policia e para a GNR e começaram a incentivá-lo, porque ele no principio nem estava muito... mas depois meteu na cabeça que ia para a GNR e conseguiu.

**LM:** E estava feliz na GNR?

**E4:** Gostava muito! Ele sempre gostou muito de ajudar as pessoas e da acção. Aquilo para ele era tudo.

**LM:** Acreditava na causa...

**E4:** Acreditava. Gostava daquilo, pronto.

**LM:** Como é que foi informada daquilo que tinha acontecido?

**E4:** Eu não estava aqui, estava na terra... e foi o comandante do posto que ligou logo de manhã. Percebemos logo que havia ali uma coisa grave. Ele praticamente nem nos disse nada. Perguntou só onde é que estávamos e para ficarmos lá, que ele ia lá ter... eu percebi

logo... depois ligámos para minha irmã que mora no Lavradio, ligámos para aqui e para ali e quando chegou o psicólogo com o comandante, nós já sabíamos o que tinha acontecido.

**LM:** Infelizmente as más notícias, correm muito depressa.. Como é que uma mãe recebe uma notícia destas (E4)?

**E4:** Ai olhe... nem sei explicar. Isto é uma coisa tão forte que nem se consegue explicar. É o pior que há no mundo, porque a partir do momento em que uma pessoa perde um filho, perde tudo. Perde-se um filho e perde-se um bocado de nós, porque a vida nunca mais é a mesma.. nem pouco, mais ou menos.

**LM:** Para além da dor, do sentimento de injustiça, para além disso tudo, há depois também coisas muito práticas. Há uma série de necessidades que despertam na vida das pessoas porque estão a viver uma situação nova. A dona (E4) trabalhava na altura?

**E4:** Sim.

**LM:** E fazia o quê?

**E4:** Trabalhava a dias, ainda hoje continuo.

**LM:** E nessa altura conseguiu continuar a trabalhar?

**E4:** Não. Depois estive muito tempo sem ir trabalhar. Nem pensar. Deixei de saber fazer comer... não sabia nada.

**LM:** Esteve quanto tempo assim?

**E4:** Ai, já não me lembro... estive assim uns meses.

**LM:** O seu marido trabalhava?

**E4:** O meu marido também trabalhava.

**LM:** O que é que ele fazia?

**E4:** O que faz hoje... ele é pedreiro. Trabalha na construção.

**LM:** E ele conseguiu continuar a trabalhar?

**E4:** Não, não. Inicialmente ele ainda ficou pior do que eu. O meu marido esteve, sei lá... muito tempo sem trabalhar, se calhar, mais de um ano. O meu marido deixou de saber trabalhar, deixou de saber conduzir. Ele sabia conduzir, mas não sabia o que é que andava a fazer... é uma coisa que não tem explicação.

**LM:** Um pedreiro e uma mulher a dias que não conseguem trabalhar, comem o quê?

**E4:** Das economias que tínhamos...

**LM:** Alguém chegou ao pé de vocês e disse: “os senhores neste momento não estão em condições, porque sofreram uma grande perda, então vai haver uma instituição ou organismo do estado que vos vai ajudar a por comida na mesa”?

**E4:** Não, não, não, não... ninguém! Tive muitas pessoas, mas eram pessoas nossas amigas que nos ofereceram, mas nunca quisemos... nunca aceitámos nada. Mas agora, do estado, nada! Rigorosamente nada! È o que o meu marido diz: “só tivemos direito a perdê-lo, mais nada”. É triste dizer isto, mas é verdade, é realidade.

**LM:** A (E4) como mulher a dias faz descontos?

**E4:** Passo recibos para algumas patroas e desconto para a segurança social, mas a segurança social não me veio dar nada.

**LM:** E o seu marido?

**E4:** Ele trabalha por conta própria e está colectado. Nessa altura até estava no desemprego, mas não recebia nada porque está por conta própria.

**LM:** Não fossem as vossas poupanças e a amizade das pessoas, caso tivessem aceitado e vocês tinham comido pedras...

**E4:** Então o médico tivemos de pagar do nosso bolso...

**LM:** Está a falar do psicólogo?

**E4:** Não. Foi mesmo um psiquiatra. Tivemos de ser nós a procurar... o meu marido primeiro ficou pior do que eu, mas ao fim de pouco tempo fiquei eu pior do que ele. Eu tinha noção que não estava bem, mas ele não. Ele dizia que não estava maluco e que não queria ir. Foi uma batalha!... Mas tivemos de pagar do nosso bolso. O meu marido começou a ir primeiro a um neurologista e pagávamos 75 euros cada consulta.

**LM:** A GNR nunca veio ter consigo para lhe perguntar se queria o psicólogo lá da guarda?

**E4:** O psicólogo veio aqui a casa meia dúzia de vezes e depois pronto, disse que se quiséssemos continuar, que tínhamos de ir a Lisboa. Mas então o meu marido não sabia conduzir aqui, quanto mais em Lisboa?

**LM:** Onde é que vivem exactamente?

**E4:** Em Santo André.

**LM:** Ou seja, vocês tiveram meia dúzia de sessões com o psicólogo ai em casa...

**E4:** E foi numa dessas sessões que eles, porque eram um homem e uma mulher, disseram ao meu marido que tinha de ir ao médico. Eles disseram que estava mesmo muito mal. Depois foram eles que pegaram e ligaram ali para o hospital e falaram com a psicóloga do hospital e contaram a situação e perguntaram se ela podia atender. Foi num dia já de noite que me levaram ali... e eu fiquei lá. Depois eles vieram embora para Lisboa e comecei a ir lá.

**LM:** Mas isso era pago?

**E4:** Não. O psiquiatra é que era pago. Depois entretanto o meu marido foi muito abaixo e queria matar-se... ele andava no neurologista e eu falei com a psicóloga, para o convencer a ir ao psiquiatra. Ele não queria ir, mas depois lá cedeu. E foi através dela que conseguimos que ele fosse visto pelo psicólogo no hospital, que era o mesmo que nos dava consultas lá fora. Nessa altura é que deixámos de pagar. Mas ainda andámos uns bons a anos a pagar.

**LM:** Quando tiveram ajuda dos psicólogos da GNR vos prestaram auxílio, iam aí de quanto em quanto tempo?

**E4:** Se calhar de mês a mês, eu nem sei.

**LM:** E tinham sessões juntos ou separados?

**E4:** Era juntos... aquilo não era assim grandes coisas... eles vinham e falávamos todos sobre as coisas, tudo normal. Não era propriamente uma consulta...

**LM:** E no que diz respeito a dinheiro? A vossa situação complicou-se, pelo estado em que estavam e por não conseguirem trabalhar?

**E4:** A pagar consultas, a pagar tudo, porque depois decorreu um processo, tivemos de fazer uma habilitação de herdeiros, tivemos de tratar de montanhas de coisas, destas burocracias todas e nós pagámos todos os papelinhos.

**LM:** Alguém vos explicou como é que se fazia, ou tiveram de descobrir sozinhos?

**E4:** Tivemos de ser nós. Esta parte de finanças e da habilitação de herdeiros, foi uma amiga que temos nas finanças que nos explicou. Houve um dia que ela até nos ligou a explicar que aquilo ainda era um bocado caro, porque era 200 euros. Ela perguntou se tínhamos dinheiro e nós tínhamos... mas fomos nós, sem ter cabeça que tivemos de tratar, porque isto há prazos e as coisas têm de ser resolvidas nos prazos. E não houve um papel que não tivesse de se pagar! Ainda gastámos umas boas centenas ou milhares de euros para tratar deste processo todo.

**LM:** E tiveram de algum apoio financeiro de algum lado?

**E4:** Não. Não...

**LM:** A GNR pagou o funeral?

**E4:** Inicialmente disseram que não pagavam. Tanto que fui eu que escolhi tudo... o meu filho praticamente me disse tudo o que queria da vida e ele dizia sempre: “um dia se eu morrer, tu vais à serração e mandas fazer quatro tábuas, porque aquilo é só para o meu corpo, que a minha alma já não está lá e chega muito bem”. É claro que não ia à serração comprar quatro tábuas. Depois era um amigo dele que tinha uma agência na Caparica, já nem me lembro, que foi ter connosco lá a Setúbal... fomos lá reconhecer o corpo e eu escolhi o caixão à minha vontade... depois não tinha dinheiro... só o caixão foram 1500 euros. Passados uns dias o senhor mandou-me o NIB... eu até disse que não tinha dinheiro à ordem para pagar. O homem disse que não me preocupasse. Depois, estávamos aqui em casa já de saída para irmos pagar e chegou aqui o comandante do posto. Perguntou se já tínhamos pago. Eu disse que não, que íamos pagar naquela altura. E ele disse: “então não paguem, que a GNR paga”! E o carro funerário foi da GNR. Eu acho que se o meu filho pudesse escolher, ele dizia que sim.

**LM:** Então e advogado? Arranjaram vocês?

**E4:** Arranjámos nós com um moço que é muito amigo do meu filho, que mora em Setúbal, que é policia. Ele é que me ligou aqui para casa e perguntou: “então mas ainda ninguém vos informou dos vossos direitos”? Eu disse que não! Ele é que nos levou lá a esse advogado, que foi um aldrabãozinho, um advogado 1...

**LM:** Ui, eu conheço o doutor advogado 1. Já foi meu advogado... deixou de ser.

**E4:** Ele é muito aldrabão... a sorte é que só nos levou 500 euros, na altura. Foi isso que perdemos... podia ter sido mais. Disse que tenhamos direito a tudo e mais alguma coisa, mas depois não fez nada. Depois agora aí uma vez, um militar da GNR aconselhou-nos o doutor advogado 2. Este já pediu mais dinheiro, mas também não fez nada!

**LM:** Nem sei se lhe devia dizer isto, mas também conheço o doutor advogado 2...

**E4:** Comparando um com o outro, o doutor advogado 2 é um homem com outras maneiras. Ele diz-me que foi à segurança social, mas até à data está tudo igual.

**LM:** Isto foi há quanto tempo?

**E4:** Há uns dois anos que lhe entregámos isto.

**LM:** E nunca mais disse mais nada?

**E4:** Ele de vez em quando contactava... mas é estas coisas... o meu marido irrita-se com isto... ele, ao início, era cinco estrelas, atendia sempre, ou retribuía as chamadas... agora já não. Nem responde às chamadas, nem às mensagens, nem nada. Podia ser sincero, não é?... E, assim como assim, levou-me 1500 euros. Ele disse que eram 5000, mas pediu logo 1500... mas eu agora já não lhe dou mais dinheiro nenhum. Primeiro disse-me que ia rondar os 3000 euros. Pronto... depois ele veio cá a casa para levar os papeis e depois em conversa, disse que era coisa para 5000 euros. E depois pediu para eu transferir 1500 euros.

**LM:** Isto é para tratar da pensão de sangue?

**E4:** Sim. Eu não percebo disto, mas também não sou estúpida. Sempre perguntei se tínhamos alguma hipótese de receber a pensão, mesmo que fosse sem retroactivos, ou se isto era só para gastar dinheiro... nós não andamos a nadar em dinheiro. Vamos lá ser sinceros, ele era muito atencioso... mas se aquilo não dá, ele só tinha de dizer. Mas andarmos nisto é um bocado triste. Nós começámos em 2014 a tratar disto, foi um GNR ter connosco para nos ajudar, que nós não tínhamos cabeça, fomos entregar os papeis a Setúbal... tenho ido montanhas de vezes à segurança social, já fui a Setúbal montes de vezes, já fomos a Lisboa, disseram que estava tudo tratado, que íamos receber uma carta... e até hoje não se recebeu carta nenhuma. Eu já não sei mais o que fazer!

**LM:** Quanto é que é a pensão de sangue?

**E4:** Eu não tenho ideia. Mas segundo me diz o advogado, é uma percentagem sobre o ordenado do meu filho. Nós falámos disso num dia em que fomos à televisão e ele falou-nos de um homem que era pai de um GNR que também partiu e que recebeu retroactivos e que já estava a receber seiscentos e cinquenta e não sei o quê, por mês. Eu disse: “mas nós não vamos ter direito a tanto”. E ele respondeu: “não é tão pouco como você está a pensar. Deve rondar aí os 500 euros”. Mas também não disse o montante certo.

**LM:** Vocês têm direito à pensão de sangue, em teoria, porque o vosso filho morreu no cumprimento do dever, certo?

**E4:** Sim.

**LM:** Recuando um pouco no tempo... quando o seu filho morreu, receberam logo uma indemnização?

**E4:** Sim.

**LM:** Como é que isso aconteceu? Foi o vosso advogado que tratou disso?

**E4:** Foi a GNR que tratou disso tudo. Foram os serviços deles que trataram tudo porque era de lei. Eram não sei quantos ordenados mínimos... deu 121 000 euros.

**LM:** E receberam, o dinheiro?

**E4:** Sim.

**LM:** O homem que matou o seu filho acabou por morrer no decurso da operação policial. Portanto não houve julgamento por homicídio. Mas houve julgamento para se decidir a indemnização?

**E4:** Não. Isto é mesmo por lei. Quando um GNR morre em serviço, os herdeiros têm direito a uma indemnização.

**LM:** Não tiveram de accionar um advogado para receber?

**E4:** Não. Foi automático. Foi o Ministro da Administração Interna que pagou a indemnização. Recebi no dia em que o meu filho fazia anos, a 24 de Setembro, passados 10 meses da morte. Segundo eles dizem, foi a indemnização paga em menos tempo em Portugal.

**LM:** Contratou o Santos Oliveira já por causa da pensão de sangue?

**E4:** Sim.

**LM:** Como é que soube que tinha direito a isso?

**E4:** Foi esse rapaz amigo do meu filho que ligou cá para casa que nos disse que tenhamos direito. E disse que o doutor advogado 1 era bom advogado e que era advogado do sindicato da policia. E ele realmente disse que tenhamos direito a um monte de coisas, mas ele deixou prescrever. O doutros advogado 2 disse-me a mim que ia fazer um arresto no tempo para nada prescrever. Vamos ver ser fez! Espero bem que sim...

**LM:** Sentiu-se abandonada?

**E4:** Senti-me, não. Sinto-me! É triste... isto é uma coisa muito fácil de explicar.. se fossemos de um país desses de leste, tínhamos recebido os valores que a mulher daquele que teve os problemas com o do SEF recebeu. Ela recebeu 800 000 euros. Mas como somos portugueses,

com 120 000 chegou. E de certeza que ela recebeu os 800 000 euros e ainda teve direito a mais umas coisas. É muito triste...

**LM:** Tem noção de ter usufruído de tudo o que podia usufruir em termos de apoios?

**E4:** Não usufruímos de nada. Aqui há uns anos esteve aqui um Tenente-Coronel para fazer um inquérito, o homem esteve aqui uma tarde inteira... e a primeira coisa que perguntou foi de quê que a gente sobrevivia. Eu disse que tenhamos de trabalhar e de algumas economias que tenhamos. “Então e a pensão?” - Não temos! “Então e os cartões de saúde?” - Não temos!... E depois ele ligou para um qualquer aqui na nossa frente e passados uns 15 dias veio uma assistente social da GNR para fazer o nosso processo e ela também disse: “nem sei porque é que vocês não recebem porque isto está tudo tratado”! Não saímos disto...

**LM:** Não avança...

**E4:** Mas agora já soubemos que o processo está concluído, que já lá está o montante dos retroactivos, mas a directora do centro nacional de pensões não assinou o processo. Não sei porquê? Até parece que vai pagar do bolso dela!...

**LM:** Qual das necessidades anteriormente referidas mais afectou a sua vida?

**E4:** Isto foi tudo muito mau, nem sei bem explicar... financeiro, pois claro! Tínhamos um pé de meia, mas o pé de meia não dura uma vida. Dos 121 000 euros que recebemos, em nove anos se fossemos a tirar só daquilo para sobreviver, já não tínhamos dinheiro nenhum há muito tempo! E ficámos os dois sozinhos sem ninguém! Agora se temos direito àquela pensão... as nossas reformas são baixas, sempre era uma ajuda para um dia quando estivéssemos reformados. Olhe, nem sei...

**LM:** Fala nisso com tristeza...

**E4:** É muito triste. Eu e o meu marido descontámos uma vida inteira... o meu filho começou a trabalhar com 16 anos, entrou para o estado, para os fuzileiros, com 19 anos, descontou até partir praticamente sempre para o estado... é muito triste... e depois acontece uma tragédia destas e a uma pessoa fica completamente abandonados. Um pai e uma mãe que perdem um filho não têm capacidade de pensar em dinheiro. Devia ser o próprio sistema, o estado neste caso, a tratar dessas coisas. Não se deviam por à espera das pessoas que ficam sem cabeça, sem noção de nada para ir tratar. É muito triste! E depois vemos aí pessoas que

nunca descontaram na vida e que recebem 600 euros por mês. É triste, mas é a realidade. Isto cada vez esta melhor para os bandidos e para os malandros...

**LM:** Se pudesse mudar alguma coisa na lei, qual seria a primeira coisa que mudava?

**E4:** Na minha maneira de ver, a primeira coisa era ajudar as pessoas a tratar das coisas a que têm direito.

**LM:** Se não fosse o amigo do seu filho ligar para aí...

**E4:** Se calhar nem tínhamos ido... lá havia de haver alguma alma que se lembrasse dos nossos direitos... mas o que é que adiantou os direitos? Não estamos a recebê-los. Fartamo-nos de gastar, fartamo-nos de apanhar pilhas de nervos com isto, porque uma pessoa quer queira, quer não, isto mexe connosco. Se uns recebem e outros não, mas afinal que país é este? É só para uns? Não sei como é que isto vai ser... o advogado agora também não diz nada e pronto! Depois há aqui muita coisa... uns dizem que temos direito à pensão de sangue... outros da GNR, mas também foi o que disseram sempre, dizem que o meu marido quando fizer 65 anos, acho que tenho direito a 50% do ordenado base. Mas temos que pedir, porque se a gente não pedir, eles não vão dar. E andamos aqui neste impasse. Ninguém sabe a que é que tem direito, ninguém sabe a que e que não tem. Eu estou farta disto!

**LM:** Nem sequer lhe conseguem dar respostas... mas tenho de lhe perguntar... acredita no sistema? Acredita na justiça?

**E4:** Justiça não houve para nós! Não há justiça... começa logo por aquela gente do café que foram os causadores disto porque deram uma informação mal dada. Logo daí deviam ser também chamados à atenção. Uma das coisas que me levou mais a procurar um advogado foi para que houvesse justiça com aquelas pessoas, porque para mim foram tão culpados como quem deu o tiro. Eles chamaram-no para a morte! O advogado disse-me que nós estamos cheios de razão, mas que eles são considerados vítimas.

**LM:** O que é que era justo, para sí?

**E4:** Justo para mim era eles terem pago pelo inocente ter partido. Se elas tivessem dito quando ele as salvou que estava ali um homem armado, o meu filho nunca entrava. Mas elas nunca disseram nada disso. Portanto, também são culpadas. Aquelas pessoas não têm perdão! Nunca na vida! A PJ andou a investigar um ano e tal, mas aquilo ficou em nada. O



INSTITUTO SUPERIOR  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
E POLÍTICAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

outro, o bandidão, disse que aquela gente do café lhe devia 50 000 euros... mas não tinha que ter matado o inocente. Devia era ter matado quem lhe devia o dinheiro!

## TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA ( E5)

**Luís Maia (LM):** ( E5), o seu filho saiu de casa para divertir-se. Como é que a história terminou desta forma trágica?

**E5:** O meu ( vítima 5) nem era muito de sair. O ( filho 5), o mais novo, é que saía mais, em festas de passagem de ano e essas coisas. O ( vítima 5) passava muito tempo em casa, os amigos é que costumavam vir cá a casa. Mas como a casa era pequena e ele tinha de dormir no quarto com o irmão, ele saiu naquela noite e foi ter com os amigos... Ele só disse; “ó mãe, eu vou ali e já venho”, porque ele não era de andar muito tempo na rua. Mas por volta das duas da manhã eu estranhei e liguei para ele. “Ó mãe eu já vou, eu já vou para cima”, disse ele. E eu, tudo bem... porque acho que havia lá um café que fazia karaoke e suas coisas todas e disseram para ele ir lá cantar um som, porque ele é todo do rap e depois iam-se embora. Mas pelo que eu sei dos amigos dele que lá estavam, houve uma altura em que ele se quis vir embora, mas depois foi pagar uma cerveja ao que lhe deu uma facada e diz que até estavam a conversar bem... o meu filho convivia com toda a gente... mas a uma altura o meu filho disse que aquilo já deu o que tinha a dar e que vinha embora, ele saiu desse café, mas já havia confusão cá fora com o grupo do tal fulano. Acho que a facada nem era bem para o meu filho... mas houve muitas histórias acerca do assassinato do meu filho...

**LM:** Na verdade, nem sabe porque mataram o seu filho?

**E5:** Nem sei porque mataram o meu filho. Todos os dias vinha um amigo dele e inventava uma história diferente... sei que foi uma facada fatal, porque o meu filho quando foi a autópsia nem uma pinga de sangue deitou, porque era um homem que sabia como matar. Ainda deu com uma garrafa na cabeça de um amigo do meu falecido filho... e enfiaram outro dentro do vidro de um carro... a senhora dona do carro, nem quis fazer queixa nem nada, porque teve medo. Mas isto depois foi assim, os bombeiros de Caneças recusaram-se a ir ao local porque disseram que Casal de Cambra pertencia a Belas. A PSP também demorou a chegar. Os bombeiros de Belas também demoraram a chegar. Foi muito tempo de espera. Conforme ele caiu, não disse nem mais uma palavra... eu depois perguntei aos amigos dele se ele ainda disse alguma coisa... e o rapaz disse-me que ele ainda disse que amava muito a mãe... será que ele disse? Será que não disse?...

**LM:** Como soube da notícia?

**E5:** A PSP não está preparada para dar uma notícia destas a uma mãe, nem nada. Bateram-me à porta e ainda nem eram seis da manhã, eu até pensava que era ele, porque ele nunca andava com as chaves de casa. Mal chegaram a minha casa perguntaram se eu era a mãe do ( vitima 5) e eu disse que sim... e disseram logo: “o seu filho está morto”! Eu fiquei num estado que parece que o chão se abriu naquele momento e eu... pronto... não estava preparada para isso. Porque nós muitas vezes vem a este ao mundo e estamos preparados é que os nossos pais vão embora primeiro que nós e não um filho... não um filho... pronto, eu tenho dois, mas como o ( vitima 5) foi o primeiro, eu era muito agarrado ao meu filho, o ( filho 5) até tinha muitos ciúmes do irmão, porque eu era muito agarrada a ele e ele era muito agarrado a mim. Tudo o que se passava na vida dele, ele contava-me... muitas vezes o meu ( vitima 5) tinha ataques de pânico, porque os amigos contavam-lhe os dramas da vida deles e dessas vezes ele guardava sempre os segredos. Uma vez ouvi o meu filho dizer assim: “se a minha mãe me faltar eu mato-me logo a seguir, vou logo a seguir atrás dela”. E também o ouvi dizer que um dia que morresse não queria ser cremado, porque ainda podia estar vivo e não queria entrar no fogo...

**LM:** ( E5), alguma vez teve apoio psicológico?

**E5:** Não. Nunca tive...

**LM:** Mas não teve porque não quis, porque não lhe deram, ou porque não sabia onde havia de pedi-lo?

**E5:** Não... eu tinha um psiquiatra... isto é assim, eu quando trabalhava fui pintora de publicidade e entretanto os meus patrões, um deles tentou fazer-me a vida num inferno... até os meti em tribunal, porque entrou para lá uma brasileira e eles quiseram ficar com ela... entretanto o tribunal disse que eles tinham de me dar a carta para o desemprego. Eu entretanto vim-me embora e o tribunal disse que eles tinham de me dar a carta para o fundo de desemprego...

**LM:** Mas isso foi antes do seu filho morrer, certo?

**E5:** Antes do meu filho morrer, sim. O meu ( vitima 5) até dizia: “eu vou ter com aquele fulano e faço e acontece”... e eu dizia sempre: “filho deixa estar, esquece isso”...

**LM:** Mas ( E5), em que parte da história é que entra o psiquiatra? Depois de deixar o trabalho?

**E5:** Não. Eu ganhei uma depressão muito grande no trabalho e tive um psiquiatra em Odivelas, que foi a médica de família que mandou. Como tinha esse psiquiatra, que infelizmente já faleceu, porque eu tomava medicação, como ainda tomo... tanto que tenho uma doença crónica... porque o meu filho nunca me saiu da cabeça...

**LM:** Mas ainda andava nesse psiquiatra quando o seu filho morreu?

**E5:** Acho que ainda tinha... O psiquiatra deu-me um bocadinho de força, receitou-me novamente a medicação, depois fiquei sempre com aquela medicação, porque aquela medicação passou para a médica de família e era a médica de família que me passava... mas apoio mesmo de alguém, nem da APAV, não tive nada. Até a própria policia podia ter mandado um psiquiatra ir lá casa porque no estado em que eu estava... não tive apoio, completamente nada de ninguém. Só da minha família...

**LM:** Deixe-me ver se eu percebi... depois do seu filho morrer, a ( E5) só foi uma vez ao psiquiatra e depois nunca mais voltou a ter apoio de ninguém, até porque o psiquiatra morreu. É isso?

**E5:** Nunca mais tive apoio.

**LM:** Mas se não teve, não foi porque não quis. É porque ninguém lhe ofereceu, certo?

**E5:** Ninguém ofereceu.

**LM:** E também não sabia onde havia de o pedir...

**E5:** Não, não sabia...

**LM:** E tinha cabeça para andar aí a fazer perguntas e tentar descobrir?

**E5:** Eu nem cabeça para isso tinha, infelizmente... apoiava-me muito no meu filho ( filho 5) e até nos amigos do ( vítima 5), aqueles que passavam mais tempo lá em casa. Apoiava-me muito no meu filho ( filho 5), mas ele também teve uma psicose... e infelizmente, esquizofrenia, ele toma medicação... e também não tem apoio...

**LM:** Ele já padecia de esquizofrenia antes do ( vítima 5) ser assassinado?

**E5:** Sim. Uma vez ele até foi internado compulsivo, no Júlio de Matos. Depois do ( vítima 5) ter falecido, foi ou três anos depois, voltou a ter outra crise... por nós morávamos no Casal Novo e depois é que fomos morar para Casal de Cambra quando o ( vítima 5) faleceu, porque eu queria estar ao pé da rua onde o ( vítima 5) tinha falecido... e então, nessa altura o ( filho 5) deu-lhe outra crise muito grande e esteve internado um mês no Hospital Amadora-Sintra.

Só que o psiquiatra dele foi-se embora, depois veio outro, depois estava sempre a mudar-lhe a medicação e ele andava descompensado por causa da medicação.

**LM:** A ( E5) não trabalhava na altura em que o seu filho morreu?

**E5:** Não. Estava no fundo de desemprego.

**LM:** E quanto é que recebia, tem ideia?

**E5:** 419 euros. É coisa que nunca me esqueço.

**LM:** Isso não daria para viver, se não fosse a ajuda do seu filho...

**E5:** Não. Pagava uma renda de 300 euros.

**LM:** Tem ideia de quanto é que o seu filho ganhava?

**E5:** O meu filho devia ganhar um bocadinho mais do que eu, porque o ( vitima 5) fazia muitas horas de trabalho. Ele entrava às seis horas da manhã, mas às vezes os patrões pediam para ele ir trabalhar a noite toda e ele se fosse preciso voltava à meia noite para o trabalho e só vinha no outro dia às três horas da tarde.

**LM:** Então, na verdade, o seu filho, o ( vitima 5), é que garantia grande parte do ganha-pão da sua casa?

**E5:** Sim, sim.

**LM:** Tendo em conta isto, depois de ele morrer teve alguma espécie de apoio financeiro, houve alguém que fosse ter consigo para saber se estava a passar necessidades, se precisava de dinheiro para comer ou para tratar o seu outro filho que é doente?

**E5:** Nada. Nunca tive apoio de completamente nada... eu ainda cheguei a ir à Segurança Social... nunca tive apoio de nadinha... nada de nada. Ainda agora a gente passa um bocado mal e não temos apoio de nada. É assim, eu tenho reforma de 480 euros. O meu ( filho 5) também foi reformado por uma doença que ele tem... e tiraram-lhe a reforma e puseram-lhe um subsidio qualquer... ele é doente oncológico e só lhe deram 50 euros pela oncologia... pedi para o reformarem novamente, porque não tinham nada de lhe tirar a reforma e dar um subsidio, porque assim não lhe pagam subsidio de férias, nem subsidio de Natal... ele tem esquizofrenia, tem atrozes no pé... infelizmente tem HIV, ele é doente oncológico... isto apareceu tudo depois da morte do irmão...

**LM:** Peço desculpa, mas o ( filho 5) tem HIV ou tem cancro?

**EC:** O ( filho 5) duas coisas ao mesmo tempo... ele disse-me que o HIV foi por causa de uma rapariga com quem ele esteve. Soube disso nem um ano depois do ( vitima 5) ter falecido. E depois, em 2021 é que foi detectado um câncer no ânus...

**LM:** Então o seu filho mais novo tem HIV, cancro no colo do recto e sofre de esquizofrenia?

**E5:** E tem o problema do pé... partiu o pé em três partes, tem atrozes no pé, já foi duas vezes operado e o pé nunca há-de ficar direito.

**LM:** Quanto é que ele recebe de apoios sociais? Quanto é que o estado lhe paga todos os meses?

**E5:** O estado paga-lhe 410 euros, pelo menos no mês passado foi aquilo que ele recebeu. Mas a gente fez um empréstimo ao banco, porque na altura que o ( filho 5) teve o câncer, as pomadas era tudo a vinte a tal euros... e eu não podia porque era muito dinheiro, então fiz um empréstimo... e como o banco retira esse dinheiro, ao fim ao cabo o ( filho 5) recebe só 380 euros.

**LM:** Está reformada por invalidez também?

**E5:** Sim, por invalidez...

**LM:** Nunca mais conseguiu trabalhar após a morte do seu filho?

**E5:** Não. Nunca mais tive cabeça para trabalhar. Eu, no Casal de Cambra até andava lá numas reuniões na igreja, como se fosse catecismo... mas eu nunca tinha cabeça quando era a minha altura de ler. Quando lia, vinham-me sempre as lágrimas aos olhos e só falava constantemente do meu filho...

**LM:** Como é que se conseguiu desenrascar durante esses anos todos? Conseguia pagar rendas de casa?

**EC:** Não. Não consegui, tanto que quando recebi o apoio do apoio às vítimas, que a minha advogada disse que eu tinha direito a esse apoio, que era 30 mil euros, mas eles só quiseram dar esses 15 mil... foi para pagar despesas, foi para pagar dívidas que eu tinha e pronto, pouco restou...

**LM:** Durante quanto tempo é que esteve sem pagar renda?

**E5:** Aquilo era muito. Eram 300 euros... Vivi lá uns cinco anos, estive dois sem pagar renda. Não consegui, tanto que a senhoria depois o marido dela morreu... e ela foi um bocadinho sacana comigo porque meteu-me uma ordem de despejo... e a filha meteu-se no assunto...

**LM:** E pô-la na rua... entretanto foi para outra casa...

**E5:** Não, não. Eu andava sempre a chatear a Junta de Freguesia do casal de Cambra... o presidente da Junta de Freguesia, enganou-me bem enganada, a dizer que me arranjava casa, isto e aquilo, que eu estava em primeiro lugar... onde é que eu fui parar? A uma casa de acolhimento aqui na Idanha...

**LM:** Com o seu filho...

**E5:** Com o meu filho... ele começou a fazer a radio e a quimioterapia...

**LM:** Mas foi uma casa de acolhimento da Segurança Social?

**EC:** Da Segurança Social.

**LM:** E depois dessa casa, passou para o bairro social onde está agora?

**E5:** Depois é que passei para o bairro. A assistente social queria mandar-me para um quarto, mas eu disse logo que não ia para um quarto com o meu filho no estado em que ele está?

**LM:** Quanto tempo esteve nessa casa de acolhimento?

**E5:** Nove meses.

**LM:** E depois quem é que lhe arranjou a habitação social que tem hoje? Foi a câmara?

**E5:** Câmara de Sintra.

**LM:** Permita-me recuar um pouco, para lhe perguntar acerca dos 15 mil euros que recebeu de indemnização. Ou seja, teve de arranjar um advogado depois do seu filho morrer...

**E5:** Foi, foi...

**LM:** Quanto tempo depois do seu filho morrer?

**E5:** Sei lá, passados uns três anos...

**LM:** Mas foi um advogado que veio ter consigo, ou mexeu-se para encontrar um?

**E5:** A primeira advogada que pedi por causa do crime do meu filho é que me disse isso. Mas como ela desistiu de ser minha advogada, tive de arranjar outra. Aquela era muito novinha e eu estava sempre a mandar vir com ela, porque ela não resolvia situação nenhuma... então arranjei esta que é minha advogada há quase dez anos.

**LM:** E a ( E5)pediu a esta advogada que tratasse da indemnização de que a primeira advogada lhe falou?

**E5:** Depois ainda foi pedir outro, o doutor (advogado1) , para me tratar da indemnização...

**LM:** Ok... seja como for, a ( E5)teve de ir a tribunal. O seu advogado conseguiu que o tribunal determinasse que teria de receber 30 mil euros. É isso?

**E5:** Eu tinha direito a receber 30 mil euros, mas aquela associação das vítimas não quis e disse que só pagava 15 mil...

**LM:** Entretanto mataram o seu filho e esse dinheiro serviu para pagar dívidas. Devia rendas... e mais? Devia no supermercado? Devia onde?

**E5:** Sim, sim, sim... devia nas pessoas onde ia comprar as coisas e não pagava. Deixavam-me trazer as compras e conforme recebia, ia pagando... o ( filho 5) recebia muito pouquinho e eu recebia ainda menos...

**LM:** Nada disto acontecia quando o seu filho era vivo? Conseguiam pagar rendas e alimentação?

**E5:** E água, luz, gás... pagávamos completamente tudo... tínhamos a arca e o frigorífico felizmente sempre cheios. Os amigos, a maior parte deles comiam lá em casa, alguns até dormiam lá em casa. Tínhamos uma vida mais ou menos estável. O meu filho assim, fatos de treino e camisolas do Benfica, comprava... às vezes dizia: "mãe, posso comprar isto e aquilo"? As t-shirts, ele gostava de usar sempre de marca... as calças ele não se importava que fossem de uma marca qualquer. Ele às vezes vinha dizer: "ó mãe, será que este mês posso comprar isto ou aquilo"? Eu dizia para ele comprar. quando estávamos mais folgados...

**LM:** E quando o seu filho morreu, isso desmoronou-se tudo...

**E5:** Tudo!

**LM:** E o rapaz que matou o seu filho fugiu. Estivemos quase 11 anos sem saber o que era feito dele e sem que ele fosse preso ou castigado. Como é que uma mãe vive assim?

**E5:** Uma mãe vive com um desespero muito grande. Ainda hoje não acredito... rezo muito durante a noite, faço as minhas orações e penso muito no meu filho... tive uma crise muito grande, entrei num estado muito crítico... só o via a ele... e pronto... até hoje, muitas vezes quando estou a chamar o meu ( filho 5), muitas vezes engano-me e chamo-o de ( vítima 5)... ele dantes andava com as t-shirts do irmão, mas agora deixou de andar... porque eu ainda tenho muita roupa dele aqui em casa. Não consigo desfazer-me da roupa do meu filho... já passaram 10 anos e eu continuo a lavar a roupa dele e passo-a... e arrumo-a no mesmo sítio. Houve algumas que ainda dei a alguns amigos dele, porque o meu filho quando estava vivo

às vezes dizia: “se algum dia me acontecer alguma coisa, este blusão é para ti, o boné é para o outro”... e eu fui distribuindo aquilo que ele tinha prometido aos amigos. Agora, o resto da roupa eu ainda a tenho toda aqui. Só não tenho nem ténis, nem a roupa que ele usava quando morreu porque estava toda cheia de sangue e toda rota... queimei-a.

**LM:** O facto do homicida não ter sido logo apanhado piora o sofrimento de uma mãe como a ( E5)?

**E5:** Sim. Eu sofri muitos anos. Enquanto a campa do meu filho não esteve tapada com pedra, eu fazia buracos na areia, porque queria tocar no meu filho e queria trazer o meu filho de volta... não aceitava a morte dele, como ainda hoje não aceito...

**LM:** A ( E5) criou os seus filhos sozinha?

**E5:** Sozinha! O pai só foi pai para os fazer... ele deixou-me quando eu estava grávida do ( filho 5). O ( vítima 5) tinha quase três anos. Ele foi pai só para dar nome ao ( filho 5), ao ( vítima 5), mais nada.

**LM:** Entretanto apanharam o homem que matou o seu filho, ao fim de dez anos, quase 11. Isso aliviou-a, de certa forma?

**E5:** Aliviou um bocado... mas a única coisa que eu quero saber é a verdade. Agradeço todos os dias a Deus por ele ter sido apanhado, porque sempre pedi a Deus para ele ser capturado... porque não se admite matar assim um inocente. O meu filho era amigo de toda a gente, se for a Casal de Cambra ninguém fala mal do ( vítima 5)... era um rapaz trabalhador, ajudava muito a mãe, era amigo do seu amigo... se um amigo não tivesse o que comer, ele era capaz de tirar da comida dele para dar ao outro. Sempre teve os amigos lá em casa, sempre a ouvirem música ou a fazerem as músicas dele... tenho as músicas do meu filho todas gravadas... até a música do meu telemóvel quando toca é ele a cantar. Eu não aceito isto... tou com um peso muito grande no coração.

**LM:** Alguma vez perdeu a esperança de que o homicida fosse capturado?

**E5:** Não. Nunca perdi a esperança. Eu sabia mais ou menos que eles estivessem em Paris e que a família estivesse a ocultar onde ele estava, porque havia uma senhora na igreja que me dizia isso, quando eu ia ao banco alimentar... porque não tinha como comer..

**LM:** Mas já foi à Segurança Social e disseram-lhe que não tinham mais nada para lhe dar..

**E5:** Nem mais um tostão...

**LM:** Quando falou há pouco do advogado, teve de o pagar ou deram-lhe apoio judiciário, ou a ( E5)teve de pagar tudo?

**E5:** Eu tive o apoio pela Segurança Social porque eu recebo pouquinho.

**LM:** Então agora que o homem foi capturado, vai constituir-se assistente do processo? Vai arranjar outra vez advogado para se constituir assistente do processo?

**E5:** Não, não. Continua a mesma advogada...

**LM:** E vai pagar alguma coisa desta vez ou continua a ter apoio judiciário?

**E5:** Eu não pago nada à mesma, quem paga é o Estado, não sou eu.

**LM:** A ( E5)teve uma série de necessidades durante todo este processo. A determinada altura também teve de se cruzar com a policia: foi fácil esse contacto? Sente que a policia fez um bom trabalho?

**E5:** Não. O primeiro inspector que eu tive não fazia trabalho completamente nenhum, tanto que cheguei várias vezes à Judiciária... esse inspetor chegou ameaçar-me, porque eu mandei vir com ele por ele não fazer e não procurar e essas coisas todas... ele ameaçou-me que me punha num calabouço, ameaçou-me que me tirava o meu filho, porque como no Jornal Correio da Manhã diziam que o ( filho 5) tinha 13 anos, ele julgava que era verdade, por isso disse: “vou ligar para a Segurança Social e tiram-lhe o seu filho, não sei quê e não sei que mais...”

**LM:** Mas porque é que ele a ameaçou?

**E5:** Porque eu comecei a mandar vir com ele... e até veio outra lá de dentro a perguntar se ele precisava de ajuda... e ele disse que não era preciso... e chamei-o incompetente, que não havia meio de se mexer, porque eu é que tinha de ir lá dizer onde é que ele estava e onde que deixava de estar, porque uma amiga do meu ( vitima 5) conseguiu apanhar o GPS do fulano e, por isso, sabíamos que ele estava em França. A rapariga até foi lá ensinar a esse inspetor as coordenadas que ela fez para o GPS e essas coisas todas... e então foi quando eu comecei a mandar vir com eles e foi quando ele me ameaçou que me tirava o meu filho ( filho 5). E eu disse: “força! Força com isso! Primeiro que as assistentes sociais tratem do meu filho, que ele seja bem tratado e que ele receba alguma coisa...” - Estive uma data de anos sem saber uma única noticia desse inspector. Uma única noticia...

**LM:** E só quando mudou de inspector e que isto se desenvolveu...

**E5:** Mudou de inspetor em Outubro do ano passado... Este novo inspetor foi um espectáculo! Ele disse-me para não me preocupar porque tinha muita gente conhecida em França... e foi em Dezembro (de 2022) que ele me deu essa notícia que o assassino tinha sido capturado. Depois mandou-me uma notícia a dizer que dia 16 de Janeiro (de 2023) iam buscá-lo, que era quando o ( vitima 5) fazia 34 anos.

**LM:** No meio de todas as necessidades que teve, qual foi a pior?

**E5:** Foi a morte do meu filho...

**LM:** Claro. Mas sem contar com essa... qual foi a pior consequência da morte do seu filho durante estes anos todos?

**E5:** Foi a eficácia da policia... eles não tiveram... a PSP deixou-o fugir no meio da rua, deixaram-no escapar... esse inspetor porque se marimbava para o assunto, queria era estar sentado na secretária e armar-se em durão e essas coisas todas... tanto que este inspetor novo, foi um inspetor cinco estrelas, resolveu tudo com um telefonema e com um WhatsApp... eu até hoje agradeço-lhe porque acho que se o processo não tivesse ido parar às mãos dele, acho que até à data de hoje o outro não tinha sido apanhado.

**LM:** Se pudesse mudar alguma coisa no sistema, na forma como isto funciona, nos apoios que dão às vítimas, o que é que mudava?

**E5:** A primeira coisa que eu mudava é que a justiça atuasse mesmo nos crimes, que ajudassem as pessoas psicologicamente e financeiramente... as pessoas que têm pouco com que sobreviver e que não têm quem lhes dê a mão, é um problema. A minha vida é ir para o hospital com o ( filho 5), ir e vir, ir e vir, mas infelizmente, apoio não temos. Eu por voltas das seis horas já estou acordada, todos os dias, a arrumar a casa, silenciosamente. Passo muitas noites em branco, a minha saúde já não é o que era.

## TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA ( E6)

**Luís Maia (LM):** (E6), não há muitos casos de serial killers em Portugal, felizmente... e por desgraça o ( Homicida 6) tocou à sua família. Inicialmente houve buscas porque a ( Vitima 6)foi dada como desaparecida. Como é que começou este pesadelo?

**(E6:** A ( Vitima 6)desapareceu no dia 8 de Maio. Levei-a para a escola, deixei-a ficar nesse dia de manhã e nunca mais a vi. Foi a 8 de Maio de 2006...

**LM:** Alguma vez lhe passou pela cabeça que a sua filha pudesse desaparecer de livre vontade, ou pensou logo que pudesse ter acontecido algo pior?

**E6:** Não, não... estávamos à procura de uma pessoa desaparecida, que supostamente poderia estar com uma amiga, ou como diziam, talvez estivesse com um namorado... depois a situação começou a complicar-se... porque estava difícil de a encontrar... eu disse sempre que não acreditava que a ( Vitima 6) estivesse com um namorado nem com uma amiga, porque ela estivesse onde estivesse dizia sempre onde estava e por onde tinha ido. Eu tinha qualquer coisa dentro de mim, que algo estava mal com a minha filha.

**LM:** Quando a sua filha desapareceu, outras duas raparigas já tinham desaparecido antes em Santa Comba Dão. À primeira talvez não se tenha dado muita importância até porque era uma rapariga que não tinha um seio familiar muito estável... ela própria já teria tido as suas aventuras fora de casa... mas depois desapareceu a ( desaparecida 1) que vinha de uma família bastante estável. O que lhe quero perguntar é se quando a sua filha desapareceu, de alguma forma relacionou-o com o da ( desaparecida 1)?

**E6:** Olhe, quando eu cheguei a casa do meu trabalho, normalmente trazia sempre um míminho para dar à (vitima 6)... nesse dia, nunca mais me esqueço, fui comprar-lhe melancia. Eu cheguei a casa e a porta estava fechada, normalmente a chave estava sempre na porta. Eu corri a casa à pergunta dela, chamei por ela e ela não estava. E liguei-lhe para o telemóvel e o telemóvel desligado. Nesse momento seu pensei: “meu Deus, quando a ( desaparecida 1) desapareceu, toda a gente ligava para o telemóvel e o telemóvel desligado”... e lembro-me que a minha filha fazia a mesma coisa, a ligar à ( desaparecida 1), que era amiga dela e tinha o número dela... e ela só me dizia: “mãe, a ( desaparecida 1) tem o telemóvel desligado”... e foi uma coisa que eu associei - a ( Vitima 6) tinha o telemóvel

desligado, precisamente como a ( desaparecida 1) tinha. Portanto havia ali qualquer coisa que não estava bem.

**LM:** Associou então que aquilo que tinha acontecido à ( desaparecida 1) podia ter acontecido à sua filha?

**E6:** Foi precisamente isso.

**LM:** Quando desapareceu a ( desaparecida 1) não me recordo, mas quando desapareceu a sua filha, havia muitos populares envolvidos nas buscas, a policia caiu em peso em Santa Comba Dão... havia muita gente à procura da sua filha, certo?

**E6:** Sim. Nós demos o alerta, fomos à procura da (vitima 6)... os irmãos, os amigos, começámos a telefonar aos amigos... inclusive eu quando vi que a ( Vitima 6) não aparecia, fui a casa de uma amiga perguntar por ela e ela disse que a ( Vitima 6) foi para casa ao meio dia. Toda a gente começou a procurar... e entretanto fomos à GNR, mas a GNR disse que só passado 48 horas. Ao outro dia é que a GNR se pôs a caminho e começou a procurar e os meus filhos foram à Judiciária a Coimbra. Foram pôr o problema porque já tinha desaparecido a ( desaparecida 1) e já tinha desaparecido a (desaparecida2).. apesar de nós não sabermos que estava associado a esta situação... mas tinha de ser feita qualquer coisa. E então foi quando a Judiciária veio. Ora, a minha filha desapareceu a uma segunda-feira... na quarta-feira a Judiciária veio e desenrolou-se tudo.

**LM:** Entre o desaparecimento da sua filha e a detenção do ( Homicida 6) distou um mês e meio. A sua filha desaparece a 8 de Maio e o ( Homicida 6) é detido a 24 de Junho. Como é que viveu esse mês e meio? Para si foi uma surpresa quando soube a identidade do suspeito?

**E6:** Nunca desconfiámos dele... o tempo em que estivemos à procura da ( Vitima 6) foi uma angustia. Foi uma angustia muito grande porque não sabíamos o que se tinha passado. Entretanto quando começou a aparecer noticias do cadáver encontrado na barragem da Aguieira, partes de um corpo... era da ( desaparecida 1)... foi muito complicado, porque eu não queria acreditar nisso. E claro, ninguém ligava que fosse o ( Homicida 6). Até se dizia que a ( Vitima 6) já tinha sido levada para fora do país, mas ninguém se punha que tivesse este fim e que fosse o ( Homicida 6).

**LM:** Até porque o ( Homicida 6) era um cavalheiro que até ajudava nas buscas...

**E6:** Inclusive ao meu marido... o meu marido ia buscar razão para os animais, ele mandou-o parar e perguntou-lhe se a ( Vitima 6) já tinha aparecido. O meu marido disse que não. O cabo bateu-lhe nas costas e disse: “deixa lá que ela vai aparecer”. E andava sempre integrado nos grupos à procura, com a Judiciária e ia para todo o lado e dizia que fez sangue quando se arranhou numas silvas... e que podiam associar o crime a ele... enfim... tinha medo que pensassem que tinha sido ele. Ele próprio se entregava praticamente.

**LM:** Parte do fim de linha do ( Homicida 6) deve-se à resistência da sua filha, porque a sua filha deu luta, a sua filha arranhou o ( Homicida 6)...

**E6:** Testemunhas que foram com ele para Fátima... ele depois de matar a ( Vitima 6) no dia 8, no dia 10 foi para Fátima. Ele foi para Fátima a pé e nessa altura estava muito calor e as pessoas que foram com ele para Fátima admiravam-se que ele estava de gola alta e diziam-lhe: “então tu não tens calor”? Ele dizia que não, que não tinha calor. Mas depois houve uma altura que lhe viram o pescoço arranhado e perguntaram-lhe o que foi. E ele disse que foi apanhar umas ervas, umas silvas e arranhou-se. Mas depois tinha umas meias por debaixo das calças de fato treino, para disfarçar que ele tinha as pernas amassadas.. porque conforme a ( Vitima 6) lhe deu luta e arranhou-o, ele apanhou a ( Vitima 6) de costas e apertou-lhe o pescoço... fez-lhe uma gravata... e ela com os calcanhares bateu-lhe nas pernas para se tentar safar. Mas não conseguiu.

**LM:** Um dos aspectos complicados nestes processos é que as vítimas sofrem aquilo que têm de sofrer na altura em que as coisas acontecem, mas depois chegam ao julgamento, confrontam-se por vezes com revelações chocantes. O que é que descobriu, em tribunal, acerca daquilo que o ( Homicida 6) fez à sua filha?

**E6:** Fiquei a saber que ele tentou a violação pós-morte. Depois de a matar, tentou violá-la. Tirou-lhe a roupa, vestiu-lhe as cuecas... pôs as duas pernas no espaço só de uma... já nem lhe conseguiu vestir as calças todas. Deixou-lhe a roupa a meio do corpo, tirou-lhe o cinto das calças e apertou-lhe a cabeça e o queixo com o cinto das calças. Foi isso...

**LM:** Quando uma mãe está num tribunal e ouve uma coisa destas, o que é que sente?

**E6:** O que eu senti?... Senti muita pena da minha filha e de não poder ajudá-la. E senti um ódio , uma revolta muito grande contra aquele homem. deu-me vontade de o esbofetear... chegar junto dele e esbofeteá-lo, até matá-lo se fosse possível, porque lhe fiquei com um

ódio, com uma revolta muito grande dentro de mim. Como é que um homem daqueles que fazia-se passar por uma pessoa tão importante e em quem nós sempre confiámos porque era um agente da autoridade, foi capaz de fazer uma coisa daquelas a uma... pelo menos eu falo da minha filha, que a viu nascer, que a viu passar ali, em bebé, ao meu colo e numa cadeirinha de bebé?!

**LM:** Como é que ele apanhou a sua filha?

**E6:** Não sei... segundo parece ele chamou-a para ver qualquer coisa, para dar uma opinião sobre o jardim, ou uma coisa assim... e ela coitada acreditava nele, como toda a gente.

**LM:** A ( Vitima 6) tinha irmãos... ela era a mais nova dos três. Corrija-me se estou enganado.

**E6:** É isso mesmo.

**LM:** A ( E6) passou pelo por duas fases neste processo. Primeiro a sua filha esteve desaparecida, depois teve a confirmação de que ela fora vítima de homicídio. Enquanto ela esteve desaparecida, alguém veio ter consigo a perguntar-lhe se precisava de apoio psicológico?

**E6:** Ninguém veio aqui a casa perguntar-me nada. Ninguém.

**LM:** Apesar de haver uma queixa registada nas autoridades...

**E6:** Sim, apesar de haver uma queixa e de se saber o que se estava a passar, não veio cá ninguém. Nem o próprio centro de saúde. Ninguém veio perguntar se eu estava bem de saúde, o que é que me faltava, dar uma palavra de apoio. Vinham muitas pessoas, pessoas de fora, curiosos... sou-lhe sincera, muitos curiosos. Mas alguém de direito vir ter comigo perguntar-me, ou disponibilizar-me um psicólogo para me ajudarem, ninguém... até lhe digo que houve uma altura que a inspetora da Judiciária perguntou-me o nome dos meus filhos e eu esqueci-me do nome dos meus filhos. Eu queria falar mas não conseguia. A minha cabeça parecia água... eu só pedia para falarem baixinho. Eu já não conseguia ver nem ouvir ninguém. Tive dias e dias em que não fui à cama, não dormi. E ninguém disponibilizou um psicólogo, um médico, alguém que me ajudasse... inclusive o meu marido ficou desempregado, ficámos aqui abandonados... ninguém, ninguém aqui veio perguntar se precisávamos de alguma coisa. Ninguém!

**LM:** E isto enquanto a sua filha estava somente dada como desaparecida?

**E6:** Sim, sim, sim...

**LM:** O seu marido ficou desempregado nessa altura?

**E6:** Sim, foi nessa altura...

**LM:** Mas foi como consequência do desaparecimento da sua filha, ou isso acabaria por acontecer de qualquer maneira?

**E6:** A empresa já não estava bem e entretanto despediram os funcionários...

**LM:** Entretanto a situação piora (E6), porque pior do que ter uma filha desaparecida, é ter uma filha assassinada... ainda para mais nas circunstâncias em que aconteceu. Quando souberam da notícia trágica, alguém lhe apareceu em casa a perguntar se precisava de desabafar, se precisava de alguma coisa?

**E6:** Não, não não...

**LM:** Zero?!

**E6:** Zero. Ninguém... Continuou a não aparecer ninguém. E, se tive um psicólogo fui eu que paguei. Fui eu que disponibilizei o meu dinheiro e fui eu que paguei para ter uma certa ajuda. E tive de levantar a cabeça e andar para a frente e encarar a situação e agarrar a vida pelos cornos...

**LM:** A (E6) trabalhava na altura?

**E6:** Sim. Mas depois fiquei de baixa psicológica uns meses...

**LM:** E conseguiu, entretanto, retomar o seu trabalho?

**E6:** Consegui retomar o meu trabalho, sim.

**LM:** Quanto tempo depois?

**E6:** Três ou quatro meses... ou cinco meses.

**LM:** E o seu marido permaneceu desempregado?

**E6:** Arranjou outro trabalho.

**LM:** Imediatamente, ou ainda demorou o seu tempo?

**E6:** Ainda demorou um tempo. Quem me ajudou foi o meu filho, que na altura ainda cá estava em casa, era solteiro e ele é que nos ajudava monetariamente.

**LM:** O seu marido regressou ao trabalho antes ou depois da (E6)?

**E6:** Foi depois...

**LM:** Já percebemos que apoio psicológico, ninguém vos foi dar. Mas todos recorreram a psicólogos, ou foi só a (E6)?

**E6:** Fui só eu...

**LM:** A (E6) ficou de baixa e quando uma pessoa fica de baixa, ganha menos dinheiro...

**E6:** Sim, claro. Nem tem comparação. E o meu marido estava desempregado... estive no desemprego e pouco lhe davam. O patrão também não foi uma pessoa muito séria com ele e o dinheiro não era muito. Mas pronto...

**LM:** Também ninguém veio ter consigo para lhe perguntar se estava a passar dificuldades?

**E6:** Nem as assistentes sociais aqui da Câmara Municipal de Santa Comba Dão aqui me bateram à porta a perguntar se eu tinha necessidades, se precisava de pão, se precisava de comida, se precisava de água. Nada, nada, nada...

**LM:** Não teve uma única ajuda financeira, vinda de algum lado?

**E6:** Quem me ajudou foi o meu filho... era ele que nos disponibilizava o dinheiro e que nos ajudou bastante. Posso dizer-lhe que o primeiro natal que passei sem a minha filha, eu não tinha um cêntimo para comer praticamente... É que entretanto as coisas começaram a desenrolar-se e foi-me pedido dinheiro para um solicitador, para penhorar os bens que correspondiam à parte que a minha filha devia receber de indemnização. Foram quatrocentos e tal euros que o solicitador de Pombal me pediu para penhorar os bens...

**LM:** Estamos então a falar de penhorar os bens do (Homicida 6), certo?

**E6:** Sim, sei lá... era para a parte que ela ia receber.

**LM:** A senhora ou alguém da sua família constituiu-se assistente do processo?

**E6:** Sim, sim.

**LM:** Então e tiveram de pagar advogado ou tiveram apoio judiciário?

**E6:** Não tivemos direito a apoio judiciário. Na altura paguei dois mil e tal euros de custas de tribunal, eu não tinha dinheiro e andei a pagar ao tribunal todos os meses 160 euros até perfazer aquela quantia... todos os meses ia à Caixa Geral de Depósitos e depositava. É inacreditável... porque eu tenho casa, porque eu tenho carros, porque eu tenho um terreno, porque eu trabalhava... o meu marido ficou desempregado, mas nem isso deu direito ao apoio.

**LM:** (E6), permita-me a pergunta desta forma... o seu marido estava desempregado, a ( E6) estava com o credo na boca até porque estava de baixa, mas o estado não teve vergonha na cara para lhe dar apoio judiciário?

**E6:** É isso mesmo. Não tiveram vergonha na cara. Foi-me negado o apoio jurídico.

**LM:** Só para confirmar... não me leve a mal a insistência, mas a ( E6) chegou mesmo a pedir o apoio jurídico?

**E6:** Cheguei sim. O meu advogado pediu. E recebi mesmo a carta a dizer que não tinha direito ao apoio jurídico. Olhe, ficámos para aqui... cada um que se defendesse. A parte da ( desaparecida 1) 2ª vítima do ( Homicida 6)) não teve apoio jurídico e nem a família da Cristina (primeira vítima do ( Homicida 6)) teve apoio jurídico...

**LM:** E como é que correu o vosso contacto com a polícia?

**E6:** Até correu bem porque a PJ era uma equipa bastante acessível. A GNR aqui é que não dava grande saída à situação, porque como eram raparigas novas, uma das vezes lembro-me de ter ouvido uma boca: “ela foi dar uma queca com o namorado e depois volta”...

**LM:** Mas quem disse isso foi alguém da GNR?

**E6:** Sim. A única resposta que lhe dei é que não sei o que é que as mulheres deles ou as filhas deles fazem quando saem de casa... Mas com a PJ correu tudo bem. Na altura era o (sub diretor) , que até foi ele quem me deu a notícia e também o (diretor) , que é uma excelente pessoa.

**LM:** Eles pregaram uma grande rasteira ao ( Homicida 6). Antes de o apanharem, receberam-no numa sala, com toda a pompa e circunstância, com o respeito com que ele gosta de ser tratado e a determinada altura, o (diretor) explicava ao ( Homicida 6) que este tipo de criminosos gosta de ficar com um troféu, com algo da vítima... e perguntou-lhe então qual foi o troféu com que ele ficou no caso da (vitima 6). E o cabo respondeu: a caneta... a partir daí não teve hipótese de escapar e acabou por contar tudo o que fez. Mas voltemos ao nosso assunto... destas necessidades todas de que falámos até agora, qual a que se faz sentir de forma mais violenta na vida de uma pessoa que passa por aquilo que passou?

**E6:** O dinheiro faz falta, mas naquela altura não é o pior. Sofri muito com a morte da minha filha e não consegui dar a volta à situação de outra maneira... para mim o pior foi a falta de apoio psicológico e de apoio jurídico, mas sobretudo uma palavra amiga, uma palavra de

alguém que me dissesse: “eu vou-te ajudar, eu vou-te levar ao médico, vou-te levar ao psicólogo”. Ou alguém que me perguntasse: “o que é que precisas?” - não tive nada disso.

**LM:** Sente que recorreu a tudo o que poderia recorrer?

**E6:** Eu, de cada vez que estava mal ia ao centro de saúde, mas só me punham a dormir. Eu pedia ajuda e só me punham a dormir. E só me deram possibilidades de ter um apoio psicológico passado quase um ano. Nessa altura já não precisava. Tinha dado a volta à situação e agarrei a vida pelos cornos, já tinha andado para frente.

**LM:** E quando precisou de dinheiro, lembrou-se de ir à segurança social?

**E6:** Para quê? Se nem as custas judiciais me pagavam, nem o apoio jurídico. O que é que eles me iam dar? Eles não davam nada a ninguém.

**LM:** Sentiu-se abandonada?

**E6:** Senti-me completamente abandonada.

**LM:** E sabia onde poderia pedir algum tipo de ajuda, caso quisesse fazê-lo?

**E6:** Não tinha ideia de nada. É como se estivéssemos perdidos. Nós tínhamos de nos defender sozinhos: “ficaste com um problema nas mãos, agora resolve-o! Não tens ninguém que te ajude!”

**LM:** Posso deduzir que à excepção da policia sente que toda a gente falhou consigo?

**IO:** Toda a gente! Até o Ministério Público. Ainda hoje me pergunto a mim própria se o ( Homicida 6) foi capaz de fazer aquilo sozinho...

**LM:** (E6), o cabo ( Homicida 6) foi condenado a pagar indemnizações às vítimas. Quanto é que lhe calhou a si?

**E6:** Eu tinha uma indemnização de 155 mil euros para receber. Só a minha família.

**LM:** E então, conte-me como é que isso correu?

**E6:** (Gargalhada) Recebi 18 mil euros. A (mãe da desaparecida 2) também me disse que só recebeu isso. A família da ( desaparecida 1), não sei.

**LM:** Mas não recebeu do ( Homicida 6), pois não? Foi do fundo de garantia?

**IO:** Exactamente.

**E6:** E recebeu passado quanto tempo, já agora? Em que ano recebeu a indemnização, (E6)?

**E6:** Sei lá... seis ou sete anos...

**LM:** E quanto é que gastou em advogados e custas judiciais?

**E6:** Sei lá... houve coisas muito engraçadas... o presidente da câmara da altura disse que nos pagava os funerais, mas não pagou... paguei 1250 euros de funeral... paguei 2000 euros ao tribunal...

**LM:** Mas ó (E6), desculpe interromper... tenho uma dúvida: a Segurança Social não a reembolsou das despesas de funeral?

**E6:** A mim reembolsou-me cento e tal euros ou duzentos e poucos euros do funeral porque a minha filha era estudante e tinha direito a abono de família... só por isso. Mais nada. Eu não recebi mais nada!

**LM:** Ok... em advogado gastou quanto?

**E6:** O advogado foi bastante consciencioso... ele é uma pessoa atenciosa... não me levou assim muito... paguei uma média de cinco mil euros, seis mil. Foi o que ele me levou.

**LM:** Fazendo contas muito por alto, as despesas já vão quase em 10 mil euros. Também teve de pagar a um solicitador...

**E6:** Sim. Mais 400 euros.

**LM:** E recebeu 18 mil de indemnização... Acredita no sistema? Acha que o sistema está com as vítimas?

**E6:** Não. De forma alguma! Não acredito no sistema, não acredito na justiça, não acredito em nada disto. Eu costumo dizer que isto está bom é para quem mata. Isto está melhor para quem mata do que para quem rouba, porque tenho visto casos de pessoas que roubam tão pouco e têm de pagar tudo... aquele gajo fez o que fez e não pagou nada. O dinheiro não traz nada de volta, mas se ele as fez, tem de as pagar.

**LM:** O que é certo é que o ( Homicida 6) tinha uma série de bens em nome dele e da mulher, porque tanto quanto eu sei ele era casado. Pelo que sei, actualmente esses bens são só da mulher. Como é que ele fez isso? Divorciou-se da mulher?

**E6:** Eu acho que sim. Divorciou-se da mulher para passar as coisas para o nome dela.

**LM:** O que quer que seja que tenha acontecido, aconteceu nas barbas da justiça...

**E6:** Exactamente! Nas barbas da justiça! Fez tudo a mando da advogada dele, à frente de toda a gente e ninguém fez nada. Tudo nas barbas da justiça!

**LM:** Tudo isso terá sido feito depois da detenção... ele já estava fortemente indiciado por três homicídios...

**E6:** Porque é que não lhe penhoraram os bens? Porque é que não lhe penhoraram o ordenado dele? Porque é que não o privaram de fazer essa divisão dos bens? Porquê?!

**LM:** É que o cabo ( Homicida 6) tinha duas casas... uma na Figueira da Foz e outra em Santa Comba Dão...

**E6:** A casa da Figueira da Foz, a mulher dele deixou de pagá-la quando ele foi preso. Na altura do julgamento estava lá a advogada do banco para cobrar a dívida. E entretanto sei que essa casa já foi vendida.

**LM:** Não deixa de ser irónico que a casa tenha sido vendida para pagar ao banco e que os pais das vítimas não tenham recebido nada... mais uma vez nas barbas da justiça e nas barbas das vítimas...

**E6:** Eu lembro-me de ter dito ao advogado que ele estava a tirar os bens de casa. Não era melhor ter penhorado alguma coisa? Ele disse-me que eu não iria querer herdar um móvel e uma cadeira do ( Homicida 6)... mas tudo isso é dinheiro...

**LM:** O problema também é que não há um sistema eficaz para converter esses bens em dinheiro que se possa entregar às vítimas, porque se calhar a ( E6) teria mesmo de herdar as cadeiras e vendê-las no OLX...

**E6:** (Gargalhada) Pois, claro que sim...

**LM:** Então diga-me aqui outra coisa... o homem é condenado a 4 de Julho de 2007, a 25 anos de prisão. Por esta altura já cumpriu mais de 16 anos de pena. Provavelmente vai sair ao fim de quase 21 anos. Não deve sair antes, mas nessa altura deve sair...

**E6:** Mas já teve uma precária... já andou a respirar ar puro! E a mulher e o filho podem visitá-lo sempre que quiserem. Uma vez a mulher dele teve a lata de ir ao supermercado onde trabalha a minha nora e, em voz alta, dizer que ia levar aquela fruta boa, porque o marido gostava muito daquela fruta.

**LM:** O filho do Costa era amigo do seu filho. Alguma vez ele ou a mulher dele vieram pedir-lhe desculpa?

**E6:** Não. Nunca. Ele às vezes passa por nós e ainda olha de lado, parece que está com ar de gozo...

**LM:** Nunca mais passou à frente da casa dele... e era um caminho habitual para si...

**E6:** Nunca mais! E era o meu caminho habitual.

**LM:** Não passa porque não quer recordar, ou não passa por medo de perder a cabeça e ainda fazer alguma asneira.

**E6:** Não quero recordar... não quero recordar. E nem os quero ver! Eu aqui há uns três anos ia perdendo a cabeça... ela vinha ali na Avenida Sá Carneiro... ela vinha para casa a pé e eu ia para o cemitério. Eu quando a vi, acelerei o meu carro e pensei: “vou matá-la”! Eu sei que ia rebentar com a carrinha e que não conseguia matá-la... mas ela quando me viu a acelerar, saltou para o outro lado e nunca mais a vi. Fugiu de mim e nunca mais a vi!

**LM:** E quando o senhor ( Homicida 6) sair da prisão? Como é que vai ser? Já deve ter pensado nisto mais de mil vezes...

**E6:** (Suspiro) Não sei... será que ele tem coragem de vir para aqui? Muita gente fala nisso. Uns dizem que ele não tem coragem para vir para aqui, outros dizem que se ele teve coragem de as matar, também tem coragem de vir para Santa Comba. Não sei qual vai ser a minha reação quando o vir, mas provavelmente não vai ser muito boa... Acredite que eu tenho noites em que não durmo. Aqui há uns tempos estava acordada à noite a pensar: “como é que eu vou destruir a casa dele? Eu vou daqui de noite, levo gasolina num pote e vou deitar fogo à casa dele...” - andei com aquilo enfiado na cabeça, até que um dia decidi que não ia fazer isso. Ele há-de ter um fim triste! Outras noites ponho-me a pensar que a minha filha podia ter uma vida boa, podia estar bem, podia estar casada... e aquele cabrão está, come e bebe, respira o ar que faz falta a muita gente e bebe a água que faz falta a muitos pássaros! Como é que aquele homem consegue estar cá?! Como é que morre tanta gente boa que faz falta à humanidade e este gajo não desaparece?!

**LM:** Não há nenhuma lei que impeça o ( Homicida 6) de sair da cadeia e de ir viver para perto da sua casa... 300 metros, 4000 metros? Como é que encara isso?

**E6:** Não há nada que o impeça de vir... há muita gente aí que diz que não vai aceitar. Também pode ser só conversa das pessoas, mas há muita gente que diz que não vai aceitar.

**LM:** E a (E6)?

**E6:** Eu não aceito. Não consigo aceitar isso... nem que quero lembrar que isso pode acontecer. Não sei como é que vou fazer. Não sei, não sei como é que vai ser a minha reação.

**LM:** Há pouco disse que havia noites em que não dormia. Isso acontece ainda hoje?

**E6:** Acontece! Acontece... pela lei da vida nós estamos preparados para ir à frente dos filhos. Não há momento nenhum que a gente não se lembre de um filho que morreu. Não é os filhos que têm de ir à nossa frente, ainda mais da maneira que foi. Não se aceita esta situação. Não se consegue aceitar.

**LM:** Um pai perder um filho deve ser a coisa mais contra-natura que existe...

**E6:** Nós ficamos partidos, ficamos sem nada, ficamos sem chão, é o mundo que desaba em cima de nós! A gente não sabe para onde se há-de virar, não sabe o que há-de fazer. Ficamos de pés e mãos atados, ficamos loucos. Como lhe disse, eu perdi o nome dos meus filhos... ficamos loucos!

**LM:** Se pudesse mudar algo na forma como o sistema apoia os pais das vítimas, o que mudaria em primeiro lugar?

**E6:** A primeira coisa que mudava era a lei da prisão para estes casos assim. Ou era prisão perpétua ou então matá-los. Depois, ajudas... as pessoas precisam muito de ajuda, muito apoio. Não só monetário, mas também psicológico... nós ficamos completamente desorientados. Eu tive tantos problemas depois disso... olhe, fui operada de urgência à vesícula, que eu já tinha problemas de vesícula. Em menos de um ano inchei e tive de ser operada de urgência... no ano seguinte deixei de ouvir... quando cheguei ao hospital o otorrino perguntou-me o que aconteceu e eu disse que deixei de ouvir e que comecei a perder liquido dos ouvidos. Ele disse: "houve aqui algo muito grave, algum trauma na sua vida que lhe matou aqui este sistema todo". Eu depois contei-lhe a situação e ele explicou que quando eu tive o problema, que me esqueci do nome dos meus filhos, que tinha a minha cabeça como se tivesse água... eu abanava a cabeça e parecia que era como se fosse uma garrafa a abanar, com água a abanar... não podia ouvir ninguém... e segundo o médico, já nessa altura aconteceu aqui alguma coisa que marcou tudo. Eu deixei de conduzir, porque nem sequer conseguia ouvir o motor do carro. O simples barulho de um saco de plástico, eu não conseguia ouvir. No espaço de quatro meses, levei duas anestésias gerais, fui operada aos dois ouvidos, de urgência. Tudo isto me matou! Depois fiquei com sequelas, fiquei com o síndrome vertiginoso... já caí de um escadote e tive de por uma prótese no ombro. Eu não tinha nada disto! Hoje tomo medicação que nem é comparticipada. Não há medicação que

me oriente bem a tensão, sem ser aquela que não é compartilhada. Por isso é que eu digo que é preciso muito apoio!

**LM:** Se pudesse dizer alguma coisa ao ( Homicida 6), o que lhe diria?

**E6:** Primeiro perguntava-lhe porquê. E porque é que ele não matou as mulheres da família dele. Mas primeiro perguntava-lhe porquê. Sei lá... tinha tanta pergunta para lhe fazer... mas primeiro perguntava-lhe porquê. Aliás, eu em tribunal perguntei-lhe isso quando ele passou por mim. Perguntei-lhe: “porque é que fizeste isso? Tu envergonhaste uma terra, envergonhaste uma instituição!” - e ele só olhava para mim com ar de desprezo.

**LM:** A sensação que dá à maioria das pessoas é que a partir do momento que o criminoso é apanhado, a questão está resolvida. Que está feito. Mas não é assim...

**E6:** Não está feito nada! A partir daí é que se desenrolam os problemas todos! É uma coisa fora do normal... não consigo explicar o que se sente, o ódio, a revolta, não consigo... ele está cá a comer e beber, mas coitada da minha filha que já foi! Nós estamos ao Deus-dará... fiquei muito fragilizada com isto tudo. Não posso ver crianças a sofrer... ainda hoje quando vejo as crianças na guerra da Ucrânia, às vezes tenho de me levantar da mesa e ir chorar. Não consigo... não consigo...

## TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA (E7)

**Luís Maia (LM):** (E7), isto começa a 11 de Dezembro de 2014...

**(E7) :** Foi o dia que mudou a minha vida por completo. Era um dia normal de trabalho, cheguei a casa... a (Vitima 7) tinha ligado às 13h25 a dizer que ia apanhar o autocarro para casa. Foi a última vez que ouvi a voz dela. Eu saí às 17h do trabalho, apanhei boleia com uma colega, cheguei a casa e entrei... o portão de fora da casa estava aberto e quando fui a entrar em casa estava tudo fechado e eu não tinha levado as chaves de casa, porque à partida a (Vitima 7) já estava em casa. Liguei então para aquele ser, não sei como lhe hei-de chamar... estou a falar do pai da minha filha mais nova...

**LM:** Que era o seu companheiro...

**E7:** Era o padrasto da (Vitima 7), o meu companheiro na altura há quase sete anos... e ele disse que as chaves ficaram no sítio onde a gente as costumava pôr. E eu perguntei: “viste a (Vitima 7)?” - e ele disse que não. Ali não suspeitei de nada porque não havia nada para suspeitar. Entrei em casa e achei que estava tudo bem... a televisão estava ligada, fui ao quarto dela e vi a mochila dela em cima da cama. A (Vitima 7) tinha treino de patinagem às 17h30 e normalmente quem a levava era eu... ou às vezes também ia de boleia com alguns colegas. Eu nem reparei que ela tinha o saco dos patins no quarto, só depois é que dei conta.

**LM:** Na altura terá imaginado que ela saiu com algum colega...

**E7:** Exactamente. Liguei para ela, ela tinha dois telemóveis na altura e estavam ambos desligados, mas não me preocupou. A (Vitima 7) sempre foi uma menina muito responsável. A (Vitima 7) quando não conseguia contactar dos telemóveis que ela tinha, pedia sempre o telefone a alguém para me contactar, portanto até àquela hora eu estava descansada. Entretanto, o tempo foi passando... por volta das 18h30 chega a minha pequenita ao colo do pai. Ele nunca ia buscá-la ao infantário... trouxe a miúda...

**LM:** Aquilo foi uma alteração à rotina dele?

**E7:** Exactamente. Bem, o tempo foi-se passando, com a lida normal de fazer o jantar, dar banho à pequenita... aquela rotina diária, até que começa a cair a noite... a (Vitima 7) chegava normalmente às 20h30 ou 20h45, porque vinha sempre de boleia com outras colegas... começa a passar da hora e eu ligo para uma das delegadas da patinagem e essa delegada diz que não está em Aljezur, que está em Portimão. Liguei para a outra delegada, não me atendeu o telefone. Liguei para o treinador e ele não me atendeu o telefone, talvez porque ainda devia estar no final do treino. Sei que o treinador depois devolveu-me a chamada, já muito perto das 21h... e eu perguntei. “(Treinador), a (Vitima 7) foi ao treino?” - e ele disse que não e que até tinha achado estranho, porque a (Vitima 7) nunca falhava um treino da patinagem, só se estivesse doente, ou se tivesse teste no dia a seguir. Quando ele diz que a (Vitima 7) não foi ao treino, aí já começa a despertar tudo... entretanto vou ao quarto e vejo o saco de treino dela, com os patins lá dentro... a ligar para os telemóveis dela, que estão desligados. Começo a ligar para colegas dela de escola, amigos, amigas... nada. Entretanto liguei para uma colega de trabalho que morava ali perto e ela veio logo ter comigo a casa. Começo a ligar para todo o lado e ninguém sabia da (Vitima 7). Entretanto começam a aparecer ali pessoas... e houve uma altura que a minha pequenita adormeceu e o fulano diz-me assim: “eu vou dar aí uma volta para ver se encontro a (Vitima 7)”. Luís, eu pus-lhe a mão no meu peito e disse-lhe: “traz a minha filha para mim!”. Eu não sei precisar quanto tempo é que ele levou, não foi muito tempo, mas levou algum tempo... quando ele voltou, eu não sei explicar, mas tive essa sensação, até disse isso ao colectivo de juizes... quando ele chegou eu pus a mão no meu coração e disse que aconteceu alguma coisa à minha filha. Eu ali senti alguma coisa, não consigo dizer o quê, mas senti uma angustia enorme... e ele veio ter comigo, abraçou-se a mim, deu-me um beijo na cabeça e disse: “calma amor, que a nossa menina já volta”. E eu disse, que não, que ia participar o desaparecimento da minha filha. Fui buscar uma fotografia da (Vitima 7) e desloquei-me para o posto da GNR de Odeceixe. Quando lá cheguei estava um cabo que também tinha o filho na patinagem, toda a gente conhecia a (Vitima 7)... também são meios pequenos. E eu logo quando dei o desaparecimento

da (Vitima 7), o cabo disse para ter calma, que ela devia estar em casa de alguma amiga. E eu disse que não... isto não é normal. Ela avisava-me...

**LM:** Ela tinha mesmo os telemóveis com ela, certo?

**E7:** Sim. Só apareceram depois.

**LM:** Estavam desligados, ou ela não atendia?

**E7:** Estavam desligados. Não era normal... quando eu saí do posto, o cabo disse-me que quando chegasse a casa ia ter dois carros da GNR à espera. E assim foi. Até pode ter havido alguma falha, mas eles entraram à procura da (Vitima 7) logo naquele momento. Logo nessa mesma noite, os agentes da GNR de Aljezur e de Odeceixe, juntaram-se à procura da (Vitima 7). Isto foi numa quinta-feira... sexta-feira de manhã fui ao posto da GNR. Fui chamada pelo sargento...

**LM:** Conseguiu pregar olho nessa noite?

**E7:** Não. Não consegui pregar olho. E houve muitos mais dias empregar olho. estive cinco meses em que não conseguia dormir. Bem,... a partir dali, os agentes estiveram o dia todo à procura de (Vitima 7). No Sábado de manhã, o sargento liga a dizer que me quer a mim e ao meu companheiro, às 12h no posto da GNR de Odeceixe. Mas eu pelas 7h lembrei-me de contactar um ex-patrão que tive aí em Lisboa e disse que a minha filha estava desaparecida...

**LM:** O doutor era advogado?

**E7:** Era médico de medicina dentária. Ele tem muitas pessoas conhecidas na Policia Judiciária e pedi-lhe que me ajudasse a procurar a minha filha. Ele disse-me para dar os dados da menina e eu dei os dados todos. Passado uma meia hora ligou-me e disse: "(E7), a Policia Judiciária vai ter contigo hoje". Pronto... e assim foi. Chegaram dois inspectores da Policia Judiciária pelas 17h. Identificaram-se, falaram comigo, foram excelentes e no decorrer da conversa, um deles disse: "(E7), esta é a casa dos seus pais? Há outra casa?" - e eu digo - "sim, há a minha casa". Como os meus pais têm outra casa no Laranjeiro, na margem sul e ausentavam-se também da casa deles aqui no Algarve no Rogil, eu passava temporadas tanto na minha casa como na casa dos meus pais para a casa não estar fechada. E eu nessa altura

estava em casa dos meus pais, para a casa também não estar fechada. E eu, nessa altura, estava em casa dos meus pais, que fica a seis quilómetros da minha casa. Pronto, os inspectores disseram que queriam ir a minha casa. Ora, nós tínhamos uma habitação e um anexo... quando fui buscar as chaves, eu só tinha as chaves do anexo. As chaves da habitação tinham desaparecido todas. Mais um motivo para irmos rapidamente à minha casa. Eu fui com os inspectores, mais um primo meu... quando chegámos lá um dos inspectores disse que tinham de arrombar qualquer coisa para entrar dentro de casa. Eu disse: “partam a a casa toda, eu quero é a minha filha!”. Foi partida uma janela da sala... entrou o inspector, a seguir entrei eu.... a casa estava intacta, estava tudo normal... quando chegámos ao meu quarto, não havia cortinados, não havia roupa de cama e os inspectores mandaram-me sair de casa. Ligaram para um colega e esse colega ao fim de menos de meia hora estava lá com uma carrinha... apagaram as luzes de casa, acenderam uma luz que eu não sei dizer que tipo de luz é essa... parece, assim, um violeta...

**LM:** Talvez um infra-vermelho...

**E7:** Sim... e disseram-me que amanhã de manhã, vinham para cá com uma equipa. A Policia Judiciária desviou sempre de estar ali. Já dentro do jipe da Judiciária, um dos inspectores deu a matricula do carro, não sei... penso que seria para ser dado o alerta ao nível de fronteiras...

**LM:** Ó (E7), perdoe-me a interrupção... mas o cavalheiro que vivia consigo entretanto desapareceu, certo?

**E7:** Pois... eu já estou a ir um bocadinho mais à frente. Então no Sábado de manhã, tínhamos de estar às 12h no posto da GNR de Odeceixe. Então, quando eu ligo para o meu ex-patrão a pedir ajuda para encontrar a minha filha, porque ele tinha conhecimentos na Judiciária, ele ouviu esta conversa. Então, passado um bocado disse que tinha de ir comprar umas botas, porque tinha os pés frios e que só tinha ali aqueles ténis. Eu nem sequer liguei à conversa do fulano... não estava virada para aí. Ele foi... e não veio mais! Entretanto foram passando as horas, eu ainda liguei para ele e ele ainda me atendeu o telefone... e disse para ele não se esquecer

que às 12h tínhamos de estar no posto da GNR de Odeceixe. Ele disse: “está bem amor, vou já!”

**LM:** Que violência...

**E7:** Nunca mais atendeu o telefone...

**LM:** Se bem me recordo, ele fugiu no seu carro...

**E7:** No meu carro! Eu tinha dois carros. Tinha uma carrinha e um carro, um mercedes e ele fugiu nele. Eu comecei a ligar para ele e ele tinha o telefone desligado. O sargento ligou-me e eu pedi desculpa porque estava à espera do meu companheiro... ele ainda não chegou. Mas depois já era uma e tal da tarde e eu pedi à minha afilhada para me levar ao posto, porque ele não vem! No caminho para o posto a minha afilhada pôs-me a mão em cima da perna e diz-me assim: “ai madrinha, eu estou aqui a pensar uma coisa” - e eu digo - “pois, olha aquilo que estás a pensar, eu também estou!”... porque a gente nunca quer encarar a realidade...

**LM:** E deve ser terrível chegar a uma conclusão dessas...

**E7:** É... é... eu quando chego à porta do posto, lembro-me perfeitamente do... eu acho que ele era comandante... não lhe sei precisar... era da investigação criminal. Ele diz-me: “o seu companheiro?” - e eu disse - “não sei”. Mandou-me entrar e o sargento depois veio e diz: “onde é que está o seu companheiro?” - e eu disse - “não sei!! Ele não atende o telefone, saiu com o meu carro, fui à procura dele com a minha afilhada antes de vir para aqui e não o encontrei em lado nenhum”. E ele: “não acha muito estranho o seu companheiro não atender o telefone? Dê-me lá o número de telefone do seu companheiro e dê-me a matrícula do carro!”. Dei o número de telefone e dei a matrícula do carro. Ó Luís, isto ficou assim, mas ficámos logo a achar que ele estava relacionado com tudo o que se estava a passar. Pronto... entretanto veio a tarde, vieram os dois inspectores da Judiciária... vêem que alguma coisa não está bem lá em casa, depois de terem chamado a policia científica... durante a noite de Sábado, estava sentada na sala, acompanhada de um primo meu e da mulher, da minha afilhada e dá-me um baque para ir ver o ouro que a gente tinha em casa. Vou ao quarto onde a (Vitima 7) dormia e ela tinha uma

caixinha onde tinha o ouro dela todo, o meu e o da irmã... estava completamente vazia. Fui ao quarto dos meus pais, que eu sabia onde eles tinham o ouro... vazia! Não há ouro nenhum em casa! Ligo para a GNR, como a GNR andava ali na zona à procura da (Vitima 7), logo chegou ali um carro com dois agentes... eu estive a explicar a situação aos agentes e um deles diz-me: “ó minha senhora, será que a sua filha não fugiu com o namorado, não está grávida?” - eu até quase me exaltei com esse agente! A minha filha fez testes médicos para a federação, porque ela era federada e se ela estivesse grávida dizia-me! Não há segredos. A (Vitima 7) não me escondia nada, a (Vitima 7) era uma miúda muito transparente. Até um professor dela que assistiu às sessões de julgamento disse que a (Vitima 7) falava com os olhos, percebia-se logo quando não estava bem. Quanto a ele, estamos a falar de um ser que nunca manifestou nada de anormal, teve sempre um comportamento normalizado, nunca nos maltratou... quando bebia um copo ou outro, ele alterava um bocado a forma de falar, mas que fosse agressivo, não.

**LM:** Houve uma altura em que ele partiu uma televisão lá em casa?

**E7:** Sim. Isso é verdade, ele partiu uma televisão e umas coisas lá em casa e eu nessa altura até ponderei em não voltar a relacionar-me com ele. Mas tinha uma filha de sete meses, que isso não é desculpa, ó Luís...

**LM:** Não é desculpa, mas é uma circunstância que pode condicionar uma pessoa...

**E7:** Ele pediu-nos desculpa e voltei a estar com o pai da minha filha... se fiz bem ou mal, Luís, não sei...

**LM:** Ninguém consegue adivinhar o futuro.

**E7:** Pois não. E uma coisa que aprendi com a partida da minha filha e olhe que tenho aprendido muita coisa com a partida da (Vitima 7), mas uma delas é que nós não conhecemos ninguém! Podemos estar uma vida inteira ao pé de uma pessoa, mas nós nunca a chegamos a conhecer, porque a mente humana transforma-se num ápice. E assim foi.

**LM:** E tem recantos obscuros que se revelam nas piores oportunidades...

**E7:** É verdade. Vem domingo, o dia que... eu não sei... não sei explicar o que senti ao final desse dia...

**LM:** Permita-me apenas perguntar o seguinte: Tendo em conta o desaparecimento da sua filha, tendo em conta o desaparecimento do seu marido, alguma vez imaginou um cenário tão negro como aquele que veio a encontrar depois?

**E7:** Não. Eu falo por mim. Nunca me passou pela cabeça um desfecho assim. Nunca! Pensei que ela se tinha escondido em algum lado... ou que ela fugiu por estar com medo de alguma coisa... porque ele lhe fez mal, ou a violou, ou alguma coisa do género e estava com medo de aparecer... ou ele a raptou... eu pensei muita coisa, agora ao ponto de ter tirado a vida da minha filha, não. Apesar de eu ver que a situação era grave, mas nunca ao ponto de pensar que a minha filha já não estava entre nós... Então os inspectores no domingo foram lá para casa e à tarde começa a juntar-se muita gente lá em casa. E houve um rapaz, companheiro da mãe de uma prima minha, que diz assim: “passamos agora ali à tua casa e estava lá o INEM!” - e eu naquela inocência... “ai, será que já encontraram a (Vitima 7)?!”.

**LM:** E esperança também...

**E7:** Exactamente! E depois a mãe da minha prima disse ao rapaz para estar calado. Mas aquilo era um entra e sai, mas não havia qualquer conversa... eu hoje sei porque é que estava ali tanta gente, na altura não sabia... é que houve uma fuga de informação por parte dos bombeiros de Aljezur. E claro que aí foi redes sociais e foi aquele filme todo. Entretanto vem o jipe da Judiciária a alta velocidade, pedem-me logo para ir com eles... eu fui... e sou interrogada por eles durante quatro horas e meia. Ao fim dessas quatro horas e meia, o chefe da brigada de homicídios disse para irmos ali para outra sala... eu achei estranho quando o chefe de brigada me deu um documento que ele disse que tinha de assinar e assinei aquele papel... falava qualquer coisa de indemnização e eu ainda pensei que calhar já encontraram a (Vitima 7) e é indemnização pelos danos morais causados na miúda. Mas não era nada disso... quando fomos para a outra sala o inspetor disse: “(E7), está na hora de saber a verdade” e eu disse “que verdade inspecor?” - e ele disse:

“encontrámos o corpo da (Vítima 7)”. Olhe, ó Luís, ali acaba tudo! Eu sei que desfaleci para o chão, eu queria respirar e não tinha ar para respirar... ao mesmo tempo o choque é tão grande, que parece que fiquei ali num estado de amnésia. É que uma pessoa está a viver a situação mas é como se não estivesse... isto não é verdade! Tanto que eu pedi por tudo para não selarem o caixão da minha filha. Eu tinha de ver para crer. E eles não queriam. E eu pedi por tudo que não me façam isso. Então eu depois deparei-me com a realidade porque até àquela hora de ver aquele caixão e ver a minha filha vestida de branco, deitada como se estivesse a dormir, eu não acreditava... eu não queria acreditar! E quando me deparei com aquela imagem, eu quis agarrar-me a ela e beijá-la, mas não me deixaram. Só me disseram para dar um beijinho nos meus dois dedos indicadores e encostar-lhe na cara. Assim fiz e desfaleci ali. E depois tive um ataque de raiva e de ódio tão grande, que eu liguei para a Polícia Judiciária de Portimão e exigi falar com o inspetor que ficou com o caso da (Vítima 7) e disse: “apanhe esse monstro e mate-o!” - eu desejei a morte daquele ser. Eu tive a palavra “matar” na minha mente durante muito tempo. Eu tive muito ódio, eu tive muita raiva, porque depois fui muito julgada também pelas pessoas, porque ele era de nacionalidade romena. Eu fui muito julgada por causa disso... e inventaram tanta coisa acerca de mim, que eu passadas duas ou três semanas peguei na carrinha e pensei: “já chega, eu não estou aqui a fazer nada!”. E fui em direção a uma praia que há no Rogil que é praia do Vale dos Homens e pus a carrinha num precipício. Era para cair, pronto! Pus a carrinha engatada em primeira, agarrei no volante, olhei para o céu e disse: “(Vítima 7), a mãe vai ter contigo agora!” Mas automaticamente veio-me à mente a imagem da minha filha (Irmã 7), a minha pequenita e digo: “não, eu não posso fazer isto”. Pus marcha-atrás na carrinha muito devagarinho, com medo de cair... aí já estava com medo e essa semana já não a levei mais para o infantário, para não ter esse tipo de pensamentos.

**LM:** Nessa altura em que pensou tirar a sua própria vida, conseguiu conversar com alguém?

**E7:** Eu não fui logo na altura... logo no dia em que se soube que a (Vítima 7) tinha falecido, veio logo uma equipa de psicólogos pelo município de Aljezur que

intercederam, mas eu não queria falar com ninguém. A minha mãe sim, falou com uma das psicólogas, mas eu e o meu pai, não. Quando eu tive essas ideias, eu depois passado uns dias, fui à procura de uma psicóloga. E ainda lá fui três vezes. Mas houve um dia em que saí do consultório e disse: “não... eu venho para aqui chorar, falar daquilo que aconteceu... eu tenho é de encarar a realidade, custe o que custar”...

**LM:** A (E7)há pouco disse que durante algum tempo desejou a morte ao homem que matou a sua filha. Isso passa? Hoje já não lhe deseja morte?

**E7:** Não. Não, porque eu vi a justiça do homem feita. Eu não sigo nenhuma religião apesar de ser batizado católica porque os meus pais me batizaram... eu fiz um trabalho grande comigo, a nível espiritual que me fez muito bem, hoje tenho a minha fé... a justiça do homem está feita... aquilo que tiver de ser, será. E se tiver de lhe acontecer alguma coisa, acontecerá. Já não me pertence Luís. Apesar de estar constantemente a ouvir de tanta gente que nunca mais o apanhavam... isso até foi dito por advogados na comunicação social, na televisão, que seria muito difícil apanhar entre fulano, que se tivesse ido para o país dele, facilmente obteria uma identidade falsa. Toda a gente me dizia que este fulano nunca mais seria apanhado. Mas a Polícia Judiciária, o inspector que ficou com o caso da minha filha deu-me sempre a esperança que o iam apanhar. E ao fim de dois anos foi apanhado! Foi um trabalho excelente! Segundo o inspetor que ficou com o caso da (Vitima 7) foi um trabalho muito bom de equipa aqui e na Roménia... diz que eles foram incansáveis. Aquilo que eu queria ver, eu vi. Agora já não penso em lhe desejar a morte. Eu estava a destruir-me por causa do ódio e da raiva que eu tinha. Eu estava a ficar doente, por causa de uma pessoa que não merece que eu adoça.

**LM:** E hoje consegue aceitar a morte da (Vitima 7)?

**E7:** Nunca se aceita, Luís. É reaprender a viver com a ausência de uma, porque tenho a outra... a (Irmã 7) não substitui a (Vitima 7). A (Vitima 7) é a (Vitima 7). A (Irmã 7), é a (Irmã 7). Se eu não tivesse a (Irmã 7) eu não sei como seria, Luís.

**LM:** Conseguir chegar a um patamar em que não se consome pelo ódio, deve ser um esforço titânico...

**E7:** Felizmente tenho uns pais maravilhosos, que além de são amigos, companheiros, confidentes... para além deles tenho os meus amigos que estão ali... a própria Policia Judiciária, que deu-me apoio, muito apoio, sem dúvida. O inspetor que ficou com o caso da (Vitima 7), a gente acabou por criar uma amizade, o que é muito raro... e hoje tenho uma amizade com o inspetor e a sua família... hoje atrevo-me a dizer que somos amigos, porque somos... mas a atitude teve de partir de mim. Eu posso ter toda a gente a tentar levantar-me, mas se eu não tiver a atitude, eu não vou lá. E eu sei que a melhor maneira de honrar a minha filha é assim. Não lhe vou dizer que não há dias em que não me vou abaixo, em que só me apetece chorar, não lhe vou dizer que não há dias em que sinto um aperto no peito e que até pergunto o que é que ando cá a fazer, mas depois digo: “não... tens muito a fazer aqui ainda, tens uma filha aqui ao teu lado que precisa de ti”. E esta é a melhor forma de honrar a (Vitima 7)... todos os dias de cabeça erguida e... a viver... uma ia de cada vez. Fica sempre aqui um vazio, mas posso dizer que me divirto, vou passear com a minha família, gosto muito de conviver, de estar com amigos, de conversar, de partilhar... tenho mães que muitas vezes mandam mensagem... falo com elas... depois estou a trabalhar na clinica (namorado), que é uma clinica de fisioterapia, as pessoas que vão lá estão com dores... então esta tudo mal, ou é a vida, ou é o marido, ou é o trabalho... então já vêm com dois ou três anti-depressivos e eu... “mas você é tão nova e já anda a tomar isto?”... e depois acabo por dar o meu exemplo e as pessoas acabam por me abraçar e até dizem que se sentem mal por estarem a dizer que estão mal. Elas estão bem. Estão muito bem! Por isso, de alguma forma, estou a ajudar estas pessoas, por isso a (Vitima 7) continua aqui em missão. Outra coisa é que aprendi a não lamentar e a vitimizar. Eu não sou uma mãe qualquer, eu sou uma mãe que tem um anjo no céu. Antes da (Vitima 7) ter partido eu tinha uma forma de estar, hoje eu tenho outra forma de estar. Nós perdemos tempo com coisas tão pequeninas... nós somos uns sofredores por antecipação e está-se a perder tempo com isso. Nós temos é de viver cada minuto, porque o dia de ontem já não volta, ontem foi terça, hoje já é quarta e amanhã é quinta mas eu não sei se vou lá estar. Então o que é que a gente tem? A gente só tem o agora.

**LM:** A Polícia Judiciária, depois do seu depoimento de quatro horas, contou-lhe a verdade. Mas o que era a verdade naquela altura? O que é que lhe contaram? Que detalhes lhe forneceram?

**E7:** Disseram só que tinham encontrado o corpo da (Vitima 7). Não disseram mais nada. Nunca mais saiu da minha mente a expressão daquela face, até hoje, porque também, são pais. Isto aconteceu num domingo e na segunda feira eles vão lá já com o inspetor que iria ficar com o caso e ele disse: “(E7), sei que não deverá gostar de me ver”... e eu disse: “não inspetor, é o seu trabalho”. Eles tiveram sempre um grande cuidado comigo.

**LM:** O contacto com o sistema nem sempre é fácil, mas pelo menos o seu contacto com a policia correu bem...

**E7:** Aliás, o inspetor que ficou com o caso da (Vitima 7), ele chegava a ligar para mim só para saber como é que eu estava e como é que a (Irmã 7) estava...

**LM:** Este tipo de situações pode, no entanto despertar uma série de necessidades nas pessoas que passam por elas, sejam económicas, emocionais, psicológicas, laborais, financeiras, jurídicas... enfim podíamos ficar aqui mais tempo a elencar...

**E7:** A nível de trabalho eu fiquei logo dois meses de baixa, mas depois fui ao centro de emprego porque a própria empresa deu-me o papel para o subsidio de desemprego.

**LM:** Mas despediram-na?

**E7:** Sim.

**LM:** O que é que fazia na altura?

**E7:** Eu estava a trabalhar numa fábrica holandesa. No dia do funeral da (Vitima 7), a fábrica fechou e disponibilizaram transporte para todo o pessoal ir ao funeral da minha filha. Foram impecáveis. Eles deram-me esse papel para eu ir para o fundo de desemprego...

**LM:** Então foi despedida porque pediu para ser despedida?

**E7:** Sim. Eu não estava em condições. Eu logo na altura não sabia se ia ficar no Algarve, se ia voltar para a margem sul. E eu não queria estar a enganar as pessoas... então eles fizeram-me isso. Naqueles dois meses que estive de baixa, recebia duzentos e poucos euros e ninguém vive com duzentos e poucos euros... não consigo dizer ao certo, mas era duzentos e trinta e pouco, não chegava a 240.

**LM:** E veja, numa altura em que precisava, por exemplo, de um advogado. Foi procurar algum?

**E7:** Ofereceu-se um advogado que era amigo dos meus pais. Veio ter comigo e disse que seu eu quisesse, que me representava.

**LM:** Gratuitamente?

**E7:** Sim. Ele era estagiário na altura e foi ele que me tratou de toda a parte burocrática para a segurança social, eu não tratei de nada...

**LM:** Mas do ponto de vista institucional veio alguém ter consigo, para lhe oferecer um advogado?

**E7:** Veio um senhor do partido da CDU lá de Aljezur, veio a casa dos meus pais, era um senhor alemão que há muitos anos está em Aljezur... porque houve um dia que me inscrevi no partido, para porem o meu nome lá numa lista, porque uma amiga minha era da CDU, mas eu nem ligo nada a política... e esse senhor veio à casa dos meus pais dizer que se tivesse alguma necessidade financeira, ou se precisasse de algum apoio, que os camaradas estavam do meu lado. Foi assim que me foi dito.

**LM:** Muito bem. Mas isso é a sociedade civil. Não é o sistema a servir de respaldo para si. O sistema deu-lhe algum apoio?

**E7:** Não. Isto foi solidariedade. Então... vou-lhe dizer mais Luís... entretanto ao fim de cinco meses decido vir para casa de uma prima minha da parte do meu pai, porque eu não me sentia bem onde eu estava devido aos julgamentos que me faziam...

**LM:** Julgamentos porquê?

**E7:** Porque eu não fui suficientemente cuidadosa, porque tinha posto um estrangeiro lá em casa, que ele maltratava a minha filha. Aquilo que disseram a meu respeito foi do pior. Era uma mãe monstruosa e só quando dei uma entrevista na televisão é que virei a uma mãe santa, uma mãe guerreira... grande mãe... isto é um à parte... então eu vim para Lagoa, entretanto dirigi-me ao IFP de Portimão para começar a trabalhar e o director disse: “você não está em condições de trabalhar”! Eu nessa altura estava a receber o subsídio de desemprego, que sempre era mais do que a baixa, porque a baixa era duzentos e poucos euros e do subsídio recebia à volta de quatrocentos e tinha uma casa a pagar e uma filha pequenina de cinco anos, na altura, onde não tinha qualquer apoio e quem me ajudou? Claro, os meus pais!... Entretanto fui a tribunal para pedir a guarda total da (Irmã 7). Eu naquele tribunal senti-me muito mal dentro daquela sala... quando a senhora doutora juíza me perguntou, porque ela não consultou o processo... ela perguntou-me: “há quanto tempo está separada do pai? Há quanto tempo não contacta com o pai?” - claro, eu estava a chorar... a procuradora do Ministério Público chama à atenção: “ó doutora...”

**LM:** Quase não dá para acreditar...

**EM:** Aí ela começa a ver a papelada e diz: “ai o pai da criança matou a sua outra filha?!?!” - foi o descalabro!

**LM:** O homem ainda não tinha sido apanhado nessa altura?

**E7:** Não. Isto foi cinco meses depois do crime. Entretanto a (Irmã 7) tinha direito a 150€ de apoio do estado...

**LM:** Um abono?

**E7:** Não. É um apoio que eu não sei o que é Luís, porque o pai não lhe dava pensão de alimentos, o estado dava esses 150€ de apoio. Entretanto até ter saído a guarda da menina, eu conheço o (actual companheiro) e vou trabalhar para a clinica do (namorado). Então, o (namorado) dá-me um ordenado e a (Irmã 7) pede o apoio dos 150€ do estado porque o meu ordenado superava em 15€ o limite que o estado prevê para pagar o apoio. O (namorado) até me disse que me baixava o ordenado, mas eu decidi não mexer mais nisso... há-de haver crianças que precisam mais do

que a minha filha. No que depender de mim ela não há-de passar fome. Mas isto é triste, Luís... é um exemplo de como funciona o sistema.

**LM:** Percebo...

**E7:** A indemnização que pedi em tribunal foi em nome da (Vitima 7) e em nome da (Irmã 7). A procuradora do Ministério Público dirigiu-se ao colectivo de juizes e disse que uma vez que foi cortado o sonho da (Vitima 7), que não seja cortado o sonho da (Irmã 7) e assim foi uma indemnização de 110 mil euros. Claro que ele não tem nada...

**LM:** Seria de esperar que ele não pagasse... mas o estado tem um fundo de garantia que se responsabiliza... em teoria... por estas indemnizações.

**E7:** Tem sim. Mas já passaram oito anos e... nada. Não recebi nada. Vou ter de me mexer.

**LM:** Essa comissão alguma vez lhe escreveu uma carta?

**E7:** Nada. Entretanto em Lagoa mudei de advogada e fui para uma amiga do Miguel que me cobrou um preço simbólico... paguei-lhe 500 euros...

**LM:** Não me leve a mal, mas tenho de lhe perguntar outra vez... nunca ninguém veio ter consigo para ver se precisava de advogado, de apoio judiciário?

**E7:** Não... não... nunca. Nem querem saber. Eu nem existo! Até lhe digo mais... nem eu, nem a minha pequenita! Para além de ter perdido a irmã, também perdeu o pai!

**LM:** Sente que não se preocuparam consigo, nem com a sua filha?

**E7:** Nada! Era só eu e a menina e depois tive de alugar uma casa para nós as duas, porque não me sentia bem a viver em casa da minha prima. E também não podia ir para a casa onde aconteceu o crime. Só ao fim de quatro anos é que a consegui vender porque a pus numa imobiliária e eles venderam a um casal de ingleses. Também me desfiz do carro. Tive de ir buscá-lo a Córdoba, porque lá a policia não entregava o carro sem a minha presença... mas nunca tive ajuda nenhuma sem ser aqueles 150€ para a (Irmã 7).

**LM:** E depois perdeu esse apoio porque ganhava 15€ a mais...

**E7:** Ó Luís, não lhe quero mentir eu acho que ganhava uns seiscentos e poucos euros...

**LM:** Mas isso já era demasiado para receber um apoio de 150€...

**E7:** Era muito... veja bem, eu ainda hoje perdi a capacidade para ler e concentrar-me, por causa daquele embate emocional que sofri com a morte da (Vitima 7)... portanto eu não consigo estudar com a minha filha, por isso eu tenho a minha filha num centro de explicações para ela ser acompanhada da melhor forma. Também pus a (Irmã 7) na nataçã... é assim, os filhotes dão despesa... eles comem todos os dias, também gastam água, luz, gás...

**LM:** E o tribunal não decretou o pagamento de algum apoio após a condenação do arguido?

**E7:** Nada. A minha filha só tem um abono de 39€ por mês... acho que agora é 41€...

**LM:** Mas isso talvez fosse o que ela já teria por lei. Não resultou da condenação, nem desta tragédia que aconteceu...

**E7:** Exactamente. Ela já tinha isso... não recebeu mais nenhum apoio por ter perdido a irmã e o pai, para além, daqueles 150€, que entretanto também deixou de receber.

**LM:** Chegou a passar por dificuldades financeiras?

**E7:** Sim. Foi quando os meus pais me ajudaram. Eu tinha uma casa a pagar ao banco, não é...

**LM:** Se bem retive aquilo que disse, chegou a ter apoio psicológico, mas foi alguém que se ofereceu para a ajudar, certo?

**E7:** Foi através do município de Aljezur que me ofereceram apoio psicológico.

**LM:** Segurança social, ministério público, alguém a contactou?

**E7:** Nunca quiseram saber de mim nem da minha filha.

**LM:** Numa altura em que chegou a pensar em por fim à sua vida, alguém pelo menos a informou onde é que poderia pedir ajuda, caso necessitasse?

**E7:** Não. Nada. É uma realidade triste e vergonhosa ao mesmo tempo. Já nem falo por mim. Nunca ninguém se preocupou com a (Irmã 7). Eu fui a tribunal pedir a guarda total da menina, mas nunca ninguém quis saber se ela está bem ou se está mal, se come ou se não come, se vive em condições razoáveis ou não, se tem uma vida digna ou não.

**LM:** O que está escrito na lei é que as vítimas secundárias também têm o estatuto de vítima também, que é algo que só foi aprovado em Portugal em 2012...

**E7:** Mas isso é tudo mentira, é só para inglês ver. É só no papel. É tudo palhaçada.

**LM:** Pois... Lília, recorde-me por favor... o homicida é apanhado quase casualmente, certo?

**E7:** Ele é apanhado a trabalhar numa obra, sem descontos, sem nada... essa obra era num bairro bastante problemático, onde a policia até tinha dificuldade em entrar. Por isso ele até foi apanhado por um grupo de forças especiais, armados até ao pescoço. Aliás, eu lembro-me que as imagens que apareciam eram de homens com coletes, cara tapada...

**LM:** Mas foram mesmo à procura dele, ou apanharam-no por acaso?

**E7:** Não. O que eu ouvi na televisão romena é que foram mesmo ao encontro dele dele e que cercaram o bairro. Foi a mãe dele que me traduziu tudo.

**LM:** A mãe dele esteve sempre do seu lado?

**E7:** Sempre. E continua.

**LM:** Ela continua a viver em Portugal?

**E7:** Sim. Ela é casada com um senhor português que trabalha na câmara de Aljezur à vinte e poucos anos. A irmã dele também. E há sempre contacto com a (Irmã 7). Às vezes a gente vai lá almoçar com a (Irmã 7), porque ela é avó da (Irmã 7)... e também sofreu muito Luís, muito! Eu estive oito meses sem ligar a ela. Quando ele foi apanhado, ela foi visitar o filho à prisão e aquilo deu-me uma grande raiva. E houve um dia que o inspetor disse-me: "(E7), você está a fazer muito mal à sua filha. Queira Deus que um dia não se arrependa daquilo que está a fazer que eu estava a

fazer, porque mãe não tem culpa do que o filho fez... e é mãe... se fosse com a sua filha você faria o mesmo”. E eu tive de lhe dar razão, porque ele tem razão.

**LM:** Voltando à detenção dele, presumo que isso a tenha aliviado um pouco, por um lado, mas que por outro a tenha feito reviver tudo. Isso causou-lhe aqui alguma espécie de incómodo, ou de instabilidade emocional?

**E7:** Medo! Eu tive medo, porque quando ele vem extraditado para cá, ele vai ser presente ao tribunal de Lagos, mas depois ele vai aqui para uma prisão que fica em Silves, a seis ou oito quilómetros... ele estava aqui muito perto de mim e eu andava com medo. Até que depois me foi dito que eu tinha um primo que era chefe de ala na prisão de Silves. Eu não sabia... e eu contatei-o através das redes sociais... e ele disse-me que já não nos víamos há uns 30 anos. Só nos vimos em criança. Eu fui ter com ele a Silves e disse que tinha medo do que ele pudesse fazer com a (Irmã 7). “Não te preocupes que ele está ali, está preso até ir a julgamento e nada vai acontecer nem à tua filha, nem a ti”, disse ele. Aí descansei. Mas tive medo. Revivi tudo tal como o Luís disse... e com muito medo. Eu naqueles dois anos em que ele não foi apanhado e depois quando ele veio para a prisão de Silves, eu andava na rua... eu nunca ia na rua descansada. Tinha sempre a sensação que alguém me seguia, por causa da (Irmã 7). Eu tinha medo que ele raptasse a minha filha.

**LM:** Só soube realmente o que ele verdadeiramente fez à (Vitima 7), quando ele foi apanhado?

**E7:** Só depois de ele ser apanhado é que eu soube. Antes disso não. Eu sempre tive uma grande curiosidade em saber se a (Vitima 7) tinha sido violada ou não. Eu queria saber o que é que aquele animal... um animal não, porque um animal mata para se defender ou para comer... Mas eu queria saber e disse à minha advogada que queria consultar o processo, mas a minha advogada desviava-me de consultar o processo e o inspector, a mesma coisa. Mas como eu sou teimosa, eu disse que queria ir lá. E o inspetor um dia perguntou-me o que é que eu queria saber. E eu disse que queria saber se a (Vitima 7) tinha sido violada. E o inspetor disse que não, houve uma tentativa, mas não foi. Mas como eu sou teimosa, fui na mesma

consultar o processo. Só não vi as reportagens fotográficas que a PJ fez ao corpo da minha filha. Isso era estar a ser masoquista. De resto, vi. São sete volumes.

**LM:** Entretanto foi ao julgamento. Ele falou ou remeteu-se ao silêncio?

**E7:** Eu fui lá só no dia em que ia ser ouvida. Eu era a primeira testemunha a ser ouvida. Quando fui para entrar na sala, o fulano estava lá. Eu voltei para trás e disse que não entrava na sala com a presença dele... retiraram o gajo de lá. Falei... as outras sessões, as quatro sessões, eu não quis ir. Ele só falou no dia da sentença. Segundo me disseram, estava muito arrependido daquilo que tinha feito. Unicamente. Não disse mais nada.

**LM:** Isso muda alguma coisa para si?

**E7:** Não. Claro que não. Aliás, a pena dele dava 33 anos de cadeia pelos crimes todos. Mas a nossa justiça só dá 25...

**LM:** Ele chegou a dizer porque é que fez aquilo, qual foi a motivação, como é que levou a miúda para lá?

**E7:** Não. Esse meu primo guarda prisional chegou a ir falar com ele na prisão, porque houve uma altura em que o gajo estava enfiado numa cela sozinho, nunca saía de lá, só saía às vezes para a casa de banho e ir ao pátio fumar um cigarro... o gajo estava numa depressão enorme. O meu primo teve uma conversa com ele e ele diz que não sabe explicar o que é que lhe passou na cabeça. Se foi, se não... O que eu sei é que ali foi depositado muito ódio no que ele fez à minha filha. Eu sei que ele tinha traumas de infância por causa do padrasto... o padrasto era militar e não lhe fez nada bem. Nada disso justifica o que ele fez à (Vitima 7). Também penso que estes traumas um dia evidenciam-se na vida de uma pessoa, mas nada justifica o que ele fez à minha filha. Aquilo foi um acto de ódio, de raiva e ele nunca passou aquilo à (Vitima 7). Ele chegou a ligar ao pai da (Vitima 7), porque o pai da (Vitima 7) nunca ligou à (Vitima 7), a dizer-lhe para ligar à (Vitima 7) porque a filha dele estava a ficar uma adolescente, que ele tinha de arranjar tempo para a filha. E depois fez o que fez à miúda... eu não consigo ainda hoje perceber o porquê. Não consigo!

**LM:** Lembro-me que da primeira ou da segunda vez que fui aí trabalhar neste caso, falei com alguém do clube de patinagem, que me disse que quem os via aos dois, pareciam pai e filha pela maneira como se relacionavam...

**E7:** Sim, sim... Aljezur faz uma festa muito conhecida que é a noite branca. Eu tinha a pequenita e não ia levá-la. A (Vitima 7) queria tanto ir ter com os amigos e ele dizia logo que não há problema. Ele ficava com os amigos dele, ela ia ter com os amiguinhos dela, combinavam uma hora e depois vinham. Nunca houve problema! Ele ia levá-la à escola, chegou a levá-la para festas de aniversário e nunca houve qualquer problema, Luís. E a (Vitima 7), se alguma vez tivesse visto alguma reação dele ou alguma coisa, ela falava, Luís. Ela falava! Ela não tinha segredos comigo, Luís! Uma vez a (Vitima 7) foi para O MEO Sudoeste... e nós nunca cortamos totalmente o cordão umbilical com os nossos filhos... aquilo foi muito intenso para mim. Eu quando a lá deixei, disse-lhe: “eu vou ligar-te todos os dias, livra-te de não me atenderes o telefone, porque o MEO Sudoeste não vai ser pequeno para te encontrar”. E ela era muito engraçada porque ligava sempre antes de ir à praia, antes de ir a um concerto, ligava sempre. E quando eu fui buscá-la ao Sudoeste, ao fim daquela semana a acampar, a miúda estava completamente rota... nem quis jantar. Só quis uma cama... tomou um banho, dormiu o resto da tarde, a noite, no outro dia de manhã acordou bem disposta e disse que tinha uma coisa muito grave para me contar. Eu perguntei logo se ela se tinha envolvido com algum gajo. Ela disse que não... que só tinha curtido com um gajo e que pensou que ele era mais novo, mas afinal tinha 28 anos...

**LM:** Ligeiro erro de cálculo...

**E7:** “Mas só curtimos e andei às cavalitas dele lá num concerto... foi só curtir, mais nada...” então perguntei se ela tinha fumado um charro... e ela disse que não, que eu devia saber que ela era contra as drogas... e disse então que tinha fumado um cigarro. Eu disse-lhe: “olha, tu és atleta de patinagem, tás-me sempre a dar nas orelhas porque a mãe fuma, agora fica no teu critério”. Se eu fosse proibir, ela ia fazer na mesma nas minhas costas, por isso deixei à responsabilidade dela. Nós tínhamos este tipo de relação. Eu às vezes dizia para a (Vitima 7) ligar para o pai... já

que o pai não ligava para ela, ela não tinha de ser igual... e ela dizia que o pai para ela era uma pessoa indiferente, que não lhe dizia nada. Eu insistia e ela dizia: “não mãe, não o vou fazer só porque me estás a mandar”. Sempre tive uma relação muito aberta com a (Vitima 7), da mesma forma como tenho com a (Irmã 7).

**LM:** A sua vida mudou muito desde 2014. Acabou por ter de se reinventar para encontrar uma nova forma de viver...

**E7:** Primeiro foi o trabalho de auto-perdão, porque vem sempre o sentimento de culpabilidade... porque é que não reparei antes? Porque é que não vi? É horroroso!

**LM:** O apoio psicológico que teve antes não a ajudou no processo?

**E7:** Não. Eu ia lá para falar naquilo que se tinha passado e chorar. E depois disso não procurei mais. Fiz o meu trabalho sozinha. Completamente sozinha. Pesquisava sobre a morte, por exemplo e apareciam-me palestrantes, professores universitários... punha os meus fones e ouvia... isso ajudou-me imenso.

**LM:** De todas as necessidades que teve, qual a que se fez sentir de uma maneira mais evidente na sua vida?

**E7:** A necessidade principal foi nível financeiro, sem dúvida. Se não tivesse os meus pais, como é que seria? Eu não teria dinheiro para pagar a minha casa ao banco, nem para alimentar a minha filha...

**LM:** O homicida foi condenado a 25 anos. Há-se sair da prisão ao fim de 21, mais coisa, menos coisa. Ele foi condenado em 2017 e há-de sair em 2039 ou 2040. Ainda falta muito tempo. A (E7) costuma pensar nisso?

**E7:** Já tenho pensado, mas não me diz nada, porque quase de certeza que aquela personalidade cá não fica. Mas de certeza absoluta. Aquela personalidade vai voltar ao seu país.

**LM:** Mas a justiça não o condenou a deportação após cumprimento da pena?

**E7:** Que eu saiba não. Mas nem quero pensar nisso... a mãe dele continua a viver em Aljezur e ele sabe que para ali não pode voltar.

**LM:** Se pudesse mudar alguma coisa nesta máquina à qual chamamos “sistema”, qual seria?

**E7:** No meu caso foi diferente porque tive essa força de vontade, mas acho que quando uma mãe perde um filho é desesperante, é avassalador... aí o apoio psicológico é fundamental, mas o apoio financeiro é crucial. São dois factores muito importantes. Isso é muito bonito porque a lei diz isto e aquilo, mas depois o governo não cumpre... que país somos nós? Segundo as contas que a minha advogada fez, o estado teria de pagar trinta e quatro mil e tal euros...

**LM:** Através daquela comissão...

**E7:** O que eu vejo é que o estado paga, se forem os inspectores do SEF a tirar a vida àquele senhor ucraniano... aí o estado pagou setecentos e tal mil euros à esposa... mas então e nós?! Eu até já tinha falado com os meus pais... um dia vou fazer barulho com isto. Eu e os outros pais temos de nos juntar e medir forças com esta gente! Isto não pode ficar assim. A gente tem de se juntar e fazer barulho! Para esta gente nós não existimos!

**LM:** É isso que sente?

**E7:** Sim. É mesmo. Eu é que tive de tratar da guarda da minha filha, mesmo depois do pai dela ter matado a irmã dela. É este o respeito que têm por nós.

## TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA (E8) E (E9)

**Luís Maia (LM):** O seu pai foi assassinado de forma muito violenta. Foi agredido com uma pedra... ele apenas estava a passear na mata de Alvalade naquele dia...

**E9:** Ele estava a fazer uma caminhada. Eu própria também cheguei a ir para lá fazer o mesmo. Até havia lá um café feito em madeira, todo rústico... eu até cheguei lá a fazer uma vez uma festa de anos, juntamente com um amigo meu que faz anos perto da minha data... juntámo-nos, como é no Verão e cheguei a fazer lá uma festa de aniversário à noite, portanto a gente achava que aquilo era super seguro. Aquilo tem uns puffs cá fora, baloiços para os miúdos, portanto para nós aquilo era super-seguro.

**LM:** Então a saída do seu pai naquele dia era uma rotina...

**E9:** Foi rotina, mas deveu-se também muito à Covid, porque o meu pai ficou muito preso das pernas... tivemos todos Covid e ele foi o que ficou mais apanhado a nível das pernas. O médico disse para ele caminhar e ele foi fazer uma caminhada. Ele saiu daqui direito ao metro do Oriente, porque ele queria ir à Worten comprar uma televisão, para levar esta que ele tinha aqui no quarto para a casa do norte e comprar uma para aqui, melhor. E a verdade é que ele saiu daqui, mas depois chegou lá e aquilo já estava fechado... foi naquela altura dos confinamentos em que os supermercados fechavam à hora de almoço... então ele apanhou o autocarro e foi à mata fazer a caminhada. Foi o que foi... a gente só sabe aquilo que a Judiciária supõe. Pelas câmaras que eu vi... eu pedi para ver... vi o meu pai dentro do autocarro e vi-o a sair na paragem que fica na Avenida do Brasil... e pronto... ele foi atacado mesmo ali perto dos prédios. Não sei como é que não viram, ou como é que o meu pai não gritou...

**LM:** Pode não ter tido oportunidade de gritar...

**E9:** Eu não acredito que o meu pai tenha ficado logo à primeira, porque segundo a Judiciária, ele deu luta e se ele deu luta não ficou logo à primeira. No acórdão vi logo aquela parte e fiquei por ali, não quis ler mais nada... eu não estava à espera de ler aquilo... porque apesar da Judiciária dizer para eu não pensar assim, porque o meu pai não tinha sofrido... o que eu li ali... eu à noite, não há um dia em que vá para a cama, em que não pense naquilo que o meu pai pensou naquele momento. O que é que ele pensou? Que ia acontecer aquilo que aconteceu? Se pensou em nós? Sei lá... não sei... eu conheço bem o meu pai, ele era muito

agarrado à família... ele deve ter visto aquilo que ia acontecer, que ainda lhe conseguiu arrancar cabelo, ainda lhe fez sangue, tanto que encontraram ADN, ou o que é que foi, do criminoso. Portanto, o meu pai deu luta. O meu pai já foi taxista muitos anos aqui em Lisboa e já tinha passado por sustos e tinha de se defender... só que o meu pai já não tinha a idade de quando era taxista e estava muito fraco devido ao Covid e tinha 78 anos... e quando eu vi a pessoa que o agrediu, meu Deus! Eu não fazia ideia de como é que ele era e quando o vi fez-me muito mal.

**LM:** Ele era muito forte...

**E9:** Era um calmeirão de altura e tinha um cabedal... tinha um corpo... ele só com um braço devia conseguir... fez-me mal vê-lo, porque dizem que ele é esquizofrénico, mas ele estava ali na boa, como se nada estivesse a acontecer. Disse-me o meu advogado que ele estava medicado, mas às vezes custa-me a acreditar que ele é esquizofrénico, entende? Se calhar é essa a minha revolta, mas ele estava ali na boa, com a procuradora a falar, o juiz, e os advogados... e ele a olhar para o tecto e não sei quê... e depois o juiz chamou-o... e eu fiquei assim um bocado... acho que nos podiam ter poupado à presença dele. E no momento em que fui chamada para ser ouvida, em que ele estava mesmo atrás de mim, nem imagina como me estava a sentir... porque ele podia atacar-me a qualquer momento, não sei... podiam ter-nos poupado. E quando fui ouvir a sentença, para mim foi um alívio ele não estar.

**LM:** É uma proximidade demasiado grande...

**E9:** Eu tenho a imagem na minha cabeça de tudo aquilo que aconteceu. Eu fiz um filme... e segundo aquilo que eu li e segundo aquilo que dizem que ele fez ao meu pai, o meu cérebro imagina aquilo.

**LM:** O que é que imagina, (E9)?

**E9:** É horrível, Luís. Tenho pesadelos... é engraçado, porque nos pesadelos que eu tinha antes, eu imaginava o acto mas não imaginava a pessoa. Agora eu já vejo a pessoa a fazer mal ao meu pai, porque já sei como é que ele é. Eu falei com aquele senhor, o senhor (Vitima2), que também foi agredido por ele... e é curioso porque o senhor (Vitima2) tem muitas semelhanças com o meu pai, por incrível que pareça. É uma pessoa mais nova, mas o meu pai também não aparentava a idade que tinha. Na altura, eu falei com o senhor (Vitima2) porque eu queria saber como é que tinha sido... porque disseram-me que o *modus*

*operandi* era igual. Como é que aparece um sapato do meu pai no meio da mata? Porque é que ele empurrou o corpo para trás dos arbustos? Porque é que as calças estavam para baixo? Se calhar foi de arrastar o corpo... Quando eu fui à Judiciária no dia a seguir ao crime e me disseram que as calças estavam puxadas para baixo, a minha pergunta foi logo se tinham violado o meu pai. Até lhe vou dizer... até matarem o meu pai e me ligarem da Judiciária a dizer... aqueles dois agentes sempre tiveram muita atenção connosco, telefonavam-nos a saber se a gente estava bem, deixaram-nos à vontade... e eu chateei muito, porque todos os dias tinha uma pergunta para fazer. Tanto que naquele dia que ele me ligou para dizer... eu vinha a conduzir, vinha do trabalho... ele pediu logo para eu estacionar o carro em segurança... eu fiquei logo, porque percebi que ele me queria dizer alguma coisa. Depois ele disse que já havia um suspeito. Essas três semanas até esse telefonema, nem imagina o que a gente passou...

**LM:** Por causa da falta de informações suponho...

**E9:** Eu desconfiava de toda a gente. Eu tinha medo de sair à rua porque desconfiava de toda a gente. O meu pai não faz mal a ninguém, aqui no bairro toda a gente op conhece, toda a gente o adora, lá na terra, idem... eu não entendia o porquê. Mas ele foi morto, alguém lhe fez mal. Olhe, não desejo a ninguém. Não desejo a noite que passámos à procura dele... foi toda a noite.

**LM:** Porque ele primeiro é dado como desaparecido. Só depois é que se percebem os reais contornos do crime...

**E9:** Ele saiu daqui de casa no dia 14 à tarde, quase às 17horas, mas o meu pai é muito pontual para comer. O meu pai às 19 horas já quer começar a comer... às vezes anda à volta da minha mãe... eu nas férias chateava-me com ele porque nas férias não quero ter horários e ele queria comer sempre a horas. Às vezes queria comer à hora que a gente se estava a levantar. Mas ele depois entendia... para ver o brincalhão que ele era, ia para o jardim, pegava na mangueira e molhava a janela do quarto para fazer barulho para a gente acordar...

**LM:** Naquele dia então ele saiu de casa perto das 17h...

**E9:** Há coisas incríveis. Estávamos aqui a ver um filme, era dia dos namorados, almoçámos todos, foi arroz de coelho, nunca mais consegui comer aquele prato... e a minha mãe até estava a brincar porque tinham vindo cá a casa entregar umas flores que o meu marido

comprou para mim e que o meu filho comprou para a namorada. Ele riu-se porque viu a pessoa a chegar e entregar as flores e a minha mãe meteu-se com ele...

**E8:** Ele é que me disse: “o teu namorado não te oferece nada”...

**E9:** Brincámos com a situação e não sei quê... e ele gosta muito de ir logo para a cama, de ir ali para o quarto dele e ver um bocadinho de televisão porque ele dorme a sesta logo a seguir. E nós viemos aqui para a sala ver um filme, os quatro. A minha mãe estava lá fora ao telefone. Eu naquela altura levantei-me, do nada, para ir à cozinha beber água... e cruzei-me com o meu pai no hall e reparei que lhe estava a custar a andar. Ele disse: “foi de estar parado” - porque quando se levantava custava-lhe... eu fui à cozinha, ele começou a calçar-se, a minha mãe desligou a chamada e disse: “então homem, vais sair agora?”. Ele disse: “vou dar uma volta”. Eu podia ter bebido água e vindo para dentro outra vez, mas não. Encostei-me ali ao beiral da porta da cozinha e fiquei a ver o meu pai a calçar-se... ele até disse assim: “a volta é pequena, eu venho já”.

**LM:** Era um homem que gostava da liberdade dele...

**E9:** Era. E saía assim sem destino. Eu tenho aqui uma cunhada ao lado, meteu-se com ele, chamou por ele cá de cima, do 4º andar e perguntou pela máscara. Ele puxou por ela e mostrou-a...

**E9:** Isto da pandemia para ele foi... só de estar preso, de não poder sair de casa...

**E8:** Se naquele dia quando ele apanhou o autocarro, se o chauffeur o multa... se ele lhe tem feito uma pergunta para onde ia... se aquele senhor da Carris lhe tem dito: “olhe que o senhor não pode ir, volte para trás”! Era o dever dele... houve aqui casos que chegaram a ir à Junta de Freguesia pedir declarações, porque foram multados...

**LM:** Há pouco disse que ficou a ver o seu pai a calçar-se. Foi a sua despedida dele...

**E9:** Eu vi o meu pai pelas costas a sair de casa... é a última imagem. O engraçado é que eu sou uma pessoa que repara muito nas cores. Quando o meu pai vestia assim uma camisa que não condizia eu chamava-o. E conforme estava ali encostada, dei por mim a ver se o meu pai estava a vestir uma roupa a condizer... depois ele saiu e eu vim para a sala. Depois nesse dia até nem fizemos o comer porque pusemo-nos a ver filmes, foi assim uma maratona, mandámos vir pizza, só que começou a aproximar-se a hora. Eram 19h30 ou 19h45, que começámos assim: “mas o pai ainda não veio”...

**LM:** E então, o que fizeram?

**E9:** Começámos a achar que ele tinha encontrado alguém para conversar, porque aqui há muita gente do norte, de Cinfães, Castro Daire... bem... 20horas... 21horas... espera lá! Nesse dia deu o Benfica. O Diogo ainda disse que ele devia estar parado em algum sitio a ver o jogo. Ele às vezes ia ali para um café onde param uns taxistas, ali no Parque das Nações, juntava-se lá com amigos dele e via lá o jogo. Mas o meu irmão até disse que o café estava fechado naquele dia... bem, eu no final do jogo, a gente ainda pensou que ele pudesse estar noutro sitio qualquer.

**LM:** Ele não costumava andar com telemóvel?

**E9:** Ele detestava! Dizia que era uma invasão de privacidade, que qualquer dia toda a gente sabia onde uma pessoa andava. Ofereci-lhe um telemóvel no Natal, nesse ano. Ele detestava. Ele teve um pequenino, com muito sacrifício, mas como ele tinha as mãos grandes, eu ofereci-lhe um com as teclas grandes... mal o usou.

**LM:** Naquele dia não o levava?

**E9:** Não.

**LM:** O que é que vocês fizeram entretanto?

**E9:** Quando acabou o jogo eu liguei para o meu irmão. Disse-lhe: “olha, (irmão), estou preocupadíssima porque o pai não tem telemóvel, não aparece”... o meu medo era que como ele estava assim das pernas, tivesse caído aí para algum lado.

**LM:** Ele não vos disse exactamente onde ia dar a volta dele?

**E9:** Mas ele não era pessoa de dizer onde é que ia... o meu irmão veio para baixo, veio a minha sobrinha também. Isto eram depois das 22h... eles foram ali à esquadra, aqui ao pé de nós... nós ficámos aqui em casa, para o caso de ele vir, sempre à janela, numa ansiedade brutal. Cheguei a ligar para o Hospital de São José, para ver se ele tinha dado entrada.

**E8:** E para a morgue...

**E9:** Mas a morgue foi durante a madrugada. Até à meia-noite foi só para o hospital. E na esquadra disseram que tenhamos de esperar até à meia-noite e que depois da meia-noite iam começar à procura. Só que a gente começou antes. O meu filho pegou no carro e foi para um lado, o meu marido para o outro, o meu irmão...

**E8:** O meu filho conhecendo que o pai às vezes parava naquela mata, como era taxista, por necessidade de... fazia de conta que ia à casa de banho, ele foi lá, por volta das 22h... uma escuridão imensa. Sem luz nenhuma...

**E9:** Depois fomos ali para aquela mata, a de Vale Fundão...

**LM:** Como é que faziam a busca? Perguntavam a pessoas? Levavam fotografia?

**E9:** Não. Procurávamos só. Não levávamos fotografia...

**LM:** Mas chegou a determinada altura que perceberam que algo teria mesmo acontecido...

**E8:** Aí pela meia noite percebemos que alguma coisa tinha acontecido, mas nunca me passou pela cabeça que ele estivesse naquele sofrimento. O que me passou pela cabeça foi que ele tivesse um enfarte, que tivesse caído, uma coisa de coração... tanto que ele em 2000 teve um enfarte. Tanto que a advogada do dito tentou valer-se dessa situação...

**E9:** ... Que tivesse sido assaltado...

**LM:** E depois, pararam com as buscas?

**E8:** Foi toda a noite...

**E9:** ... a esquadra disse-nos logo para a gente ir de manhã cedo ao banco para ver se tinha havido movimentos de conta, para a gente saber se foi assalto. Então, logo de manhã o meu irmão fez os mesmos percursos que já tinha feito, mas de dia. Eu logo às 8h já estava à porta do banco, mais a minha mãe e não houve movimentos nenhuns. Ainda mais preocupadas ficámos, porque era não saber nada. Nenhuma pista. Entretanto eu fui outra vez para a mata, depois vamos vendo pessoas conhecidas e vamos perguntando... as pessoas achavam estranho a gente andar ali... e passámos pela esquadra, que era de caminho... e os senhores disseram que as esquadras estão todas interligadas e que anda tudo à procura dele. Mas eles achavam que o meu pai andava perdido... Com isto tudo, chegámos aqui a casa e era meio dia... porque o policia disse: "vão para casa, que eles contactam-vos, não vale a pena andarem à procura do nada.

**LM:** E quando é que tiveram uma notícia?

**E9:** Cheguei a casa era meio dia... eu estava aqui em casa e estava aqui aos gritos e a chorar... entretanto o meu irmão liga-me aos gritos, em pânico: "mete no Correio da Manhã, mete no Correio da Manhã!"

**E8:** "O meu pai está morto!" - era o que ele dizia!

**E9:** Olhe, eu agarrei no comando, não conseguia carregar! O meu marido arrancou-me o comando e tirou-me o telefone... eu só ouço o meu irmão aos gritos: “é o meu pai, é o meu pai, de certeza que é o meu pai, o meu pai está morto, mataram o meu pai!”. O (marido) lá conseguiu ligar o canal e veio logo aquela imagem de um charco imenso de sangue, que nem sabiam se era de uma pessoa ou se era de um animal. E o meu pai ali ao pé... ainda não tinham visto o meu pai... e o meu pai estava ali mesmo... o meu irmão veio buscar-me e eu nem sei como é que ele chegou lá. Ele pôs o carro a meio do caminho, deixou o carro aberto... e eu é assim... eu não consigo ter reação... as minhas pernas parecia que pesavam 40 quilos cada uma. O meu irmão desalvorado a correr e eu não conseguia andar, parecia que estava uma pessoa a puxar para trás. Olhe, foi horrível aquele caminho... depois chegava a um ponto em que a gente não podia andar para baixo... a gente não foi até lá abaixo, que a PSP não deixou passar. O meu irmão foi logo falar com eles... começou a chegar o meu cunhado... parecia um filme que faz flashes, que não é seguido... eu só me lembro do polícia dizer: “então dê-me lá o nome todo do seu pai”... olhe eu caí logo para o lado. Ouço o meu irmão, de longe, aos gritos... e o senhor não disse nada... a gente viu logo que era. Acho que toda a gente ali daquela mata e arredores deve ter ouvido os meus gritos. Olhe, não lhe sei explicar... sabe que eu às vezes vinha almoçar aqui a casa, porque eu trabalho aqui na Junta de Freguesia e via os casos que vocês fazem aqui na televisão à hora de almoço e juro-lhe que isto é verdade, juro que eu achava que era mentira... que vocês exageravam um bocadinho para terem audiências...

**LM:** Acredite que é ao contrário, (E9)...

**E9:** Aquilo parece que não é real, que nunca nos vai acontecer.

**LM:** Não é a única a achar isso.

**E9:** É que essas histórias são tão más, que achamos que ninguém é capaz de fazer uma coisa daquelas. Mas como já passei agora por essa situação que eu achava que não podia ser verdade... agora sei que é verdade...

**LM:** Depois disto houve três semanas em que não tiveram muita informação, até que um dia lhe dizem que há um suspeito... depois, mais à frente confirmam que era mesmo essa pessoa.

**E9:** No dia que me ligaram para dizer que havia um suspeito, disseram logo que se fosse ele, era uma pessoa com problemas mentais e que já estava detido por ter atacado outro homem...

**LM:** Mas ele primeiro atacou o seu pai e só depois é que atacou o outro senhor, certo?

**E8:** Primeiro foi o meu marido...

**E9:** O outro senhor foi logo em Março... e foi ali que ele foi apanhado. E eu pergunto-me assim: será que o meu pai foi a primeira pessoa?

**LM:** Não existem outras denúncias conhecidas contra ele... mas quando soube que o suspeito já estava identificado, isso foi melhor para si? Ficou mais descansada?

**E9:** É assim, eu desconfiava de toda a gente, não sabia quem é que tinha feito mal ao meu pai... mas dizerem que ele tinha problemas mentais, é pá, foi... foi do tipo... será que vai haver justiça?

**LM:** A morte do seu pai levantou uma série de necessidades para si e para a sua família... a sua vida mudou de maneira muito significativa depois disto, suponho?

**E9:** A minha mudou e a da minha mãe...

**E8:** Para mim mudou dramaticamente... enquanto eu for viva não consigo...

**LM:** O que é que mudou? O que é que fazia dantes e que agora não faz?

**E8:** A companhia dele... sabe que até tenho saudades daquelas coisas que às vezes não damos valor, de começarmos a desconversar quando não estamos de acordo um com o outro. eu comecei a namorar o meu marido com 16 anos e casámos com 19... e ele sai da minha companhia aos 72 anos. Ele emigrou para a Alemanha, foi para os laboratórios...

**E9:** Foi para a Merck...

**E8:** Para a Merck... eu tinha 25 anos e dois filhos, trabalhava... ele estava muito bem... não havia telefones. a gente escrevia cartas... ainda temos aí essas cartas. Eu nunca lhe dei apoio e se ele veio da Alemanha é porque eu nunca lhe dei força...

**E9:** Ele queria que a minha mãe fosse e ela não quis... e ele não conseguia estar longe dos filhos.

**E8:** Eu não podia levar os filhos... e até o meu pai dizia que os filhos são para estar ao pé dos pais. Um certo dia eu estou com os meus filhos, todos deitados e batem-me a porta, já

depois da meia-noite e eu muito a medo fui abrir a porta... era ele. Ele tinha chegado sem eu ter contado, para ficar ao pé de nós. Veio de comboio...

**LM:** Em que medida é que a morte do seu marido mudou a sua rotina?

**E8:** Eu nem lhe sei explicar...

**E9:** Eu vou-lhe dar um exemplo: eles lá na terra tinham casais amigos, tinham os meus tios, o meu pai tinha o jardim que estava por conta dele, a que se dedicava de manhã... depois iam almoçar, ou almoçavam em casa, ou iam almoçar com os meus tios, ou iam dar uma volta e almoçavam por lá...

**E8:** Tínhamos qualidade de vida...

**E9:** Eu acho que eles estavam a ter a vida que as pessoas esperam ter com a reforma, que é aproveitarem aquilo que tanto lutaram para ter. Eles cozinhavam, mas lá ao lado há um restaurante onde se come muito barato, por cinco ou seis euros, um menu completo... eu todos os dias falava com os meus pais de manhã e à noite e eles contavam sempre para onde iam, ou iam a Arouca com os meus tios... e depois era objectivos que ele tinha, porque estava sempre a inventar coisas para fazer. Nos últimos tempos gastou dinheiro num telheiro para o carro... gastou dinheiro num telheiro para o carro e não gozou... depois veio cá para baixo e já não chegou a gozar. Ele queria fazer mais um quarto naquela casa, porque os netos já têm namorada... havia sempre projectos que ele tinha para fazer, mas tudo mudou...

**LM:** Quais foram então a principal necessidade que se fez sentir na vossa vida? Financeira, psicológica, laboral, jurídica?

**E9:** Para a minha mãe foi o aspecto financeiro. Ficou sem o vencimento do meu pai. Recebe aquela parte da pensão, mas não é igual. Em relação a advogado, a minha mãe trabalhou com uma doutora e ela ofereceu-se para tratar de tudo... ela queria este caso...

**E8:** Olhe, eu ainda não recomecei a viver a minha vida...

**LM:** Está em suspenso...

**E8:** Está... por enquanto ainda não a vivi. Mesmo até por exemplo, a minha mãe e a minha avó diziam que usar o preto é vestir da maneira como o nosso coração está...

**E9:** Mas isso, o luto, o meu pai não gostava muito...

**E8:** Mas eu não consigo tirar o preto, porque o meu coração está muito preto... portanto, o que está por fora, está por dentro. Eu sei que ele não gostava, eu sei que não gosto, mas... eu

gostava muito de ir à missa e gosto e sempre que posso eu vou lá... vou lá quase todos os dias... é um refugio eu estar ali sozinha, encontrar-me com Deus, mas ao mesmo tempo com raiva e com ódio... eu costumava comungar e agora já disse aos padres que não comungo.

**E9:** Não imagina esta rua no dia do funeral... nunca vi tanta gente...

**E8:** Eu já disse aos padres que não volto a comungar, porque a raiva e o ódio que tenho dentro de mim é tanto! Mas é só contra uma pessoa... muitas vezes também ralho com o meu marido, a perguntar: "Ò (Vitima), porque é que foste para ali?" - eu dou comigo a falar com ele assim...

**E9:** Porque é que ele tinha de ter uma morte assim?!

**E8:** Ele teve um irmão lá no norte que estava a almoçar e caiu para o lado. E o meu marido mencionava sempre assim: "eu gostava de ter uma morte como teve o meu irmão". E todos os irmãos dele até evitam estar connosco, alguns, porque estão a ver o irmãos em nós.

**E9:** Eu no dia do funeral não consegui falar aos meus tios...

**E8:** Há um tio que é igualzinho ao pai...

**E9:** Ele vinha direito a mim e eu disse para não vir. E o meu pai era uma pessoa tão discreta e teve uma morte do pior, badalada... foi noticia...

**LM:** Do pior que podia haver... mas mate-me a curiosidade... há pouco falou das necessidades financeiras...

**E9:** Enquanto eu estiver aqui não lhe vai faltar nada, por amor de Deus... mas eu sei que a minha mãe tem aquela coisa, ela está sempre com medo que aconteça alguma coisa e que ela precise do dinheiro...

**E8:** Eu tenho a minha reforma e fiquei com 60% da reforma dele, mas não é a mesma coisa.

**LM:** Houve lugar ao pagamento de alguma indemnização?

**E9:** Não. Nada. O advogado diz que como o homicida não tem bens, nós não temos direito a nada.

**LM:** Mas há um fundo de garantia que se responsabiliza por esses pagamentos, ou pelo menos por parte dos valores das indemnizações.

**E9:** O advogado diz que se a minha mãe vier a receber alguma coisa vai ser por parte da Segurança Social. Uma compensação pelo diferencial da reforma que a minha mãe recebe

agora, relativamente àquilo que o meu pai recebia. Mas eu já não estou à espera de nada, para ser sincera.

**LM:** Mas o advogado nunca vos falou desse fundo que salvaguarda os valores que as vítimas devem receber?

**E9:** Olhe, eu não sei... vou-lhe ser franca, no dia da leitura da sentença, se me perguntar o que o juiz disse, eu bloqueei logo, porque ouvimos que ele foi ilibado...

**E8:** Mas isso foi pelo roubo...

**E9:** Ouvimos vários valores, uns de quarenta e tal mil, um de cinquenta e tal... ouvi de 15 mil...

**E8:** Isso são frações lá deles... eu percebo...

**E9:** Mas nesse dia falei com o meu advogado e ele disse-me que como ele não tem bens...

**LM:** Fale com o seu advogado, porque esse fundo existe. Nem sempre funciona, mas existe.

**E8:** As assistentes sociais também já cá vieram ver como eu vivia...

**LM:** Mas isso é para outro tipo de compensação.

**E8:** Está mencionado no acórdão e isso ficou-me sempre na cabeça que recebo aquela parte da reforma dele, porque ele já cá não está para se sustentar com esse dinheiro. E há outra coisa que me revolta cá dentro é estar mencionado no acórdão que o dito cujo tem de comer, que pagar medicamentos... e tudo isso é uma revolta.

**LM:** O confronto com o aparelho judicial, o vosso acesso à justiça foi complicado?

**E9:** Como conhecíamos lá aquela doutora, foi simples...

**LM:** A sua mãe trabalhou num escritório de advogados?

**E8:** Trabalhei em casa de uma doutora... nós não tivemos problema nenhum com o tribunal.

**E9:** E a minha cunhada é secretária lá do escritório de advogados. Ela ia-nos informando de tudo. Foi tudo facilitado.

**LM:** Sob o ponto de vista laboral, (E9), como é que foi?

**E9:** Eu estava em teletrabalho na altura. É claro que não consegui fazer nada. Eu sou secretária do presidente da Junta de Freguesia de Marvila e ele disse logo: "(E8), esquece!". Aliás, ele ligava-me todos os dias...

**LM:** Quanto tempo esteve sem trabalhar, (E9)?

**E9:** Uns dois ou três meses...

**LM:** Teve de pôr baixa?

**E9:** Não. Porque o meu presidente pôs-me em teletrabalho. Ele foi espectacular! E só fui quando achei que ia começar a ir às reuniões, mas ia só lá uma vez por semana.

**LM:** Mas estamos a falar de boa vontade do presidente, certo? Não estamos a falar de nenhum mecanismo institucional...

**E9:** Sim, sim, sim... eu tive duas vezes covid e nunca meti baixa. Fiquei sempre em teletrabalho, não pus baixa... mas quando voltei foi muito complicado. Eu não sei se o meu presidente avisou as pessoas, mas eu falava muito com ele e dizia que não estava preparada para as pessoas me virem fazer perguntas. E eu não posso levar a mal, porque no lugar delas se calhar eu também fazia perguntas.

**LM:** Teve apoio psicológico?

**E9:** A judiciária deu-nos logo um papelinho para ligar para a APAV, para termos consultas.

**LM:** Ou seja, explicaram-vos o que tinham de fazer para ter apoio?

**E9:** Sim, sim. Aquilo ainda demorou uns dias, mas depois lá marcaram.

**LM:** E então?

**E9:** Não gostei...

**LM:** Porquê?

**E9:** Porque estavam sempre a falar no assunto e a explicar como é que tinha acontecido e eu não queria falar no assunto. O meu irmão só teve um dia e nunca mais foi. Eu ainda fui a duas ou três consultas. A minha mãe também só foi uma vez.

**LM:** E qual era a periodicidade?

**E9:** Era uma vez por semana...

**LM:** Consultas de uma hora?

**E9:** Nem isso... mas eu depois estive ali nos serviços sociais da câmara... e disse logo à doutora que já tinha tido consultas na APAV e que não gostei por motivo de estar a carregar sempre na mesma tecla... não sei se é por estar muito recente ainda, mas eu não queria falar...

**LM:** É curioso que o apoio psicológico existiu, no vosso caso, mas talvez as vossas circunstâncias não tenham permitido que funcionasse...

**E9:** Elas estavam a fazer o papel delas, eu é que não estava preparada...

**E8:** O que nós achámos os três é que as perguntas eram sempre as mesmas... se já passou “x” tempo, como é que nos sentimos, como é que que encaramos as coisas... lembro-me a senhora da APAV quando lhe contei que íamos agora à terra pela primeira vez, à sepultura, elas perguntavam-me o que é que contava perguntar, como achava que ia ser... eu não sei, era a primeira vez... como é que eu ia saber?

**E9:** Eu gostei mais da psicóloga que tive nos serviços sociais...

**E8:** Era muita pergunta... eu ainda não sabia como é que ia ser... foi muito mau... era muita pergunta.

**LM:** Sentem que foi feita justiça?

**E9:** Para mim não. Eu pensei que com o julgamento isto atenuasse...

**LM:** Mas não atenuou?

**E9:** Não.

**LM:** Então deixe-me perguntar desta maneira: o homicida foi condenado a 20 anos de internamento numa unidade psiquiátrica... e de dois em dois anos a medida tem de ser revista.

**E9:** E ele tem mais 10 anos para cumprir pelas agressões ao senhor Manuel... mas como o máximo são 25...

**LM:** Ele tem de cumprir os 30 porque são dois processos diferentes.

**E9:** Ai é? Não sabia...

**LM:** A questão é que de dois em dois anos, ele tem de ser avaliado por uma equipa de médicos.

**E9:** A procuradora quando ele foi dado como inimputável, chamou-nos para falar connosco. Ela foi espectacular também, explicou-nos tudo. Porque é que ele tinha sido dado como inimputável, que um hospital psiquiátrico não é igual aos outros... ele assim vai ser avaliado de dois em dois anos... e ela achou que no estado dele, ele devia lá ficar até ao final da pena.

**E8:** E as notícias não paravam... tanta gente a dizer coisas que não sabia...

**E9:** Houve gente que disse tantas asneiras, que dizia a idade errada do meu pai, que insinuava que o meu pai foi fazer qualquer coisa àquele parque e que ele não estava só a dar um passeio... o Luís foi o único que teve a decência de vir aqui bater à porta e falar connosco...

**LM:** Obrigado (E8). Muito obrigado. É meu dever fazer o meu trabalho da melhor forma possível... aproveito para lhe pedir que me esclareça: há pouco disse que não foi feita justiça. Porquê?

**E9:** 20 anos? Para mim é pouco. Para a barbaridade do crime? Para mim é pouco. Isto não é culpa do juiz... e depois é a justiça! Matam-no e a minha mãe não tem direito a nada?! É assim, se lhe foi diagnosticada a esquizofrenia aos 14 anos, ele andava assim à solta?! O estado não tomou conta?! Alguém tem de ser culpado!

**LM:** Sente que a culpa morreu solteira?

**E9:** Eu acho que sim.

**LM:** Acha que os apoios existentes para as vítimas são suficientes?

**E8:** Nós não tivemos nada disso, até hoje, nem sei se vamos ter direito.

**LM:** Tiveram apoio psicológico.

**E9:** Não gostei.

**E8:** Eu tive de fazer coisas que nem lhe passa pela cabeça. Depois de passar por isto, ainda tive de ir ao Banco de Portugal, para ter o comprovativo que não devia nada ao país.

**E9:** Depois ainda me vieram pedir os meus bens... eu tive de explicar que não vivia com os meus pais. Eu vivia noutra sítio na altura. O que é que têm os meus bens a haver com a minha mãe? Foi uma batalha com o meu advogado para lhes explicar a nossa situação. Mas acho que isto aconteceu porque a minha mãe foi pedir apoio jurídico.

**LM:** Acham que o sistema funciona?

**E8:** Com respeito aos senhores da PJ e aos advogados e estou a falar também na parte do tribunal que falou comigo, gostei muito da maneira como os senhores de lá falaram comigo. Acho que eles se comoveram. É o que eu noto. Até quando a PJ foi falar, pediram para eu me retirar. Eu é que não quis.

**LM:** Mas em contrapartida tiveram de estar na sala com o arguido.

**E8:** Muito mau, muito mau...

**E9:** Isso é que foi horrível! E não pudemos, porque o advogado nos pediu dois dias antes, dizer nada... não gritar, não chamar nomes, nada! Eu estava dopada. Isto foi no Sábado comecei a tomar calmantes. Sabe o que é dizer-me que ia estar perante da pessoa que matou o meu pai e não poder, sei lá, gritar, chamar nomes... foi muito complicado! E só consegui por estar medicada, estava dopada mesmo.

**E8:** O meu filho olhou-o bem nos olhos também, para que ele visse que o estava a ver. E eu fiz questão de olhar também.

**E9:** Eu não consegui olhar para ele.

**E8:** Quando a juíza perguntou aquela parte de saber como era a nossa vida, eu contei tudo e disse... e aumentei um pouco mais a voz, porque sabia que ele estava a ouvir... que não nos conformávamos de ter aparecido um monstro que lhe tinha tirado a vida daquela maneira.

**LM:** E quando receberam a notícia que o cavalheiro foi libertado?

**E9:** Se eu puder, eu vou outra vez para a justiça com isto, nem que tenha de meter outra vez um advogado, nem que meta os canais de televisão nisto. Neste país, às vezes, só quando se vai para a televisão é que se resolvem os problemas.

**LM:** Se pudesse dizer alguma coisa ao homicida, o que lhe diria?

**E8:** Só lhe perguntava o porquê. Porque é que ele havia de fazer uma coisa daquelas a um homem que podia ser avô dele.

**E9:** Ninguém imagina o sofrimento que isto causa a uma família, do principio ao fim. No fim do processo quando fomos buscar os pertences dele, que estavam guardados como prova, pegámos no fio dele que ele trazia ao pescoço e ainda estava cheio de sangue. Tudo serve para recordar o horror que ele deve ter passado.

## GRELHAS DE ANÁLISE

Objetivo Geral	Objetivos Específicos
<b>Conhecer as necessidades sentidas pelas vítimas secundárias do crime de homicídio e qual a sua perceção relativamente aos apoios disponibilizados em Portugal</b>	1. Identificar e caracterizar os apoios psicossociais e financeiros existentes em Portugal, para vítimas secundárias de crimes de homicídio.
	2. Conhecer as necessidades de apoio mais frequentemente sentidas pelas vítimas secundárias do crime de homicídio.
	3. Compreender que fatores favorecem ou inibem o acesso a esses apoios.
	4. Conhecer a perceção das vítimas relativamente aos apoios disponibilizados.
	5. Elaborar propostas e sugestões em matéria de apoios às vítimas de crimes violentos, enquanto medidas de Política Social.

Alvo	Técnica de Recolha de Informação	Dimensões de Análise	Correspondência com objetivos específicos
<b>Vítimas secundárias de crimes de homicídio</b>	Entrevistas semiestruturadas	Idade. Situação socioeconómica (escolaridade, situação profissional, nível de rendimentos) Grau de parentesco com a vítima principal.	<b>Caraterização sociodemográfica de entrevistados</b>
		Necessidades sentidas pelas vítimas secundárias	<b>2</b>
		Conhecimento dos apoios e processos de acesso aos mesmos	<b>3</b>
		Apoios recebidos e experiência pessoal de acesso	<b>3</b>
		Perceção relativamente aos apoios disponibilizados	<b>4</b>
		Conhecimento dos apoios psicossociais e financeiros existentes em Portugal, para vítimas secundárias de crimes de homicídio.	<b>1</b>

Profissionais especializados	Entrevistas semiestruturadas	Conhecimento das necessidades de apoio mais frequentemente sentidas pelas vítimas secundárias do crime de homicídio	2
		Conhecimento dos fatores favorecem ou inibem o acesso a esses apoios	3
		Formulação de propostas e sugestões em matéria de apoios às vítimas de crimes violentos, enquanto medidas de Política Social	5

Vítimas secundárias de crimes de homicídio

<i>Tópico</i>	<i>Fundamento</i>
<i>Idade</i>	<i>Caraterização sociodemográfica de entrevistados</i>
<i>Escolaridade</i>	
<i>Situação face ao emprego</i>	
<i>Nível de rendimentos</i>	
<i>Local de residência</i>	
<i>Grau de parentesco com a vítima principal</i>	<i>Processo de vitimação secundária</i>
<i>Idade e sexo da vítima</i>	
<i>Contextualização do crime de homicídio</i>	
<i>Necessidades principais (no momento do crime e até ao presente):</i>	<i>Conhecimento das necessidades de apoio mais frequentemente sentidas pelas vítimas secundárias do crime de homicídio</i>
<i>Necessidades de apoio psicossocial e razões</i>	
<i>Necessidades de apoio financeiro e razões</i>	
<i>Necessidades de apoio jurídico e razões</i>	
<i>Expectativas relativamente à justiça</i>	
<i>Outras necessidades</i>	

<b>Recurso a apoios:</b>	<i>Compreensão dos fatores que favorecem ou inibem o acesso a esses apoios.</i>
<i>Informação sobre apoios existentes e fonte da informação</i>	
<b>Processos de acesso aos apoios:</b>	
<i>Condições de elegibilidade</i>	
<i>Processo burocrático</i>	
<i>Tempo até obtenção de resposta</i>	
<b>Apoios recebidos:</b>	<i>Conhecimento do tipo de apoios recebidos, entidades prestadoras, formas acesso aos apoios e sua avaliação, face às necessidades que originaram a procura</i>
<i>Psicossociais</i>	
<i>Financeiros</i>	
<i>Jurídico</i>	
<i>Informação sobre processo judicial</i>	
<i>Outros</i>	
<b>Avaliação relativamente aos apoios recebidos, face às necessidades sentidas</b>	
<i>Avaliação dos apoios psicossociais</i>	
<i>Avaliação dos apoios financeiros</i>	
<i>Avaliação das informações sobre o processo judicial</i>	
<i>Avaliação de outros apoios</i>	

Profissionais especializados

<i>Tópico</i>	<i>Fundamento</i>
<i>Idade</i>	<i>Caraterização socioprofissional de entrevistados</i>
<i>Profissão</i>	
<i>Contextualização do contacto com vítimas secundárias</i>	

<b>Necessidades principais das vítimas secundárias do crime de homicídio:</b>	<i>Conhecimento das necessidades de apoio mais frequentemente sentidas pelas vítimas secundárias do crime de homicídio</i>
<i>Necessidades de apoio psicossocial e razões</i>	
<i>Necessidades de apoio financeiro e razões</i>	
<i>Necessidades de apoio jurídico e razões</i>	
<i>Expectativas relativamente à justiça</i>	
<i>Outras necessidades</i>	
<b>Apoios existentes:</b>	<i>Avaliação dos apoios existentes e compreensão dos fatores que favorecem ou inibem o acesso aos apoios.</i>
<i>Tipos de apoio</i>	
<i>Informação disponibilizada</i>	
<i>Processos de acesso aos apoios:</i>	
<i>Condições de elegibilidade</i>	
<i>Processo burocrático</i>	
<i>Tempo até obtenção de resposta</i>	<i>Avaliação dos apoios disponibilizados, face às necessidades das vítimas:</i>
<i>Avaliação dos apoios psicossociais</i>	
<i>Avaliação dos apoios financeiros</i>	
<i>Avaliação das informações sobre o processo judicial</i>	
<i>Avaliação de outros apoios</i>	
<b>Propostas relativamente aos apoios a serem disponibilizados a vítimas secundárias:</b>	<i>Elaborar propostas e sugestões em matéria de apoios às vítimas de crimes violentos, enquanto medidas de Política Social.</i>
<i>Tipos de apoios e sua concretização</i>	
<i>Processos de elegibilidade e acesso</i>	

"Nome"	Idade	Local de residência (distrito)	Escolaridade	Situação face ao emprego	Nível de rendimentos
(E1)	50	Setúbal	6º ano	Empregado por conta de outrem	Médio baixo
(E2)	73	Lisboa	Licenciatura	Reformada	Médio alto
(E3)	59	Faro	6º ano	Desempregada	Baixo
(E4)	61	Setúbal	6º ano	Oficialmente, desempregada, mas faz biscates como empregada de limpezas	Médio baixo
(E5)	64	Lisboa	9º ano	Desempregada	Baixo
(E6)	65	Viseu	4º ano	Empregada fabril	Médio baixo
(E7)	49	Faro	7º ano	Empregada por conta de outrem	Médio
(E8)	75	Lisboa	4º ano	Reformada	Médio
(E9)	50	Lisboa	12º ano	Empregada por conta de outrem	Médio

#### Vítimas Secundárias – Processo de vitimação

Entrevistado	Grau de parentesco com a vítima principal	Idade da vítima principal	Contextualização do homicídio	Ano do homicídio
(E1)	Pai	18	Espancamento por outro(s) jovem, por motivos desconhecidos	2017
(E2)	Mãe	41	Homicídio em contexto de violência doméstica	2013
(E3)	Mãe	27	Violação e homicídio	2018

(E4)	Mãe	31	Militar da GNR abatido a tiro no cumprimento do dever	2013
(E5)	Mãe	23	Morto à facada na sequência de uma rixa num bar	2012
(E6)	Mãe	17	Assassinada por homem que queria ter relações sexuais com ela	2006
(E7)	Mãe	18	Assassinada pelo padrasto que terá tentado abusar sexualmente dela	2014
(E8)	Mulher	78	Assassinado à pancada por homem com perturbações mentais	2021
(E9)	Filha	78	Assassinado à pancada por homem com perturbações mentais	2021

#### Vítimas Secundárias – Necessidades sentidas

Entrevistado	Necessidades sentidas	Razões
--------------	-----------------------	--------

<p>(E1)</p>	<p><b>Apoio psicológico individual</b></p>	<p><b>Ligadas a fatores emocionais:</b></p> <p><i>“Eu era uma pessoa sempre alegre, sempre a brincar, chegava às sete da manhã ao trabalho e punha logo toda a gente a rir. Hoje sou uma pessoa mais séria, mais fechada, enervo-me com muito mais facilidade. Tornei-me uma pessoa completamente diferente. Os meus colegas dizem que estou mais frio, não aceito as brincadeiras deles com facilidade. Mudou-me bastante”.</i></p> <p><i>“Estes apoios em termos de indemnização são completamente secundários. Acho que era preferível dizerem: tem aqui um psicólogo, vá para casa, vá ter consultas todas as semanas para ver se está em condições de trabalhar ou não.”</i></p>
	<p><b>Apoio psicológico aos membros da família</b></p>	<p><b>Ligadas a mudanças na vida familiar</b></p> <p><i>“Nós antigamente, posso-lhe dizer que ao chegar ao fim-de-semana juntavam-nos os quatro e vamos passear... vamos às praias fluviais, vamos passear a jardins e tudo. Atualmente nós chegamos à folga, o meu filho mais novo está fechado no quarto a jogar computador nós estamos aqui em casa. Não saímos.”</i></p> <p><i>“Tentamos distrair-nos, ver um filme, às vezes chamamos o miúdo, ponho aí um filme na televisão, mas lá está, há sempre coisas que a gente faz que nos vai trazer a memória do miúdo. Porque nós tínhamos uma vida com ele que fazíamos tudo, tudo... e agora muitas vezes estamos a fazer qualquer coisa e lembra-nos logo: olha, falta cá o outro.”</i></p>

	<p><b>Proteção legal no trabalho</b></p>	<p><i>“(Sem a compreensão da entidade patronal) teria de meter folgas e baixas. Sei que agora a lei mudou e que na morte de um filho dão 20 dias, mas antigamente eram cinco... e após cinco dias, vai trabalhar! Eu acho que após cinco dias ninguém está em condições para ir trabalhar. Nem pensar! E uma pessoa quando perde um filho por uma situação normal, é uma coisa, mas quando é vítima de homicídio é outra”.</i></p>
	<p><b>Apoio financeiro</b></p>	<p><i>“Enquanto não conseguir (trabalhar) tem aqui um subsídio para conseguir viver, acho que era isso que fazia mais falta às pessoas”.</i></p> <p><i>“O subsídio a que me refiro é naquele primeiro mês, segundo mês em que aconteceu a situação e a pessoa não está em condições de trabalhar... é assim, não podemos depois estar a aproveitar para ficar em casa sem fazer nada. Mas enquanto o psicólogo disser que uma pessoa não está bem psicologicamente para fazer o seu trabalho, a pessoa ser acompanhada pelo psicólogo e ter um subsídio a substituir o ordenado. Só isso.”</i></p>
	<p><b>Apoio jurídico</b></p>	<p><b>Ligadas à investigação e penalização dos culpados</b></p> <p><i>“Senti e que hoje ainda sinto, é a jurídica, dado o que aconteceu ao longo do processo. Um foi condenado a 20 anos, outro não foi apanhado e não sei quê.”</i></p> <p><i>“(Apoio jurídico e psicológico) estão interligados porque se não tivermos um apoio jurídico eficaz, nunca vamos estar bem psicologicamente.”</i></p>

	<p><b>Proteção no futuro</b></p>	<p><b>Ligadas à libertação do homicida</b>  <i>“Eu perdi o meu filho, sou vítima, ele é condenado, tudo bem que quando cumprir a pena dele pode vir cá para fora, mas não devia poder estar a um raio de X quilómetros do local onde cometeu o crime”. É que se lhe acontece alguma coisa vão todos olhar para nós. Ele comete um crime, mata o meu filho da maneira que matou e eu estou sujeito amanhã a ir às compras e encontrá-lo. Isto não cabe na cabeça de ninguém”.</i></p>
<p>(E2)</p>	<p><b>Apoio psicológico</b></p>	<p><i>“Eu fiquei para aí um ano sem apoio nenhum”.</i></p> <p><i>“Numa associação (...) hoje faço tratamento psicológico (por contra própria) semanalmente também, na ANCP. Faço questão de dizer porque trabalham bem.</i></p>
	<p><b>Compensação financeira</b></p>	<p><b>Ligadas à necessidade de deixar de trabalhar</b></p> <p><i>“Trabalhava, mas deixei de trabalhar. Trabalhava lá na empresa... e deixei de trabalhar em consequência do homicídio da minha filha. Tive de deixar para tomar conta do meu neto. Fiquei uns dois anos no desemprego, mas depois estava quase na idade da reforma e reformei-me”.</i></p> <p><i>“Só de centro de estudos gasto 220 euros por mês com o meu neto, para ter apoio... É metade da minha reforma. Nós trabalhamos uma vida inteira, uma vida inteira... eu tinha um apartamento no Brasil porque morei lá muitos anos, vendi-o e foi-se o dinheiro todo e ainda tive de vender a loja... se eu não lutasse pelo meu neto, ele ia para uma instituição. Uma instituição recebe logo 1200 euros, só do estado”</i></p>

	<b>Apoio jurídico</b>	<p><b>Ligadas à investigação e penalização do culpado</b></p> <p><i>“Nós tivemos muitas dificuldades porque na parte judicial, a justiça é muito cara”.</i></p> <p><i>“Tivemos de vender uma loja, senão não conseguíamos. Tínhamos um bem pago. Tivemos de o vender”.</i></p>
	<b>Regulação imediata do exercício das responsabilidades parentais</b>	<p><b>Ligadas ao facto de o pai da criança ser o homicida da mãe</b></p> <p><i>“Eu não tinha (atribuição de responsabilidades parentais). Só tive no ano passado. Foram oito anos nisto. Em Espanha, um homem ou uma mulher que cometam este tipo de crime ficam logo inibidos. De imediato! Aqui nem sequer há processo!”</i></p>

	Proteção no futuro	Ligadas à libertação do homicida
		<p><i>"O (homicida) vai continuar a matar. Eu temo pela nossa segurança, pelos meus netos, pela minha nora e pelo próprio filho, porque o próprio menino diz: Ele vai matar-nos todos avó!"</i></p> <p><i>"Vai ser o medo e a insegurança... logicamente a gente não vai ter proteção porque... porque os serviços prisionais nem sequer avisam. Houve um caso no Norte, aqui há uns tempos, de um homem que estava a cumprir por homicídio, porque matou a mulher em 2008... ele saiu na metade da pena. Estava em Paços de Ferreira, ele portava-se lá muito bem, até trabalhava lá dentro e tudo e agora já anda atrás das filhas, que são duas. A família só foi abordada por uma técnica da reinserção que foi ter com os avós das meninas, que se sentiam ameaçados... e a resposta que tiveram é que se sentissem ameaçados tinham de se mudar dali! Quer dizer, uma casa que eles passaram a vida inteira a construir e eles é que tinham de ir embora?!".</i></p> <p><i>"O certo seria isso (medida de afastamento, após cumprimento de pena), porque vivemos em sobressalto. Ele está aqui na Carregueira, ele sabe onde nós moramos, sabe tudo de nós, então a gente corre é um risco de vida, porque ele vai... a própria confissão dele diz tudo.. para ele passar 20, 30 ou 50 anos preso é indiferente. Até mandar fora a chave da cela. Ele disse isto a uma procuradora e a procuradora disse-me a mim".</i></p>

(E3)	<p><b>Necessidades financeiras</b></p>	<p><i>“A minha vida mudou de um dia para o outro, a 180 graus. Mudou tudo completamente”.</i></p> <p><i>“Nunca mais consegui dizer que estou estável. Neste momento estou há dois meses sem trabalho... não tenho mais rendimentos nenhuns... tou fazendo umas horinhas aqui, outras horinhas além... já estou angustiada pelo final do mês, a pensar como é que vou conseguir arranjar mais uma vez o dinheiro para a renda da casa, para não voltar aos sem abrigo, onde já estive depois da partida da minha filha... ainda estive duas noites a dormir na rua... ao fim de cinco ou seis meses ainda estive a dormir na rua, à porta da igreja”.</i></p> <p><i>“O pai do meu neto pôs-me na rua. A minha filha partiu num dia e no dia seguinte ele pôs-me na rua”.</i></p> <p><i>“Eu comecei a sentir-me mal. Comecei a sentir-me mal, sem trabalho, sem dinheiro”.</i></p> <p><i>“A parte pior foi a financeira porque eu precisava de ter ajuda, mas não a conseguia. E eu tentava! Mas eu chegava lá e as portas fechavam-se todas. A porta podia estar aberta, mas quando eu chegava lá ela fechava-se”.</i></p>
------	--	---

	<p><b>Apoio psicológico</b></p>	<p><i>“É uma agonia, porque ainda hoje tive de ir tirar uma certidão de nascimento da minha filha... eu nem sei como é que eu sai do tribunal... pronto, do registo... o meu coração saiu de lá partido em bocadinhos e eu não consegui conter as minhas lágrimas. Eu parecia que tinha perdido a minha filha naquele momento”.</i></p> <p><i>“Há dias em que há um nó que se põe aqui na garganta, que eu nem consigo falar, às vezes quero e não consigo... não me consigo expressar.”</i></p> <p><i>“Hoje não tenho ninguém. Não tenho a minha filha, tenho o meu neto aos bocadinhos, o mais velho... porque o mais novo, nunca mais vi. Perdi a minha filha e perdi o meu neto”.</i></p> <p><i>“Tornei-me um mendigo. Sem trabalho, sem dinheiro, sem filha, sem ninguém. Vi-me sozinha no mundo”.</i></p>
	<p><b>Proteção legal no trabalho</b></p>	<p><i>“Dentro daqueles dias (após a morte da filha) não fui trabalhar... e quando fui para ir trabalhar ele (o patrão) disse: deixe estar que já não é preciso”.</i></p> <p><i>“Era emprego fixo num restaurante. Os biscates eram nas horas vagas do restaurante (...) Até isso eu perdi... perdi tudo”.</i></p>

<p>(E4)</p>	<p><b>Apoio Psicológico</b></p>	<p><i>“É o pior que há no mundo, porque a partir do momento em que uma pessoa perde um filho, perde tudo. Perde-se um filho e perde-se um bocado de nós, porque a vida nunca mais é a mesma.. nem pouco, mais ou menos”.</i></p> <p><i>“O meu marido deixou de saber trabalhar, deixou de saber conduzir. Ele sabia conduzir, mas não sabia o que é que andava a fazer... é uma coisa que não tem explicação”.</i></p> <p><i>“O meu marido foi muito abaixo e queria matar-se...”</i></p>
	<p><b>Proteção no Trabalho</b></p>	<p><i>“Trabalhava a dias, ainda hoje continuo (...) Depois estive muito tempo sem ir trabalhar. Nem pensar. Deixei de saber fazer comer... não sabia nada (...) estive assim uns meses”.</i></p> <p><i>“O meu marido também trabalhava (...) Inicialmente ele ainda ficou pior do que eu. O meu marido esteve, sei lá... muito tempo sem trabalhar, se calhar, mais de um ano”.</i></p>
	<p><b>Necessidades Financeiras</b></p>	<p><i>(Passámos a viver) “das economias que tínhamos”...</i></p> <p><i>(O meu marido) “trabalha por conta própria e está colectado. Nessa altura até estava no desemprego, mas não recebia nada porque está por conta própria”.</i></p>
	<p><b>Apoio Jurídico</b></p>	<p><i>“Tivemos de fazer uma habilitação de herdeiros, tivemos de tratar de montanhas de coisas, destas burocracias todas e nós pagámos todos os papelinhos”.</i></p>

(E5)	Apoio Psicológico	<p><i>“Eu fiquei num estado que parece que o chão se abriu naquele momento e eu... pronto... não estava preparada para isso. Porque nós muitas vezes vimos a este ao mundo e estamos preparados é que os nossos pais vão embora primeiro que nós e não um filho... “</i></p> <p><i>“Não consigo desfazer-me da roupa do meu filho... já passaram 10 anos e eu continuo a lavar a roupa dele e passo-a... e arrumo-a no mesmo sitio”.</i></p> <p><i>“Eu sofri muitos anos. Enquanto a campa do meu filho não esteve tapada com pedra, eu fazia buracos na areia, porque queria tocar no meu filho e queria trazer o meu filho de volta... não aceitava a morte dele, como ainda hoje não aceito...”</i></p>
------	-------------------	--

	<p><b>Necessidades Financeiras</b></p>	<p><i>“Estava no fundo de desemprego (...) (Recebia) 419 euros. É coisa que nunca me esqueço (...) Pagava uma renda de 300 euros (...) O meu filho devia ganhar um bocadinho mais do que eu, porque o (...) fazia muitas horas de trabalho”.</i></p> <p><i>“Vivi lá uns cinco anos, estive dois sem pagar renda. Não consegui, tanto que a senhoria depois o marido dela morreu (...) meteu-me uma ordem de despejo...”</i></p> <p><i>“Devia nas pessoas onde ia comprar as coisas e não pagava. Deixavam-me trazer as compras e conforme recebia, ia pagando...”</i></p> <p><i>(Quando o filho era vivo) “água, luz, gás... pagávamos completamente tudo... tínhamos a arca e o frigorífico felizmente sempre cheios”.</i></p> <p><i>“Eu ia ao banco alimentar... porque não tinha como comer...”</i></p>
	<p><b>Incapacidade de Regressar ao Trabalho</b></p>	<p><i>“Nunca mais tive cabeça para trabalhar”.</i></p>
	<p><b>Apoio Jurídico</b></p>	<p><i>“A única coisa que eu quero saber é a verdade. Agradeço todos os dias a Deus por ele ter sido apanhado” (11 anos após o homicídio).</i></p>

(E6)

**Necessidade de Apoio  
Psicológico**

*“Houve uma altura que a inspectora da Judiciária perguntou-me o nome dos meus filhos e eu esqueci-me do nome dos meus filhos. Eu queria falar mas não conseguia. A minha cabeça parecia água... eu só pedia para falarem baixinho. Eu já não conseguia ver nem ouvir ninguém”.*

*“Nós estamos preparados para ir à frente dos filhos. Não há momento nenhum que a gente não se lembre de um filho que morreu. Não é os filhos que têm de ir à nossa frente, ainda mais da maneira que foi. Não se aceita esta situação”.*

*“Eu deixei de conduzir, porque nem sequer conseguia ouvir o motor do carro. O simples barulho de um saco de plástico, eu não conseguia ouvir”.*

**Ligadas ao Desejo de Vingança**

*“Senti muita pena da minha filha e de não poder ajudá-la. E senti um ódio, uma revolta muito grande contra aquele homem. deu-me vontade de o esbofetear... chegar junto dele e esbofeteá-lo, até matá-lo se fosse possível, porque lhe fiquei com um ódio, com uma revolta muito grande dentro de mim”.*

*“Não quero recordar. E nem os quero ver! Eu aqui há uns três anos ia perdendo a cabeça... ela (mulher dos homicida) vinha ali na Avenida Sá Carneiro... ela vinha para casa a pé e eu ia para o cemitério. Eu quando a vi, acelerei o meu carro e pensei: “vou matá-la!”*

*“Acredite que eu tenho noites em que não durmo. Aqui há uns tempos estava acordada à noite a pensar: “como é que eu vou destruir a casa dele? Eu vou daqui de noite, levo gasolina num pote e vou deitar fogo à casa dele...” - andei com aquilo*

	<b>Necessidades de Âmbito Laboral</b>	<i>“Sim (trabalhava). Mas depois fiquei de baixa psicológica uns meses...”</i>
	<b>Necessidades Financeiras</b>	<i>“Quem me ajudou foi o meu filho, que na altura ainda cá estava em casa, era solteiro e ele é que nos ajudava monetariamente”.</i>
	<b>Falta de Proatividade do Sistema</b>	<i>(Faltou) “Uma palavra amiga, uma palavra de alguém que me dissesse: “eu vou-te ajudar, eu vou-te levar ao médico, vou-te levar ao psicólogo”. Ou alguém que me perguntasse: “o que é que precisas?” - não tive nada disso”.</i>
	<b>Apoio Jurídico</b>	<p><i>“O dinheiro faz falta, mas naquela altura não é o pior. Sofri muito com a morte da minha filha e não consegui dar a volta à situação de outra maneira... para mim o pior foi a falta de apoio psicológico e de apoio jurídico”.</i></p> <p><i>“O advogado foi bastante consciencioso... ele é uma pessoa atenciosa... não me levou assim muito... paguei uma média de cinco mil euros, seis mil”.</i></p>
	<b>Proteção no Futuro</b>	<p><b>Ligadas à Libertação do Homicida</b></p> <p><i>“Eu não aceito (que ele regresse a casa). Não consigo aceitar isso... nem que quero lembrar que isso pode acontecer. Não sei como é que vou fazer. Não sei, não sei como é que vai ser a minha reação”.</i></p>

	<p><b>Acompanhamento na Saúde a Longo Prazo</b></p>	<p><i>“As pessoas precisam muito de ajuda, muito apoio (...) nós ficamos completamente desorientados. Eu tive tantos problemas depois disso (...) no ano seguinte deixei de ouvir... quando cheguei ao hospital o otorrino perguntou-me o que aconteceu e eu disse que deixei de ouvir e que comecei a perder líquido dos ouvidos. Ele disse: “houve aqui algo muito grave, algum trauma na sua vida que lhe matou aqui este sistema todo” (...) Tudo isto me matou! Depois fiquei com sequelas, fiquei com o síndrome vertiginoso... já caí de um escadote e tive de por uma prótese no ombro. Eu não tinha nada disto!”</i></p> <p><i>“Hoje tomo medicação que nem é comparticipada. Não há medicação que me oriente bem a tensão, sem ser aquela que não é comparticipada. Por isso é que eu digo que é preciso muito apoio!”</i></p> <p><i>“Fiquei muito fragilizada com isto tudo. Não posso ver crianças a sofrer... ainda hoje quando vejo as crianças na guerra da Ucrânia, às vezes tenho de me levantar da mesa e ir chorar. Não consigo... não consigo...”</i></p>
--	---	---

(E7)

Apoio Psicológico

*“Eu sei que desfaleci para o chão, eu queria respirar e não tinha ar para respirar... ao mesmo tempo o choque é tão grande, que parece que fiquei ali num estado de amnésia. É que uma pessoa está a viver a situação mas é como se não estivesse... isto não é verdade! “*

*“Não lhe vou dizer que não há dias em que não me vou abaixo, em que só me apetece chorar, não lhe vou dizer que não há dias em que sinto um aperto no peito e que até pergunto o que é que ando cá a fazer”.*

**Ligadas ao Desejo de Vingança**

*“Tive um ataque de raiva e de ódio tão grande, que eu liguei para a Policia Judiciária de Portimão e exigi falar com o inspector que ficou com o caso da Bruna e disse: “apanhe esse monstro e mate-o!” - eu desejei a morte daquele ser”.*

*“Agora já não penso em lhe desejar a morte. Eu estava a destruir-me por causa do ódio e da raiva que eu tinha. Eu estava a ficar doente, por causa de uma pessoa que não merece que eu adoça”.*

**Ligadas ao Julgamento Social Motivado Pela Mediatização do Caso**

*“Fui muito julgada também pelas pessoas, porque ele era de nacionalidade romena (...) Inventaram tanta coisa acerca de mim, que eu passadas duas ou três semanas peguei na carrinha e pensei: “já chega, eu não estou aqui a fazer nada!”. E fui em direção a uma praia que há no Rogil que é praia do Vale dos Homens e pus a carrinha num precipício. Era para cair, pronto! Pus a carrinha engatada em primeira, agarrei no volante, olhei para o céu e disse: “Bruna, a mãe vai ter contigo agora”! Mas automaticamente veio-me à mente a imagem da minha filha, a minha pequenita e digo: “não,*

	<b>Relativas à Proteção no Trabalho</b>	<i>“A nível de trabalho eu fiquei logo dois meses de baixa, mas depois fui ao centro de emprego porque a própria empresa deu-me o papel para o subsídio de desemprego (...) Foram impecáveis.”</i>
	<b>Financeiras</b>	<p><i>“Naqueles dois meses que estive de baixa, recebia duzentos e poucos euros e ninguém vive com duzentos e poucos euros...”</i></p> <p><i>“Por causa daquele embate emocional que sofri com a morte da Bruna... portanto eu não consigo estudar com a minha filha, por isso eu tenho a minha filha num centro de explicações para ela ser acompanhada da melhor forma”.</i></p> <p><i>“Foi quando os meus pais me ajudaram. Eu tinha uma casa a pagar ao banco, não é...”</i></p>
	<b>Jurídicas</b>	<p><b>Relativas à Guarda da Filha Mais Nova</b></p> <p><i>“Entretanto fui a tribunal para pedir a guarda total da (filha mais nova). Eu naquele tribunal senti-me muito mal dentro daquela sala... quando a senhora doutora juíza me perguntou, porque ela não consultou o processo... ela perguntou-me: “há quanto tempo está separada do pai? Há quanto tempo não contacta com o pai?” - claro, eu estava a chorar... a procuradora do Ministério Público chama à atenção: “ó doutora (...) Aí ela começa a ver a papelada e diz: “ai o pai da criança matou a sua outra filha?!?” - foi o descalabro!”</i></p>
	<b>Acompanhamento na Saúde a Longo Prazo</b>	<i>“Eu ainda hoje perdi a capacidade para ler e concentrar-me, por causa daquele embate emocional que sofri com a morte da Bruna”.</i>

	<p><b>Sentimento de Insegurança</b></p>	<p><i>“Quando ele vem extraditado para cá, ele vai ser presente ao tribunal de Lagos, mas depois ele vai aqui para uma prisão que fica em Silves, a seis ou oito quilómetros... ele estava aqui muito perto de mim e eu andava com medo (...) naqueles dois anos em que ele não foi apanhado e depois quando ele veio para a prisão de Silves, eu andava na rua... eu nunca ia na rua descansada. Tinha sempre a sensação que alguém me seguia, por causa da (filha mais nova). Eu tinha medo que ele raptasse a minha filha”.</i></p>
<p><b>(E8)</b></p>	<p><b>Apoio Psicológico</b></p>	<p><i>“Para mim mudou dramaticamente... enquanto eu for viva não consigo (...) A companhia dele... sabe que até tenho saudades daquelas coisas que às vezes não damos valor, de começarmos a desconversar quando não estamos de acordo um com o outro. eu comecei a namorar o meu marido com 16 anos e casámos com 19... e ele sai da minha companhia aos 72 anos.”</i></p> <p><i>“Olhe, eu ainda não recomecei a viver a minha vida (...) Eu não consigo tirar o preto, porque o meu coração está muito preto... portanto, o que está por fora, está por dentro.”</i></p> <p><i>“Eu já disse aos padres que não volto a comungar, porque a raiva e o ódio que tenho dentro de mim é tanto! Mas é só contra uma pessoa... muitas vezes também ralho com o meu marido, a perguntar: “Ò Fernando, porque é que foste para ali?” - eu dou comigo a falar com ele assim..”</i></p>
	<p><b>Perda de Qualidade de Vida</b></p>	<p><i>“Tínhamos qualidade de vida...”</i></p>

(E9)	<b>Apoio Psicológico</b>	<p><i>“Quando eu vi a pessoa que o agrediu, meu Deus! Eu não fazia ideia de como é que ele era e quando o vi fez-me muito mal.”</i></p> <p><i>“É horrível, Luís. Tenho pesadelos... é engraçado, porque nos pesadelos que eu tinha antes, eu imaginava o acto mas não imaginava a pessoa. Agora eu já vejo a pessoa a fazer mal ao meu pai, porque já sei como é que ele é”.</i></p> <p><i>“O meu irmão desalvorado a correr e eu não conseguia andar, parecia que estava uma pessoa a puxar para trás. Olhe, foi horrível aquele caminho...”</i></p>
	<b>Sentimento de Insegurança</b>	<p><i>“Naquele dia que ele (inspetor da PJ) me ligou para dizer (...) que já havia um suspeito. Essas três semanas até esse telefonema, nem imagina o que a gente passou...”</i></p> <p><i>“Eu desconfiava de toda a gente. Eu tinha medo de sair à rua porque desconfiava de toda a gente. O meu pai não faz mal a ninguém (...) Mas ele foi morto, alguém lhe fez mal. Olhe, não desejo a ninguém”.</i></p>
		<p><i>“Eu acho que eles estavam a ter a vida que as pessoas esperam ter com a reforma, que é aproveitarem aquilo que tanto lutaram para ter. Eles cozinhavam, mas lá ao lado há um restaurante onde se come muito barato, por cinco ou seis euros, um menu completo... eu todos os dias falava com os meus pais de manhã e à noite e eles contavam sempre para onde iam.”</i></p>
	<b>Financeiras</b>	<p><i>“Para a minha mãe (o pior) foi o aspecto financeiro. Ficou sem o vencimento do meu pai. Recebe aquela parte da pensão, mas não é igual.”</i></p>

	<b>Laborais</b>	<p><i>“Eu estava em teletrabalho na altura. É claro que não consegui fazer nada”.</i></p> <p><i>“Fiquei sempre em teletrabalho, não pus baixa... mas quando voltei foi muito complicado.”</i></p>
	<b>Relativas à Libertação do Homicida</b>	<p><i>“Se eu puder, eu vou outra vez para a justiça com isto, nem que tenha de meter outra vez um advogado, nem que meta os canais de televisão nisto. Neste país, às vezes, só quando se vai para a televisão é que se resolvem os problemas.”</i></p>

Vítimas Secundárias – Recurso a apoios

Entrevistado	Informação sobre apoios	Condições de acesso
--------------	-------------------------	---------------------

<p><b>(E1)</b></p>	<p><b>Ausência de informação</b>  <i>“Nunca me foi dito se havia alguma instituição onde podia recorrer, ou um elemento do estado, ou isto ou aquilo”.</i></p> <p><i>“Por exemplo, eu sei que agora o pedido de indemnização está entregue a uma comissão de proteção de vítimas de crimes violentos, mas quem me informou isso foi o advogado. Perguntei passados seis anos como estava a situação da indemnização. Isso está entregue a uma comissão e tal... e ele deu-me o nome da comissão porque eu não sabia nada disso. Nem sabia quem é que pagava, nem sabia nada”.</i></p> <p><i>“É que mesmo que a gente vá procurar à net... e hoje em dia está tudo na net, lá não diz que uma pessoa vítima de um crime pode recorrer aqui ou ali. Apenas está lá o básico, que temos de ter um advogado, que temos de ir a tribunal e depois disso não diz nada”.</i></p> <p><b>Desconhecimento</b>  <i>“Eu tenho direito... mas onde é que eu procuro?”</i></p> <p><i>“Não sei. A quem é que vou pedir ajuda? Precisei de dinheiro, por acaso tive familiares que me ajudaram... mas o tribunal encerrou o processo, qual é a instituição a que me posso dirigir? Acho que devia haver um acompanhamento nos anos seguintes a pessoas como eu e durante o decorrer do processo sermos informados de tudo a que temos direito e o que podemos fazer”.</i></p> <p><i>“Não tenho conhecimento de que apoios é que há!”</i></p>	<p><b>Condições de elegibilidade excessivamente restritas</b>  <i>“Eu quando fui apresentar queixa, eu assinei, disseram que se quisesse fazer um pedido de indemnização cível, tinha de contratar um advogado, a não ser que não tivesse posses económicas... mas eu acho que eles consideram posses económicos tudo o que seja abaixo do ordenado mínimo, porque tudo o que seja acima do ordenado mínimo já não temos acesso a nada”</i></p> <p><i>“(A Justiça) é gratuita se a gente não tivermos emprego ou qualquer coisa. Basta termos emprego e pela lei que está, já não temos nada gratuito”</i></p> <p><i>“É um problema, porque ou deixamos a situação correr em tribunal e não nos podemos defender porque não temos advogado, porque para sermos assistentes do processo precisamos de ter advogado, se não conseguirmos pagar não vamos ter. Então, o que é que vai acontecer? Nestes crimes vai ser uma queixa do Ministério Público contra os arguidos e nós pais, famílias e tudo, estamos ali só a assistir, não nos podemos pronunciar, não podemos nada. Porquê? Porque não temos dinheiro para pagar um advogado?”</i></p> <p><i>“Eu sou uma vítima (secundária). Só não tenho o apoio”.</i></p> <p><i>“Avaliaram a minha vida financeira para ver se eu tinha direito a advogado ou não e agora vão avaliar para ver se tenho direito a indemnização ou se já tenho muito dinheiro e não preciso da indemnização para nada”.</i></p>
--------------------	--	---

<p>(E2)</p>		<p><i>“Nunca consegui apoio judiciário para o meu neto (6 anos à data do crime, o pai foi o homicida, ficou à guarda dos avós maternos)”.</i></p> <p><i>“(A criança não teve apoio judiciário) porque temos a casa paga. Se pagássemos alguma prestação talvez tivéssemos apoio judiciário. Isto tem muito que se lhe diga e ninguém fala disto”.</i></p>
<p>(E3)</p>	<p><b>Ausência de informação</b></p> <p><i>“Como eu e o pai fomos prestar declarações no dia seguinte à judicária, não sabíamos disso. Julgava que ficávamos logo assistentes do processo. Entretanto, a minha filha mais velha pede o apoio judiciário... eu também fui para pedir apoio judiciário e ela disse-me que isso já estava pedido e eu, pronto, achei que já não era preciso. Mas a advogada que foi nomeada para a defender sabia que a minha filha não podia fazer e não me informou... e depois já tinha passado as datas e já não podia fazer nada”.</i></p> <p><i>“(Não sabia a que portas bater), eu até ao padre fui pedir ajuda para os medicamentos, daí eu ter tentado o suicídio três vezes... porque eu vi-me perdida... e foi o senhor padre que me comprou a medicação... Eu tenho vergonha disso tudo, mas é a realidade”.</i></p>	<p><b>Desconhecimento das regras</b></p> <p><i>“Ninguém me disse que a minha filha mais velha não poderia pedir isso em nome dela, os prazos passaram e eu já não pude fazer nada. Agora que o homem foi apanhado por causa de mais dois crimes é que estou tentando fazer agora o que devia ter feito na altura”.</i></p>

<p>(E4)</p>	<p><b>Ausência de informação</b>  <i>“Esta parte de finanças e da habilitação de herdeiros, foi uma amiga que temos nas finanças que nos explicou. (...) fomos nós, sem ter cabeça que tivemos de tratar, porque isto há prazos e as coisas têm de ser resolvidas nos prazos”.</i></p> <p><i>“Um pai e uma mãe que perdem um filho não têm capacidade de pensar em dinheiro. Devia ser o próprio sistema, o estado neste caso, a tratar dessas coisas. Não se deviam por à espera das pessoas que ficam sem cabeça, sem noção de nada para ir tratar. É muito triste!”</i></p>	<p><b>Desconhecimento das Regras</b>  <i>(Advogado) “arranjámos nós com um moço que é muito amigo do meu filho, que mora em Setúbal, que é polícia. Ele é que me ligou aqui para casa e perguntou: “então mas ainda ninguém vos informou dos vossos direitos”? Eu disse que não! “</i></p>
<p>(E5)</p>	<p><b>Ausência de Informação</b>  <i>“Não, não sabia” (onde pedir apoio psicológico).</i></p>	<p><b>Falta de Iniciativa do Sistema</b>  <i>“Nunca mais tive apoio (psicológico) (...) Ninguém ofereceu.”</i></p>
<p>(E6)</p>	<p><b>Ausência de Informação</b>  <i>“Não tinha ideia de nada. É como se estivéssemos perdidos. Nós tínhamos de nos defender sozinhos: “ficaste com um problema nas mãos, agora resolve-o! Não tens ninguém que te ajude!”</i></p>	<p><b>Condições de Elegibilidade Restritas</b>  <i>“Posso dizer-lhe que o primeiro natal que passei sem a minha filha, eu não tinha um cêntimo para comer praticamente... É que entretanto as coisas começaram a desenrolar-se e foi-me pedido dinheiro para um solicitador, para penhorar os bens que correspondiam à parte que a minha filha devia receber de indemnização. Foram quatrocentos e tal euros”.</i></p> <p><i>“Não tivemos direito a apoio judiciário (...) porque eu tenho casa, porque eu tenho carros, porque eu tenho um terreno, porque eu trabalhava... o meu marido ficou desempregado, mas nem isso deu direito ao apoio”.</i></p>

<p>(E7)</p>	<p><b>Ausência de Informação</b> <i>(O estatuto de vítima) “é tudo mentira, é só para inglês ver. É só no papel. É tudo palhaçada”.</i></p>	<p><b>Falta de Iniciativa do Sistema</b> <i>“É uma realidade triste e vergonhosa ao mesmo tempo. Já nem falo por mim. Nunca ninguém se preocupou com a (filha mais nova). Eu fui a tribunal pedir a guarda total da menina, mas nunca ninguém quis saber se ela está bem ou se está mal, se come ou se não come, se vive em condições razoáveis ou não, se tem uma vida digna ou não”.</i></p> <p><i>“Eu é que tive de tratar da guarda da minha filha, mesmo depois do pai dela ter matado a irmã dela. É este o respeito que têm por nós.”</i></p>
<p>(E8)</p>		<p><b>Condições de Elegibilidade Restritas</b> <i>“Eu tive de fazer coisas que nem lhe passa pela cabeça. Depois de passar por isto, ainda tive de ir ao Banco de Portugal, para ter o comprovativo que não devia nada ao país.”</i></p>
<p>(E9)</p>	<p><b>Ausência/Dificuldade em Compreender a Informação</b> <i>“Vou-lhe ser franca, no dia da leitura da sentença, se me perguntar o que o juiz disse, eu bloqueei logo, porque ouvimos que ele foi ilibado (...) Ouvimos vários valores, uns de quarenta e tal mil, um de cinquenta e tal... ouvi de 15 mil...”</i></p> <p><b>Burocracia Excessiva</b> <i>“Depois ainda me vieram pedir os meus bens... eu tive de explicar que não vivia com os meus pais. Eu vivia noutra sítio na altura. O que é que têm os meus bens a haver com a minha mãe? Foi uma batalha com o meu advogado para lhes explicar a nossa situação. Mas acho que isto aconteceu porque a minha mãe foi pedir apoio jurídico.”</i></p>	<p><b>Condições de Elegibilidade Restritas</b> <i>“O advogado diz que como o homicida não tem bens, nós não temos direito a nada.”</i></p> <p><i>“O advogado diz que se a minha mãe vier a receber alguma coisa vai ser por parte da Segurança Social. Uma compensação pelo diferencial da reforma que a minha mãe recebe agora, relativamente àquilo que o meu pai recebia. Mas eu já não estou à espera de nada, para ser sincera.”</i></p>

Vítimas Secundárias – Apoios formais recebidos

Entrevistado	Psicossociais	Financeiros	Jurídicos	Informação sobre processo	Outros
(E1)	<p><b>Nenhum</b></p> <p><i>“Não vi da parte das entidades competentes um apoio. Isto tudo aconteceu, nós fomos assistentes do processo, somos considerados vítimas de crime violento, mas eu não vi, por exemplo, o Estado, nem ninguém, chegar ao pé de nós a perguntar se precisamos de apoio, se estamos bem psicologicamente. Portanto, não houve nada, nunca houve um acompanhamento sequer”.</i></p>	<p><b>Nenhum</b></p> <p><i>“Precisei de dinheiro, por acaso tive familiares que me ajudaram... mas o tribunal encerrou o processo”</i></p>	<p><b>Nenhum</b></p> <p><i>“Eu pedi foi apoio à Segurança Social, mas foi negado, derivado aos rendimentos”.</i></p>	<p><b>Insuficiente</b></p> <p><i>“Nem em tribunal, nem das investigações. Nada. Ou seja, eu ia recebendo as notícias da investigação, a Judiciária ia-me pondo a par do que podia, eu ia sabendo as coisas que iam acontecendo, mas nunca tive ninguém que me pudesse acompanhar. Ou seja, levava com aquele choque e tinha de me aguentar”.</i></p>	

<p>(E2)</p>	<p><b>Insuficiente</b></p> <p><i>“A única pessoa que agiu foi a minha médica de família, que arranjou logo uma psicóloga de intervenção, que interveio logo (com acompanhamento ao filho da vítima de homicídio).</i></p> <p><i>“Nós (os pais da vítima de homicídio) andámos na APAV um ano e tal, até à APAV deixar de ter psicólogos decentes... Arranjou-nos as consultas, encaminhados pela Polícia Judiciária... Uma por semana, para mim e para o meu marido. Mas, depois, dispensaram os psicólogos... e eu fiquei para aí um ano sem apoio nenhum. Arranjei depois consultas numa associação, onde hoje faço tratamento psicológico semanalmente também.”</i></p>	<p><b>Nenhum</b></p> <p><i>“Recorri a tudo, tudo, tudo! (...) (Recebi) zero. O meu neto começou a receber 75 euros, à coisa de um ano, porque antes não recebia nada. Como não tinha as responsabilidades parentais, não recebia nada”.</i></p>	<p><b>Nenhum</b></p> <p><i>“Abri um processo de inibição do poder paternal com a ajuda a instituição na qual faço tratamento psicológico, eles meteram-se ao barulho... porque a APAV sabia dessa situação toda e podiam ter feito alguma coisa, mas não fizeram nada, então a AMCV abriu um processo de inibição do poder paternal e o processo foi avante”.</i></p>	<p><b>Insuficiente</b></p> <p><i>O filho da vítima de homicídio, à guarda dos avós, recebe uma pensão de alimentos de 75€, através do Fundo de Garantia da Segurança Social</i></p>
-------------	--	---	---	---

<b>(E3)</b>	<b>Nenhum</b> <i>“Nada. Ninguém... nem eu, nem os meus netos, nem o pai, ninguém”.</i>	<b>Nenhum</b> <i>“Nada... nada... nem o pote das cinzas”.</i>	<b>Nenhum</b> <i>“Nada. Nem eu, nem o pai, nem a família dela (sabiam que o julgamento estava a decorrer)”.</i>	<b>Nenhuma</b> <i>“Soubemos pelas notícias, pronto. Quando ele foi preso toda a gente ficou sabendo. Nós fomos aqui o tribunal no dia em que foi responder quando foi detido. A partir daí nunca mais soubemos de nada”.</i>	
-------------	---	--	--	---	--

<p>(E4)</p>	<p><b>Insuficiente</b></p> <p><i>“Um psiquiatra. Tivemos de ser nós a procurar... o meu marido primeiro ficou pior do que eu, mas ao fim de pouco tempo fiquei eu pior do que ele. Eu tinha noção que não estava bem, mas ele não. Ele dizia que não estava maluco e que não queria ir. Foi uma batalha!...”</i></p> <p><i>(Os psicólogos da GNR) “disseram ao meu marido que tinha de ir ao médico. Eles disseram que estava mesmo muito mal. Depois foram eles que pegaram e ligaram ali para o hospital e falaram com a psicóloga do hospital e contaram com a situação e perguntaram se ela podia atender. Foi num dia já de noite que me levaram ali... e eu fiquei lá. Depois eles vieram embora para Lisboa e comecei a ir lá”.</i></p>	<p><b>Insuficiente</b></p> <p><i>“Então o médico tivemos de pagar do nosso bolso (...) O meu marido começou a ir primeiro a um neurologista e pagávamos 75 euros cada consulta”.</i></p> <p><i>“Foi a GNR que tratou disso tudo (da indemnização). Foram os serviços deles que trataram tudo porque era de lei. Eram não sei quantos ordenados mínimos... deu 121 000 euros”.</i></p> <p><i>“Passo recibos para algumas patroas e desconto para a segurança social, mas a segurança social não me veio dar nada”.</i></p>	<p><b>Insuficiente</b></p> <p><i>“Nós começámos em 2014 a tratar disto (da pensão de sangue), foi um GNR ter connosco para nos ajudar, que nós não tínhamos cabeça, fomos entregar os papeis a Setúbal... tenho ido montanhas de vezes à segurança social, já fui a Setúbal montes de vezes, já fomos a Lisboa, disseram que estava tudo tratado, que íamos receber uma carta... e até hoje não se recebeu carta nenhuma. Eu já não sei mais o que fazer!”</i></p>	<p><b>Insuficiente</b></p> <p><i>“Foi o comandante do posto que ligou logo de manhã. Percebemos logo que havia ali uma coisa grave. Ele praticamente nem nos disse nada. Perguntou só onde é que estávamos e para ficarmos lá, que ele ia lá ter... eu percebi logo... depois ligámos para minha irmã que mora no Lavradio, ligámos para aqui e para ali e quando chegou o psicólogo com o comandante, nós já sabíamos o que tinha acontecido”.</i></p>	
-------------	--	---	--	---	--

<p>(E5)</p>	<p><b>Nenhum</b></p> <p>“Apoio mesmo de alguém, nem da APAV, não tive nada. Até a própria policia podia ter mandado um psiquiatra ir lá casa porque no estado em que eu estava... não tive apoio, completamente nada de ninguém. Só da minha família...”</p>	<p><b>Insuficiente</b></p> <p>“Eu ainda cheguei a ir à Segurança Social... nunca tive apoio de nadinha... nada de nada. Ainda agora a gente passa um bocado mal e não temos apoio de nada”.</p> <p>“Quando recebi o apoio do apoio às vítimas, que a minha advogada disse que eu tinha direito a esse apoio, que era 30 mil euros, mas eles só quiseram dar esses 15 mil... foi para pagar despesas, foi para pagar dívidas que eu tinha e pronto, pouco restou...”</p>	<p><b>Insuficiente</b></p> <p>“A primeira advogada que pedi (...) desisti de ser minha advogada, tive de arranjar outra. Aquela era muito novinha e eu estava sempre a mandar vir com ela, porque ela não resolvia situação nenhuma... então arranjei esta que é minha advogada há quase dez anos.”</p> <p>“Eu tive o apoio pela Segurança Social porque eu recebo pouquinho”.</p>	<p><b>Insuficiente</b></p> <p>“O presidente da Junta de Freguesia, que é o Mário Moura, enganou-me bem enganada, a dizer que me arranjava casa, isto e aquilo, que eu estava em primeiro lugar... onde é que eu fui parar? A uma casa de acolhimento aqui na Idanha...”</p>
-------------	--	---	--	---

	<b>Nenhum</b>	<b>Nenhum</b>	<b>Nenhum</b>	<b>Razoável</b>	<b>Insuficiente</b>
<b>(E6)</b>	<p><i>“Ninguém veio perguntar se eu estava bem de saúde, o que é que me faltava, dar uma palavra de apoio. Vinham muitas pessoas, pessoas de fora, curiosos... sou-lhe sincera, muitos curiosos. Mas alguém de direito vir ter comigo perguntar-me, ou disponibilizar-me um psicólogo para me ajudarem, ninguém...”</i></p> <p><i>“Ninguém disponibilizou um psicólogo, um médico, alguém que me ajudasse...”</i></p> <p><i>“Eu, de cada vez que estava mal ia ao centro de saúde, mas só me punham a dormir. Eu pedia ajuda e só me punham a dormir”.</i></p>	<p><i>“O meu marido ficou desempregado, ficámos aqui abandonados... ninguém, ninguém aqui veio perguntar se precisávamos de alguma coisa. Ninguém!”</i></p> <p><i>“Nem as assistentes sociais aqui da Câmara Municipal de Santa Comba Dão aqui me bateram à porta a perguntar se eu tinha necessidades, se precisava de pão, se precisava de comida, se precisava de água. Nada, nada, nada...”</i></p> <p><i>“O presidente da câmara da altura disse que nos pagava os funerais, mas não pagou... paguei 1250 euros de funeral. (A Segurança Social) reembolsou-me cento e tal euros ou duzentos e poucos euros do funeral porque a minha filha era estudante e tinha direito a abono de família... só por isso. Mas...”</i></p>	<p><i>“O meu advogado pediu. E recebi mesmo a carta a dizer que não tinha direito ao apoio jurídico. Olhe, ficámos para aqui... cada um que se defendesse”.</i></p>	<p><i>“Fiquei a saber que ele tentou a violação pós-morte. Depois de a matar, tentou violá-la. Tirou-lhe a roupa, vestiu-lhe as cuecas... pôs as duas pernas no espaço só de uma... já nem lhe conseguiu vestir as calças todas. Deixou-lhe a roupa a meio do corpo, tirou-lhe o cinto das calças e apertou-lhe a cabeça e o queixo com o cinto das calças.”</i></p>	<p><i>“A primeira coisa que mudava era a lei da prisão para estes casos assim. Ou era prisão perpétua ou então matá-los”.</i></p>

(E7)	<p><b>Teve Apoio/ Não serviu</b></p> <p><i>“Logo no dia em que se soube que a Bruna tinha falecido, veio logo uma equipa de psicólogos pelo município de Aljezur que intercederam, mas eu não queria falar com ninguém. A minha mãe sim, falou com uma das psicólogas, mas eu e o meu pai, não (...) Nunca (mais) quiseram saber de mim nem da minha filha”.</i></p>	<p><b>Insuficiente</b></p> <p><i>“Entretanto a (filha mais nova) (filha mais nova) tinha direito a 150€ de apoio do estado (...) Entretanto até ter saído a guarda da menina (...) vou trabalhar para a clinica do Miguel. Então, o Miguel dá-me um ordenado e a (filha mais nova) perde o apoio dos 150€ do estado porque o meu ordenado superava em 15€ o limite que o estado prevê para pagar o apoio (...) Ó Luís, não lhe quero mentir eu acho que ganhava uns seiscentos e poucos euros.”</i></p> <p><i>(Atualmente) “a minha filha só tem um abono de 39€ por mês... acho que agora é 41€...”</i></p>	<p><b>Nenhum</b></p> <p><i>“Nem querem saber. Eu nem existo! Até lhe digo mais... nem eu, nem a minha pequenita! Para além de ter perdido a irmã, também perdeu o pai!”</i></p>	<p><b>Razoável</b></p> <p><i>“Entretanto vem o jipe da Judiciária a (...) e sou interrogada por eles durante quatro horas e meia. Ao fim dessas quatro horas e meia (...) o inspector disse: “Lília, está na hora de saber a verdade” e eu disse “que verdade inspector?” - e ele disse: “encontrámos o corpo da Bruna”</i></p>	
(E8)		<p><b>Insuficiente</b></p> <p><i>“Eu tenho a minha reforma e fiquei com 60% da reforma dele, mas não é a mesma coisa.”</i></p>			

(E9)	<p><b>Insuficiente</b></p> <p><i>“A Judiciária deu-nos logo um papelinho para ligar para a APAV, para termos consultas (...) Aquilo ainda demorou uns dias, mas depois lá marcaram (...) Não gostei (...) porque estavam sempre a falar no assunto e a explicar como é que tinha acontecido e eu não queria falar no assunto. O meu irmão só teve um dia e nunca mais foi. Eu ainda fui a duas ou três consultas. A minha mãe também só foi uma vez.”</i></p>			<p><b>Razoável</b></p> <p><i>“Segundo a Judiciária, ele deu luta e se ele deu luta não ficou logo à primeira. No acórdão vi logo aquela parte e fiquei por ali, não quis ler mais nada...” -</i></p> <p><i>“No dia que me ligaram para dizer que havia um suspeito, disseram logo que se fosse ele, era uma pessoa com problemas mentais e que já estava detido por ter atacado outro homem...”</i></p>	
------	---	--	--	---	--

Entrevistado	Psicossociais	Financeiros	Jurídicos	Informação sobre processo	Outros
(E1)	<p><i>"Eu recorri à psicóloga dos bombeiros porque cheguei a um ponto em que disse que tinha de desabafar com alguém e tinha de deitar isto cá para fora. Mas foi por minha conta, foram conhecimentos meus".</i></p> <p><i>"O miúdo teve (apoio psicológico) na escola. A escola perguntou o que pensávamos de um psicólogo. A gente disse que sim, tendo em conta a situação. A escola disponibilizou os psicólogos próprios deles. Mas foi a escola, ou seja, o estado em si nunca teve uma conversa connosco. Foi a escola".</i></p>		<p><i>"Eu consegui o advogado e consegui ter acesso ao processo, consegui saber tudo o que se estava a passar. (...) Pude pôr provas no processo. Se uma pessoa não tiver advogado, não for assistente, é um mero espectador, anda ali só a ver a bola. No meu caso foi o meu filho... para poder ajudar a resolver a morte do meu filho tive de pagar para isso. Mas devia ser o estado a dizer; "olha, está aqui um advogado e podes trabalhar com ele".</i></p>	<p><i>"Isto aconteceu no dia 16 de Novembro de 2016 e ele foi detido a 16 de Dezembro de 2016, portanto após um mês (...) Esse mês custou muito a passar. Eu hoje entendo que a investigação demora ao seu tempo, que eles têm de seguir certos tramites (...) Depois as informações também da Judicária não são muitas, não é... também não podem dizer muito porque, lá está, a informação está em segredo de justiça e a gente vive aquele mês assim um bocado complicado".</i></p>	

<p>(E2)</p>		<p>“Ele é que ainda pediu uma indemnização pelo tempo em que esteve preso injustamente (...) (Não pagou) nada. Senhor Luís, eu não quero dinheiro nenhum para mim, mas sim para os meus netos”.</p>	<p>“Senti-me perdida, lesada, ofendida, humilhada, porque a justiça humilha as vítimas... menospreza. Para mim, a seguir à perda da minha filha, o pior é a justiça. A justiça é torturante, assustadora... e é cara. As vítimas são tratadas como lixo”.</p> <p>“Foram oito anos nisto. Em Espanha, um homem ou uma mulher que cometam este tipo de crime ficam logo inibidos. De imediato! Aqui nem sequer há processo! Olhe que eu quis passar o Natal com os meus sobrinhos em França, em 2019, antes da pandemia (...) fui ao tribunal porque achei que eu podia, mas disseram: “Não, não! Tem de ter autorização e o pai tem de tomar conhecimento”- Eu passei-me!”</p>	<p>“É bom que se diga que ele (o homicida, pai da criança) tinha três imóveis e, já depois de preso, passou os três para o nome da irmã, para não dar pensão de alimentos.”</p>
-------------	--	---	---	---

<p>(E3)</p>		<p><i>“Eu fui a todo o lado. Fui à Segurança Social, fui à Câmara, fui à aos serviços sociais da Câmara para ver se conseguia uma casa... nada! Nada! Daí a minha angústia, a ver a minha vida andar para trás, sem a minha filha, sem ninguém, sem comer, sem onde dormir, sem onde ficar... no inverno... porque apanhei parte do inverno. Foi quando eu dormi na rua, à porta da igreja. Vá lá que ainda tinha um edredonzito... agora rio-me, mas aquilo não dá vontade de rir”</i></p>	<p><i>(Se mandasse no país) “a primeira coisa que eu cuidava era a pena. É muito baixa para certos casos”.</i></p>	<p><i>“Fiquei praticamente com a roupa que tinha no corpo... quer que lhe diga mais?... cheguei a ao contentor do lixo à procura de comida, como os sem-abrigo”.</i></p> <p><i>“Para mim não houve nada”.</i></p>
-------------	--	---	--	---

<p>(E4)</p>	<p><i>“O psicólogo veio aqui a casa meia dúzia de vezes e depois pronto, disse que se quiséssemos continuar, que tenhamos de ir a Lisboa. Mas então o meu marido não sabia conduzir aqui, quanto mais em Lisboa?”</i></p>	<p><i>“Não usufruímos de nada. Aqui há uns anos esteve aqui um Tenente-Coronel para fazer um inquérito, o homem esteve aqui uma tarde inteira... e a primeira coisa que perguntou foi de quê que a gente sobrevivia. Eu disse que tenhamos de trabalhar e de algumas economias que tenhamos. “Então e a pensão?” - Não temos! “Então e os cartões de saúde?” - Não temos!... E depois ele ligou para um qualquer aqui na nossa frente e passados uns 15 dias veio uma assistente social da GNR para fazer o nosso processo e ela também disse: “nem sei porque é que vocês não recebem porque isto está tudo tratado”! Não saímos disto...</i></p> <p><i>“Agora já soubemos que o processo está concluído, que já lá está o montante dos retroactivos, mas a directora do centro nacional de pensões não assinou o processo. Não sei porquê? Até parece que vai pagar do bolso dela!...</i></p>	<p><i>(O advogado) “ao inicio, era cinco estrelas, atendia sempre, ou retribuía as chamadas... agora já não. Nem responde às chamadas, nem às mensagens, nem nada (...)</i> Disse que eram 5000 (euros), mas pediu logo 1500... mas eu agora já não lhe dou mais dinheiro nenhum”.</p>	<p><i>“Do estado, nada! Rigorosamente nada! è o que o meu marido diz: “só tivemos direito a perdê-lo, mais nada”. É triste dizer isto, mas é verdade, é realidade”.</i></p>
-------------	---	---	--	---

(E5)	<p><i>“Que ajudassem as pessoas psicologicamente e financeiramente e... as pessoas que têm pouco com que sobreviver e que não têm quem lhes dê a mão, é um problema”.</i></p>	<p><i>“Que ajudassem as pessoas psicologicamente e financeiramente e... as pessoas que têm pouco com que sobreviver e que não têm quem lhes dê a mão, é um problema”.</i></p>		<p><i>“Nem sei porque mataram o meu filho. Todos os dias vinha um amigo dele e inventava uma história diferente... sei que foi uma facada fatal”.</i></p>	<p><i>“A primeira coisa que eu mudava é que a justiça actuasse mesmo nos crimes”.</i></p>
(E6)	<p><i>“Se tive um psicólogo fui eu que paguei. Fui eu que disponibilizei o meu dinheiro e fui eu que paguei para ter uma certa ajuda. E tive de levantar a cabeça e andar para a frente e encarar a situação e agarrar a vida pelos cornos...”</i></p> <p><i>“Só me deram possibilidades de ter um apoio psicológico passado quase um ano. Nessa altura já não precisava. Tinha dado a volta à situação e agarrei a vida pelos cornos, já tinha andado para frente”.</i></p>	<p><i>“Eu tinha uma indemnização de 155 mil euros para receber. Só a minha família (...) Recebi 18 mil euros”.</i></p>	<p><i>“Na altura paguei dois mil e tal euros de custas de tribunal, eu não tinha dinheiro e andei a pagar ao tribunal todos os meses 160 euros até perfazer aquela quantia... todos os meses ia à Caixa Geral de Depósitos e depositava. É inacreditável.”</i></p>		

<p>(E7)</p>	<p><i>“O apoio psicológico é fundamental, mas o apoio financeiro é crucial. São dois factores muito importantes. Isso é muito bonito porque a lei diz isto e aquilo, mas depois o governo não cumpre... que país somos nós? ”</i></p>	<p><i>“A indemnização que pedi em tribunal foi em nome da Bruna e em nome da (filha mais nova) (...) Foi uma indemnização de 110 mil euros. Claro que ele não tem nada (...) já passaram oito anos e... nada. Não recebi nada”.</i></p> <p><i>“A necessidade principal foi nível financeiro, sem dúvida. Se não tivesse os meus pais, como é que seria? Eu não teria dinheiro para pagar a minha casa ao banco, nem para alimentar a minha filha...”</i></p>	<p><i>“Ofereceu-se um advogado que era amigo dos meus pais. Veio ter comigo e disse que seu eu quisesse, que me representava (...) Não (recebi apoio do sistema). Isto foi solidariedade”.</i></p>	<p><i>“Só depois de ele ser apanhado é que eu soube (o que aconteceu à Bruna). (...) Eu sempre tive uma grande curiosidade em saber se a Bruna tinha sido violada (...) E o inspector disse que não. (...) Mas como eu sou teimosa, fui na mesma consultar o processo. Só não vi as reportagens fotográficas que a PJ fez ao corpo da minha filha”. Isso era estar a ser masoquista.”</i></p>	
-------------	---	--	--	---	--

<p>(E8)</p>		<p><i>“Está mencionado no acórdão e isso ficou-me sempre na cabeça que recebo aquela parte da reforma dele, porque ele já cá não está para se sustentar com esse dinheiro. E há outra coisa que me revolta cá dentro é estar mencionado no acórdão que o dito cujo tem de comer, que pagar medicamentos.. e tudo isso é uma revolta.”</i></p>			
-------------	--	---	--	--	--

<p>(E9)</p>	<p><i>“Não gostei (do apoio psicológico) por motivo de estar a carregar sempre na mesma tecla... não sei se é por estar muito recente ainda, mas eu não queria falar (...)Elas estavam a fazer o papel delas, eu é que não estava preparada...”</i></p>		<p><i>“Em relação a advogado, a minha mãe trabalhou com uma doutora e ela ofereceu-se para tratar de tudo... ela queria este caso (...) E a minha cunhada é secretária lá do escritório de advogados. Ela ia-nos informando de tudo. Foi tudo facilitado.”</i></p>	<p><i>“O meu irmão liga-me aos gritos, em pânico: “mete no Correio da Manhã, mete no Correio da Manhã! (...) Eu só ouço o meu irmão aos gritos: “é o meu pai, é o meu pai, de certeza que é o meu pai, o meu pai está morto, mataram o meu pai!”.</i></p>	<p><i>“Eu sou secretária do presidente da Junta de Freguesia de Marvila e ele disse logo: “Elsa, esquece!”. Aliás, ele ligava-me todos os dias (...)</i></p> <p><i>O meu presidente pôs-me em teletrabalho. Ele foi espectacular! E só fui quando achei que ia começar a ir às reuniões, mas ia só lá uma vez por semana”.</i></p> <p><i>“Ninguém imagina o sofrimento que isto causa a uma família, do principio ao fim. No fim do processo quando fomos buscar os pertences dele, que estavam guardados como prova, pegámos no fio dele que ele trazia ao pescoço e ainda estava cheio de sangue. Tudo serve para recordar o horror que ele deve ter passado.”</i></p>
-------------	---	--	--	---	--



INSTITUTO SUPERIOR  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
E POLÍTICAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

Vítimas Secundárias – Perceção de justiça

<b>Entrevistado</b>	<b>Na investigação</b>	<b>Na pena aplicada</b>
---------------------	------------------------	-------------------------

<p>(E1)</p>	<p><b>Perceção de falhas</b></p> <p><i>“Sabendo que há pelo menos mais um ou dois metidos ao barulho, não houve investigação suficiente para os apanharem. Porque há provas de que há mais alguém metido no assunto, há testemunhas que viram pessoas lá, mas a Judiciária ou não se mexeu ou não conseguiram achar provas, mas sinto que a justiça não foi feita enquanto não for apanhado pelo menos mais um”.</i></p>	<p><b>Perceção de insuficiência da pena/ausência de justiça</b></p> <p><i>“(em relação) ao que está condenado, porque na 1ª Instância levou 17 anos. O Ministério Público recorreu e levou 20, mas dado o crime que foi e tudo, mesmo alei máxima que é 25 era pouco”.</i></p> <p><i>“Nós estávamos sempre a contar com a pena máxima, porque além do crime que foi cometido com extrema violência houve profanação de cadáver... depois de morto ainda continuaram a fazer coisas ao corpo, inclusive porem paus na garganta e tudo. Portanto, menos do que 25 anos, para mim, não dava. E depois, lá está, os 20 anos, sabendo o que se passa nas prisões e tudo, para mim não encerra o ciclo, porque atualmente uma pessoa quando comete num crime destes vai para a prisão, mas não... não está preso, tem uma vida tão boa atualmente que é difícil o ciclo ser encerrado”</i></p> <p><i>“Como foi feito o julgamento também não concordo... não concordo que este tipo de crime tenha atenuantes. Nestes casos não.”</i></p> <p><i>“Isto acompanha as pessoas sempre para o resto da vida, mas pelo menos se fossem apanhados... uma coisa é não levarem a pena suficiente, porque é sempre pouco, mas pelo menos as pessoas foram apanhadas. No meu caso, o processo ainda não acabou porque não foram todos apanhados, não sabemos o porquê.”</i></p> <p><i>“Ele cumpriu a pena dele, tudo bem. Mas cumpriu a pena dele ao estado. A mim nunca vai cumprir porque ele tirou-me um filho”.</i></p>
-------------	--	--

<p>(E2)</p>	<p><b>Perceção de falhas</b></p> <p>"120 mil euros! Pagou zero! Não paga porque o coitadinho não tem nada (...) Eu entreguei no Ministério Público... eu tenho aqui as certidões em como ele doou... doou... ele foi preso em Março. Em Abril doou os imóveis à irmã. A procuradora ainda gozou comigo... se isto não se tivesse passado comigo eu não acreditava".</p> <p><i>"Tenho uma mágoa muito grande com a justiça portuguesa, porque tudo falhou".</i></p> <p><i>"Eu quando tive acesso ao episódio de 2013 percebi que a policia fez uma avaliação de alto risco, mas a procuradora desvalorizou e disse que não era alto risco. Aquele homem era para estar preso!"</i></p> <p><i>"Não apanhou os 25 anos que é o que era justo. Se ele apanhou os 20 anos, eu posso agradecer à comunicação social que esteve em cima do caso".</i></p>	<p><b>Perceção de insuficiência da pena/ausência de justiça</b></p> <p><i>"Não (são justos os 20 anos de pena). Nem os 25 seriam justos. Na nossa vizinha Espanha, por um crime destes, pelo menos 35 anos ele apanhava".</i></p>
-------------	--	---

(E3)

**Relativamente à libertação do suspeito julgado pelo homicídio**

*“Eu não percebo que juiz é este... ele deixou muitas provas... e é suspeito de ter matado (mais duas mulheres). Se o tivessem prendido logo, estas desgraças não tinham acontecido. Ele na minha filha deixou ADN em todo o lado... nos atacadores da minha filha, nos cintos do carro... como é que o juiz não tem provas?! Como ?!”.*

*“(A Justiça) cada vez funciona menos”.*

*“As penas mais altas! Para estes casos devia haver é pena de morte. Há pessoas que não deviam poder andar na sociedade. Um homem destes não deve andar na sociedade, porque ele sai de lá e vai fazer igual. Aquilo está-lhe no ADN”. Ele sente prazer em fazer sofrer os outros.*

<p>(E4)</p>	<p><b>Relativamente ao Resultado da Investigação</b></p> <p><i>“Justo para mim era eles terem pago pelo inocente ter partido. Se elas tivessem dito quando ele as salvou que estava ali um homem armado, o meu filho nunca entrava. Mas elas nunca disseram nada disso. Portanto, também são culpadas. Aquelas pessoas não têm perdão! Nunca na vida! A PJ andou a investigar um ano e tal, mas aquilo ficou em nada”.</i></p>	<p><b>Relativamente ao Desfecho do Caso</b></p> <p><i>“No final disto tudo, os culpados todos se safaram e o inocente é que partiu, pronto!”</i></p> <p><i>Justiça não houve para nós! Não há justiça... começa logo por aquela gente do café que foram os causadores disto porque deram uma informação mal dada. Logo daí deviam ser também chamados à atenção. Uma das coisas que me procurou mais a procurar um advogado foi para que houvesse justiça com aquelas pessoas, porque para mim foram tão culpados como quem deu o tiro. Eles chamaram-no para a morte! O advogado disse-me que nós estamos cheios de razão, mas que eles são considerados vítimas.</i></p> <p><b>Relativamente à Indemnização</b></p> <p><i>“Sinto-me (abandonada)! É triste... isto é uma coisa muito fácil de explicar.. se fossemos de um país desses de leste, tínhamos recebido os valores que a mulher daquele que teve problemas com o do SEF recebeu. Ela recebeu 800 000 euros. Mas como somos portugueses, com 120 000 chegou. E de certeza que ela recebeu os 800 000 euros e ainda teve direito a mais umas coisas. É muito triste...”</i></p> <p><i>“Isto foi tudo muito mau, nem sei bem explicar. (...) Tínhamos um pé de meia, mas o pé de meia não dura uma vida. Dos 121 000 euros que recebemos, em nove anos se fossemos a tirar só daquilo para sobreviver, já não tínhamos dinheiro nenhum há muito tempo! E ficámos os dois sozinhos sem ninguém! Agora se temos direito àquela pensão... as nossas reformas são baixas, sempre era uma ajuda para um dia quando estivéssemos reformados. Olhe,</i></p>
-------------	--	--

(E5)

**Atuação da PSP na Noite do Crime**

*“A PSP não está preparada para dar uma noticia destas a uma mãe, nem nada. Bateram-me à porta e ainda nem eram ser seis da manhã, eu até pensava que era ele, porque ele nunca andava com as chaves de casa. Mal chegaram a minha casa perguntaram se eu era a mãe do Paulo Nuno Cunha Santos e eu disse que sim... e disseram logo: “o seu filho está morto”!*

**Demora no Auxílio à Vítima e na Chegada da Polícia ao Local**

*“Os bombeiros de Caneças recusaram-se a ir ao local porque disseram que Casal de Cambra pertencia a Belas. A PSP também demorou a chegar. Os bombeiros de Belas também demoraram a chegar. Foi muito tempo de espera. Conforme ele caiu, não disse nem mais uma palavra... eu depois perguntei aos amigos dele se ele ainda disse alguma coisa... e o rapaz disse-me que ele ainda disse que amava muito a mãe... será que ele disse?”*

**Atuação da PJ**

*“O primeiro inspector que eu tive não fazia trabalho completamente nenhum (...) chegou ameaçar-me, porque eu mandei vir com ele por ele não fazer e não procurar e essas coisas todas... ele ameaçou-me que me punha num calabouço, ameaçou-me que me tirava o meu filho”.*

*“Estive uma data de anos sem saber uma única noticia desse inspector (...) Mudou de inspector em Outubro do ano passado (2022). Este novo inspector foi um espectáculo! Ele disse-me para não me preocupar porque tinha muita gente conhecida em França... e foi em Dezembro que ele me deu essa noticia que o assassino tinha*

<p>(E6)</p>	<p><b>Perceção de Falhas da GNR</b>  <i>“Quando vi que a Joana não aparecia, (...) fomos à GNR, mas a GNR disse que só passado 48 horas” (...) Ao outro dia é que a GNR se pôs a caminho e começou a procurar”.</i></p> <p><i>“A PJ era uma equipa bastante acessível. A GNR aqui é que não dava grande saída à situação, porque como eram raparigas novas, uma das vezes lembro-me de ter ouvido uma boca: “ela foi dar uma queca com o namorado e depois volta”...”</i></p> <p><b>Ausência de Informação</b>  <i>“O tempo em que estivemos à procura da Joana foi uma angústia. Foi uma angústia muito grande porque não sabíamos o que se tinha passado. Entretanto quando começou a aparecer notícias do cadáver encontrado na barragem da Aguieira, partes de um corpo... era da Mariana... foi muito complicado, porque eu não queria acreditar nisso”.</i></p>	<p><b>Perceção de insuficiência da pena/ausência de justiça</b>  <i>“Toda a gente (falhou)! Até o Ministério Público. Ainda hoje me pergunto a mim própria se o cabo Costa foi capaz de fazer aquilo sozinho...”</i></p> <p><i>“Não acredito no sistema, não acredito na justiça, não acredito em nada disto. (...) Aquele gajo fez o que fez e não pagou nada. O dinheiro não traz nada de volta, mas se ele as fez, tem de as pagar”</i></p> <p><i>“Divorciou-se da mulher para passar as coisas para o nome dela (...) Fez tudo a mando da advogada dele, à frente de toda a gente e ninguém fez nada. Tudo nas barbas da justiça! (...) Porque é que não lhe penhoraram os bens? Porque é que não lhe penhoraram o ordenado dele? Porque é que não o privaram de fazer essa divisão dos bens? Porquê?!”</i></p> <p><i>“Ponho-me a pensar que a minha filha podia ter uma vida boa, podia estar bem, podia estar casada... e aquele cabrão está, come e bebe, respira o ar que faz falta a muita gente e bebe a água que faz falta a muitos pássaros! Como é que aquele homem consegue estar cá?!”</i></p> <p><i>“A primeira coisa que mudava era a lei da prisão para estes casos assim. Ou era prisão perpétua ou então matá-los”.</i></p> <p><b>Relativamente à Condenação e Condições de Cumprimento da Pena</b>  <i>“Já teve uma precária... já andou a respirar ar puro! E a mulher e o filho podem visitá-lo sempre que quiserem”.</i></p>
-------------	---	--

<p>(E7)</p>	<p><b>Elogios à GNR e à PJ</b></p> <p><i>“Quando eu saí do posto, o cabo disse-me que quando chegasse a casa ia ter dois carros da GNR à espera. E assim foi. Até pode ter havido alguma falha, mas eles entraram à procura da Bruna logo naquele momento. Logo nessa mesma noite, os agentes da GNR de Aljezur e de Odeceixe, juntaram-se à procura da Bruna”.</i></p> <p><i>“Foi dito por advogados na comunicação social, na televisão, que seria muito difícil apanhar entre fulano, que se tivesse ido para o país dele, facilmente obteria uma identidade falsa. Toda a gente me dizia que este fulano nunca mais seria apanhado. Mas a Polícia Judiciária, o inspector que ficou com o caso da minha filha deu-me sempre a esperança que o iam apanhar. E ao fim de dois anos foi apanhado! Foi um trabalho excelente!”</i></p> <p><i>“A própria Polícia Judiciária, que deu-me apoio, muito apoio, sem dúvida. O inspector que ficou com o caso da Bruna, a gente acabou por criar uma amizade, o que é muito raro”.</i></p> <p><b>Críticas ao trabalho da GNR</b></p> <p><i>“Eu estive a explicar a situação aos agentes e um deles diz-me: “ó minha senhora, será que a sua filha não fugiu com o namorado, não está grávida?” - eu até quase me exaltei com esse agente!”</i></p>	<p><b>Relativamente à Pena</b></p> <p><i>“A justiça do homem está feita... aquilo que tiver de ser, será”.</i></p> <p><b>Relativamente ao Tratamento em Tribunal</b></p> <p><i>“Eu era a primeira testemunha a ser ouvida. Quando fui para entrar na sala, o fulano estava lá. Eu voltei para trás e disse que não entrava na sala com a presença dele... retiraram o gajo de lá”.</i></p> <p><b>Relativamente ao Papel do Estado</b></p> <p><i>“Segundo as contas que a minha advogada fez, o estado teria de pagar trinta e quatro mil e tal euros (...) O que eu vejo é que o estado paga, se forem os inspectores do SEF a tirar a vida àquele senhor ucraniano... aí o estado pagou setecentos e tal mil euros à esposa... mas então e nós?! Eu até já tinha falado com os meus pais... um dia vou fazer barulho com isto. Eu e os outros pais temos de nos juntar e medir forças com esta gente! Isto não pode ficar assim”.</i></p>
-------------	--	--

<p>(E9)</p>	<p><b>Relativamente à Atuação da PJ</b>  <i>“Aqueles dois agentes sempre tiveram muita atenção connosco, telefonavam-nos a saber se a gente estava bem, deixaram-nos à vontade... e eu chateeí muito, porque todos os dias tinha uma pergunta para fazer”.</i></p> <p><b>Relativamente à atuação da PSP</b>          “Na esquadra disseram que tenhamos de esperar até à meia-noite e que depois da meia-noite iam começar à procura. Só que a gente começou antes”.</p> <p><i>“Eles achavam que o meu pai andava perdido... Com isto tudo, chegámos aqui a casa e era meio dia... porque o policia disse: “vão para casa, que eles contactam-vos, não vale a pena andarem à procura do nada”.</i></p>	<p><b>Relativamente ao Tratamento em Tribunal</b>  <i>“Acho que nos podiam ter poupado à presença dele. E no momento em que fui chamada para ser ouvida, em que ele estava mesmo atrás de mim, nem imagina como me estava a sentir... porque ele podia atacar-me a qualquer momento, não sei... podiam ter-nos poupado”.</i></p> <p><b>Perceção de insuficiência da pena/ausência de justiça</b>  <i>“Para mim não (foi feita justiça). Eu pensei que com o julgamento isto atenuasse (...) 20 anos? Para mim é pouco. Para a barbaridade do crime? Para mim é pouco. Isto não é culpa do juiz... e depois é a justiça! Matam-no e a minha mãe não tem direito a nada?! É assim, se lhe foi diagnosticada a esquizofrenia aos 14 anos, ele andava assim à solta?! O estado não tomou conta?! Alguém tem de ser culpado!”</i></p>
-------------	--	--

#### Profissionais especializados – Caraterização socioprofissional

“Nome”	Idade	Profissão	Contacto com vítimas secundárias
<b>Miguel Santos Pereira (E1)</b>		Advogado	Frequente
<b>Carla Ferreira (E2)</b>		Gestora técnica da equipa especializada da APAV da rede de apoio a familiares e amigos de vítimas de homicídio e terrorismo	Frequente

Profissionais especializados – Necessidades sentidas pelas vítimas secundárias

Entrevistado	Necessidades sentidas	Razões
(E1)	<p><i>“São vítimas, são pessoas especialmente vulneráveis e não podem estar ser tratadas como todos os outros.”</i></p> <p><i>“Se não tiveres nada mas tiveres bens, já não tens direito a apoio judiciário. Os teus bens até podem ser uma herança que ainda não recebeste, da qual não estás a usufruir, mas já não vais ter direito a apoio judiciário. Não tens dinheiro, mas tens uma expectativa de ter dinheiro, ou seja tens bens que podem ser imputados ao teu património... e já não tens direito a apoio judiciário.”</i></p>	<p><i>“O que nós temos em Portugal é o quê? O importante é consagrar na lei. Depois vamos dificultar, criar burocracia, portanto não é tão importante que as pessoas beneficiem dos apoios que existem... o que é importante é propagar que existem aqueles apoios e poder justificar sempre que os apoios não são atribuídos porque ninguém os pediu...”</i></p> <p><i>“Ora, o que é que diz a lei de acesso ao direito e aos tribunais, diz o quê?... É a lei 34 de 2004... insuficiência... “encontra-se em insuficiência económica aquele que não tem condições objectivas para suportar pontualmente as custas do processo nos termos definidos no artigo seguinte (...)</i></p> <p><i>c) são aferidas tendo por referência o indexante dos apoios sociais”, o IAS, que não chega a 500 euros, “em função de limiares a definir por decreto regulamentar”. Portanto, os valores estão relativamente definidos, mas uma pessoa tem de ser miserável neste momento para ter apoio jurídico... é quase preciso viver debaixo da ponte. (...) A portaria já foi publicada e fixa um valor de 480,43 euros mensais, para 2023. Quem ganhar acima disso não tem direito a apoio judiciário, basicamente. “</i></p>

<p>(E2)</p>	<p>“Às vezes as pessoas numa primeira fase acham que não precisam de apoio psicológico, porque acham que estão capazes de lidar com a situação. Mas passado uma semana ou duas, quando as coisas começam a esfriar, a pessoa pensa que se calhar precisava de apoio, mas nessa altura não sabem a quem recorrer... e eu admito que haja vítimas que se sentem perdidas”.</p> <p>“A pessoa tem o estudo de vítima, mas será que percebeu o que ali está? A pessoa viu os números de telefone, ligou para algum? Não ligou porquê?”</p>	<p><i>“A desorientação das pessoas é tal que às vezes estamos a correr com as pessoas para o centro de saúde para ir buscar as baixas médicas, ou articular com o centro de saúde para pedir uma avaliação clínica mais de urgência e a pessoa precisa aqui de medicação numa fase mais em crise... eu até contactos com funerárias já fiz. Às vezes as pessoas precisam de ajuda para informar alguém acerca da morte, ou para notificar alguém... isto pode ir variando muito consoante as situações.”</i></p> <p><i>“Às vezes as pessoas não se sentem à vontade para explicar o que se passou. Ou acham que a entidade empregadora não vai ouvir. Mas por vezes temos uma entidade empregadora muito preocupada e até muito envolvida com a situação, mas às vezes as pessoas não conseguem falar com mais ninguém e pedem a nossa ajuda.”</i></p> <p><i>“Por vezes a confusão é muito grande naquela fase em que as vítimas estão tão perdidas, até porque depois há tanta gente à volta a dar opiniões, a família e tal, às tantas aquilo é tudo uma enorme nuvem... as pessoas acabam por deixar-se influenciar e metem-se em sarilhos, nomeadamente contratar advogados que não vão ter dinheiro para pagar...”</i></p>
-------------	---	---

Profissionais especializados – Apoios existentes

Entrevistado	Tipos de apoio	Informação disponibilizada	Processos de acesso
--------------	----------------	----------------------------	---------------------

<p>(E1)</p>	<p>“O (artigo 26) diz que “as vítimas especialmente vulneráveis podem ser”, repito “podem ser assistidas pelos serviços de saúde integrados no SNS situados na área de acolhimento onde forem inseridas, em alternativa aos serviços de saúde da sua residência”. Depois no número 2 diz que “as vítimas especialmente vulneráveis estão isentas do pagamento das taxas moderadoras”.</p> <p>“O número 2 que estipula a situação de indemnização (...) E os requisitos são estes: “a lesão tenha provocado uma incapacidade (...) ou a morte, ou uma perturbação considerável no nível ou qualidade de vida da vítima”. Portanto “a perturbação considerável”, nada me diz aqui que a morte não vai provocar uma perturbação considerável no nível e qualidade de vida. É claro que vai! (...) Portanto, em momento algum diz que o dinheiro tem de ser devolvido... se as pessoas ganharem bem não têm direito a indemnização, é isso?! (...) Portanto, em momento algum diz que o dinheiro tem de ser devolvido... se as pessoas ganharem bem não têm direito a indemnização, é isso?!</p> <p>(Apoios laborais ou financeiros?) “Não há nada que diga isso na lei.”</p>	<p><i>“Ora, estatuto da vítima (...) estes conceitos, na minha perspectiva são logo demasiado subjectivos, porque embora permitam muita coisa, que é um facto, porque com facilidade encaixamos um pai ou uma mãe neste conceito de vítima especialmente vulnerável, numa situação em que o filho morre e eles fiquem em grave desequilíbrio psicológico, enquadra-se aqui, mas é um conceito que é muito subjectivo, está sempre dependente de terceiros, não é taxativo.”</i></p> <p><i>“A própria declaração dos direitos do homem das Nações Unidas, diz que “os próprios estados” é de 1985, no artigo 12) “quando não seja possível obter do delinquente ou de outras fontes uma indemnização completa, os próprios estados devem procurar assegurar indemnização financeira às vítimas que tenham sofrido um dano corporal ou atentado importante à sua actividade física ou mental, actos criminosos graves, ou à família, em particular aos dependentes das pessoas falecidas ou atingidas por incapacidade física ou mental, em resultado de tal vitimização”.</i></p> <p><i>“No estatuto da vítima, o artigo 1) que fala do direito à informação é muito relevante, mas é uma mão cheia de nada: “desde o primeiro contacto com as autoridades e funcionários competentes há informação sobre consultoria jurídica apoio judiciário, outras formas de aconselhamento”... mas nada concretizado, é uma mão cheia de nada.”</i></p>	<p><i>“Isto da lei 104) de 2009, que a maior parte das pessoas não sabe, que no fundo é o pagamento antecipado de indemnização diz que “há um ano desde a data dos factos até que as pessoas peçam este valor à comissão, sob pena de caducidade”, (...) então “o presidente da comissão pode relevar e atribuir este prazo de um ano para contar após do trânsito em julgado da decisão criminal”. Mas é “pode”! “Pode”! Também pode dizer que não.”</i></p> <p><i>“Não é claro nem quem presta o serviço, nem como, nem quem, nem quantas vezes... a isenção de taxas e etc... mas no SNS?! Então eles acham que as pessoas têm capacidade? O SNS não é capaz de responder a um cidadão normal, então para um cidadão perturbado e a precisar de acompanhamento, como é que se vai safar?! Tem isenção de taxas, mas não tem um serviço diferenciado.”</i></p>
-------------	---	--	--

<p>(E2)</p>	<p><i>“É preciso dizer que o apoio à vítima é muito mais do que o apoio psicológico”.</i></p> <p><i>“Aquilo que se perspectiva da nossa parte é um apoio pelo período que for necessário. Não há deadline, não acaba com o processo crime... eu ia jurar que ainda há pessoas em apoio desde o primeiro momento em que a rede começou (em 2013). São situações muito complicadas, por várias razões...”</i></p> <p><i>“No nosso caso, a resposta que temos é a nível nacional, temos uma equipa que está espalhada pelo país e que pode deslocar-se onde as pessoas estão. Por exemplo, eu em Lamego não tenho nenhum gabinete, mas se for preciso vou fazer um atendimento a Lamego.”</i></p> <p><i>“Também fazemos (apoio jurídico), mas não em representação de advogados”</i></p> <p><i>“Coisas como... tudo o que possa imaginar... o tribunal, por exemplo, as certidões (...) caso isso não seja feito, nós lembramos a pessoa que se esqueceu desse pormenor, senão vão ter de pagar a um advogado (...) Coisas como pedir que sejam ouvidas para memória futura testemunhas ou familiares (...) Auxiliar no pedido de aplicação de medidas ou revisão de medidas de coação,... informação da libertação do arguido, para que as vítimas não virem a descobrir depois pelo carteiro, que a pessoa já está em casa, como também já aconteceu... acompanhar as vítimas em tudo o que é diligência processual, para que as vítimas tenham aqui uma pessoa de referência que lhes possa prestar algum apoio emocional, que possa estar com elas, que possa explicar o que está acontecer (...) Depois é accionar os pedidos” de indemnização ao estado, quando há esses critérios, informar as pessoas que têm esse direito e que pode ser accionado gratuitamente e nós fazemos esse pedido ao estado português”.</i></p> <p><i>“Recomendamos a todos os que...”</i></p>	<p><i>“Nós traçamos aqui um protocolo de colaboração com a Polícia Judiciária. Ou seja, os inspectores que vão para o terreno e estão a investigar as situações de homicídio, sabem desta equipa especializada, propõem à família ou com quem se cruzem beneficiarem de apoio junto de nós e as pessoas consentem ou não consentem a transmissão de dados...”</i></p> <p><i>“Também temos protocolo com o INEM, precisamente porque o INEM vai muitas vezes com as equipas de apoio psicológico para o local dos homicídios, também nessa perspectiva de sondar e avaliar, para que depois de estar estabilizada a pessoa, perceberem se a pessoa quer ou não quer esse apoio”.</i></p> <p><i>“As pessoas às vezes acham que têm de arranjar um advogado que as defenda e nós temos de explicar às vítimas que elas não têm de se defender. As pessoas sentem-se é mais empoderadas, até porque acham que o homicida vai arranjar um advogado XPTO e, por isso, vão arranjar um advogado também. Mas em abono da verdade, o processo de homicídio não precisa da constituição de assistente para funcionar normalmente.”</i></p>	<p><i>“O procedimento existe. Mas agora o que não posso dizer é que todos os inspectores da PJ e todos os psicólogos do INEM, chegam ao terreno e perguntam. Isso agora...”</i></p> <p><i>“Muitas vezes estas pessoas não recebem apoio logo no início, não recebem o apoio que deviam receber, ou por falta de referência, ou porque não querem, ou porque não sabem que o apoio existe...”</i></p> <p><i>“As pessoas podem ligar, podem falar connosco, mas às vezes o que acontece é que as pessoas acabam por ligar aos inspectores de referência na Judiciária a pedir ajuda... e já nos aconteceu situações dessas, de pessoas que recusaram inicialmente e depois a pedirem ajuda. (...) Como também já aconteceu serem os próprios inspectores a perceberem que a pessoa está a precisar de apoio e a insistirem muito junto da pessoa para ela ter apoio.”</i></p> <p><i>“Qualquer pessoa que se sinta afectada pelo homicídio (tem direito a apoio psicológico). (...) Menos o homicida, por razões óbvias...”</i></p> <p><i>“Nós podemos ter familiares do homicida que estão impactos não pelo acto que o homicida praticou por serem relacionados com o homicida, mas sim pela violência que esteve subjacente, pelo homicídio, porque eram amigos ou familiares da vítima também. Mas já tivemos um caso em que a pessoa apoiada era simultaneamente mãe do agressor, mas estava relacionada com a vítima. A polícia sinalizou-a para apoio, mas a preocupação dela era o filho que era o agressor. Portanto, o apoio no nosso caso nem sequer se punha”.</i></p> <p><i>“Podem ligar de qualquer zona do país, podem ligar para o número único. A nossa linha é gratuita.”</i></p>
-------------	---	--	--

Profissionais especializados – Propostas de apoios a disponibilizar a vítimas secundárias de crime de homicídio

Entrevistado	Tipos de apoio	Informação disponibilizada	Processos de acesso
(E1)	<p><i>“Desde o primeiro momento devia ser atribuído um documento àquelas pessoas que lhes desse ou gabinetes próprios ou que fossem uma via verde para serviços de marcação de consultas jurídicas e médicas! No mínimo isso! Devia ser para todas estas situações... devia ser atribuído um cartão especial, um documento especial para estas pessoas passarem à frente.”</i></p> <p><i>(Era necessário) “um gestor, um assistente social que lhes era atribuído e que fazia o tratamento destas situações todas, porque as pessoas não estão em condições de tratar destas coisas: Têm mais em que pensar. Não têm cabeça.”</i></p> <p><i>“Então custava muito atribuir um técnico social que marcasse consultas, que arranjasse um advogado, que não deixasse passar prazos? Devia haver um gestor para vítimas de crimes violentos. Era perfeitamente possível fazer isto. Por ano não chegam a 100 homicídios, não são assim tantos como isso pelo país. Era perfeitamente possível!”</i></p>	<p><i>“O problema é pegar nestas exposições que são feitas, a maior parte delas, ao nível da Europa... e tu não tens cultura de funcionário público em Portugal como tens em muitos desses países, como no norte da Europa, em França e Inglaterra. Porque lá os benefícios estão consagrados e existe uma necessidade muito grande para que sejam atribuídos. É que se eles foram criados é porque fazem falta e todo o estado vai beneficiar com o facto das pessoas todas que têm direito a estes benefícios estejam a beneficiar deles. Beneficiamos todos! Cá não há essa cultura (...) Por cá, se está na lei, se não recebe é porque não fez nada por isso. Se não recebeu porque não sabe, problema dele... que soubesse!”</i></p>	<p><i>“Não há gabinetes próprios para estas vítimas, que não há, mas que devia existir”.</i></p>

<p>(E2)</p>	<p><i>“Desde que há o estatuto de vítima, a lei é clara sobre isso. As vítimas têm de ser notificadas e as vitimas podem ser os pais, os filhos, os tios... e há secções que acham que não têm de notificar quem não é assistente do processo. E que não aconteça como já aconteceu este ano, pessoas que são testemunhas oculares de crimes e que são notificadas via comunicação social de que aquele processo vai para julgamento... isso já me caiu na sopa este ano! Ou uma pessoa ser notificada pelo carteiro de que o individuo se suicidou na prisão! Esta falta de sensibilidade, já existe um pouco, mas que às vezes também só existe por insistência de um técnico que anda sempre atrás do processo. As pessoas não confiam na justiça, se não souberem o que a justiça lhes vai dar.”</i></p> <p><i>“Tem de existir um fundo ou seja lá o que for que seja de accionamento imediato... imediato! Para cobrir necessidades imediatas decorrentes do crime. Acontece tudo... pagar despesas básicas de casa, luz, água, gás, etc (...) Estes apoios não se pode conceber que sejam apenas naquele momento porque as necessidades que estas pessoas têm não vão ser colmatadas numa semana ou num mês. Se calhar vamos ter de pensar aqui em coisas mais longas. Temos de pensar que o pedido de indemnização ao estado mesmo ainda quando o inquérito está a decorrer, mas o pedido não chega a tempo de cobrir essas necessidades e não abrange todas as pessoas que podiam ter essas necessidades. Um exemplo prático: se for pai e o seu filho for morto e você não depender dele economicamente, para o estado já está excluído da indemnização, mas se não estiver em condições de ir trabalhar durante três meses, a baixa paga-lhe 55% ou 65% do ordenado, se tiver direito a baixa... é preciso fazer face às necessidades naquele momento. É preciso tratar de uma série de aspectos práticos, para os quais é preciso dinheiro.”</i></p>	<p><i>“Parece aleatório (...) O pedido de indemnização não tem de esperar pelo fim do processo. A partir do momento em que os requisitos se verificam e um dos requisitos é 30 dias de incapacidade ou a morte daquela pessoa. (...) eu posso pedir indemnização, porque isso está na lei (...) O problema é que não sei explicar às vítimas o que é que está ali porque uns ganham 20 mil, outros têm direito a 15... até em situações relativamente idênticas.”</i></p> <p><i>“Até jornalistas já nos ligaram, porque estão a entrevistar uma pessoa e perceberam que ela precisava de ajuda... lá está, esta é uma necessidade que não está totalmente garantida para as vítimas de crime em geral. Não basta dar-lhes o estatuto de vítima parta a mão. As pessoas compreenderam o que lá está.”</i></p>	<p><i>“Nós gostávamos muito de ter uma bolsa que nos resolvesse essas questões. Mas como não temos uma IPSS, temos de nos socorrer da articulação com as estruturas governamentais, autárquicas e locais, para accionar apoios sociais.”</i></p> <p><i>“A lei diz que a partir do primeiro momento em que a vítima está em contacto com o sistema, essas informações todas lhe devem ser transmitidas. A questão é que nós estamos muito cientes que as vítimas não vão absorver tanta informação no primeiro contacto (...) O que temos de garantir a seguir é que à medida que o processo se vai desenrolando, os diferentes intervenientes do sistema judicial tenham a certeza de que esta pessoa foi informada de que existem mecanismos de apoios e que, ou os aceitou ou os declinou, sem qualquer julgamento. Ou seja, esta informação à vítima tem de ser dada gradualmente, tem de ser dada as vezes que forem necessárias.”</i></p>
-------------	---	--	--